



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS
ESPAÇOS URBANO E RURAL**

**ACESSO DAS PESSOAS AOS SERVIÇOS DE TELEFONIA
EM SENADOR CANEDO - GOIÁS**

JOÃO DIB FILHO

UBERLÂNDIA-MG

2019

JOÃO DIB FILHO

**ACESSO DAS PESSOAS AOS SERVIÇOS DE TELEFONIA
EM SENADOR CANEDO - GOIÁS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de Doutorado (DINTER/CAPES), do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Orientador: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

UBERLÂNDIA-MG

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

D543 2019	<p>Dib Filho, João, 1972- Acesso das Pessoas aos Serviços de Telefonia em Senador Canedo - Goiás [recurso eletrônico] / João Dib Filho. - 2019.</p> <p>Orientador: Vitor Ribeiro Filho. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós- graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2601 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Ribeiro Filho, Vitor, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JOÃO DIB FILHO

**“ACESSO DAS PESSOAS AOS SERVIÇOS DE TELEFONIA EM
SENADOR CANEDO - GOIÁS”**



Professor Doutor Vitor Ribeiro Filho (Orientador) - UFU




Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares – UFU- MG



Professor Doutor William Rodrigues Ferreira – UFU - MG



Professor Doutor Geraldo Alves de Souza – UFAM - AM



Professor Doutor Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UNB - DF

Data: 18 / 12 de 2019

Resultado: Aprovado

Para minhas filhas Carolina e Paula,
minha esposa Mônica,
meu Pai Hanna (in memoriam),
e minha Mãe Júlia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por manter aberto nossos corações ao amor, à caridade, e sustentar nossa alma em todos os momentos de nossas vidas, permitindo nosso crescimento pessoal e espiritual.

Às minhas filhas e esposa, pelo amor e paciência sempre presentes em nossa esfera material e espiritual.

Aos meus pais, que vieram de outro continente em uma época difícil e de poucas oportunidades para se dedicar aos estudos, por despertar desde a infância a curiosidade do movimento das pessoas em busca de um lugar para viverem com dignidade e que os aceitasse como estrangeiros, e em razão dessas e muitas outras experiências, incentivaram os seis filhos vivos a estudarem e acreditarem nas pessoas, na educação, nos educadores e nas instituições do nosso país.

Aos Irmãos e Irmãs vivos e desencarnados, pela motivação e orações.

À Universidade Federal de Uberlândia - UFU e ao Instituto Federal de Goiás - IFG, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, em todas as esferas institucionais e a todas as pessoas que apoiaram e participaram direta ou indiretamente na realização do DINTER UFU-IFG.

À Coordenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior – CAPES por apoio ao projeto DINTER.

Ao Vitor Ribeiro Filho, pelo comprometimento, compreensão e disponibilidade em todos os momentos do doutorado.

Ao grupo de docentes que estiveram presentes na realização do Dinter, ministrando aulas, coordenando, especialmente a Professora Dr^a Beatriz e o Professor Dr. Willian, membros da Banca de qualificação, pelas ideias, sugestões e contribuições na construção da tese.

Às pessoas que estavam como colaboradores da Prefeitura de Senador Canedo, comissionados e efetivos, que disponibilizaram tempo para levantar e disponibilizar os dados possíveis.

Aos amigos(as), pelo apoio nas mais diversas fases da minha vida, especialmente o Whisner, o Edson Manso e o Antônio Capuzzo.

A tantas outras pessoas, que disponibilizaram tempo e informações que permitiram a realização dessa tese.

RESUMO

Os serviços de telefonia têm papel fundamental para a concretização da comunicação, a qual, sobretudo no contexto atual, caracterizado pela globalização e difusão do meio técnico-científico-informacional torna-se fator de (in)exclusão socioeconômica. Neste sentido, esta tese tem como objetivo geral analisar o acesso aos serviços de telefonia pela população da cidade de Senador Canedo. De modo específico, busca identificar a distribuição das redes e serviços de telefonia no âmbito do espaço urbano, tendo como foco a telefonia fixa. Por outro lado, procura verificar a legislação municipal referente aos serviços de telefonia pelo poder público em suas diversas esferas e abordar a segregação socioespacial da população de baixa renda. O desenvolvimento deste estudo justifica-se pelo fato de Senador Canedo, pertencente a Região Metropolitana de Goiânia, se destacar em termos de crescimento, ser um polo industrial e, por conseguinte despertar o interesse das operadoras de telefonia. A escolha das áreas de estudo no âmbito do espaço intraurbano teve como base as diferenças no perfil socioeconômico da população. Neste sentido, o estudo foi realizado em três áreas: Bairro Jardim Todos os Santos, que fica na área central; Bairro Boa Vista II, Bairro Boa Esperança e Bairro Jardim do Lago, localizados à norte do Centro; e Bairro Aracy Amaral ao sul do centro. Metodologicamente, para o desenvolvimento da presente tese recorreu-se à livros, à trabalhos acadêmicos, entre outras bibliografias pertinentes ao tema, bem como aos instrumentos legais, desde leis e normas federais até as municipais, com destaque para o Plano Diretor Municipal. Aliado ao estudo de gabinete, realizou se as observações *in loco*, entrevistas e coleta de dados. Verificou-se que a população de baixa renda, localizada nos bairros periféricos, Bairro Aracy Amaral, Bairro Boa Esperança e Bairro Jardim do Lago, não tem acesso às redes de telefonia fixa, enquanto no Bairro Jardim Todos os Santos, onde está a população de maior poder aquisitivo estão presentes duas operadoras, evidenciando que a população de baixa renda são excluídos da infraestrutura tecnológica básica, a qual os permitiria conectar, comunicar e inovar. Ademais, ficou comprovado que as operadoras não ofertam serviço de qualidade, não disponibilizando a todos a oportunidade de acessibilidade.

Palavras-chave: Telefonia Fixa. Acessibilidade. Senador Canedo.

ABSTRACT

Telephony services play a fundamental role in the realization of communication, which is mainly in the current context, including the globalization and diffusion of the technical-scientific-informative means that becomes a factor of (in) socioeconomic exclusion. In this sense, this is the general objective of analyzing or accessing telephone services by the population of the city of Senador Canedo. Specifically, try to identify the distribution of telephony networks and services in the urban space, focusing on fixed telephony. On the other hand, try to verify the municipal legislation regarding public telephone services in several spheres and to address the socio-spatial segregation of the low income population. The development of this study is justified by the fact that Senador Canedo, belonging to the Goiânia Metropolitan Region, stands out in terms of growth, is an industrial hub and, because of the desperation or interest of the telephone operators. The choice of study areas in the intraurban space was based on differences in the socioeconomic profile of the population. In this sense, the study was conducted in three areas: Bairro Jardim Todos os Santos, which is in the central area; Boa Vista II Neighborhood, Boa Esperança Neighborhood and Jardim do Lago Neighborhood, an attraction north of the Center; and Aracy Amaral neighborhood south of downtown. Methodologically, for the development of the gifts, these items were retrieved in books, academic works, among other bibliographies pertinent to the theme, as well as legal instruments, from federal laws and norms to municipalities, especially the Municipal Master Plan. Allied to the cabinet study, performed as on-site presentations, interviews and data collection. It was found that the low-income population, located in the peripheral neighborhoods, Aracy Amaral neighborhood, Boa Esperança neighborhood and Jardim do Lago neighborhood, do not have access to fixed telephone networks, while in Jardim Todos os Santos neighborhood, where the population of Higher purchasing power is present two operators, evidence that the low-income population is excluded from the basic technological infrastructure, which is allowed to connect, communicate and innovate. In addition, it has been proven that operators do not provide quality service, do not provide all accessibility opportunities

Keywords: Fixed Telephony. Asseccibility. Senador Canedo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Percentual da distribuição de usuários de internet no Brasil, em ordem decrescente de utilização por banda larga fixa (2013).....	39
FIGURA 2	Senador Canedo (GO) -Estação ferroviária, onde surgiu a cidade (1930)	67
FIGURA 3	Senador Canedo (GO) - Entroncamento da Rede Ferroviária.....	68
FIGURA 4	Senador Canedo (GO) - Taxa de crescimento populacional do município (% ao ano) (1970-2050).	70
FIGURA 5	Senador Canedo (GO) - Vista aérea da Transpetro (2018).	72
FIGURA 6	Senador Canedo (GO) - Ferrovia Norte-Sul (Senador Canedo a Anápolis).	73
FIGURA 7	Senador Canedo (GO) - Áreas de estudo no município (2018)...	75
FIGURA 8	Senador Canedo (GO) - Base de atendimento do SAMU e Hospital Maternidade (2018)	78
FIGURA 9	Senador Canedo (GO) - Estação Senador Canedo, Terminal de Transportes (2018)	80
FIGURA 10	Senador Canedo (GO) - Divisão regional do município.....	82
FIGURA 11	Senador Canedo (GO) - <i>Shopping</i> Senador Center (2018).....	83
FIGURA 12	Senador Canedo (GO) - Igreja Matriz (2018).....	84
FIGURA 13	Senador Canedo (GO) - Av. Dom Emanuel, principal via de acesso do município.....	85
FIGURA 14	Senador Canedo (GO) - Instituto Federal de Goiás, Campus Senador Canedo.	86
FIGURA 15	Senador Canedo (GO) - Região Central – Área Administrativa I.	88
FIGURA 16	Senador Canedo (GO) - Área comercial da Av. Dom Emanuel... ..	89
FIGURA 17	Senador Canedo (GO) - Região do Jardim das Oliveiras – Área Administrativa II.....	91
FIGURA 18	Senador Canedo (GO) - Região da Vila Galvão – Área Administrativa III.....	92
FIGURA 19	Senador Canedo (GO) - Localização e limite do município.....	96
FIGURA 20	Senador Canedo – Localização das Áreas de Estudo (2018).....	104
FIGURA 21	Senador Canedo (GO) - Planta do bairro Jardim Todos os Santos I e II (2018).	116
FIGURA 22	Senador Canedo (GO) - Área urbana da região Central (Bairro Jardim Todos os Santos).	117
FIGURA 23	Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Boa Vista II (2018).....	121
FIGURA 24	Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Jardim do Lago (2018).	123
FIGURA 25	Senador Canedo (GO) - Casas no Bairro Jardim do Lago (2018).	123
FIGURA 26	Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Boa Esperança (2018)	124
FIGURA 27	Senador Canedo (GO) - Casas no Bairro Boa Esperança (2018)	125
FIGURA 28	Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Aracy (2018).....	127
FIGURA 29	Senador Canedo (GO) - Casas autoconstruídas no Bairro Aracy (2018)	127
	Senador Canedo (GO) - Casas e comércio com grades de	129

FIGURA 30	proteção (2018).	
FIGURA 31	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Jardim Todos os Santos I (2018).	150
FIGURA 32	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Jardim Todos os Santos II (2018).	151
FIGURA 33	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Boa Vista II (2018).	152
FIGURA 34	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Jardim do Lago (2018).	153
FIGURA 35	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do bairro Boa Esperança (2018)	154
FIGURA 36	Senador Canedo (GO) - Rede fixa do bairro Aracy Amaral (2018).	154
FIGURA 37	Senador Canedo (GO) - Cobertura rede fixa A e B (2018).	163
FIGURA 38	Senador Canedo (GO) - Cobertura rede fixa A e B do Bairro Jardim Todos os Santos I e II (2018).	166
FIGURA 39	Senador Canedo (GO) - Cobertura rede fixa A e B dos Bairros Boa Vista II, Boa Esperança e Jardim do Lago (2018).	168
FIGURA 40	Senador Canedo (GO) – (Sem) Cobertura rede fixa A e B do Bairro Aracy (2018).	169

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Senador Canedo (GO) - Localização do Município (2008)	23
MAPA 2	Senador Canedo (GO) - Municípios limítrofes a Senador Canedo (2019)	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Senador Canedo (GO) – Bairros por região do município	82
QUADRO 2	Senador Canedo (GO) - Áreas do levantamento (2018)	108
QUADRO 3	Senador Canedo (GO) - Tipologia de ocupação das áreas de estudo (2018).....	112
QUADRO 4	Senador Canedo (GO) - Situação de serviços públicos das áreas de estudo (2018)	113
QUADRO 5	Perfil dos entrevistados e questões abordadas (2019).	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Senador Canedo (GO) - Censos e projeção de população do município (1980-2040)	69
TABELA 2	Senador Canedo (GO) - Evolução do Número de Habitantes do município (1991, 2000 e 2010).....	69
TABELA 3	Senador Canedo (GO) - Percentual da população em domicílios no município (2010)	76
TABELA 4	Percentual da infraestrutura de domicílios do município de Senador Canedo (2010)	79
TABELA 5	Situação da Telefonia do Estado de Goiás entre 1942-1947.....	98
TABELA 6	Senador Canedo (GO) - Situação de loteamento das áreas de estudo (2018)	112
TABELA 7	Senador Canedo (GO) - Renda familiar por área de estudo (2018)	113
TABELA 8	Senador Canedo (GO) - Situação de edificação das áreas de estudo (2018)	114
TABELA 9	Senador Canedo (GO) - Situação de valor venal das áreas de estudo (2018)	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINTEL	Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
PLHIS	Planos Habitacionais de Interesse Social
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
ENEL	Ente Nazionale per l'energia Elettrica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GSMA	Group System for Mobile Association
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Goiás
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPASGO	Instituto de Previdência e Saúde de Goiás
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUCEG	Junta Comercial do Estado
LCE	Lei Complementar Estadual
MCTIC	Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
PDD	Plano Diretor Democrático
PDIG	Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROCON	Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor
PSF	Programa Saúde da Família
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
SANEAGO	Saneamento de Goiás
SANESC	Agência de Saneamento de Senador Canedo
SINDITELE--	Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel
-BRASIL	Celular e Pessoal
SINE	Sistema Informação Nacional de Emprego
SM	Salário Mínimo
SPTC	Secretaria de Polícia Técnico-Científica
TELCOMP	Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	REDES GEOGRÁFICAS E O ESPAÇO URBANO	26
1.1	Redes Geográficas e Redes Urbanas e seus Aspectos nas Cidades	26
1.2	Fixos, Fluxos e Redes Técnicas Informacionais	29
1.3	Evolução e Inovação da Comunicação como Meio Informacional entre as Redes	34
1.4	Abrangência das Redes Informacionais	41
1.5	Redes Técnicas, Meio Informacional e Telefonia – Exclusão Social e de Renda	47
1.6	Evolução e Consolidação das Redes de Telefonia	62
2	GÊNESE E OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SENADOR CANEDO	66
2.1	Senador Canedo no Contexto da Região Metropolitana de Goiânia ..	66
2.2	Senador Canedo e suas Delimitações Geográficas	94
2.3	Redes de Telefonia RMG e Senador Canedo	97
2.4	Inclusão Social e Inclusão Digital: O Projeto CEU.....	101
3	CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DE SENADOR CANEDO E AS REDES TELEFÔNICAS	104
3.1	Características Socioeconômicas das Áreas de Estudo	105
3.2	Critérios de Seleção das Áreas de Estudo	111
3.2.1	Aspectos Urbanos da Região Central - Bairro Jardim Todos os Santos I-II	115
3.2.2	Aspectos Urbanos do Setor Norte da Região Central – Bairros Boa Vista II, Jardim do Lago e Boa Esperança	120
3.2.3	Aspectos Urbanos do Setor Sul da Região Central – Bairro Aracy Amaral	126
3.3	Plano Diretor Democrático do Município de Senador Canedo	129
3.4	Legislação Federal Associadas às Redes Telefônicas: Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e Lei Geral das Antenas (LGA)	133
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	139
4.1	Investigação Qualitativa	139
4.2	Entrevistas	141
4.3	Os Critérios de Escolha das Áreas para Implantação das Redes de Telefonia Fixa	144
4.4	Os Critérios para Distribuição da Cobertura das Redes de Telefonia Fixa	148
4.5	Os Critérios para a (In)Exclusão nas Redes de Telefonia nas Políticas Públicas	155
4.6	Desenvolvimento das Redes de Telefonia Fixa em Senador Canedo	159
4.7	Coberturas das Redes de Telefonia Fixa nas Áreas de Estudo	164
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	178
	APÊNDICE A – Transcrição do Conteúdo das Entrevistas Concedidas	187

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste estudo foi resultado de pesquisas relacionadas aos serviços ofertados por empresas do ramo de telefonia fixa em um município brasileiro, cuja área urbana consiste em uma cidade pequena que faz parte de uma região metropolitana no estado de Goiás. Esta pesquisa abrange elementos como a localização do município e a sua proximidade com a metrópole e a influência que esta proporciona ao mesmo, o perfil socioeconômico da população, a existência da infraestrutura de telefonia e o mecanismo que desenvolvem no sentido de conferir aqueles que não acessam aos serviços disponibilizados pelas empresas do setor instaladas na cidade.

O tema a ser explorado tem significativa importância teórica para a Geografia e Engenharia e enquadra-se nos estudos da Geografia Urbana, sobre as redes telefônicas na cidade. A escolha do acesso à rede fixa pela população de Senador Canedo se dá pelo fato desta ser a forma concreta de ter acesso as redes das operadoras através da infraestrutura de cabos implantada em determinados bairros, ao longo das ruas, na perspectiva de atender nos lotes as edificações residenciais e comerciais, chamadas de logradouros, assim como se faz no censo do IBGE. É feito um cadastro em que utilizam mutuamente o posteamento da concessionária de energia elétrica ENEL - *Ente Nazionale per l'energia Elettrica*, que adquiriu a antiga estatal CELG - Companhia Energética de Goiás, e que tem, entre os pontos positivos, conjunto que permite os serviços de telefonia por meio das estruturas por posteamento para sustentação dos cabos telefônicos e a própria alimentação elétrica.

Compreender a questão da desigualdade no acesso às redes telefônicas requer considerar que a partir do século XX, após final da Guerra Fria, oportunizando a expansão do meio técnico-científico-informacional e a própria globalização, com seu lado perverso, explicitado dentre outros fatores pela privatização do sistema telefônico no Brasil, ocorreu grande mudança nos paradigmas destes serviços, por meio da abertura de novas empresas nos ramos de telefonia fixa e móvel, maiores investimentos em infraestrutura nas diversas partes do país e nas cidades, abrindo a possibilidade das empresas contabilizarem mais

lucros e de oferecer esperança às pessoas, de ter acesso mais fácil aos serviços de telefonia. Neste último caso, se esperava anos para conseguir uma linha telefônica por preços exorbitantes. Contudo, observa-se que a presença e o acesso aos serviços não ocorrem de forma homogênea haja vista que parcelas da cidade, e aqueles que ali estão ainda não são contempladas com a presença das redes telefônicas. Isto motivou o interesse em investigar como se materializa a dinâmica destas redes fixas na cidade e com as pessoas que ali estão.

Ao considerar a área de estudo, destaca-se que como os principais centros metropolitanos, Goiânia apresenta uma acentuada segregação socioespacial. Seu crescimento ultrapassou os limites municipais, compondo uma mancha urbana que inclui várias cidades com população urbana em torno de um milhão e meio de habitantes, cobrindo vinte municípios incluindo a capital. Essa expansão urbana fez com que antigos distritos se tornassem municípios autônomos ou/e bairros. O crescimento demográfico decorrente da migração de pessoas de outras regiões brasileiras, a fragmentação socioespacial e a necessidade da reforma urbana, fazem da região metropolitana de Goiânia um rico objeto de pesquisa (AMARAL, 2000).

A tese em questão refere-se ao “acesso das pessoas aos serviços de telefonia em Senador Canedo” que se destaca pela proximidade com Goiânia, por receber a extensão das redes de telefonia fixa da capital e também por apresentar um dos maiores índices de crescimento dentre outras cidades que integram a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), bem como recebe a continuidade dos serviços técnicos presentes na capital, em especial, o de telefonia. Portanto, em Senador Canedo existe infraestrutura e operadoras, dentre elas aquela que se enquadra como concessionária, a única condição de operadora em que a Lei Geral das Telecomunicações estabelece obrigatoriedade em levar redes e serviços para todos e em todos os lugares do meio urbano, fato este que não se aplica as operadoras de serviço móvel ou para as autorizadas de telefonia fixa.

A presença de redes de telefonia se faz tão importante para inserção ao mundo globalizado, para a consolidação do espaço ocupado e transformado pelas redes informacionais, mas que não necessariamente oportuniza as totalidades de oferta e acessibilidade à cidade de Senador Canedo e aos que ali se encontram. Observando esse fato, ao analisar o traçado de bairros, ruas e avenidas da cidade, é notória a ausência de infraestrutura das operadoras de telefonia fixa em partes da

mesma e, quando existe, não necessariamente é de boa qualidade e tem permitida sua oferta a todos que ali encontram.

A presente análise considera as transformações ocorridas em Senador Canedo na perspectiva de compreender a problemática associada à ausência de redes e do acesso aos serviços de telefonia. Tal fato está associado ao processo de definição pelas empresas de onde e quando estender suas redes, o que provoca a exclusão de parte da população. Além disso, pode-se observar a maneira como o poder público se compromete com os interesses do capital e ao acesso das pessoas que ali estão.

A organização das cidades apoia-se no modelo tecnológico que redefine as relações de interdependência existentes na rede urbana e provocam o desenvolvimento de tecnologias que imprimem rapidez, eficiência e competitividade (O'NEILL, 2007).

Visto que a desigualdade social pode configurar numa desigualdade digital, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT). A telefonia e o acesso à internet no Brasil ainda estão entre os mais caros do mundo e os custos não garantem que os serviços cheguem a toda população. Em 2017, o Brasil registrou uma redução de 1,1 milhão de linhas fixas de telefone em um ano, passando de 42,2 milhões em setembro de 2016 para 41,1 milhões no mesmo mês de 2017, redução de 2,69%. Apesar da redução no total de linhas fixas, houve também, nos últimos doze meses, aumento no número de linhas oferecidas pelas concessionárias em alguns estados, como em Goiás, com 5,78 mil novas linhas (0,76%) (ANATEL, 2017).

Segundo a Anatel, em 2017, as linhas das concessionárias de telefonia fixa registraram uma queda enquanto que as empresas autorizadas apresentaram o maior crescimento no último ano. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua registram que isso se deve a expansão do acesso à internet que beneficiaria seis milhões de pessoas, número que corresponde à quantidade de pessoas que possuem características para consumir, mas não tem acesso à rede.

Os acessos à internet fixa no país ganharam 113.243 usuários em setembro de 2017, representando um aumento de 0,4% em relação ao mês anterior. No acumulado dos últimos doze meses, o aumento é de 1.575.470 usuários, um crescimento de 5,92%. No estado de Goiás, a cada 100 domicílios 40,71% tem

acesso à banda larga, contra 35,18% em 2015, representando um incremento de 5,53%, números divulgados pela Anatel. Essa situação permitiu que o Brasil subisse de posição no *ranking* das economias mais preparadas para usar as tecnologias da comunicação, e o estado de Goiás chegou ao oitavo lugar no *ranking* nacional (ANATEL, 2017).

Dados mais recentes divulgados pela Anatel, o Brasil registrou mais de 38 milhões de usuários ativos de telefonia fixa em operação no mês dezembro de 2018, sendo 16.576.291 linhas fixas registradas pelas autorizadas (São Paulo apresentou 5.594.162 de linhas fixas (33,74% do total), Rio de Janeiro 1.987.601 (11,99%) e Paraná 1.546.240 (9,32%), e 21.730.546 pelas grandes concessionárias (São Paulo registrou 8.777.932 de linhas fixas (40,39%), Rio de Janeiro 2.434.552 (11,20%) e Minas Gerais 2.304.859 (10,60%). As regiões Centro-Oeste e Sul são destaques em índices de crescimento por região, onde houve aumento nos números de novas linhas fixas. O serviço de telefonia fixa continua no mercado por existir nichos propícios e rentáveis para as empresas que operam comercialmente via redes fixa, como área corporativa, comércios, indústrias, *call* centers, distribuidoras, redes hoteleiras, clubes sociais, residências, que somado ao uso do serviço de voz tem-se a internet e seus desdobramentos como o compartilhamento do Wi-Fi, e inúmeros outros ramos da indústria e comércio que necessitam destes serviços (MARKETING MHemann, 2019).

As empresas de telefonia estão amplamente focadas em se estabelecer nas grandes cidades e metrópoles exatamente por causa do retorno financeiro do investimento efetivado. Mesmo as cidades localizadas no entorno de metrópoles acabam sendo colocadas em segundo plano como beneficiárias do investimento e ou da implantação dessas redes técnicas de telefonia. Somente quando estudos venham comprovar o perfil socioeconômico da população das pequenas cidades do núcleo metropolitano é que se cogita como será feita a implantação destes serviços. Assim sendo, em uma avaliação do fato da atuação seletiva das empresas para a implantação de suas redes de telefonia, as regiões escolhidas tem como principal escopo aqueles que darão resposta financeira eficiente aos investimentos efetivados ou a serem aplicados.

Segundo afirma Harvey, “Nós estamos construindo cidades para investir, não para viver” (NOGUEIRA, 2015). Não se vislumbra o bem-estar da população porque

esse é o último quesito a ser observado, uma vez que o lucro é a principal preocupação no planejamento e desenvolvimento urbano (HARVEY, 2012). Neste contexto, em bairros consolidados com redes de água, esgoto, eletricidade e asfalto, mas sem o benefício das redes telefônicas, a conjuntura se justifica por tratar de uma região que não se enquadra no mapeamento de vantagens financeiras das empresas. O sistema de telefonia, assim como outros serviços e redes técnicas nas cidades é essencial para o desenvolvimento econômico e social, assim como é imprescindível que seus benefícios sejam estendidos a todos os segmentos da população que estejam presentes na cidade.

Para compreender essa situação de acesso desigual das pessoas aos serviços de telefonia em Senador Canedo, foi necessário o levantamento e a organização de textos, de modo a fundamentar a análise e reflexão sobre o tema, que representa um empreendimento de significativa relevância. Um dos levantamentos que faz parte do Plano Diretor Municipal de Senador Canedo (https://static.sistemafieg.org.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg//editor/Image///condur/PLANO_DIRETOR_DEMOCRATICO__SENADOR_CANEDO.pdf) informa que o serviço de telefonia precisa ser melhorado, principalmente no sinal da internet. Nesse sentido, uma das principais ações previstas explicitado no Plano de Governo Senador Canedo – Gestão 2017/2020 (<https://www.senadorcanedo.go.gov.br/prefeitura/plano-de-governo/>), é implantar o acesso gratuito à internet em logradouros públicos de maior frequência e em todas as unidades da Prefeitura, dentro de uma Política de Inclusão Digital, que favorece a informação do cidadão e o crescimento de sua consciência e participação democrática. Esta situação descrita sugere que esses serviços não tem qualidade ou não estão disponíveis na totalidade da cidade.

A Inclusão Social é uma ação que proporciona à população social e economicamente excluída o acesso aos bens materiais, educacionais, culturais, e outros mais, oportunizando e incorporando-os à sociedade que usufrui desses bens, como forma de ampliar os conhecimentos dando condições para melhorar a qualidade de vida (MOREIRA, 2006).

A Inclusão Digital se dá quando um indivíduo que está incluído na sociedade é capaz de desenvolver a capacidade de tornar prático e melhorar suas condições de vida a partir do maior aproveitamento das potencialidades das ferramentas de

informação e comunicação. As políticas dessa inclusão centralizam suas ações com base na acessibilidade das Tecnologias de Informação e nas ações educativas que promovam o desenvolvimento de competências no uso das tecnologias na sociedade de informação, sem questionar as condições básicas de existência (ALONSO et al, 2010).

Além do embasamento teórico, para o desenvolvimento do estudo referente à Senador Canedo, foram realizadas pesquisas aplicadas com o objetivo de gerar conhecimentos com abordagens geográficas para aplicação prática, dirigidos à solução dos problemas de acesso aos serviços de telefonia como forma de resolver os problemas de interesses locais.

Ao abordar a área de inclusão urbana para as redes de telefonia fixa, identifica-se que determinadas regiões se tornam preteridas por não atenderem ao escopo de lucro visado pelas empresas, haja vista que os bairros recebem de forma gradativa o benefício das redes de telefonia que normalmente se iniciam na parte central da cidade. Essa oferta vai se tornando mais lenta, escassa e difícil à medida que se afasta da área central, onde se iniciou o processo de implantação das redes, em direção às periferias urbanas, na qual normalmente se encontra a população com a pior condição econômica, que sente em seu cotidiano o lado perverso da globalização, que está distante da realidade do mundo globalizado, se encontra fora da sociedade em rede e quando tem a possibilidade de participar da rede o acesso tende a ocorrer de forma precária. Essa realidade diferencia aqueles que residem na periferia daqueles que estão na porção central da cidade.

Nesse sentido, justifica-se o município de Senador Canedo, como foco da pesquisa, por pertencer à região do entorno da capital do Estado que apresenta um crescimento significativo em relação às outras cidades, e por se tratar de um polo industrial que tem disponibilizado um grande número de vagas em suas empresas. Além disso, não se pode deixar de apontar o fato de que Senador Canedo despertou o interesse das operadoras de telefonia em estender as suas redes já implantadas na capital, portanto, o que torna mais fácil sua continuidade em virtude da proximidade geográfica e também pelo fato de que isso possibilita garantia de retorno financeiro, uma vez que a cidade apresenta um IDH de 0,701 em 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), índice que se destaca em relação às suas circunvizinhas. Por ser uma área metropolitana, o

município já apresenta alguns serviços de infraestrutura em execução e já detém um Plano Diretor com estratégias definidas em termos de expansão em vários serviços, tais como, água, esgoto, pavimentação, educação e indústria.

Há nessa perspectiva um conceito de centralidade que envolve a metrópole e Senador Canedo, a qual pode ser avaliada pelos aspectos de concentração, atração e dispersão que se fixam nas áreas centrais, denominadas hinterlândia (CORRÊA, 2005). Considera-se que a atração das pessoas pelas cidades é a busca de mercadorias, serviços, empregos, educação, empresas, capital e investimentos, enquanto que a dispersão ocorre por meio de mercadorias, capital, informações e até mesmo decisões empresariais e seu foco de aplicação.

Fica a cargo das empresas, que visam o lucro, estabelecerem os locais preferenciais para a exploração dos serviços. Enquanto detentor do processo de serviços de telefonia, o papel do poder público, que cria as leis, deveria ser mais incisivo no sentido de estabelecer condições de real e concreta acessibilidade a todos os segmentos da população antes de ter feito a privatização desse setor, estabelecendo o comprimento das regras e imposições legais a serem cumpridas pelas operadoras, com a necessidade de manutenção contínua dessas condições.

Na condição atual, oferecer para a população todos os serviços que necessitam, utilizando-se da forma em que os recursos são disponibilizados para isso, é inviável sob o ponto de vista da execução (SANTOS, 2014). Para isso há que se fazer uma tomada de imposição bastante radical em termos de buscar uma redefinição dos objetivos da produção e consumo por parte da sociedade e do Estado.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o acesso aos serviços de telefonia pela população da cidade de Senador Canedo, verificando o processo de inclusão à informação. De modo específico, busca identificar a distribuição das redes e serviços de telefonia no âmbito do espaço urbano, tendo como foco a telefonia fixa. Por outro lado, procura verificar a legislação municipal referente aos serviços de telefonia pelo poder público em suas diversas esferas. E, por conseguinte abordar a segregação socioespacial da população de baixa renda com vistas à inclusão dos serviços de telefonia.

Considerando a influência que a metrópole exerce sobre Senador Canedo, numa condição de domínio de tecnologia e no tocante à segregação social, surge a

questão central: se os serviços de telefonia são ofertados a todos os segmentos da população de Senador Canedo? A partir desta questão, desdobram-se outras de valor equivalente a serem analisadas: De que forma a legislação interfere na oferta dos serviços de telefonia fixa? Qual a diferença da distribuição das redes de telefonia fixa nas áreas analisadas? Quem está excluído do acesso às redes e serviços de telefonia fixa e em que áreas essas pessoas moram?

Nesse sentido, torna-se necessário avaliar se as pessoas estão presentes e atreladas de forma efetiva, inseridas no mundo globalizado, uma vez que para o seu desenvolvimento pessoal e profissional tem que estar ligados e em sintonia com essa realidade, procura abordar como as redes de telefonia se estabelecem nas diferentes regiões da cidade com características que permitam apontar os segmentos com melhor e pior atendimento, observando as condições existentes; e verificar se a população das áreas periféricas tem acesso aos serviços de telefonia fixa.

A abordagem metodológica dessa pesquisa se desenvolve por pesquisa qualitativa realizada por meio da análise documental sobre o local escolhido como foco do estudo, além de teses e artigos no âmbito da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e outras Instituições como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Foram feitas pesquisas sobre análise estatística e dados geográficos e socioeconômicos junto ao IBGE, à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Prefeitura de Senador Canedo.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida embasou em materiais, como: “Goiânia e a Rede Urbana Regional: Algumas Considerações Sobre Centralidade e Gestão do Território”; “A Dimensão Geográfica da Internet no Brasil e no mundo”; “As Metamorfoses Recentes no Espaço Urbano de Senador Canedo: Rearranjos nos Espaços da Metrópole Goiana”; “Trajetórias Geográficas”; “A Sociedade em Rede”; “A Natureza do Espaço”; “O Direito à Cidade”; “Para Entender a Crise Urbana”; “Redes, Sociedades e Territórios”; “Redes Geográficas” do “Atlas Nacional do Brasil”; Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Por meio de tratamento de dados obtidos por intermédio de fontes como órgãos governamentais ou privados e ferramentas de visualização, além da

observação *in loco* o levantamento de materiais que caracterizam a localização dos bairros, ocupação e natureza funcional, conteúdo social provável e natureza habitacional, para mapear e definir a estrutura desses bairros inclusive das redes telefônicas fixas, estabelecendo conexões entre a região central onde o comércio tem um valor fundamental que impacta na questão da telefonia. Com isso, busca-se observar a população formada neste ambiente e sua relação com as populações que habitam os bairros mais afastados.

Ferreira (2005) salienta que os levantamentos de campo que tratam dos atributos físicos e pontos de conflito nos espaços públicos objetivam auxiliar a classificação e caracterização da infraestrutura e o tipo de edificação localizada no bairro.

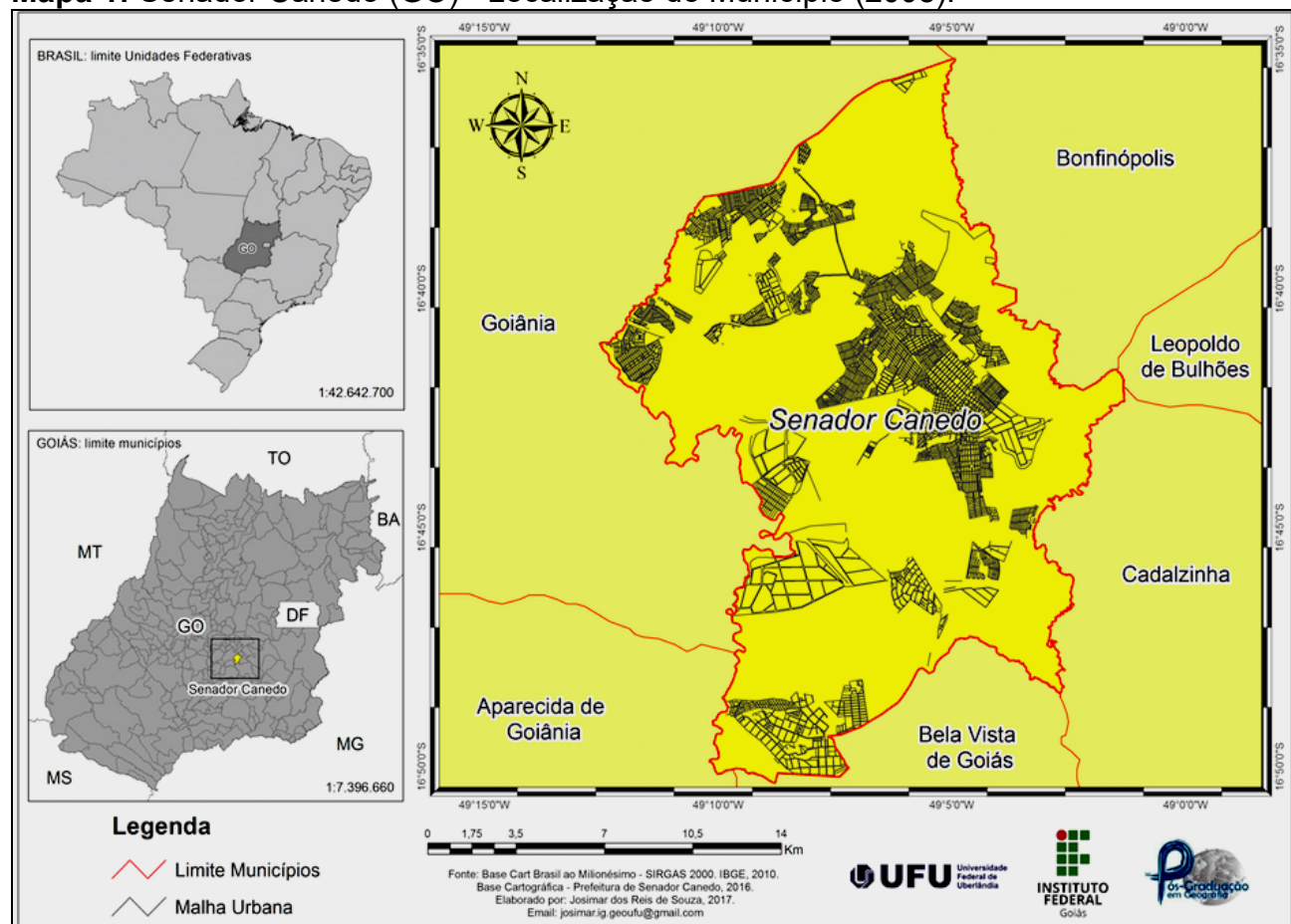
O método científico consiste na observação dos fenômenos através da sucessão de passos orientados por fundamentos teóricos. Sua característica fundamental é a investigação organizada, o rigor nas observações e a utilização dos conhecimentos teóricos (GOLDENBERG, 2004).

Como instrumento de coleta de dados, a técnica de observação implicará no planejamento minucioso da pesquisa e observação rigorosa das redes de telefonia fixa ofertada à população de Senador Canedo e as características ligadas à mesma, universo da pesquisa, fundamental no estudo da forma como as empresas atuam considerando ou não sua relação com o poder público, quanto à instalação das suas infraestruturas. No sentido de analisar e descrever os pontos de maior concentração do capital subsidiado pela especulação das empresas imobiliárias e o investimento feito na cidade, observar-se-á como o poder público municipal se manifesta politicamente em relação à presença das empresas de telefonia no município e a forma com que desempenham suas atividades, busca-se verificar a oferta dos serviços de telefonia essenciais disponibilizados a todos, a fim de comprovar se é um serviço que permite acessibilidade sem reserva de classe social ou pode se tornar um elemento de exclusão social na medida em que se limite à população de maior poder aquisitivo.

Para coleta de dados, o levantamento de informações é realizado tendo como base uma entrevista (Apêndice A) para ser aplicada a profissionais da área de telefonia, entidade de classe, profissionais da prefeitura e moradores da cidade de Senador Canedo, tendo como amostragem de sete pessoas, cada qual denominada

de 'Entrevistado'. As três áreas de estudo estão situadas na Área Administrativa I tida como área central da cidade de Senador Canedo (Mapa 1), universo escolhido após visita *in loco*, do pesquisador junto ao orientador, em maio de 2016, especificamente em áreas englobando a parte central da cidade através do Jardim Todos os Santos, e as regiões externas norte e sul do centro, que envolvem respectivamente os bairros Boa Vista II, Boa Esperança, Jardim do Lago e Aracy Amaral, todas com mais de 30% de lotes edificadas, rede de energia elétrica, água, ruas pavimentadas.

Mapa 1: Senador Canedo (GO) - Localização do Município (2008).



A escolha destas três áreas a serem trabalhadas, ocorreu pela razão de que elas contemplam, respectivamente uma parte Central com implantação superior a 10 anos, sendo a mais antiga delas, contendo estrutura comercial e de serviços público e privado e com o melhor conteúdo social; uma área periférica iniciada nos anos de 2010 situada ao norte e afastada do centro, com uma melhor estrutura urbana de residências comércio e conteúdo social se comparada com a última área, sendo esta

situada ao sul e mais afastada do centro com aproximadamente 06 anos de existência com característica predominantemente residencial e com baixo conteúdo social.

Essa escolha obedeceu a critérios preestabelecidos que contemplassem os questionamentos e os objetivos e da tese que é, em última instância, a verificação do acesso aos meios informacionais pela população carente, via telefonia fixa. Dessa forma, surgiu a necessidade de comparação da área central com os bairros mais carentes fazendo o paralelo da região central beneficiada com a sua hinterlândia que tem características diferentes denotando a complexidade urbana.

Outro requisito importante que foi levado em consideração na escolha das áreas de estudo foi a cronologia dos surgimentos dos mesmos com base no tempo em que foram construídos e ocupados. É notório de que a análise socioeconômica dessas áreas incluindo quesitos como o porte da habitação, o teor renda, localização na cidade são importantes para ter em consideração em que nível se deu a exclusão social das camadas mais pobres da população. É relevante salientar as deficiências quanto à ocupação e infraestrutura observadas pelo pesquisador durante o período em que realizou seu trabalho *in loco*.

Esta tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Redes Geográficas e o Espaço Urbano”, é realizada uma descrição das características das redes geográficas e redes urbanas e seus aspectos nas cidades; fixos, fluxos e redes técnicas informacionais; a evolução e inovação da comunicação como meio informacional entre as redes; a abrangência das redes nas cidades; as redes técnica, meio informacional e telefonia e a exclusão social e de renda; a evolução e consolidação das redes de telefonia.

No segundo capítulo, “Gênese e os Aspectos Socioeconômicos de Senador Canedo”, realiza-se uma análise do sítio urbano de Senador Canedo, sua história até os dias atuais, e sua relação com a Região Metropolitana de Goiânia; apresenta-se suas delimitações geográficas e descrição de suas áreas administrativas; os índices relacionados ao último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Senador Canedo e sua correlação geográfica com a cidade de Goiânia; redes de Telefonia da RMG chegando à Senador Canedo; a Inclusão Social e Inclusão Digital das redes telefônicas e suas coberturas.

O terceiro capítulo, “Características Socioespaciais de Senador Canedo e as

Redes Telefônicas”, discorre-se sobre as características socioeconômicas das três porções da área de estudo, seus aspectos urbanos, sendo uma parte do centro contendo estrutura comercial e de serviços; uma região afastada com uma melhor estrutura e conteúdo social; e uma região mais afastada e com baixo conteúdo social. Apresenta-se o Plano Diretor e a conexão com as empresas de telefonia, bem como a legislação municipal e federal referente à telefonia. O estudo de três áreas distintas se justifica pela má distribuição que gera desigualdade de infraestrutura na cidade. Complementando com a análise e interpretação dos dados da pesquisa.

No capítulo quatro, “Análise e Discussão dos Resultados”, discorre-se sobre o levantamento de informações coletadas com a realização de entrevista direcionada aos agentes sociais como moradores, representante da sociedade civil por meio do sindicato da categoria de telefonia, profissionais ligados às áreas de telefonia e também da prefeitura. Será apresentada a sistematização, análise dos dados e discussão dos resultados obtidos, explicitando de forma sucinta as áreas que possuem as redes das operadoras e também o acesso da população de Senador Canedo aos serviços de telefonia, e ressaltando a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia da telefonia fixa e a cobertura na cidade.

E, por fim, nas considerações finais, a partir das análises são apresentadas as considerações e discussões dos resultados da investigação.

1 REDES GEOGRÁFICAS E O ESPAÇO URBANO

As redes são projetadas para gerar um aumento da velocidade de contato e conexão, tendo assim um papel fundamental nas relações entre sociedade, tecnologia, território e suas extensões técnicas, permitindo o avanço da mundialização do capital, atingindo e modificando novos territórios e introduzindo novos elementos. Estas são, ao mesmo tempo uma expressão no território e uma técnica para agilizar os fluxos na busca de maior fluidez, associando a necessidade de circulação e comunicação entre as diferentes localizações (SILVA JUNIOR, 2004).

Neste sentido, no presente capítulo aborda-se a dinâmica das redes e dos espaços urbanos no contexto atual, em que materializa a globalização; a relevância da evolução das redes de comunicação e informação nas diferentes esferas da vida; considerando a abrangência de tais redes nas cidades, considerando as diferenças entre a área central e as áreas periféricas; assim como a evolução e consolidação das redes de telefonia nas cidades; as redes técnicas e o desenvolvimento do meio informacional e por fim discute-se as relações entre a exclusão social, de renda e do acesso aos serviços de telefonia

1.1 Redes Geográficas e Redes Urbanas e seus Aspectos nas Cidades

As redes geográficas podem ser tratadas como um emaranhado que se entrelaça construindo uma trama e um conjunto de redes pode fazer uma interligação e uma segregação do território. O conceito adotado para esse tipo de rede parte da condição de que é um conjunto de locais da superfície terrestre conectados ou interligados entre si (IBGE, 2014). O que caracteriza as conexões é o fato de serem materiais, digitais e culturais, envolvendo um fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros. Isso faz com que as redes tenham papel ativo na configuração do espaço geográfico, e torna-se mais nítida na constituição das hierarquias no cerne das próprias redes, como por exemplo, a rede urbana.

As redes geográficas são, como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais. Na fase atual do capitalismo a importância das diversas redes geográficas na vida econômica, social, política e cultural é enorme e, de um modo ou de outro, todos estamos inseridos em mais de uma rede geográfica e, simultaneamente, excluídos ou ausentes de um número ainda maior de redes (CORRÊA, 1997, p.109).

Ainda de acordo com Corrêa (1997, p.107), as redes geográficas são como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”, e engloba os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Como expressão do “espaço pós-fordista”, são essenciais para que o processo de globalização ocorra para a sociedade capitalista sobreviver e para que o “meio técnico-científico-informacional” se realize. até para que a produção capitalista ocorra de maneira mais lucrativa para a burguesia, fazendo com que o capital se reproduza de maneira mais potencializada.

Atualmente temos em nosso território o “espaço pós-fordista”, que cria territórios de exclusão levando a globalização produtiva da sociedade capitalista às últimas consequências, integrando horizontalmente vários locais distantes (FERREIRA, 2005). A exclusão e a desigualdade social e territorial estão ainda maiores e cada vez mais planejadas.

Santos (2002, p.262) tem uma definição de redes geográficas mais formal:

[...] toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.

Falar de redes geográficas também requer que se considere o conceito de espaço geográfico, que de acordo com a definição de Santos (1988, p.77) é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. Em uma analogia ao paradigma do matrimônio, o espaço pode ser visto como o sagrado, isto é, o sagrado enquanto dura e essa durabilidade faz do espaço um elemento formado por fixos e fluxos, que são intercorrentes e interdependentes, e pressupõem a existência de redes estáveis e dinâmicas.

A dimensão socioespacial da sociedade configura uma rede urbana que reflete e reforça as características sociais e econômicas do território. Para isso, são necessárias três condições fundamentais: uma sociedade vivendo em economia de

mercado; a existência de pontos fixos no espaço onde, de modo permanente ou temporário, as transações são realizadas; e a existência de um mínimo de interações entre esses pontos fixos, para estabelecer uma diferenciação hierárquica e/ou especialização produtiva entre eles (CORRÊA, 1997).

Na visão do autor as redes urbanas explicam bem a questão de Goiânia e a região metropolitana da capital:

Redes urbanas são centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros. [...] em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, da qual a rede urbana é simultaneamente reflexo e uma condição, verifica-se a existência de diversos tipos de redes urbanas de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede (CORRÊA, 1997, p.93).

O urbano pode ser concebido em duas escalas conceituais e geográficas, uma que constituem a escala da rede urbana e outra que é a escala do espaço intra-urbano, as quais se complementam apesar das diferenciações socioespaciais que elas descrevem. Com isso, o que se toma de decisões no núcleo central em termos de negócios da grande cidade pode afetar a vida econômica, social e política de pequenas cidades e de zonas de produção agro-pastoril, bem como o contrário, esse é o retrato da relação entre Goiânia e Senador Canedo e vice-versa.

Dessa forma, estes conceitos nos faz raciocinar no sentido de que os processos ligados à globalização e à dinâmica urbana dentro da complexidade socioespacial brasileira concretizam-se reconfigurando ou criando centros urbanos. O conhecimento nesse caso presta uma efetiva contribuição para a globalização em suas manifestações na rede urbana, particularmente nos pequenos centros urbanos, como é o caso de Senador Canedo, cidade estudada nesta pesquisa.

As transformações que ocorreram na rede urbana no Brasil na década de 1980 e início do Séc. XXI permitem uma análise dentro de uma trilogia constituída por: processos econômicos de caráter geral que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil; processos de caráter regional e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país; e processos que emanam da hierarquia da rede urbana, tamanho, função e forma urbana.

Numa tentativa de observar o mecanismo de transformação que ocorre nos

dias de hoje na rede urbana independentemente do fato de ser uma macrorregião, mas com foco numa trama de variáveis, vislumbra classificar as cidades agrupando-as em classes segundo o tamanho de cada uma, dentro de quesitos estabelecidos observando inclusive fatores populacionais. Não se pode deixar de considerar o que já foi levantado por autores como Corrêa e Santos de que a urbanização é atrelada ao sistema urbano e toda mudança no âmbito territorial seja no Brasil ou em qualquer outro país, é oriunda de uma atividade econômica específica, dinâmica e assentada de forma contundente como produto final dessa atividade, sendo que num momento preliminar é um dos elementos constitutivos desse processo.

1.2 Fixos, Fluxos e Redes Técnicas Informacionais

Vivemos em um momento no qual a sociedade é capaz de se conectar e se integrar em um verdadeiro movimento informacional, graças obviamente aos avanços da técnica no segmento das telecomunicações.

No processo de comunicação são instaladas redes técnicas no território, alimentadas pelos mais variados sistemas técnicos de comunicação que compõem em conjunto as telecomunicações e o processo de integração da sociedade em seu movimento informacional. A comunicação se refere ao processo que leva em conta um conteúdo específico, ou seja, a informação. Não há comunicação sem informação e vice-versa (RAFFESTIN, 1993).

Entende-se como fixos e fluxos, o processo imediato do trabalho e o movimento de circulação, respectivamente. Isso explica o entendimento e a configuração do que seja a produção, a circulação, a distribuição e o consumo (SANTOS, 1998). As megacidades são como os pontos nodais e os centros de poder do novo processo espacial da era de informação: o espaço de fluxos (CASTELLS, 1999).

Sobre esse assunto é extremamente pertinente considerar que “Técnica, ciência e informação, trabalhadas conjuntamente, foram visualizadas no contexto do mercado global por lógicas políticas e econômicas dos diferentes agentes sociais no espaço” (DIAS, 1995, p.30).

Santos (2008, p.239) corrobora com a autora e complementa:

[...] o meio técnico-científico-informacional é a face geográfica da globalização, dando ao meio geográfico aspecto de universal, sendo esse processo não generalizado e total, embora o conteúdo informacional possa ganhar novos conteúdos de forma ampla e acelerada. Não é menos importante destacar a relevância dos fluxos para a compreensão dessa característica contemporânea e meios de subordinação ao fenômeno da globalização.

Consequentemente, fixos e capital são imprescindíveis para a aceleração e expansão desse processo, como as estações rádio base, que são estações fixas que alimentam o sistema de telefonia celular e fixa, bem como a central de comutação e controle. Além disso, organizadas em redes, empresas globais operam no território em múltiplos locais, possuindo uma “extensão territorial” de atuação e competição ao estabelecer complexos circuitos de interação espacial, econômica, política e social. Nas leis de livre comércio e concorrência, empresas e negócios conduzem essa economia, muitas vezes, mais que os governos.

Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de produtividade espacial ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades [...] (SANTOS, 2008, p.248).

A interpretação das telecomunicações pode ser útil para a compreensão e apreensão das desigualdades e transformações socioespaciais recentes, em que se inserem o mundo e a sociedade como totalidades. Dessa maneira, é impossível negar o papel da informação e das telecomunicações na organização do território, em distintas partes do mundo. No Brasil, essa afirmação tem ganhado cada vez mais importância ao verificar as transformações socioespaciais que o país vem passando nos últimos anos, com a ampliação da densidade técnica, científica e informacional em diversas regiões (JURADO DA SILVA, 2011).

Nesse contexto, pode-se dizer que, mediante esse conjunto de transformações, se passa a escrever e criar terminologias como “sociedade em rede”, “meio técnico-científico-informacional”, entre outras expressões que se somam constantemente, na tentativa de caracterizar as mudanças colocadas em curso por meio da Terceira Revolução Industrial e do papel que a informação assume especialmente a partir da década de 1970, como diversos autores escreveram, em diferentes contextos teóricos, como Castells (1999), Santos (2008),

entre outros.

Na esfera mundial, as grandes corporações possuem e constroem estratégias específicas globais para a atuação no mercado cabendo aos governos a responsabilidade de adaptar determinadas leis para acolher as normativas das companhias e isso inclui ações, como privatizar, compartilhar ou conceder serviços, antes considerados como monopólios e estratégicos, para o Estado, à iniciativa privada nacional e internacional.

No Brasil, o processo de desestatização da telefonia ocorreu no Séc. XX, trazendo para a discussão geográfica a questão do uso corporativo do território pelas empresas privadas que diversificarão a *posteriori* suas estratégias, oferecendo outros tipos de serviços em telecomunicação, como é o caso de ressaltar a televisão por assinatura e a internet em pacotes integrados. Atualmente são os grandes oligopólios internacionais que dominam esse mercado (JURADO DA SILVA, 2015).

Ao se falar em fixos nessa pesquisa, estamos procurando apreender esse conceito em termos de capitais fixos que seria representado pelas estradas, portos, silos, terra arada e meios de comunicação. Assim, pode-se fazer uma diferenciação entre esses, capitais fixos, e os chamados capitais constantes que englobariam todo elemento transformado pelo ser humano na esfera industrial, tais como maquinários, veículos, navios, aviões, adubos e seus congêneres. É óbvio que se houver um incremento ou um aumento desses capitais, independentemente do fato de serem fixos ou constantes, isso irá gerar uma substancial necessidade da movimentação no sentido de que seja necessário o crescimento em número e em importância dos fluxos, conseqüentemente acarretando o crescimento do dinheiro e estabelecendo uma condição especial à vida das relações, em que os valores de uso são transformados em sua grande maioria nos valores de troca. Isso afeta diretamente a vida social no que pese o aspecto econômico e os valores culturais que podem ser modificados criando uma rede de alienação de lugar e de pessoas.

Segundo Santos (1998) para melhor entender o que seja fixos e o que se entende por fluxos, basta que se recorra a um conceito simplificado que estabelece o fato de que os fixos nos dão o processo imediato do trabalho enquanto que os fluxos são o movimento de circulação. Isso explica o entendimento e a configuração do que seja a produção, a circulação, a distribuição e o consumo.

Nessa linha de raciocínio permite-se vislumbrar que a internacionalização de

fixos, tais como os aeroportos, estradas, centrais de telecomunicações, portos e bancos, traz como consequência um maior fluxo de mercadorias e capitais, principalmente de informações uma vez que essa é a mola propulsora que amplia o intercâmbio de capitais, de serviços e da própria ciência. Não se pode deixar de destacar que o conhecimento faz parte da estrutura das forças produtivas.

Souza (2017, p.5) conceitua cidade informacional como “A cidade do espaço de fluxos, na qual uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, potencializadas pelas tecnologias de informação e de comunicação, têm prenunciado novas formas de interação do cidadão com o espaço urbano”. Como já fora abordado por Castells (1999) a cidade informacional é um prenúncio de uma nova forma urbana inserida no bojo da Era Informacional.

Um dos trunfos do poder é hoje informacional, e a informática é um dos meios de informação política, econômica, social ou cultural. É relevante destacar a relação entre poder e meio informacional:

A comunicação ocupa mais e mais o centro de um espaço abstrato, enquanto a circulação não é mais do que a periferia. Isso não significa de forma alguma que a circulação é menos importante, pois, ao contrário, é ela quem testemunha a eficácia da comunicação, mas isso significa que o movimento da informação comanda a mobilidade dos seres e das coisas. O espaço central da comunicação vampiriza o espaço periférico da circulação (RAFFESTIN, 1993, p.203).

Há ainda um lado bastante curioso do poder que é o fato de ver sem ser visto. Talvez, seja por isso mesmo que a sociedade contemporânea tenha atribuído tão grande importância à comunicação.

Ela pode se dissimular. Nesse caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto [...] A circulação se mostra por si mesma, não se pode mascará-la, dissimulá-la; em suma, é inútil torná-la invisível. Assim, deve-se exaltá-la, mostrá-la, propagá-la e, dessa maneira, pode-se saber tudo, ou quase, sobre as redes de circulação. É relativamente fácil conhecer os fluxos de homens e de bens nas redes rodoviárias, ferroviárias, navegáveis e aéreas. É a sequência “liberal” da estratégia do poder (RAFFESTIN, 1993, p.203).

Sobre a comunicação e sua posição em relação a sua transparência no meio informacional, a comunicação da informação é fácil de ser dissimulada e escondê-la, é a sequência totalitária da estratégia do poder. A função de mobilidade do poder só é bem conhecida em matéria de circulação, e pouco ou nada em matéria de comunicação, é a vulgarização da rede de circulação, privatização da rede de

comunicação. Os meios se deslocam cada vez mais em direção à informação, cuja gestão e controle são facilitados pelas técnicas atuais (RAFFESTIN, 1993).

Considerando o poder que emana dos fluxos e dos fixos pode-se vislumbrar, por exemplo, o avanço da tecnologia no sentido até de diminuir o tempo de trabalho dos operários envolvidos nessa questão do meio informacional, podendo inclusive, aventar a possibilidade de que num futuro bem próximo algumas profissões permitam o trabalhador de escolher até mesmo o espaço onde possa executar as suas atividades – o poder emanado do meio informacional permite novos modismos. Assim, há uma interação relevante na trilogia tecnologia, sociedade e espaço, desenvolvida a partir da opção da empresa que é integrada em rede de disponibilizar esse aconchego ao trabalhador, deixando-o livre para desenvolver suas atividades, seja em casa, no shopping ou na própria empresa.

Sabe-se que há uma organização perfeitamente integrada nos bastidores da economia global e informacional que permite também um núcleo central de controle e comando que estabelece um gerenciamento de todas as atividades que estão interligadas nas redes de empresa. Isso é um avanço em termos de gestão porque pode haver um foco determinado nos objetivos da produção desalienados da questão espacial ou do território definido da empresa. É uma organização que extrapola os convencionais espaços arquitetônicos tão bem planejados e idealizados pelos arquitetos e urbanistas da atualidade, que são muito eficientes, e lança o conjunto de atividades num patamar que supera os limites construtivos, avançando em redes por espaços até mesmo abstratos, surgindo a força de trabalho *online*.

A consequência dessa organização é que ela avança na questão da flexibilidade de horário e de locais tanto de trabalhadores quanto de fornecedores permitindo uma adaptação que só será eficiente se for combinada com o conjunto aglomerado de redes centrais interligadas a todo o sistema de redes secundárias dispersas no plano globalizado através de dispositivos que envolvam o setor das telecomunicações e o transporte em todas as suas camadas de ação. Essas redes centrais normalmente estão localizadas em centros de alto nível e são peças chaves para o processo de distribuição de riquezas e do próprio poder.

Contudo, há uma condição básica para que isso seja efetivo em todo espaço de tempo e em todos os centros de alto nível que é exatamente o fato de que essas redes tenham que ser versáteis e permitam que haja uma adaptabilidade das

mesmas sempre que se faça necessário. Esporadicamente, alguns autores denominam esses grandes centros que se servem dos núcleos centrais de redes e por apresentarem meios de inovação industrial de tecnologia de ponta, de tecnópoles.

Por isso, essas redes dotadas de núcleo central de controle e de comando aliadas e utilizadas de forma efetiva, “pelas redes sociais de diferentes espécies contribuíram de forma intensa para a consolidação do meio de inovação e de seu dinamismo, assegurando a comunicação de ideias, circulação de trabalho e troca de experiências sobre inovação tecnológica e iniciativas empresariais arrojadas”. Finalmente, os meios de inovação comandam as redes globais de produção e distribuição, que estendem seu alcance a todo planeta. Por isso, pesquisadores como Amin e Robins afirmam que o novo sistema industrial não é global e nem local, mas “uma nova articulação da dinâmica local e global” (CASTELLS, 1999, p.481).

1.3 Evolução e Inovação da Comunicação como Meio Informacional entre as Redes

Formas cada vez mais globalizadas das técnicas são difundidas a todo o momento, definindo, por outro lado, o conjunto de transformações e desigualdades socioespaciais que cada lugar, por meio das relações sociais estabelecidas entre múltiplos agentes, acolhe e sintetiza de forma contraditória. Com isso, se produz uma Geografia das Telecomunicações, alicerçada, particularmente, pelo papel que assume a informação na produção territorial. “A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico, e a geografizar, ou seja, a produzir uma Geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2008, p.49).

A sociedade atual, dentro das mais variadas condições e situações, no seu cotidiano, nas diversas partes do espaço urbano vivido, nas relações do trabalho, no lazer, nas plataformas educacionais, nos órgãos públicos, na estruturação urbana e intra-urbana, nos fluxos, fixos, nos objetos e nas ações, nas redes sociais, nas diversas porções do território, nas cidades, o mundo capitalista globalizado se estabelece, e com ele as redes e desta maneira, o meio técnico-científico-informacional se consolida.

Hoje não é possível debater a sociedade sem mencionar o papel da informação e das telecomunicações, sejam nas relações de trabalho, negócios, vida cotidiana, política, ambiente ou mesmo na organização territorial e na produção de novas infraestruturas técnicas. Seu significado extrapola o simples fato de levar a comunicação a distintas partes do mundo para assumir a posição de base de sustentação da sociedade capitalista e a formação de uma “sociedade da informação” (CASTELLS, 2003, p.14).

Ainda segundo autor (p.14-15), a informação, nessa perspectiva, ganha forte expressividade para a compreensão da sociedade, cabendo, dentre as diferentes possibilidades de análise territorial, demarcar as relações de poder, estratégias e conflitos estabelecidos com fundamento corporativo ou banal no seu uso. A intensidade da globalização no mundo moderno e o embate que se estabelece entre horizontalidades e verticalidades incrementam uma elevação da tensão entre globalidade e localidade, e, por conseguinte, entre o mundo e o lugar. Esse mesmo lugar recebe muitas vezes deliberações e imposições oriundas de outros locais mais distantes, e que agem nas pessoas moradoras do próprio local uma sensação de estranheza e mesmo de incompreensão.

Com relação ao mundo no período de globalização, Santos (2004, p.18) argumenta que “devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só”: a globalização como fábula; a globalização como perversidade; e o mundo como possibilidade - uma outra globalização. A formação das redes digitais e também os avanços nas redes de comunicação tornaram-se grandes marcos para este período. Assim, em tempo real, ocorrem comunicados e transações financeiras e são divulgadas notícias importantes, até reuniões de negócios não mais necessitam da presença física de todos os seus participantes, o que exemplifica o grau de avanço técnico das redes.

A importância das redes geográficas é significativa para o avanço do sistema capitalista financeiro, que, para muitos, ganhou o status de capitalismo informacional. A expansão das empresas transnacionais encontra-se bastante facilitada, incluindo a formação de *holdings*, que são agrupamentos entre empresas interligadas em redes internacionais.

As redes possuem papel ativo na configuração do espaço geográfico, e isso se estabelece de forma mais nítida na constituição das hierarquias no cerne das próprias redes. Um exemplo é a rede urbana, que se define do local ao global nos

mais diversos níveis, desde as cidades globais mais avançadas até os centros regionais e/ou locais localizados nos países periféricos. Assim, o que se percebe nas diferentes redes geográficas é a constituição de 'nós' formados por tamanhos diferentes, ou seja, alguns com mais fluxos dos que os outros.

As redes geográficas são, afinal, um importante elo entre as diferentes partes do espaço geográfico que integram o sistema mundial em tempos de globalização. Assim, elas permitem e também condicionam o transporte e difusão de inúmeros instrumentos técnicos, além de mercadorias, informações e conhecimentos, estando diretamente associadas à maioria dos elementos que compõem a vida cotidiana das sociedades.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2017, p.26).

O computador e a internet abrem novas possibilidades rumo à transformação social, visto que permitem, por exemplo, canais de comunicação direta que rompem com a hegemonia da informação mantida pela grande mídia que é controlada por pequenos grupos e está a serviço do grande capital. Além disso, abre caminho para canais de discussão e debates críticos. Com um computador ligado a rede de internet é possível a determinados grupos sociais contar sua própria história sem a necessidade de intermediários, e assim manifestações virtuais se materializam nas ruas.

Em sentido contrário, estão os paradigmas negativos de possibilidades deste mundo digital, como notícias falsas (*fake news*), tráfico de drogas, negociatas com dinheiro público, facilitadas pelo acesso às operadoras de telefonia.

Atualmente não é mais possível pensar o conceito de espaço sem considerar o processo de globalização e o período técnico-científico-informacional permeando entre os níveis: planetário; nacional; e regional e local. Conforme destaca Santos (2011, p.15) a unicidade da técnica e a convergência dos momentos resultam em uma globalização perversa, porém é possível uma outra realidade a partir de outro uso político com novas formas de ações e valores.

A definição do conceito de espaço merece atenção, considerando a

necessidade de atualizá-lo frente às atuais e novas dinâmicas frente a epistemologia do espaço. Além disso, elaboraram um projeto emancipador e repleto de possibilidade para o futuro. Santos através da globalização como possibilidade e Harvey com o utopismo espaço-temporal.

A partir dos fixos e fluxos, Santos (2008, p.153) define espaço como conjunto de sistema de objetos e sistema de ações. O período atual é caracterizado como técnico-científico-informacional e que os atores hegemônicos controlam a técnica através do uso político para atender aos seus objetivos. Neste sentido, transitam com fluidez e velocidade entre as escalas em virtude do controle da técnica. Tal orientação estabelece uma globalização que se apresenta como ao alcance de todos, porém quando analisada em profundidade revela sua perversidade.

Há um destaque importante a ser feito com relação à evolução das comunicações via Internet desde que foi criada em 1950. Há um empenho muito considerável do Ministério das Comunicações em universalizar o acesso à banda larga, tendo estabelecido estudos e desenvolvido projetos, como o Plano Nacional de Banda Larga. Esse projeto foi comentário no Jornal Estadão do dia 09/05/2016 onde é relatado que há um interesse daquele Ministério em levar a rede de fibra óptica até 70% dos municípios e 95% da população brasileira até 2019 (WARTH, 2016). Porém, sabe-se que hoje, somente 53% das cidades do País possuem redes de fibra óptica.

Os recursos de investimentos de 762 milhões de Reais serão oriundos da outorga dos leilões de frequência de telecomunicações que se iniciaram nos últimos anos. Para uma melhor compreensão do significado do montante em dinheiro acima levantado considera-se que a Cotação do Dólar no dia 09 de Maio de 2016 para venda foi de R\$3,5387, informado pelo Banco Central do Brasil. Há uma expectativa de que a arrecadação desses recursos seja feito via operadoras que optaram por parcelar o pagamento da outorga, e não estava previsto na Lei Orçamentária Anual, segundo André Figueiredo, Ministro das Comunicações. Com estes recursos, o Ministério pretende descontingenciar o orçamento e enviar projetos de lei que abrem créditos suplementares. Serão cinquenta milhões de Reais (R\$50.000.000,00) para um fundo garantidor do setor, cem milhões de Reais (R\$100.000.000,00) para o programa Cidades Inteligentes, e trezentos e cinquenta milhões de Reais (R\$350.000.000,00) para o Minha Escola Inteligente, que quer levar redes de fibra

óptica a 30 (trinta) mil escolas, com velocidade média de conexão de 78 megabits por segundo.

Para o Ministro citado anteriormente, não haverá problemas em manter o programa caso haja mudança de governo. “Havendo mudança de governo, quem quiser alterar o programa terá que fazer outro decreto e explicar os motivos”, afirmou. “Independente de quem esteja no ministério, é um projeto indispensável para o país.

Ao considerar a atual conjuntura, o atual governo eleito, ainda não apresentou nenhum plano relacionado a investimentos no setor de telecomunicações. Sobretudo, considerando a parcela da população de menor renda, as perspectivas de acesso às redes de informação e comunicação mostram-se comprometidas, tendo em vista a tendência de redução da renda média do brasileiro e aumento do desemprego, que têm entre as consequências o corte de gastos não essenciais à sobrevivência.

Pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico ou no meio empresarial a respeito da Internet destacam-se aspectos a serem considerados:

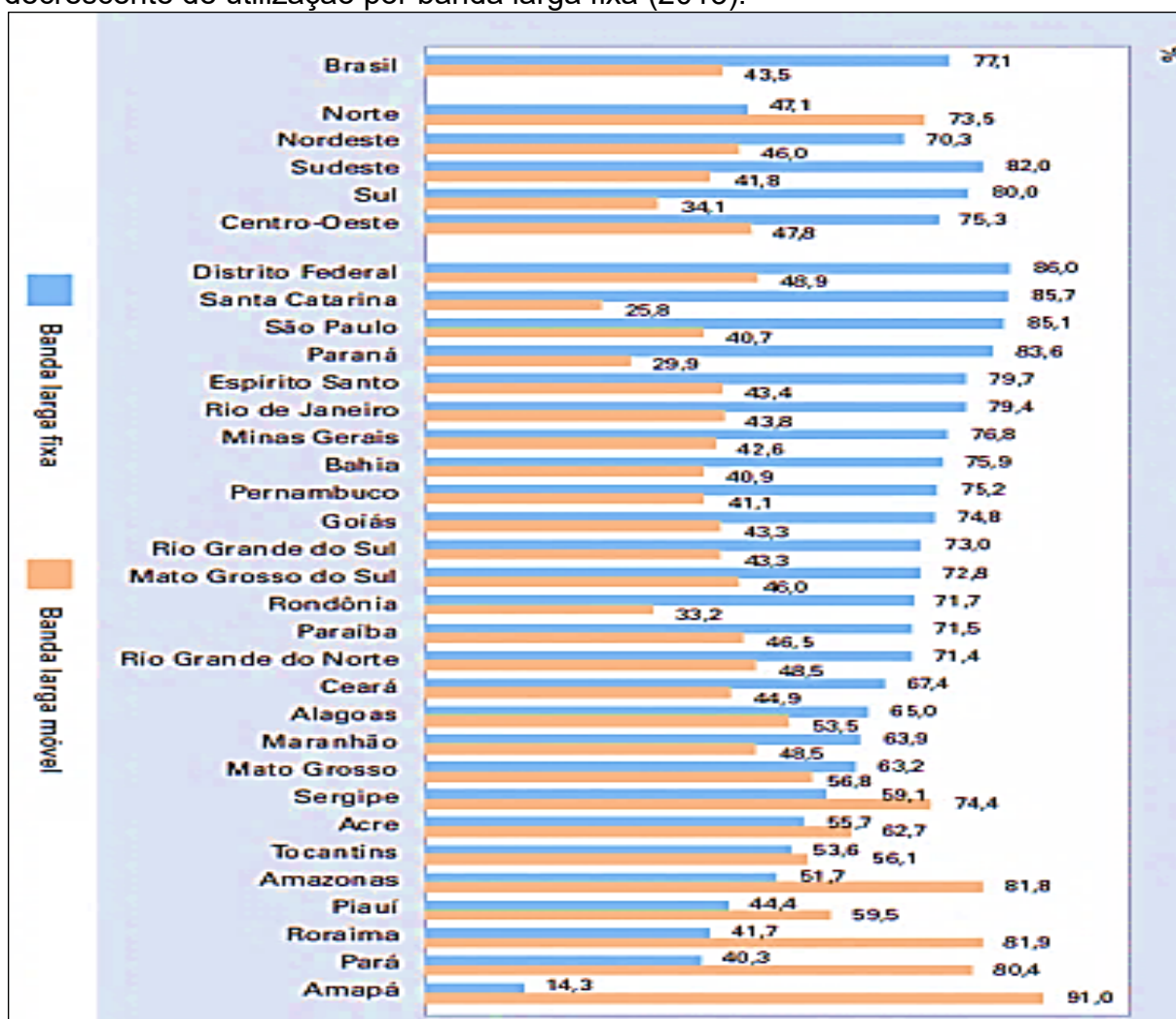
[...] advento da Internet não significa a supressão das outras formas de comunicação e interação já estabelecidas, ao contrário, significa a possibilidade de realizar todas (ou quase todas) as formas tradicionais de comunicação e interação através dela e, nesse sentido, aumentar a intensidade dessas relações sociais. A criação de uma sociedade organizada no indivíduo em rede permitiria a ele ampliar contatos pessoais, utilizar de maneira plural o conjunto dos meios de comunicação e obter informações sobre saúde, lazer e entretenimentos, entre tantos outros assuntos que possam contribuir ao seu bem estar pessoal (CAMACHO, 2013, p.81).

Outro aspecto quanto ao papel da internet, constatada no aspecto do indivíduo, é de que se cria uma sociedade organizada neste nos moldes de rede na qual o proporciona uma lista maior de contatos, a utilização de várias maneiras possíveis dos meios de comunicação na perspectiva de receber informações que possam agregar positivamente ao seu bem estar. Tem também o aspecto que se dá em relação ao ser humano, relativo ao fato de que, apesar do domínio do homem pela internet e nos negócios realizados nela e através dela, há um crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e sua presença crescente nos diversos setores da sociedade tem ampliado o uso da internet por parte delas (CAMACHO, 2013).

Com relação à variável educação, tem-se um padrão diferenciado, posto que maiores níveis de educação não pressupõe diretamente um maior grau de utilização da Internet. Observa-se nesse caso, que os níveis de uso e de educação devem ser relacionados com a faixa etária. Assim, entre os mais jovens e de maiores níveis de ensino, há uma intensidade maior de uso do que entre os de mesmo nível de ensino e de maior idade.

Considerando domicílios com conexão por banda larga fixa versus banda larga móvel, respectivamente, no Brasil são 77,1% por 43,5%, enquanto que na região Centro-Oeste 75,3% por 47,8%, e no estado de Goiás 74,8% por 43,3% (Figura 1). Esses dados demonstram a expansão das redes, de insuficientes para expressivos avanços.

Figura 1: Percentual da distribuição de usuários de internet no Brasil, em ordem decrescente de utilização por banda larga fixa (2013).



Fonte: IBGE (2013).

É importante indagar o que a internet tem feito no mundo dos negócios eletrônicos e os reflexos disto na economia. Neste sentido, destaca-se dentre as mudanças o fato de que ela transforma a relação entre empresas fornecedoras e compradores, desde a parte que envolve a esfera administrativa-gerencial, passando pela produção e a cooperação com outras firmas e completando na parte financeira, inclusive na avaliação de ações no mercado de valores. Em função da utilização e dos usos adequados da internet, atinge-se patamares de maior produtividade e competitividade para o mundo dos negócios, quaisquer que sejam eles. É evidente que em termos de ganho de tempo houve um avanço considerável (CASTELLS, 2003).

E isto é muito interessante do ponto de vista do esquema de fluxos e de organização dentro das empresas, uma vez que a empresa que opta por adotar a Internet como ferramenta fundamental de comunicação e de mecanismo de informação, está automaticamente mudando a sua rotina organizacional e assumindo a Internet como a sua nova forma de organização. Em termos de reflexos imediatos sobre a questão do capital e do trabalho, há uma mudança sistemática na forma operacional da empresa e materializa em uma nova roupagem para as suas estratégias de atividades cotidianas. Um exemplo específico são as empresas que optaram por inovar sua rotina operando no sistema *online*, se lançaram na vanguarda e se estabeleceram estruturadas em um sistema básico das redes de computadores abrindo todo o seu aparato de informações para compradores e fornecedores.

Castells (2003) cita alguns modelos de empresas que lançados pela internet não ficaram submissos à indústria tecnológica. Ao contrário, expandiram rapidamente o que nos leva a refletir que o negócio eletrônico tem toda a sua essência na conexão em rede, abarcando um segmento variado que é constituído por consumidores e prestadores de serviços. Além disso, uma estratégia de produção que visa essencialmente a redução de custos para colocar os seus produtos em preços mais acessíveis em termos de mercado. O autor vai além porque a resposta da reflexão perpassa pela necessidade de que deve-se permitir nesse negócio ações como a escalabilidade, a interatividade, a administração da flexibilidade, o uso de marca e a customização num mundo empresarial de rede. Com isso a empresa avança na inovação, se organiza e foca no objetivo principal

que é a lucratividade.

O avanço do mundo *online* é tão extenso e diversificado que já se tem bolsa *online* (NASDAQ) bem como os próprios mercados de câmbio, principalmente na Europa, já estão se tornando eletrônicos. E a inovação em rede permite uma avaliação do efeito em rede estabelecido por Castells (2003), ou seja, quanto mais nós há na rede, maiores os benefícios da rede para cada nó individual.

1.4 Abrangência das Redes Informacionais

Atualmente, além da dívida externa, o Brasil se apresenta em uma situação de crise ideológica e política de grande proporção. A situação pela qual atravessamos no momento, guardadas as devidas particularidades remete aos anos de 1980, quando ocorreram sucessivos problemas políticos e econômicos. A diferença é de que naquela época o problema brasileiro se chamava dívida externa que bloqueou todo o processo de investimento além de elevar sobremaneira os índices inflacionários. Tal como naquela década a falta de investimentos em nível nacional possibilitou, segundo o IPEA (2004), uma abertura em maior escala da economia brasileira provocando um sistema articulado entre as economias regionais. Se ocorreu uma articulação entre as regiões, houve uma ampliação da urbanização das cidades brasileiras.

O início dos anos de 1980 marcou um momento diferente em relação à década anterior, por exemplo em função do crescimento da agroindústria em menor escala do que a especulação imobiliária, da urbanização na fronteira, da agricultura irrigada, de maiores empreendimentos para exploração dos recursos naturais, e do maior desempenho e participação econômica das cidades de pequeno e médio porte. Por fim, a desconcentração industrial nas regiões metropolitanas foi concomitante ao crescimento das cidades do interior de São Paulo, das capitais regionais, como as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as cidades médias e as aglomerações não metropolitanas, áreas de fronteira agrícola e de expansão da agricultura. Este movimento foi responsável por uma forte desconcentração da economia e consequente desaceleração do crescimento metropolitano.

Nesta perspectiva, espera-se que na atual crise brasileira, o mesmo venha ocorrer de forma heterogênea o deslocamento das indústrias brasileiras rumo aos

núcleos urbanos menores, deixando as metrópoles e possibilitando o crescimento das cidades de seu entorno. Isso pode criar novos núcleos de produtividade e no caso do estado de Goiás, o polo marcante poderá ser a agricultura, o setor de exploração mineral e o crescimento das redes informacionais. Embora tudo isso possa redundar em uma forma de acirrar as diferenças regionais fruto do dinamismo dessa produtividade setorial, bem como destacar as diferenças intra-regionais e as desigualdades inter-regionais dentro do território brasileiro. Isso pode vir a ocorrer em uma situação de escassez econômica, o que se procura é uma saída de superação que vai de encontro às cidades ou núcleos de menor volume populacional que começam a receber uma migração invertida (quem saiu antes procura voltar agora) e começam a aumentar o crescimento do entorno das metrópoles.

O contexto da crise econômica também abriu alternativas para cidades de menor porte, com migração de retorno ou periferização dos centros urbanos, diminuindo o crescimento das áreas metropolitanas e fazendo surgir novos espaços economicamente dinâmicos que alteraram o comportamento do emprego urbano, da dinâmica migratória e das exportações. Como em qualquer cidade, a especulação imobiliária, caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias. Essas melhorias que acabam valorizando os terrenos podem dar-se de muitas formas, as mais comuns referem-se à provisão de infraestrutura, como: água, esgoto, energia; serviços urbanos: creches, escolas, grandes equipamentos urbanos; e às melhorias realizadas nas condições de acessibilidade: abertura de vias, sistema de transporte e de telecomunicação.

No caso de Senador Canedo, na criação de novos loteamentos são respeitadas as diretrizes do Plano Diretor e suas Cartas Derivadas da Cidade, aprovado pela Lei N. 1.317/07, que não obriga a implantação de nenhum serviço de telefonia. Dessa forma, o estado, que exerce o papel de regulador e não obriga as incorporadoras a executar as obras de infraestrutura de telefonia necessárias, ficando assim o interesse e o custo nas mãos das operadoras, que estabelecerão a forma da implantação tanto da infraestrutura quanto da operação.

A complexidade de implantação de qualquer sistema de telefonia poderia ser minimizada, em função tanto dos trâmites legais, quanto de parte da infraestrutura

necessária, pois é possível de ter aproveitamento de ambas, em função da implantação da rede de energia, que é item obrigatório na aprovação de novos loteamentos.

A reflexão sobre a influência das telecomunicações na exclusão social começa a advir da consideração de que a sede do lucro faz com que ações inescrupulosas sejam desencadeadas para premiar ambientes socioespaciais como elementos a serem adquiridos pelos melhores favorecidos financeiramente e de forma desleal, deslocando para outros ambientes territoriais aqueles que não detém a força do capital, ambientes esses menos desvalorizados dentro da especulação imobiliária.

Por outro lado, a interpretação das telecomunicações pode ser útil para a compreensão e apreensão das desigualdades e transformações socioespaciais recentes, em que se inserem o mundo e a sociedade como totalidades. Dessa maneira, é impossível negar o papel da informação e das telecomunicações na organização do território, em distintas partes do mundo. No Brasil, essa afirmação tem ganhado cada vez mais importância ao verificar as transformações socioespaciais, [...] com a ampliação da densidade técnica, científica e informacional (JURADO DA SILVA, 2015, p.16).

O território tem uma conotação própria e bastante significativa. Não se pode falar do mesmo sem passar pela perspectiva de população, sociedade, ambientes culturais para que o faça geograficamente compreensível, abarca conjuntos compreendidos por sistemas naturais e antrópicos, pois:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer à aquilo que nos pertence O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais, espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando do território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p.97).

Atualmente as transformações socioespaciais são melhores entendidas se considerarem conceitos fundamentais, como cidades, técnica e espacial, movimentos sociais e ativismo. Jurado da Silva (2014, p.64) conceituou cidades como sendo expansão da urbanização, do tamanho das cidades e da população; ampliação da migração, crescimento não planejado dos grandes e médios centros urbanos, boom de atividades informais no mercado econômico; precarização das condições de vida e do emprego; crise do setor da habitação, favorecimento da especulação imobiliária, segregação e fragmentação socioespacial; aumento da

desigualdade social, da insegurança urbana e do número de crimes, acompanhado de alterações nos significados e papéis que algumas cidades desempenham no contexto da rede urbana. Quanto à técnica e espacial é a consolidação do meio técnico-científico-informacional traduzindo-se, grosso modo, na conformação dos espaços com maior densidade técnica, industrial e financeira enquanto outros espaços permanecem estagnados, marginalizados e desprovidos de condições materiais para crescimento e desenvolvimento econômico-social. Já os movimentos sociais e ativismo é um fortalecimento destes na cidade/campo e na internet em prol da cidadania e da justiça social em sentido amplo.

Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou não empregados. A verdade é que tanto os jovens [...] não participam diretamente da produção, mas o simples fato de estarem presentes no lugar tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para outros (SANTOS, 1985, p.6).

A exclusão é imediata quando o território, a especulação imobiliária e o crescimento e desenvolvimento dos recursos de infraestrutura do mesmo em níveis de sofisticação faz com que a segregação de classes seja de forma natural em virtude desse próprio desenvolvimento.

Não tendo poder aquisitivo para continuar na zona renovada, são obrigados a se mudar, o que significa o mais das vezes maior distanciamento do trabalho, quando não perda do mesmo, pagamento de aluguel mais elevado (porque a renovação urbana reduz a oferta de alojamentos baratos) e a perda de relações de vizinhança, o que, para pessoas pobres e desamparadas, pode ser o prejuízo mais trágico [...] Em última análise a cidade capitalista não tem lugar para os pobres (SINGER, 1978, p.33).

Os pobres são excluídos do fluxo de riquezas e informação, privadas da infraestrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano.

Em outra instância há um modo de vida nas favelas ou em vilas operárias, em que os sistemas de transportes públicos, as rede de comunicações, os serviços de saneamento básico, são inacessíveis em maior ou menor grau, ao passo que áreas vagas, em que este acesso seria facilitado, lhes são vedados pela barreira da propriedade privada do solo urbano. Singer (1978, p.35) defendia que esse acesso

era vedado pelo fato de que essas áreas estavam monopolizadas por moradores de rendimentos elevado ou médio. Isso contribuía para reforçar o aspecto de que na medida em que os rendimentos da população são menores, tanto mais reduzidos são tais serviços fundamentais à vida digna.

Para Castells (2003, p.67) a internet surge como uma mercadoria de grandes possibilidades de lucro por meio da sinergia com as redes e a telecomunicação. Neste sentido, se faz necessário que os trabalhadores, que almejam atuação em atividades produtivas atuais e futuras nos formatos ofertados pelas redes e as tecnologias ligadas às telemáticas no modo informacional, sejam flexíveis e abertos a atualização e a re-qualificação aos meios tecnológicos de trabalho. Isso se torna primordial para a manutenção da classe trabalhadora no meio produtivo atual. O trabalhador que não entrar no círculo da melhoria contínua, associada às tecnologias da informática, estará vulnerável a uma piora na questão salarial ou na ocupação de um posto de trabalho. Pode-se dizer que ela acrescenta ao modelo de negócio da empresa de rede uma capacidade de desenvolver organicamente com inovação, sistemas de produção e demanda de mercado, mantendo ao mesmo tempo a atenção focada na meta suprema de qualquer negócio, que é a de obter ganhos, na intenção de proporcionar agilidade e fluidez nos negócios, abrangência e penetração nos diferentes setores do território, não deixando de lembrar das relações de trabalho e as formas flexíveis.

Na cidade, considerando o centro urbano e os bairros mais distantes, ou mesmo, às periferias, pode ser constatado no primeiro um melhor atendimento das operadoras de telecomunicações, surgindo aí uma concomitância entre a concentração de renda nos setores centrais e suas vizinhanças com o maior e melhor atendimento das operadoras de telefonia. Isto parece repetir também no que tange as ocupações dos espaços urbanos, ou seja, na demanda demográfica com a ocupação dos lotes em uma perspectiva maior também nas regiões mais centrais. Nesta perspectiva do centro-periferia, além da quantidade maior de construções, também se observa um padrão diferenciado para melhor no que diz respeito ao aspecto visual das construções, o que pode induzir a um entendimento que aí provavelmente há uma maior faixa de renda com possível presença da telefonia.

Frequentemente, prédios são ocupados, seja por simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal [...] O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas (CASTELLS, 2017, p.25).

É esclarecedor que uma sociedade menos favorecida financeiramente ocupa os extremos da cidade, onde também é detectada a carência de atendimento pelas operadoras de telefonia. A concentração de renda nas mãos da classe dominante continua replicando ao longo dos anos mudando somente o aspecto da forma, que é mais cruel agora.

Abandonando o aspecto de exploração imobiliária nas cidades, esse aspecto urbano propriamente dito em termos de território, passa-se a uma outra perspectiva no sentido de transformação da forma urbana, é a cidade informacional, que advém de uma nova forma urbana que fora introduzida pelos desígnios encontrados na era da informação.

Apesar da diversidade extraordinária dos contextos físicos e culturais, há algumas características comuns fundamentais no desenvolvimento transcultural da cidade informacional. Defenderei que, por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural dos fluxos (CASTELLS, 1999, p.488).

Essa consideração reforça o fato de que o mundo suburbano das cidades europeias é um espaço diversificado, segmentado em diferentes periferias na vizinhança da metrópole. Esse desenho de cidades no nosso continente é um rebatimento do que é um modelo ancião na Europa.

Existem as novas cidades francesas, britânicas ou suecas, habitadas por pessoas mais jovens e de classe média, cuja idade dificultou-lhes entrar no mercado de moradias da metrópole. E também há os guetos periféricos de conjuntos habitacionais mais antigos, como o *La Courneuve* em Paris, onde populações formadas por novos imigrantes e famílias trabalhadoras pobres sentem sua exclusão de “direito à cidade” (CASTELLS, 1999, p.488).

No terceiro milênio pode ser concebida uma nova e interessante forma de cidade que vem sendo desenhada em vários contextos sociais e geográficos, são as megacidades, com um desenho espacial também novo no contexto de que a economia global e a sociedade informacional emergente estão conseguindo apropriar e provocar a sua configuração. Pelo fato de serem articuladoras da

economia global elas concentram o poder mundial e paradoxalmente são depositárias de todos os segmentos da população que lutam para sobreviver, dos grupos que vivem em situação de abandono referido pelo autor e que não querem morrer negligenciados em áreas destituídas de redes de comunicação. Essas cidades tem uma característica de tornar-se pior e estão conectadas externamente a redes globais enquanto que internamente se desconectam das populações locais responsáveis por funções desnecessárias pela ruptura social. São centros de poder e pontos nodais do novo processo espacial da era informacional que são os espaços de fluxos.

1.5 Redes Técnicas, Meio Informacional e Telefonia – Exclusão Social e de Renda

As redes técnicas propiciaram ao longo do tempo o desenvolvimento da humanidade gerando conforto e adequando o *modus vivendis*, despertando a visão de lucro, assim como propiciando o desenvolvimento socioespacial. Como exemplo pode-se citar os aquedutos na Itália, os sistemas ferroviários tal como os implantados no Centro-Oeste brasileiro nos anos 50, as malhas rodoviárias, o sistema nacional das redes elétricas, os sistemas de telefonia, que sobrepostas e com suas amenidades¹ instaladas e ofertadas no espaço geográfico, cada uma a seu tempo, possibilitaram oportunidades de acesso a modernidade que estes representam à sociedade, o que influenciou o progresso e o desenvolvimento, inclusive, de Senador Canedo.

Na sua totalidade e no bojo de sua insignificância, as redes técnicas refletem um mecanismo a serviço do capitalismo para manter sua dominação e alargar o seu processo de expansão. É um elo que ata o sistema econômico regional com o nacional da cadeia produtiva de forma a mantê-los coesos, coexistentes e integrados. É através das redes que se dá a organização geográfica dos territórios e centros urbanos, e a ligação com a hinterlândia dos mesmos.

Na realidade, toda demanda social tem como consequência a constituição de um processo de inovação (DIAS, 1995). Se fizer uma sequência contínua desde a

¹ Caracterizam-se como amenidades os bens públicos de que todos os habitantes de uma determinada área podem usufruir, sem que isso implique custos específicos (MELLO, 2010, p.9).

ferrovia, vem a rodovia passando pelo telégrafo, telefone e pela informática, que constitui a teleinformática. Essa última assim denominada porque ela reduziu o aspecto físico geográfico a um elemento virtual que converteu a distância em proximidade quebrando um paradoxo que por muito tempo dificultou a vida da humanidade. O telégrafo eliminou uma das profissões no século XX que é o mensageiro que se tornou consolidado com advento do telefone. O desenvolvimento das inovações relacionadas às técnicas representa a história das próprias redes técnicas que é a consolidação no tempo do capitalismo. Cada uma a seu tempo modificou o espaço nacional permitindo um avanço na velocidade de circulação em qualquer nível de pessoas, informações e de bens e valores.

No mundo moderno conhece-se uma técnica de telecomunicações que margeia os níveis de excelência, permitindo uma velocidade inigualável no que se refere ao tratamento de dados via bits e megabits. A circulação desses dados faz com que a questão temporal de dias, meses e anos sejam reduzidas a uma questão de segundos e de uma instantaneidade e simultaneidade que empolgam e transformam os quilômetros de cada continente em uma questão pontual, fazendo com que os mesmos tenham uma coexistência no recebimento e transmissão dessas informações (DIAS, 1993).

É um tema que faz com que as redes técnicas tenham papel decisivo na organização dos espaços fazendo com que os aspectos virtuais dos dados tenham capacidade de interferir na economia mundial e na transformação dos territórios. As redes técnicas são ao mesmo tempo impactantes e de grande efeito na organização dos territórios. Por outro lado, tem um aspecto multifacetado de integração produtiva e de mercados, de aspectos financeiros e de circulação de bens, que eliminam a imensidão física que compõe os continentes da terra.

A comunicação através das novas redes de parceiros econômicos – à montante e à jusante – se acompanha de uma seletividade espacial. Integrando os agentes mais importantes as redes integram desigualmente os territórios, segundo o peso das atividades econômicas preexistentes. No lugar de abrir os ferrolhos, ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades (DIAS, 1995, p.158).

Nessa perspectiva de circular e comunicar, as redes se adaptam às condições ligadas ao espaço e ao tempo, ou melhor, “a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É porque ela é um

instrumento por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.204). Mais tarde uma nova interpretação surge abordando a temática do espaço se convertendo em território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos, fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas” (LEFEBVRE, 1980, p.259). Aí reforça o papel da rede em instrumento de poder.

Santos (1994) destaca que por meio das redes técnicas tem-se a constituição do meio técnico-científico-informacional, o qual é capaz de possibilitar a circulação e a comunicação. Raffestin (1993) estabelece uma dicotomia entre as redes técnicas ou de infraestruturas e as redes de serviços ou de organização. As primeiras dão suporte para o fluxo de materiais e informações, como as redes de transportes, comunicação e informação. As segundas resultam do modo como os agentes se organizam no território para realizar suas atividades, o que denota articulações políticas e sociais. Assim, redes técnicas são frutos e meios de expansão da modernização, o que os torna fundamentais na organização dos territórios. O controle do território é dependente do controle das próprias redes.

Numa extensão da capacidade de implantação das técnicas, no espaço e em especial aos meios informacionais, a própria globalização, por parte das grandes empresas a expropriação daquilo que as redes técnicas proporcionam em termos de lucro, a de ser considerando a questão financeira e o poder aquisitivo da população na esfera mundial. Pode-se dizer que uma ampla parcela da sociedade não tem acesso às condições de vida digna em termos de moradia e muito menos na questão do acesso à informação de qualidade. Do ponto de vista da distribuição de rendas, é notório que pesquisas realizadas nesse sentido, apontam para o diagnóstico de que determinado segmento da população usufrui dos modos cada vez mais estandardizados de consumo com acesso a bens que jamais estarão na mesa ou farão parte do cotidiano de um outro grupo da sociedade que não os usufruem e nem tem aporte financeiro para adquiri-los.

Santos (2014, p.20) utiliza-se de um elemento conceitual que separa significativamente a confusão que se faz entre cidadania e consumo. A cidadania é confundida como acesso ao consumo e às novas formas de endividamento das pessoas. Cidadania e consumo, nesse movimento, jamais serão atributos da parcela

mais pobre da população que é invisível a determinados governantes, na execução de políticas públicas e na formação de uma consciência universal. Ademais, admite-se que ampla parcela da sociedade não tem acesso às condições de vida digna e sequer à informação de qualidade.

Essa questão de forma padronizada de consumo utilizado por grande parte da população de um determinado local, que detém um grande poder aquisitivo, acaba despertando a atenção das empresas ao questionar onde e como utilizar os seus recursos e estabelecer os seus investimentos. Nesse caso, é notório que o uso do território não se dá de forma igualitária pelas empresas como as de telefonia. De acordo com o mesmo autor, as empresas de engenharia utilizam sistemas semelhantes de forma diferente, proporcionando investimento de forma seletiva, assim elas estabelecem seu espaço em dimensões relativas à força de mercado, como este não é homogêneo, surge então as diferenças no uso do território.

Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõem. A rede urbana se torna, assim, um fenômeno ainda mais complexo, definido por fluxos de informação hierarquizados e fluxos de matérias que, nas áreas mais desenvolvidas, não são hierarquizantes (SANTOS, 1994, p.167).

Há uma segregação de classes subsumida na questão do acesso à informação, ao se considerar o ponto de vista de quem tem ou não esse acesso. Assim, essa barreira pode ser transposta quando se tem em condições inusitadas um indivíduo que pertence a um segmento da população de baixo poder aquisitivo, que reside num bairro periférico da via urbana sem acesso às informações via redes telefonia, mas que por uma condição qualquer, como por exemplo, o local de trabalho, ele tem acesso constante e muito bem aproveitado do conhecimento via informação. Por conseguinte, esse indivíduo vai passar a fazer parte do grupo seletivo de pessoas que tem poder de decisão proveniente do conhecimento adquirido via informação permitindo via as redes de comunicação.

Essa é uma contradição da globalização uma vez que a internacionalização do conhecimento é o seu escopo principal difundido em todas as partes do mundo. Nessa contradição pode-se ter um pequeno segmento da população que embora resida num espaço urbano periférico e tem acesso à aquisição de equipamentos que

permitem o acesso ao conhecimento via redes de informação, mas que com o passar do tempo em decorrência do crescimento acelerado do custo de manutenção desses equipamentos, ele se vê subjugado pelo ônus de não mais poder prosseguir nesse patamar e desembarca no fato de que mesmo sendo portador dos meios que permitem o acesso a informação, o custo dos mesmos o obriga a paralisar as atividades.

Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo as regulações verticais novas e as regulações horizontais preexistentes, maior e mais forte se torna a tensão entre globalidade e localidade, entre mundo e o lugar e assim, o lugar se torna único (SANTOS, 2008),

Complementa ainda que a tendência da globalização continua a ser analisada em consideração ao período que se inicia, no Séc. XX, e não poupa nenhum adjetivo no sentido crítico depreciativo de fazer uma consideração mais detalhada sobre essa tendência da globalização.

Para a maior parte da humanidade, a globalização é fábula porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer; a transferência não passa de uma promessa [...] Perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se tem buscado não é a união, mas antes a unificação (SANTOS, 2008b, p.152).

Nas condições atuais, a resposta à globalização é uma verdadeira fragmentação, uma tendência à explosão. Fragmentação esta que deve ser entendida como consequência de uma ausência possível de regulação das atividades de alguns atores que se consagram por produzir em causa própria e criam uma verdadeira desordem em todos os setores, que é envolvida pelo próprio processo produtivo da globalização atual e totalmente desprovido de limites, além de admitir que a desordem não é desejada.

Santos (2000, p.42) atribui às empresas um novo poder oriundo de uma desorganização globalizada e afirma que “esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, sequestrando autonomia do resto dos atores”.

Quando se pensa em globalização vem de imediato a noção de que vencer a barreira física da distância geográfica necessita de um aporte substancial que

provém do setor político. Santos (2014) ainda compara que a distância geográfica muitas das vezes é duplicada pela distância política. Isso significa que estar na periferia é como dispor de poucos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado.

As redes de telecomunicações nesse caso, favorecem a chamada globalização que nada mais é do que uma proximidade geográfica abstrata, mas que na realidade, mantém o distanciamento físico cartesiano em termos de territórios e continentes.

A cidade grande se torna detentora do monopólio da informação e isso faz com que a população de pessoas denominadas iletradas ocupe as periferias desfavorecendo-as tanto do ponto de vista da informação econômica e política. Há então uma desigualdade e é tanto econômica, social como geográfica. Por isso mesmo, na medida em que se distancia dos centros onde se localizam o poder, torna-se muito mais difícil fazer ouvir a própria voz.

Nas cidades médias e pequenas, os organismos do Estado e as autoridades públicas dispõem não raro de um poder apenas formal, dada a inexistência de meios financeiros e decisórios. A população vê-se desfavorecida em razão da fragilidade dos instrumentos administrativos, acrescentando-se a isso a menor possibilidade, na periferia, de exercer uma pressão sobre o governo central.

Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político [...] Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. [...] isso determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele local (SANTOS, 2014, p.119).

Não é novidade o fato de que o poder público, em certa medida, é responsável pela supervalorização de certas áreas, seja por políticas de investimento em infraestruturas técnicas, equipamentos urbanos, por omissão ou ao deixar as políticas urbanas sobre influência daqueles que buscam ganhos exorbitantes na valorização e uso da terra urbana. Os frutos da estratégia especulativa dos donos da terra, dos construtores, incorporadores, setores imobiliários, tende a provocar o empobrecimento cumulativo de parte da população trabalhadora, e a marginalização daqueles que, por motivos diversos, não se enquadram nesta.

Esse questionamento pode ser investigado no contexto dos pequenos centros

urbanos. A consequência dessa indagação acaba por privilegiar os processos, agentes e formas resultantes, por meio dos quais os processos ligados à globalização concretizam-se em cada pequeno centro, reconfigurando ou criando-o (CORRÊA, 1999). Deste modo, é possível uma efetiva contribuição para o conhecimento tanto da globalização como de suas manifestações na rede urbana, particularmente nos pequenos e numerosos centros urbanos.

A globalização e a urbanização são objetos constantes de discussão abordada por Santos. Sobre a questão da urbanização, o autor remete a uma reflexão mais detalhada, que é o fato de que é um processo que estabelece critérios para quem vai ocupar o espaço urbano. No Brasil, arquitetos, preocupados com a forma, são excludentes porque se apoiam na sociedade que, por si só, também é excludente. As redes de informação e de comunicação são elementos da “modernidade” associada à globalização, elementos esses de caráter essencialmente urbano.

Na realidade, o que a sociedade faz é utilizar-se da urbanização para cristalizar o seu processo de exclusão e embora as cidades recebam pobres, elas também criam pobres. “A forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria crie ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental à produção de pobres e da pobreza” (SANTOS, 2009, p.66), e complementa ainda:

É óbvio que a organização espacial urbana está intimamente ligada ao mecanismo que move o aumento ou a diminuição da pobreza. Se a economia juntamente com a sociedade e o espaço podem desembocar num agravamento da pobreza, reduzindo a participação dos trabalhadores urbanos e rurais no trabalho, a organização do espaço e o perfil urbano resultantes serão fator suplementar de pobreza, isto é, farão com que os pobres se tornem ainda mais pobres (SANTOS, 2014, p.113).

Corrêa (2005, p.5) conceitua espaço urbano como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos definem as áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais; de serviços e gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Esse conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Essa fragmentação é ligada através dos fluxos seja de pessoas, de mercadorias e de informação. Daí a importância do papel das empresas

de telefonia e do acesso aos serviços da mesma.

No espaço urbano é preciso considerar que o grupo social dos excluídos ajuda na sua constituição e este grupo não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e quiçá comprar um imóvel. Esse grupo fica à mercê de moradias, como favelas cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo Estado. Esse grupo se caracteriza pela resistência à segregação social ao habitar um desses sistemas e ao mesmo tempo, pela sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais.

O fato é que a distância entre o capital e a expressão coletiva é infinita, como Castells já abordou, quando da sua análise da sociedade-rede ou a meta rede, em que uma rede torna-se dominante dentre seus pares e, por outro lado, é excludente para os trabalhadores e suas manifestações culturais vitais. Randolph (1999, p.37) afirma que isso é nada mais do que a sociedade-rede, e tem uma bifurcação dicotômica: paraíso e pesadelo ao mesmo tempo. É o paraíso com o qual o capital sempre sonhou e o pesadelo que sempre ameaçou os trabalhadores e lhes roubou seu sono. O capitalismo tornado fluxo transcende qualquer limitação do tempo e do espaço. A sociedade-rede é paradoxalmente escassa em conexões, ou seja, é altamente seletiva e restrita como rede. A sua lógica é a do capital financeiro e por isso mesmo ela deixa de ser uma sociedade.

Abordar o tema rede é preciso entender que é um processo de múltiplas ordens, que podem ser de integração produtiva, de mercados, financeira e da informação. “Mas processos igualmente de desintegração, de exclusão de vastas superfícies do globo, pensamos que o exemplo mais perverso seja o do continente africano” (DIAS, 1995, p.147).

Ao questionar o que significa na realidade a exclusão, entende-se que ela é perversa porque é dissimulada em sua estratégia, usa o trabalhador para conseguir os seus lucros e o aumento do capital, mas o exclui contundentemente da participação do mesmo. É uma escravidão camuflada sob a forma ou posto de trabalho: você é requisitado para obter o produto e uma vez pronto você se encontra excluído naturalmente do mesmo porque ele não te pertence. Isso traz a criação dos conflitos internos dentro da classe trabalhadora e o incentiva à luta pela conquista do seu espaço na cidade, porque de forma bastante participativa eles ajudam no processo de criação da riqueza, mas cruelmente a tem como negada.

Do ponto de vista do papel que a internet representa na vida das pessoas, na possibilidade que como elemento de globalização do conhecimento e oportunidades, há um paradoxo subsumido por se referir a uma questão de classe social de poder aquisitivo mais baixo, e por isso mesmo, excluída do acesso a essa rede. É uma premissa que não se cumpre, a internet não é igualitária quando se trata da integração e sociabilização da população no sentido do acesso. Algumas publicações mais recentes foram feitas a esse respeito, ratificando o acirramento das diferenças quando se põe de um lado a população carente e de outro lado a população de poder aquisitivo mais alto, no qual um grande número da classe pobre ou de baixa renda não se inclui na estatística de usuários. As desigualdades são evidentes, isso pode ser confirmado em matéria disponibilizada no *site ig*, onde consta que mais da metade da população da América Latina não contrata os serviços de banda larga-internet mesmo estando em manchas de cobertura das operadoras, sendo que 90% da população ocupa esta cobertura.

[...] obviamente, ter acesso à Internet não é obrigatório. Mas no futuro, existirão grandes diferenças entre as pessoas que utilizam a Internet e as que não no que se refere a salários, nível de vida, etc., alertou [...] A América Latina já é uma das regiões mais desiguais do mundo. Se há preocupação para fechar essa brecha digital, haverá uma polarização ainda mais significativa em relação a educação, salários, oportunidades de trabalho (www.ig.com.br, 2016).

A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo. No que diz respeito ao potencial de ganhos para as empresas associadas e que fazem uso do objeto representado pela internet, é interessante observar a disparidade com a realidade sofrível e limitada do trabalhador, quanto se liga o capital e seu propósito em auferir lucro.

Nos próximos 5 (cinco) anos é previsto que a indústria da telefonia móvel crie um total de 300.000 novos postos de trabalho, com uma perspectiva de investimento no setor de 193 bilhões de dólares, o que provocará um aumento da sua contribuição ao PIB da região de 4,1% para 4,5%. O diretor da GSMA afirma que a indústria tem uma preocupação que é o freio econômico embora esse tipo de indústria faz investimentos a longo prazo. O capital não concretiza objetos e ações em circunstâncias em que não há possibilidade de ganhos, mesmo que seja necessária a abertura de oportunidades aos trabalhadores (ANATEL, 2015).

A expansão da banda larga aborda um questionamento que configura as

idades mais populosas, o IDH e o benefício recebido pelo maior número de pessoas. Ainda que o assunto desperta uma polêmica significativa, podemos considerar bastante oportuna seguinte publicação da revista eletrônica ISTOÉ, de 06/06/2017, em que um estudo atual apresentado pelo IPEA mostrou que a expansão da banda larga priorizando municípios com maior população tem a capacidade de beneficiar um maior número de pessoas do que se forem priorizados municípios com menor IDH.

O objetivo do estudo é embasar as políticas públicas do governo para a universalização da internet no Brasil. O estudo, apresentado hoje em um seminário na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), avaliou o impacto da construção de 20 mil quilômetros de fibra óptica, de acordo com cada um dos critérios. Nos municípios priorizados pelo menor IDH, a população total atingida pela infraestrutura seria de 6 milhões de habitantes. Se forem priorizados os municípios com maior população, a mesma infraestrutura poderia beneficiar 12 milhões de habitantes (ISTOÉ, 2017).

Há nesse estudo um questionamento feito pelo presidente do IPEA, Ernesto Lozardo, quanto a ação do governo no sentido de eliminar a exclusão social desse benefício. Ele faz uma abordagem colocando as alternativas para o próprio governo e indagando para que caminho ele pretende seguir e quer conduzir os investimentos de internet.

Se você leva a internet à população com baixo IDH e não tiver mercado, não tiver demanda, é um investimento perdido, gastos não produtivos. Ao passo que se for para uma população maior, que tem uma demanda garantida, tem uma rentabilidade maior para o investimento. Sobre o assunto o conselheiro da Anatel, Igor de Freitas, argumentou que se for fazer um planejamento ele deve ser executado levando em conta que de onde serão obtidos os melhores resultados, e destacou que o critério do IDH é o que traz os piores resultados em termos da população beneficiada: “Vai ter menos gente atendida, menos pessoas pobres atendidas, menos jovens atendidos. Então, não acho que seja possível defender, com esse estudo do IPEA finalizado, que se use como critério apenas o IDH, tem que associar com outros critérios”. Na busca de incluir, ocorrerá exclusão.

O Estado é o gestor das políticas, cabe aqui uma indagação ao que já fora dito por Harvey (2005) que o Estado é classista quando é um produto da sociedade moderna para controlar o território e para explorar as classes oprimidas; e ainda o que fora dito por Santos (2000) de que no contexto da globalização, as grandes

empresas e corporações internacionais subordinam o Estado e intervêm na política e participam das grandes decisões. Com isso, o Estado estaria interessado em fazer uma política de inclusão no sentido de levar a banda larga a todos? Haveria forças internas para fazer com que o Estado fizesse um contraponto com a sociedade que dele se apropria e invertesse a questão da apropriação remetendo-a na forma de sua vontade às classes hegemônicas dando a elas a dimensão do seu interesse e do que ele quer dominar? O que está posto hoje é exatamente o contrário.

Jurado da Silva (2015, p.57-58) aborda o atual desinteresse do Estado em levar a banda larga ou mesmo qualquer benefício das comunicações a todos os locais e territórios independentemente do poder aquisitivo, reafirmando que as desigualdades são oriundas das políticas governamentais:

[...] Mas a maior clivagem que expõe o fenômeno da desigualdade no consumo e na apropriação desses objetos são as fraturas referentes à má distribuição de renda que demonstram porque determinados espaços são dotados de maior densidade técnica e econômica [...] Portanto, torna-se necessário pensar em termos de uso o modo como são difundidas essas infraestruturas e tecnologias no território, fazendo com que seu componente ativo de inovação traga elementos de riqueza ou pobreza a distintas áreas, detectando as contradições presentes nessa lógica e apontando, se possível, para sua superação.

O governo está revisando todas as políticas públicas na área de telecomunicações. Segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), André Borges, o estudo do IPEA será uma ferramenta essencial para a definição das novas políticas públicas do setor, e afirma que “Não adianta fazer uma rede de acesso para uma comunidade que não tem a capacidade de consumir esse serviço. Vai ser um desperdício, como vários desperdícios já aconteceram no passado. Então, como a fonte de recursos é escassa, temos que levar esse investimento onde ele vai dar mais resultado, no sentido de incluir mais pessoas”. A exclusão mais uma vez poderá se fazer presente onde há o discurso da inclusão em que o papel social é deixado à parte.

A nova Política de Telecomunicações, anunciado em novembro de 2017 pelo MCTIC, visa substituir o Decreto 4733/2003 que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações e o Decreto 7175/2010 que criou o Plano Nacional de Banda Larga, a fim de promover acesso às telecomunicações, fortalecimento dos usuários, promoção da inclusão digital e o desenvolvimento tecnológico. A inovação está no uso e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, e em levar conexão a

todos os municípios. Como objetivos específicos das políticas, o decreto prevê a expansão do acesso à banda larga fixa e móvel; o atendimento da população em áreas cujo atendimento seja inadequado; a privacidade e a transparência nas relações de consumo; a inovação e atualização tecnológica; o estímulo aos investimentos necessários à expansão e melhoria dos serviços; e a integridade e segurança da infraestrutura e serviços (POSSEBON, 2017).

O que aconteceu ao longo desses anos todos de globalização e de desenvolvimento das técnicas de comunicação foi um Estado cada vez mais submisso aos interesses das grandes corporações e das grandes empresas, com uma preocupação precípua de atender os interesses daqueles e mantendo um distanciamento dos interesses da sociedade como um todo.

Maricato (2014, p.120) cita um trabalho desenvolvido pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos sobre as favelas do Rio de Janeiro, referindo-se a um mergulho do profissional na realidade das favelas brasileiras:

[...] os loteamentos periféricos e dos movimentos sociais contribuindo muito para enriquecer o conhecimento sobre o quadro das estratégias utilizadas pela população pobre para dar conta de sua sobrevivência, desmistificando as categorias abstratas, por vezes muito rígidas, usadas pelos marxistas que tratavam da reprodução da força de trabalho. (MARICATO, 2014, p.120)

É surpreendente como a afirmação da autora vai de encontro com o pensamento de Santos (1980, p.37) ao “pensar que um desses moradores da periferia é um pobre explorado, incapaz de entender a própria situação da sociedade nacional e urbana em que vive, só prova a ingenuidade pretensiosa do pensador”. Nos leva a refletir quando se coloca de um lado o interesse do Estado e do outro a classe trabalhadora e excluída.

Ao distinguir o que houve com o Estado desde a época do surgimento das inovações e o que prevalece hoje, Maricato (2014, p.73) cita que “na realidade, os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais.”

As mídias em relação ao Estado, o envolveram num redemoinho de uma campanha fortemente armada desde o início do Séc. XX, desqualificando-o e simultaneamente, enaltecendo a iniciativa privada quando o Estado iniciou todo o processo de privatização das empresas públicas do Brasil, não se pode deixar de

mentonar o setor de telefonia que é o objeto dessa pesquisa.

Quando ocorreu a privatização do setor de telefonia, as cidades independentemente da sua grandeza geográfica e populacional, foram diretamente afetadas por esse processo. Em consequência disso surgiu o termo 'não cidades', como "Parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano)" (MARICATO, 2000, p.140). E completando esse raciocínio poderíamos inserir o serviço de telefonia como precário e ausente.

A autora analisa o fato de que a representação da cidade encobre a realidade científica, além do fato de que a força de uma intensa campanha publicitária pode levar uma ficção científica à população:

O que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o mais trágico, a priorização das políticas sociais frequentemente não conta para os próprios excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica (MARICATO, 2000, p.165-166).

Atribuir à internet uma configuração estruturada que fará surgir uma futura sociedade é uma premissa temerosa considerando o ponto de vista de autores, como, por exemplo, Milton Santos. Apesar de haver uma organização do trabalho da rede e para servir a rede no aspecto que privilegia a informação agregando um valor considerável ao trabalho que em seu âmago se estrutura, mas isso não define os valores de cidadania que são essenciais para a constituição de uma sociedade. Castells (2003) enfatiza a questão do compartilhamento em rede e da virtualidade do sistema, o que por si só não constitui elementos essenciais da vida humana para compor e definir esse sistema como uma nova sociedade. Contrapondo o que ora é afirmado vale a pena citá-lo como base material de comparação:

A cultura da internet é uma cultura feita de uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia, levado a cabo por comunidades de hackers que prosperaram na criatividade tecnológica livre e aberta, incrustada em redes virtuais que pretendem reinventar a sociedade, e materializada por empresários movidos a dinheiro nas engrenagens da nova economia (CASTELLS, 2003, p.53).

No cotidiano da sociedade mundial, as redes sociais promovem determinados

privilégios que permite o compartilhamento de informação dentro de uma linguagem própria, que não se estrutura como uma nova sociedade, mas que permite como elemento técnico ou como instrumento tecnológico, uma transferência de informação com simultaneidade e instantaneidade em toda a esfera terrestre que utiliza essa técnica virtual atingindo pontos extremos com a mesma velocidade. Isso provoca um ganho significativo dentro da comunicação e pode ser estrategicamente adotado por partidos políticos, indústrias, profissionais liberais e todos os demais segmentos que precisam de um curto espaço de tempo para atingir pontos extremos sem lapsos de tempo.

A internet pode ser utilizada em diversas perspectivas servindo tanto ao caminho do bem como também do que não é propriamente do mal, mas que não representa os objetivos e nem os valores da chamada sociedade tradicional. Assim, a internet se presta tanto para monopolizar nas redes sociais uma campanha para angariar recursos financeiros para auxílio de pessoas em extrema situação de saúde e sem condição financeira, como também para divulgar em linguagem codificada a chegada de uma nova remessa de produtos ilícitos a serem distribuídos para seus usuários e mesmo as faladas fake news que influenciam em campanhas e eleições.

Nesse sentido, para que a internet sirva especificamente ao conhecimento e à divulgação da ciência e do conhecimento científico em sua essência, é necessária a conscientização uníssona de toda população do globo terrestre no sentido de regulamentar o seu uso inibindo as exceções negativas, que em alguns aspectos constitui uma gama significativa dentro da rede, uma democratização sensata. Para isso, todos os segmentos governamentais devem estar envolvidos de forma a disponibilizar esse instrumento como meio de comunicação a toda sociedade, de forma a garantir que o conhecimento e a informação não façam discriminação social entre a população mais do que já faz a questão das rendas e dos salários de seus membros. Seria então permitir que a liberdade em rede fosse também a liberdade das pessoas para usar suas ferramentas e a tecnologia em prol da liberdade dos indivíduos para que fosse possibilitado o afloramento da criação em toda a sua potencialidade e emanada de todos os setores da sociedade como um todo. Não haveria exclusão digital e muito menos no que tange ao acesso a rede e ao conhecimento via essa tecnologia.

A internet, por meio dos sistemas das redes de telefonia, condiciona a

inclusão digital como tentativa de garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), no sentido da abrangência socioeconômica, na esperança de que as pessoas de baixa renda se interajam com as redes de informação podendo se incluir nesta sociedade em rede, acessando informações e realizando pesquisas pela internet na perspectiva de aumentar o conhecimento, participando de grupos em redes sociais e interagindo com pessoas por diferentes aplicativos, facilitando sua vida com o uso das redes de informação para alcançar a melhoria da qualidade de vida, seja com a melhor utilização do tempo, seja na possibilidade de obtenção de oportunidades em serviços, ou emprego para conseguir renda e dignidade, atualizar ou estudar.

O custo é considerado alto para manter os pacotes de serviços de dados e de voz das operadoras de telefonia fixa (através do modem) ou móvel (através dos aparelhos *smart*) que propiciam os acessos dos equipamentos de telemáticas às redes de internet e à aquisição e manutenção dos próprios equipamentos, como *smartffhone*, *tablet*, *laptop* e *desktop*, objetos de manipulação das grandes fabricantes com a obsolescência programada, em que se aplicam atualizações dos softwares a cada instante que deixam os equipamentos como ultrapassados, e ainda deixam de oferecer peças de reposição pouco tempo depois do lançamento, sempre no marketing de lançamento de uma nova versão. Neste sentido, para algumas pessoas, a inclusão digital acontece neste curto intervalo de tempo e a partir de então a exclusão estará instalada, haja vista que a inclusão digital, entendida como democratização da tecnologia, resulta em inclusão social na mesma lógica que a exclusão digital aprofunda a exclusão social (ALONSO et al, 2010).

Destacam-se três requisitos básicos necessários para que ocorra a inclusão digital, um equipamento tipo computador, uma linha telefônica que permite o acesso à rede de informação através de modem/dados na qual inclui um provedor de sinal de dados aqui tratado como sendo ferramenta ofertada por meio das redes das operadoras de telefonia, e o conhecimento/formação que permite e viabiliza o domínio para a utilização deste conjunto pessoa-máquina-redes.

A inclusão digital hoje se faz necessária para que as pessoas possam ganhar qualidade de vida, já que as atividades cotidianas em várias esferas se tornam mais digitais, como o acesso, via rede telefônica, aos serviços bancários por aplicativos, cadastros e inscrições em processos seletivos diversos, como o ENEM, aplicativos

de compras online, consulta como na lista telefônica num toque ou palavras chave, compras por cartão, entretenimento. A forma de acesso digital tem o lado negativo por dar aos provedores toda ficha de sua vida, história, geografia física e humana, trajetória, intimidade. Ao acessar as redes na busca por emprego, serviços diversos, links de currículos, os passos ficam no HD da rede mundial, que aproveitam a geografia digital do cidadão através dos dados informados em fluxos que circulam e interagem entre os nós. E também se faz necessária a inclusão ao mundo virtual para consolidar a existência no mundo físico. A inclusão social leva a inclusão digital, e a não inclusão digital proporciona a exclusão digital, e por consequência, a exclusão se instala.

1.6 Evolução e Consolidação das Redes de Telefonia

Nos Estados Unidos, os telégrafos tornaram-se rotina na vida da população a partir de 1870. Como toda novidade foi inicialmente sendo utilizado por um grupo seletivo de pessoas em virtude de não ser um mecanismo muito simples, necessitando treinamento específico.

Com o rápido e eficiente desenvolvimento da tecnologia, um novo aparelho foi colocado a serviço da população, um artefato técnico capaz de enviar mensagens múltiplas pelo mesmo fio telegráfico. Seus idealizadores foram simultaneamente Alexander Graham Bell e Elisha Gray, embora não trabalhassem juntos e nem na mesma cidade, ainda assim analisando os fios telegráficos conseguiram entender a mesma mensagem, que era possível enviar um grande número de elementos sonoros de uma única só vez. Entretanto, Alexander Graham Bell ficou como o titular da invenção, em virtude de seu trabalho junto a comunidade de surdos que lhe valeu a apreensão de um grande conhecimento sobre a linguagem dos mesmos. No seu pensamento, o telefone deveria ou poderia ser uma complementação da figura humana em seu sentido mais amplo.

O sistema de telefonia da época era muito trabalhoso e em alguns casos, impossível de ser operado. Isso, só veio a ser resolvido com o código binário introduzido em meados do século XX. Essa linguagem alcançou posteriormente os computadores e na sequência tivemos o surgimento do primeiro telefone digital em 1956, e somente em 1980 surgiu o telefone celular com um peso médio situado

entre 3 e 10 kg. Em 1992 começou a substituição desses aparelhos pelas redes digitais, e em 1997 nasceu a tecnologia GSM (*Global System for Mobile Communication*). A partir de 2001 os celulares incorporaram em suas funções mensagens de texto, envio e recebimento de e-mails, etc., aperfeiçoando assim o sistema operacional dos mesmos e tornando-os indispensáveis em grande parte do mundo profissional. Com tantas mudanças frequentes e em curtos intervalos de tempo, os aparelhos foram aperfeiçoados e melhorados incentivando o consumismo e a conexão com as redes (PAMPANELLI, 2004).

Com o advento do telefone sem fio, o comportamento social mudou em larga escala. É possível ver pessoas praticando exercícios físicos como caminhadas e corridas portando smartphones, a ser citado na sequência, como também em supermercados, cinemas e até consultas médicas, dentre outros espaços. A telefonia celular é invasiva, não tem endereço fixo, presente nos lugares mais inusitados, as pessoas estão sempre sendo chamadas à fala por alguém que precisa se comunicar imediatamente. Muitas vezes, aquele que é chamado não gostaria ou não poderia falar em determinado momento, caracterizando uma exclusão da privacidade física e da linguagem falada.

Para os sistemas de telefonia fixa, aqui considerado como modelo convencional, sua aplicação à sociedade, inicialmente se caracterizava por disponibilizar comunicação de voz através de ligação dos usuários feita por terminais rígidos, diferente da ferramenta móvel que oferece grande mobilidade, e a utilização se dava por aparelhos simples. A ligação entre eles, assim como hoje, ocorre através de um sistema em rede composto de pontos ou fixos que representam os agentes ou as pessoas e por fluxos que são ações permitidas por conexões de cabos metálicos ou ópticos, o resultado deste conjunto é a comunicação entre os nós, que se torna inteligente e possível pelo intermédio de uma central comutadora, parte inteligente deste processo de comunicação e informação. Este sistema, que se dá em forma de anel, isto se repete formando uma grande rede de comunicação via telefonia e possibilitando ainda, além das ligações locais, as interurbanas a nível nacional e as conexões internacionais, pode-se dizer que assim surge 'uma mundialização das conversas entre dois ou mais elementos rígidos'. Esta central pode estar fixada na própria cidade ou mesmo em outra, esta situação ocorre na cidade de Senador Canedo, em que uma operadora de serviço fixo possui um

sistema de comutação na capital do estado utilizando assim a que existe na cidade de Goiânia, e a outra operadora tem uma no centro de Senador Canedo.

Atualmente o Brasil e o estado de Goiás apresentam um índice de crescimento de usuários de aparelhos celulares bastante significativo e isso pode ser constatado pelo fato de que a população tem transformado esse dispositivo em um elemento de trabalho, “via dados ou via modem da linha fixa”. A estatística é de que 85,8% dos goianos com idade acima de 10 anos, portam aparelhos celulares, correspondendo a um total de 4,8 milhões de usuários goianos. Desse total, 86,2% são homens e 85,4% mulheres. Esses dados têm como base o ano de 2014, que comparado ao ano de 2005, foi observado um aumento de 95% (IBGE, 2016).

Os celulares foram responsáveis pela expansão do acesso à internet nos domicílios brasileiros. De acordo com dados da PNAD, divulgada pelo IBGE (2017), em 2016, a internet estava presente em 63,6% dos lares e em 94,8% havia celulares conectados à esta rede. Até 2013, menos da metade dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Em 2014 o país passou a ter mais de 50% dos lares com conexão à rede. Em 92,3% dos lares brasileiros pelo menos um morador possuía celular em 2016. A presença do telefone fixo convencional atendia a 34,5% dos domicílios. A Região Centro-Oeste do país apresentou o maior número de celulares, 96,9% dos domicílios, e em relação à presença de telefone fixo, 30,7% dos lares tinham o aparelho convencional.

O cenário no Brasil indica que até fevereiro de 2017 o país contava com 242,9 milhões de celulares, 117,34 celulares a cada 100 habitantes. Hoje, o acesso à banda larga pelo 4G no Brasil cresce exponencialmente e mais que dobrou em relação a 2016. Em janeiro deste ano, o Brasil alcançou um total de 223,9 milhões de acessos em banda larga, sendo que desses acessos, 197,1 milhões foram feitos por meio da banda larga móvel. No início de 2018, o governo brasileiro anunciou a criação do Projeto 5G Brasil, que tem como objetivo fomentar a construção do ecossistema de quinta geração de telefonia móvel no país (ANATEL, 2017).

A onda de expansão econômica, que se formou a partir da terceira revolução industrial, traz o setor de telecomunicações como sendo um dos mais promissores. Existem muitos investidores interessados em expandir essa atividade no mundo, e como não poderia deixar de ser no próprio Brasil. Um problema que não é exclusividade do Brasil, é encontrar uma fórmula para a Anatel que, ao mesmo

tempo em que promova fortemente os investimentos privados, reforce o papel regulador do Estado e reserve ao setor público a atuação em segmentos estratégicos do ponto de vista social ou do interesse nacional, já que o comportamento do consumidor continua a evoluir rapidamente e a tendência mais notável é o aumento na adoção tecnológica (POSSEBON, 2017).

Como resultado, esse setor, considerado um dos que mais lucrativos para o investimento privado, em nível internacional, enfrenta alguns dos maiores desafios de sua história. Isso foi observado desde 1996 quando foi publicado o Documento de Encaminhamento da Lei Geral das Telecomunicações (ANATEL, 1996). Com o desafio de acompanhar o ritmo insano da proliferação de dados, já que a demanda dos consumidores não mostra sinais de desaceleração, a infraestrutura e as redes estão sendo ampliados aos seus limites (POSSEBON, 2017).

O documento evidencia uma preocupação em inserir o Brasil de forma efetiva no grupo das nações que devem conduzir, no mundo, o processo de integração da sociedade através dos meios de comunicação, como exigência da nova “era da informação”.

É importante ressaltar que os municípios são os detentores da competência para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Já os aspectos civis da instalação da estação de telecomunicações, com as correspondentes edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas e equipamentos em logradouros públicos, dependem da legislação local referente à urbanização e obras. Segundo a Anatel (1996) não é de sua competência definir os requisitos ou condições referentes a estudos de conformidade para construção de torres que dão suporte para as estações de telecomunicações.

No capítulo a seguir serão abordadas as características geográficas do município de Senador Canedo, afinal sabe-se que cada cidade possui características que lhes são particulares, preservam sua história, a estrutura e o modo de vida da comunidade que nela vive.

2 GÊNESE E OS ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DE SENADOR CANEDO

Neste capítulo estuda-se Senador Canedo, como município pertencente à franja da região metropolitana de Goiânia, que caminha no bojo de seus problemas com muita similitude ao cotidiano da realidade da capital, mas que por outro lado destoam da rotina encontrada em outras cidades desse entorno.

Na escala intraurbana há que se destacar o papel das redes telefônicas e de suas formas no município com seus problemas e, por outro lado, como elas ajudam a resolvê-los dentro do fenômeno desencadeado pela estruturação da cidade. Portanto, o capítulo apresenta o município de Senador Canedo no contexto da Região Metropolitana de Goiânia, bem como as delimitações geográficas e o contexto de inclusão digital de Senador Canedo.

2.1 Senador Canedo no Contexto da Região Metropolitana de Goiânia

A formação territorial do município se deu na década de 1930. A origem do povoado de Senador Canedo se deu antes da ferrovia, pois era rota das grandes boiadas na 'região do Batata e do Bonsucesso'. A Fazenda Vargem Bonita, do senador Antônio Amaro da Silva Canedo, foi o local onde foram montados os acampamentos dos trabalhadores, com a implantação da Estrada de Ferro Centro-Oeste (Figura 2), a Rede Ferroviária Federal S/A, mudando completamente o cenário local dando origem ao povoado de São Sebastião, iniciando em torno da Estação Ferroviária, a zona central e os primeiros estabelecimentos comerciais (MORAES, 2000).

O atual nome do município é em homenagem ao Senador Antônio Amaro da Silva Canedo, primeiro representante do estado de Goiás em cenário nacional. Em 1953, o Prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, e a Vereadora Maria José Cândido, por Decreto-Lei, decretaram o povoado como Distrito de Goiânia, passando a chamar Senador Canedo, já que a Estação, inaugurada no dia 7 de setembro de 1950, já possuía este nome (PLHIS, 2013).

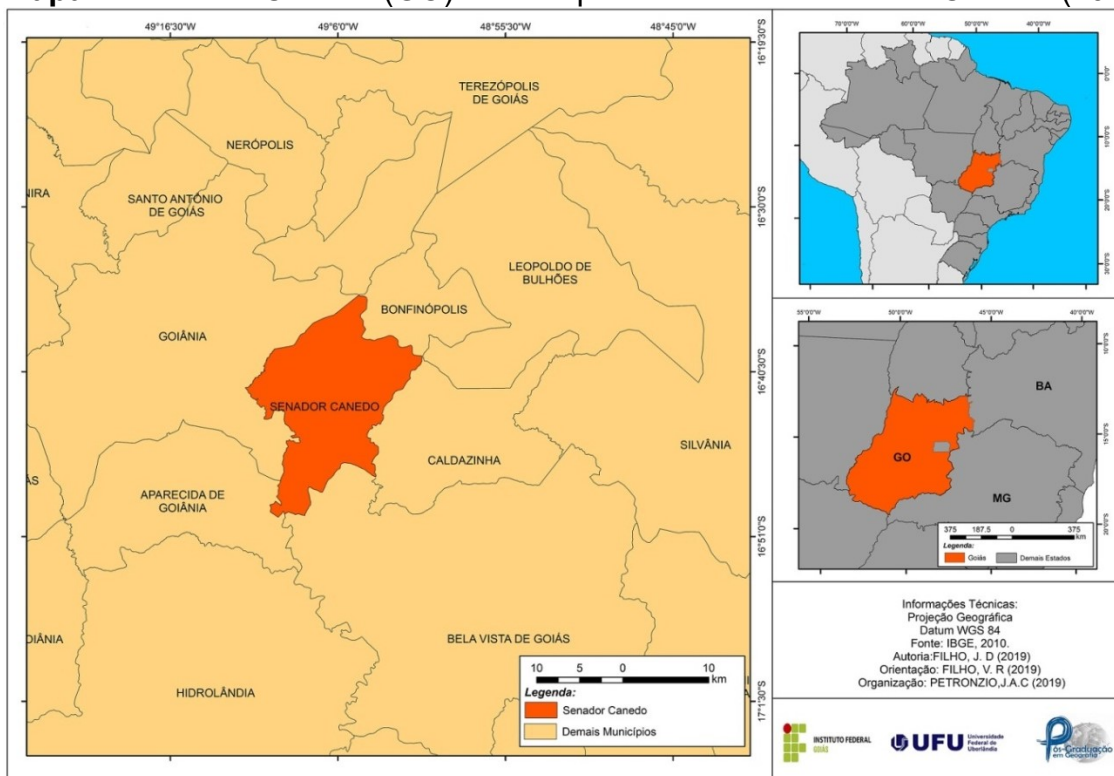
Figura 2: Senador Canedo (GO) -Estação ferroviária, onde surgiu a cidade (1930).



Fonte: <https://www.senadorcanedo.go.gov.br> (mar. 2017).

Em 1988, a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a emancipação do município, no dia 9 de Janeiro foi sancionada a Lei N. 10.435 pelo Governador Henrique Santillo, cuja efetivação, entretanto, só ocorreu em 1989 (PLHIS, 2013). Senador Canedo funcionou como periferia de Goiânia por quatro décadas, com infraestrutura urbana precária, servindo no contexto metropolitano como local de assentamento do excedente humano de Goiânia (LIMA, 2010).

Mapa 2: Senador Canedo (GO) - Municípios limítrofes a Senador Canedo (2019).



O município de Senador Canedo está localizado no estado de Goiás, nas coordenadas geográficas -16°.42'.38" latitude S e -49°.05'.12" longitude O, a 780 m de altitude, com área territorial de 244,745 km² em 2016, e a densidade demográfica apresentou elevação, passando de 97,67 hab/km² em 1991 para 216,88 hab/km² em 2000 e 344,27 hab/km² em 2010 (IMB, 2011). De acordo com o IBGE (2010) a população total é de 84.443, sendo um dos municípios que fazem parte da RMG (Mapa 2), distando 16 km de Goiânia.

Senador Canedo conta com a combinação de fatores como uma posição geográfica privilegiada, um terminal ferroviário (Figura 3), uma malha viária favorável e a proximidade com a capital, o que lhe possibilita usufruir de sua infraestrutura econômica, como o aeroporto e os acessos pavimentados (PLHIS, 2013). Tais condições fazem a diferença e assegura competitividade ao município, atraindo várias empresas, que dentre outras consequências implica na geração de empregos e no seu desenvolvimento urbano.

Figura 3: Senador Canedo (GO) - Entroncamento da Rede Ferroviária.



Fonte: SEPLAN (2011).

Segundo o censo do IBGE (tabela 2), no ano de 2010 a cidade possuía 84.443 habitantes, deste total 84.111 pessoas refer-se à população urbana e 311 à população a rural. Considerando o gênero do total, 42.211 habitantes são do sexo masculino e 42.232 do feminino. A população estimada pelo IBGE, em agosto de 2019, foi de 115.371 habitantes, maior que os 112 mil projetos para 2020.

Tabela 1: Senador Canedo (GO) - Censos e projeção de população do município (1980-2040).

Ano	Estado de Goiás		Senador Canedo	
	Pop. (mil Hab)	Taxa (% aa.)	Pop. (mil Hab)	Taxa (% aa.)
1980	3.107			
1991	3.979	2,3%	22	
1996	4.640		44	
2000	4.953	1,6%	53	4,7%
2007	5.840	2,4%	71	4,2%
2010	6.162	1,8%	79	3,9%
2020	7.115	1,4%	108	3,1%
2030	8.016	1,2%	140	2,6%
2040	8.855	1,0%	173	2,2%

Fonte: IBGE (PNAD 2005).

Senador Canedo é o quarto maior município da RMG, em número de habitantes, com crescimento de 4,57% em 2011, sendo o segundo em crescimento populacional da microrregião. Com projeção de 4,17% de crescimento em 2012, foi estimado 105.459 habitantes em 2017, e 173 mil em 2040 (IBGE/PNAD, 2005). É relevante destacar que na última década, o crescimento expressivo de 5,29% a.a. contribuiu para o adensamento na capital do Estado. A perspectiva é de que o crescimento urbano continue, mesmo lentamente, com a expectativa de crescimento nos municípios do entorno de Goiânia (IPEA, 2015).

Entre 1991 e 2010 houve um significativo crescimento populacional de 253,24% do Município de Senador Canedo, em contrapartida, entre 2000 e 2010 houve uma grande diminuição da população rural (IMB, 2016) (Tabela 2), o que evidencia a consolidação do município como essencialmente urbano em decorrência da migração. A taxa de urbanização também é alta (>93%), com tendência de crescimento (IBGE, 2010).

Tabela 2: Senador Canedo (GO) - Evolução do Número de Habitantes do município (1991, 2000 e 2010).

População Censitária	1991	2000	2010
Urbana	8.753	50.442	84.111
Rural	15.152	2.663	332
TOTAL	23.905	53.105	84.443

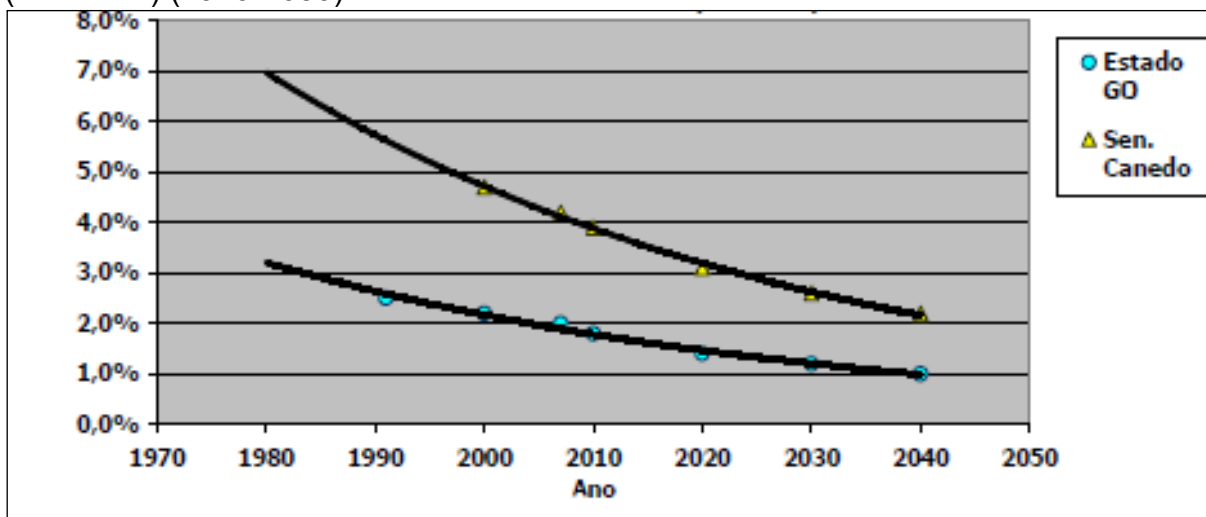
Fonte: Observatório (a partir dos dados da SEGPLAN) (IMB, 2012).

Destaca-se que nos últimos 20 (vinte) anos a população deste município mais que triplicou decorrente da chegada de indústrias. Esse crescimento significativo trouxe alguns problemas para a cidade, que não se encontrava preparada para esse intenso crescimento, tais problemas terão que ser atacados no futuro, a fim de que

não gere a desordem e o torne vítima de seu crescimento, sucumbindo por incapacidade de contornar o que ele mesmo gerou.

O declínio da taxa de crescimento já é uma realidade em todo o estado, estabelecendo um comparativo simultâneo à taxa verificada em Senador Canedo, enfatizando a projeção de forma determinante dessa evolução dentro de um determinado período, no qual o município sempre apresentou um valor mais alto e, ainda que, no sentido descendente conforme a projeção do estado de Goiás, sempre permaneceu com seus valores acima daqueles observados no mesmo (IBGE, 2010) (Figura 4).

Figura 4: Senador Canedo (GO) - Taxa de crescimento populacional do município (% ao ano) (1970-2050).



Fonte: Atlas Brasil (2013). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Conforme dados do IBGE (2010), a explosão demográfica do município se deu em cinco anos, contudo, sem planejamento e de forma desordenada, aumentando ainda mais os problemas no âmbito do atendimento da população com os serviços públicos e infraestrutura básica. Entretanto, de acordo com matéria publicada no jornal O POPULAR do dia 06 de Abril de 2016, Senador Canedo é a quarta cidade dentro de um *ranking* das 50 cidades que apresentaram melhor desenvolvimento econômico, realizado pela *Urban System* (EXAME, 2015). Esse *ranking* foi elaborado considerando 348 cidades com contingente populacional entre 50 e 100 mil habitantes, tomando como critérios de classificação 13 indicadores econômicos, destacando PIB, renda *per capita*, crescimento de empregos formais, importações e exportações. Nessa pesquisa, a taxa de analfabetismo do município é

de 6,5% e uma estimativa de vida populacional de 74,59 anos.

Considerando a pesquisa realizada pelo IBGE (2010), Senador Canedo aparece, entre as cidades brasileiras, com um de seus melhores IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), alcançando a média 0,701 e obtendo a classificação Alto Desenvolvimento Humano (ADH), de acordo com a classificação do PNUD. O índice intitulado “Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2015”, considera indicadores de longevidade, renda e educação. Com esse IDH a posição do município é 1866 no *ranking* dos 5565 municípios brasileiros.

A região metropolitana de Goiânia (RMG) foi instituída pela Lei Complementar Estadual (LCE) N. 27 de 1999, a qual reorganizou o aglomerado urbano de Goiânia, instituído em 1980 com oito municípios, em 1999 com onze, e atualmente já somam vinte, conforme a LCE N. 78 de 2010, em uma área de 7.397,203 km². Entre os municípios, alguns apresentam forte conurbação² com Goiânia, e outros, algum grau de relação econômica com a capital, e, portanto, de interesse metropolitano (IBGE, 2010).

Característica peculiar desse processo de conurbação é o crescimento da cidade fora de seu perímetro, absorvendo aglomerados rurais e outras cidades.

Estas, até então com vida política e administrativa autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da metrópole. Com a expansão e a integração, desaparecem os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos (SOUZA, 2015, p.21).

Após a Lei Municipal N. 4.526, de 31/12/1971, a ocupação dos municípios pertencentes à região metropolitana de Goiânia intensificou-se, já que exigia o reordenamento e a apropriação dos loteamentos de Goiânia, que para serem aprovados, deveriam conter infraestrutura.

Essa exigência teve como consequência a expansão urbana, pois os baixos custos dos lotes, fora dos limites de Goiânia, induziram a ocupação dessas áreas por grande parcela de moradores com baixa renda, intensificando a segregação urbana (VISCONDE, 2002, p.64).

O crescimento populacional e os processos de urbanização de Senador Canedo devem ser compreendidos dentro da RMG por pertencer ao mesmo

² Entende-se por conurbação “a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento espacial. Geralmente esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas” (SOUZA, 2015, p.21).

aglomerado urbano, tendo interferências no cotidiano de seus habitantes, entre as quais a mobilidade urbana, que é um problema comum às grandes cidades brasileiras. A RMG e a própria Senador Canedo concentram a maior disponibilidade de emprego e geração de renda, com atividades industriais e estabelecimentos comerciais, provocando a busca por oportunidades de emprego de um número significativo de trabalhadores. Por outro lado, as dificuldades de deslocamento fizeram com que Senador Canedo se desenvolvesse para atender às necessidades de sua população (PLHIS, 2013).

A aplicação das ZEIS pelo executivo facilitou o acesso à moradia de interesse social com novos parcelamentos a fim de promover a ocupação dos vazios urbanos da cidade priorizando as famílias de baixa renda, destacando no estudo os bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy.

O crescimento da economia e da expansão de Senador Canedo se deu em 1996, com a instalação do Pólo Distribuidor da Petrobrás, a Transpetro (Figura 5), importante terminal de distribuição de combustível (PLHIS, 2013).

Figura 5: Senador Canedo (GO) - Vista aérea da Transpetro (2018).



Fonte: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/p> (mar.2018).

Por estar perto de Goiânia e Brasília, Senador Canedo tem uma localização geográfica privilegiada e boa malha viária. A Transpetro acabou por incrementar seu crescimento econômico em 1996, ligando o município a Paulínia (SP) e abastecendo toda região Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal (PLHIS, 2013). A partir de então a mesma começa a se fazer presente na lista dos municípios em destaques em arrecadação de ICMS e composição do PIB. O PIB per capita foi de R\$37.760,56 em 2010 e R\$26.760,89 em 2015, impactado pelo Pólo Petroquímico da Petrobrás, gerando um total de receitas maior que as despesas, com percentual das receitas oriundas de fontes externas de 71,1% (IBGE, 2010). O valor do SM em 2010 era R\$ 510,00, e 2015 era R\$ 788,00.

O funcionamento da Ferrovia Norte-Sul, com ramal ligando Senador Canedo a Anápolis (Figura 6), facilitou mais ainda o escoamento da produção, reforçando o crescimento da economia local (PLHIS, 2013, p.42). A estrada de ferro transportou passageiros e mercadorias por pouco tempo, passando a combustíveis, gerando o êxodo rural com a migração urbana do sul goiano para a capital, importante fato na formação de Senador Canedo (LIMA, 2010).

Figura 6: Senador Canedo (GO) - Ferrovia Norte-Sul (Senador Canedo a Anápolis).



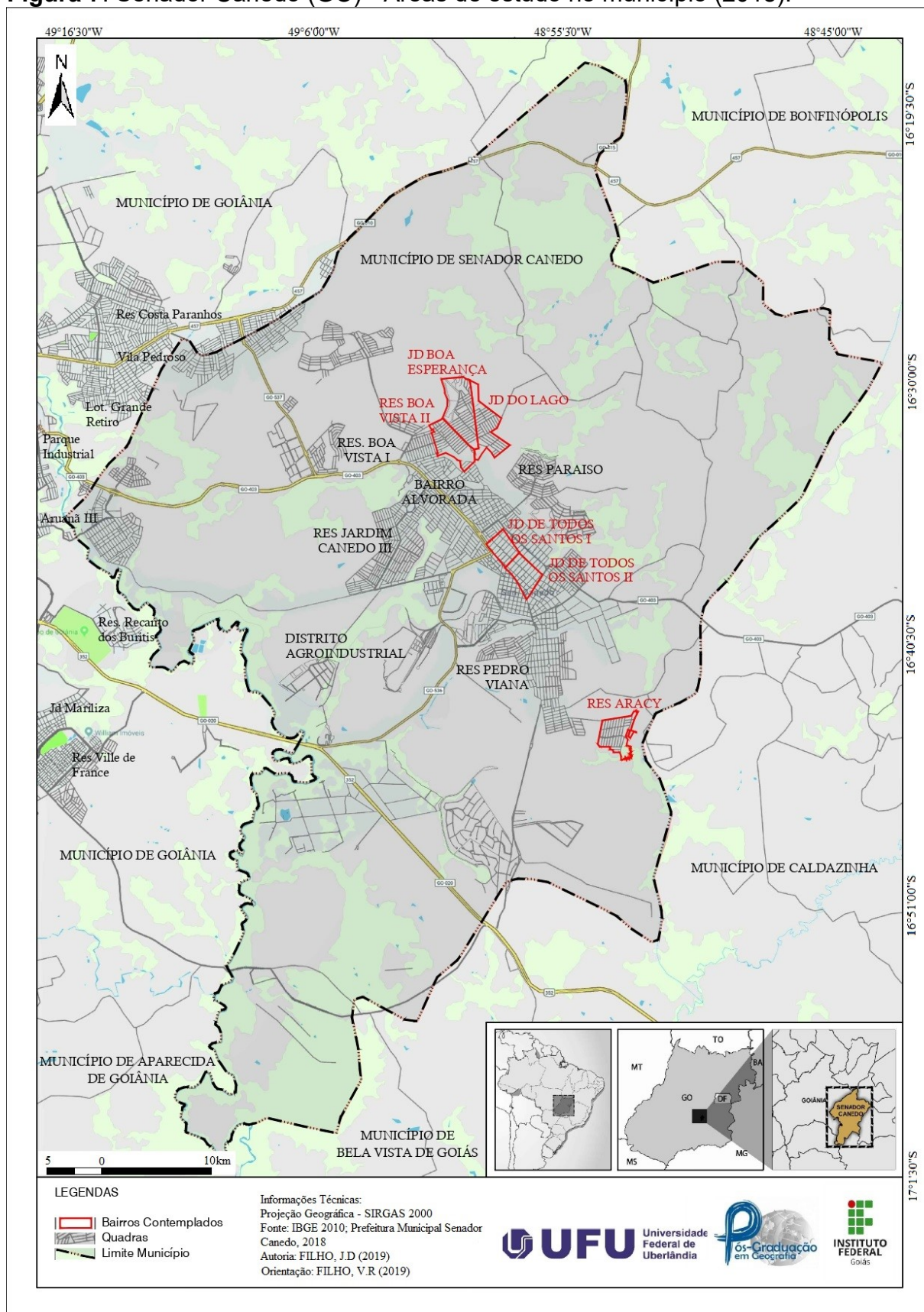
Fonte: PLHIS (2013).

As potencialidades econômicas de Senador Canedo estão na produção local da agropecuária e nas atividades industriais, construção civil, comércio e serviços. Juntamente com Goiânia e Aparecida de Goiânia, são os municípios que mais recebem investimentos privados, além de possuírem prefeituras com melhores condições financeiras para a implementação de políticas públicas compensatórias (IMB, 2011).

A expansão da metrópole aumenta o desafio referente à oferta de infraestrutura urbana e de serviços, como escola, saneamento básico, postos de saúde, energia elétrica, etc. Ressalta-se que um crescimento desordenado aprofunda a desigualdade territorial, com áreas desprovidas de serviços básicos, como as redes e os serviços de telefonia fixa.

Segundo o mesmo censo demográfico, o número de domicílios particulares permanentes quase que dobrou em uma década, sendo 13.441 em 2000 e 24.145 em 2010. Grande parte da população vive em regiões periféricas nos municípios do entorno de Goiânia, distantes dos locais de estudo, trabalho, saúde e lazer, situados majoritariamente na RMG. Senador Canedo é um dos locais que concentram a maior disponibilidade de emprego e atividades de geração de renda, recebendo trabalhadores principalmente de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Caldazinha (Figura 7), estabelecendo relações ao ofertar empregos, se deslocando diariamente na busca da sobrevivência e manutenção das atividades profissionais (PLHIS, 2013). Entretanto, de acordo com dados do IPEA (2015), um elevado número de moradores se desloca diariamente para Goiânia, praticamente 30% da população que trabalha ou estuda em outra localidade, normalmente em Goiânia, considerado população no deslocamento pendular.

Figura 7: Senador Canedo (GO) - Áreas de estudo no município (2018).



No censo do IBGE de 2010, ao considerar a estrutura etária, verifica-se que 23.379 pessoas tem menos de 15 (quinze) anos; 57.843 pessoas com idade entre 15 e 64 anos; e 3.221 indivíduos possui idade acima de 65 anos. A taxa de mortalidade infantil é de 13,7% e de até 5 anos é 16,2%. Considerando a renda per capita média dos domicílios particulares permanentes da zona urbana, o valor era de R\$537,38, sendo que o salário mínimo (SM) do referido ano era de R\$510,00. O município tem a característica de maior uniformidade de renda, ou seja, os domicílios estão entre 2 e 5 SM. Na Tabela 3 está disponibilizado o percentual da população em domicílios quanto ao saneamento básico, vulnerabilidade social, renda e família segundo o IBGE.

Tabela 3: Senador Canedo (GO) - Percentual da população em domicílios no município (2010):

Saneamento básico:	
água encanada	99,11%
energia elétrica	99,97%
coleta de lixo	98,79%
banheiro e água encanada	90,44%
Vulnerabilidade social:	
crianças fora da escola de 0 a 5 anos	69,0%
crianças fora da escola de 6 a 14 anos	3,17%
crianças que não estudam e não trabalham de 15 a 24 anos	8,75%
Família:	
mulheres entre 10 e 17 anos que tiveram filhos	03,39%
atividade de 10 a 14 anos	08,72%
mães chefes de família sem o ensino fundamental e com filho menor	26,61%
vulneráveis e dependentes de idosos	01,20%
Renda:	
pobreza	27,88%
crianças extremamente pobres	02,77%
pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	31,05%

Fonte: IBGE (2010) (adaptado pelo pesquisador).

Destaca-se que o salário médio mensal dos trabalhadores formais, no Censo 2010, da grande maioria de seus domicílios, está entre as famílias com renda até 3 SM, sendo que 31,8% tem renda mensal de meio SM. Em 2015, o rendimento mensal da grande maioria caiu para 2,3 SM, sendo que em 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais foi de 2,2 SM por pessoa, com proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 18%, conjuntura que reflete a crise que o país vem passando até os dias atuais.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00 (2010) passou de 40,59% em 1991 para 25,53% em 2000, e para 7,63% em 2010. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 SM, em 2010, foi de 31,8%. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini³ que é de 0,43 em 2010. A classificação decorrente desse índice coloca como porcentagem de pessoas extremamente pobres 1,59% e de pessoas pobres de 7,63% (IBGE, 2018).

Ainda segundo dados do IBGE (2018), a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais economicamente ativa era de 76,53% em 2010, enquanto que a taxa de desocupação ou população economicamente ativa desocupada era 7,02%. A população economicamente inativa era de 16,5%. Das pessoas economicamente ativas ocupadas 2,15% trabalhavam no setor agropecuário, 0,34% na indústria extrativa, 11,2% na indústria de transformação, 13,51% no setor de construção, 1,13% no setor de utilidade pública, 16,42% no comércio e 48,29% no setor de serviços.

Na Educação, em 2010 eram poucas opções de ensino superior na cidade, os estudantes precisavam buscar capacitação técnica e profissional em Goiânia, Aparecida de Goiânia ou Anápolis. A taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 96,8% nesse mesmo ano (IBGE, 2010). Com uma UDH (Unidade de Desenvolvimento Humano), que analisa de IDHM, a taxa de analfabetismo melhorou consideravelmente, de quase de 18% em 2000 para menos de 3% em 2010. Senador Canedo apresenta indicadores melhores, relacionados às áreas urbanas, e que vai diminuindo no sentido centro-periferia (IMB, 2015).

Goiânia oferece atendimento na área de saúde especializada a todos os municípios da região, e Senador canedo atende habitantes de Caldazinha, Bonfinópolis e região leste de Goiânia, que está conurbada com a Região do Jardim das Oliveiras (Área Administrativa II) (PLHIS, 2013). A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,94 para 1.000 (mil) nascidos vivos (IBGE, 2010).

O sistema de saúde de Senador Canedo conta com uma base de atendimento do SAMU, um hospital maternidade, postos de saúde PSF (Figura 8), laboratórios, clínicas, e um Polo de Prevenção de Doenças e Agravos e Promoção

3 Índice de Gini: É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e mais ricos. Ele varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

da Saúde com um Grupo Terapêutico Goiás Sem Drogas.

Figura 8: Senador Canedo (GO) - Base de atendimento do SAMU e Hospital Maternidade (2018).



Fonte: www.portal.al.go.leg.br (abr.2018).



Fonte: DIB FILHO (2018).

Na Tabela 4 informa o percentual de infraestrutura urbana de domicílios quanto a presença de rede de esgoto mas que na cidade de Senador Canedo ela é conhecida como 'seca', caracterizada por não ser utilizada, mesmo que construída, sanitário adequado, vias públicas com arborização e aquelas entendidas como adequadas em que há bueiro, calçada, meio-fio (IBGE, 2010).

Tabela 4: Percentual da infraestrutura de domicílios do município de Senador Canedo (2010).

Infraestrutura urbana	Percentual
rede de esgoto	81,1%
esgoto sanitário adequado	25,0%
vias públicas com arborização	63,3%
vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)	10,8%

Fonte: IBGE (2010).

Senador Canedo conta com 16.385 linhas de telefone fixo com internet, 4.396 linhas de operadora autorizada, e 13.076 linhas de operadora concessionária (ANATEL, 2018), sendo que o serviço de internet pode ser disponibilizado mas não necessariamente isso ocorrerá para todas as linhas disponíveis, por razão de limitação técnica ou decisão empresarial.

Na questão hídrica, Goiânia é banhada pela bacia hidrográfica do rio Meia Ponte, que envolve 16 (dezesesseis) municípios metropolitanos e 38 (trinta e oito) goianos, e seus 2 (dois) principais afluentes, o rio Caldazinha e Ribeirão João Leite, onde provém a maior barragem de abastecimento de água que beneficia toda a RMG (IPEA, 2015).

A empresa responsável pelo saneamento no estado de Goiás é a SANEAGO, com exceção de Senador Canedo, onde a gestão é atribuição da prefeitura, por intermédio da SANESC (IPEA, 2015). Apesar de ter tratamento de água em todas as regiões, a falta de água na cidade é uma realidade frequente.

No setor de transporte, Goiânia é o grande centro e coordena todo o processo de transporte coletivo da RMG através da CMTC (Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos) (Figura 9). O plano municipal de transporte de Senador Canedo está em elaboração, e tem como aspecto geral estabelecer políticas públicas integradas intermunicipais (IBGE, 2012). As mudanças provocaram uma maior valorização econômica das moradias ao longo dos eixos rodoviários de transporte em decorrência da melhoria do acesso. Desse modo, “o terminal de transportes marcou significativamente os fluxos urbanos [...] implantando uma nova marca na paisagem urbana” (LIMA, 2010, p.122).

Figura 9: Senador Canedo (GO) - Estação Senador Canedo, Terminal de Transportes (2018).



Fonte: www.onibusbrasil.com (abr.2018)

Isso significa ganhos em termos sociais aos diversos moradores dessas áreas, que surgiram segregadas devido o limitado grau de acessibilidade intraurbana, principalmente numa cidade onde mais da metade das pessoas não dispõem de nenhum tipo de veículo para se locomover (LIMA, 2010). Quanto ao modo de transporte em Senador Canedo, 27,9% anda a pé, 13,4% se locomove de bicicleta, 17,5% com transporte motorizado, 40,2% utilizam coletivo público, e 1% fretado (IBGE, 2010).

Com relação ao uso e ocupação do solo e à política habitacional, a falta de moradia é um das mais graves problemas sociais na RMG, não sendo diferente em vários municípios de seu entorno, bem como o número de áreas de posses sem processo de regularização concluído ou iniciado (IPEA, 2015), Senador Canedo recebe cada vez mais migrantes de Goiânia na busca de um custo de vida acessível, opta por aluguel e financiamentos de unidades habitacionais na cidade, o que faz necessário levar infraestrutura e serviços complementares a todos, inclusive as redes e serviços de telefonia fixa.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Senador Canedo, aprovado em 2006 pelo CGFNHIS, integrou o orçamento para o PPA 2008/2011 do Governo Federal, com o objetivo de diagnosticar e elaborar estratégias de ação necessárias e fundamentais no processo de planejamento e execução da política habitacional (PLHIS, 2013, p.3).

O PLHIS faz interface com o Plano Diretor Democrático, a lei de parcelamento do solo urbano, a lei de zoneamento, ocupação e uso do solo, assim como as leis e decretos que versam sobre as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, articulando os diversos marcos legais e regulatórios rumo a uma política municipal de habitação planejada a curto, médio e longo prazo, visando promover a habitação de interesse social com terra, urbanização e a integração dos assentamentos existentes, e a diminuir o déficit habitacional.

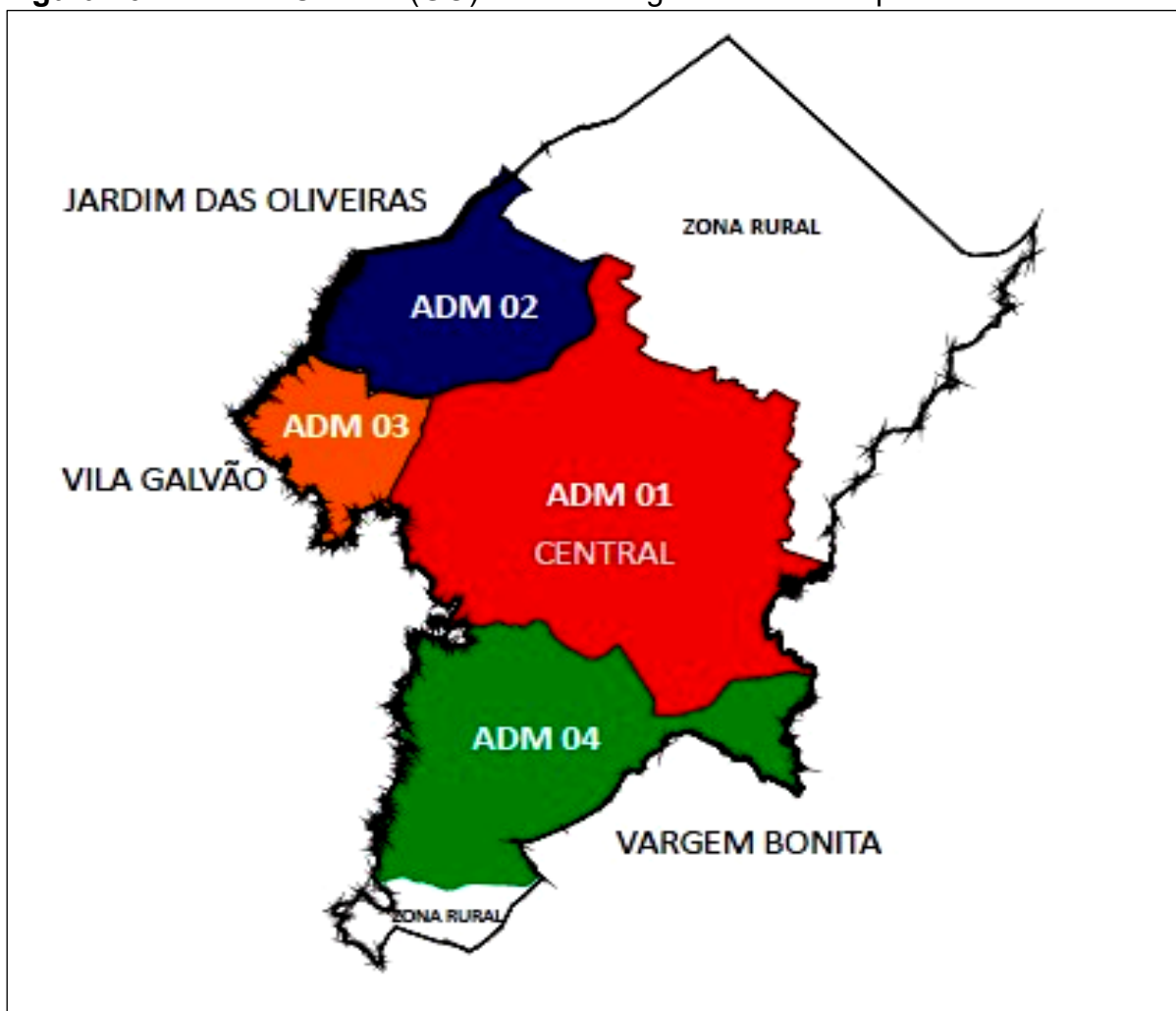
Define-se ZEIS como “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (Lei N. 11.977/09, Art. 47, V).

São as áreas ocupadas por moradias em áreas de: risco; reservadas à recuperação e proteção, e em loteamentos irregulares, que serão atendidos pelo Programa Áreas Especiais de Interesse Social regulamentada por lei específica fixada pelo Poder Executivo sob a orientação do Sistema Municipal de Planejamento em conjunto com o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, para desenvolver e implantar projetos de urbanização, recuperação e proteção ou regularização corresponde às áreas de ZEIS (Lei N. 1.379/08, Art. 45).

A Lei de ZEIS, aprovada em 2008 e instituída pelo poder público municipal (PLHIS, 2013), tem a função de demarcar as áreas de vazios urbanos e cumprir a função social da propriedade para a destinação à inclusão habitacional da população de baixa renda, no acesso e direito à cidade e terra urbanizada, com direito aos serviços públicos e infraestrutura urbana, podendo aqui incluir as ofertas dos serviços e redes de telefonia fixa.

O processo de elaboração do PLHIS se deu de forma descentralizada e participativa. A divisão regional do município (Figura 10) para a execução do trabalho seguiu a divisão estabelecida pelo Plano Diretor Municipal de 2008, bem como a quantidade de bairros das regiões associadas às áreas administrativas (Quadro 1) (PLHIS, 2013).

Figura 10: Senador Canedo (GO) - Divisão regional do município.



Fonte: PLHIS (2013).

Quadro 1: Senador Canedo (GO) – Bairros por região do município.

ADM 01	Área Administrativa I	Região Central	33 bairros
ADM 02	Área Administrativa II	Região do Jardim das Oliveiras	16 bairros
ADM 03	Área Administrativa III	Região da Vila Galvão	06 bairros
ADM 04	Área Administrativa IV	Região da Vargem Bonita	condomínios de chácaras

Org: DIB FILHO (2018).

A melhoria socioeconômica se deu no final da última década, principalmente nas áreas distantes da RMG. Em Senador Canedo, igualmente houve melhorias com UDH (Unidade de Desenvolvimento Humano) e IDHM (Índice de Desenvolvimento Municipal) muito alto e alto, respectivamente (IMB, 2015).

O aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com os processos de segregação socioespacial (BRASIL, 2002). Em Senador Canedo, é alto o índice de violência, criminalidade e jovens envolvidos com drogas, o que torna necessário o aumento de policiamento e a necessidade de traçar estratégias de ação no combate ao crime, como o investimento em segurança pública. Esse fator se evidenciou com a emancipação do município e seu progresso com a chegada dos conjuntos habitacionais.

O ano 2013 referente ao levantamento elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, cita o número de homicídios em 65 óbitos, na taxa de 68,41 óbitos/100 mil hab. comparado à média nacional de 26,99/100 mil hab. De 17 óbitos no trânsito, 16 são homens, com taxa de 17,89/100 mil hab. por 20,12/100 mil hab. na média nacional.

Quanto à Segurança Pública, é o comando da Polícia Militar de Senador Canedo que faz a segurança de Caldazinha e Bonfinópolis. Parte da estrutura utilizada é disponibilizada pela prefeitura para garantir o serviço. Em Agosto de 2019, o atual prefeito Divino Lemes, afirmou que “Senador Canedo é a cidade com maior investimento em segurança pública proporcionalmente do Brasil”.

Como forma de atrair para Senador Canedo os centros urbanos, o Senador Center (Figura 11) é um *shopping* comunitário resultado de uma ação especulativa de um grupo social distinto em Senador Canedo, localizado entre as principais vias de acesso até Goiânia, bem centralizado geograficamente (LIMA, 2010). Por sua localização privilegiada atrai clientes de vários pontos da cidade com maior movimentação no espaço intraurbano devido aumento de oferta de bens e serviços.

Figura 11: Senador Canedo (GO) - *Shopping* Senador Center (2018).



Fonte: www.diariodegoias.com (abr.2018)

Vapt Vupt é uma central de atendimentos de serviços públicos prestados pelo Estado de Goiás, motivo do fluxo em direção ao Senador Center, que corroborava com os interesses das empresas. Em uma articulação exercida pelos atores e gestores valorizando a centralidade urbana de Canedo, instalou-se condomínios ou plataformas de órgãos de suma importância para a comunidade, como CELG/ENEL, Corpo de Bombeiros (14º Batalhão Bombeiro Militar), DETRAN, Instituto de Identificação (SPTC), IPASGO, Junta Comercial do Estado (JUCEG), PROCON, Secretaria da Fazenda e o SINE, fato semelhante aos *shoppings* de Goiânia (LIMA, 2010). Instalou-se também Agência dos Correios, somando duas na cidade, uma agência da Caixa Econômica Federal, uma do Banco do Brasil, e um posto de serviço e caixa-rápido do Banco 24 horas. Fora do *shopping* se encontram as agências bancárias do Bradesco, Itaú, Banco do Povo e Santander, atuais quatro Agências Lotéricas ante uma única de que dispunha na cidade no início dos anos 2010, que havia transferido das imediações da Igreja Matriz (Figura 12) para uma sala comercial no Senador *Center*.

Figura 12: Senador Canedo (GO) - Igreja Matriz (2018).

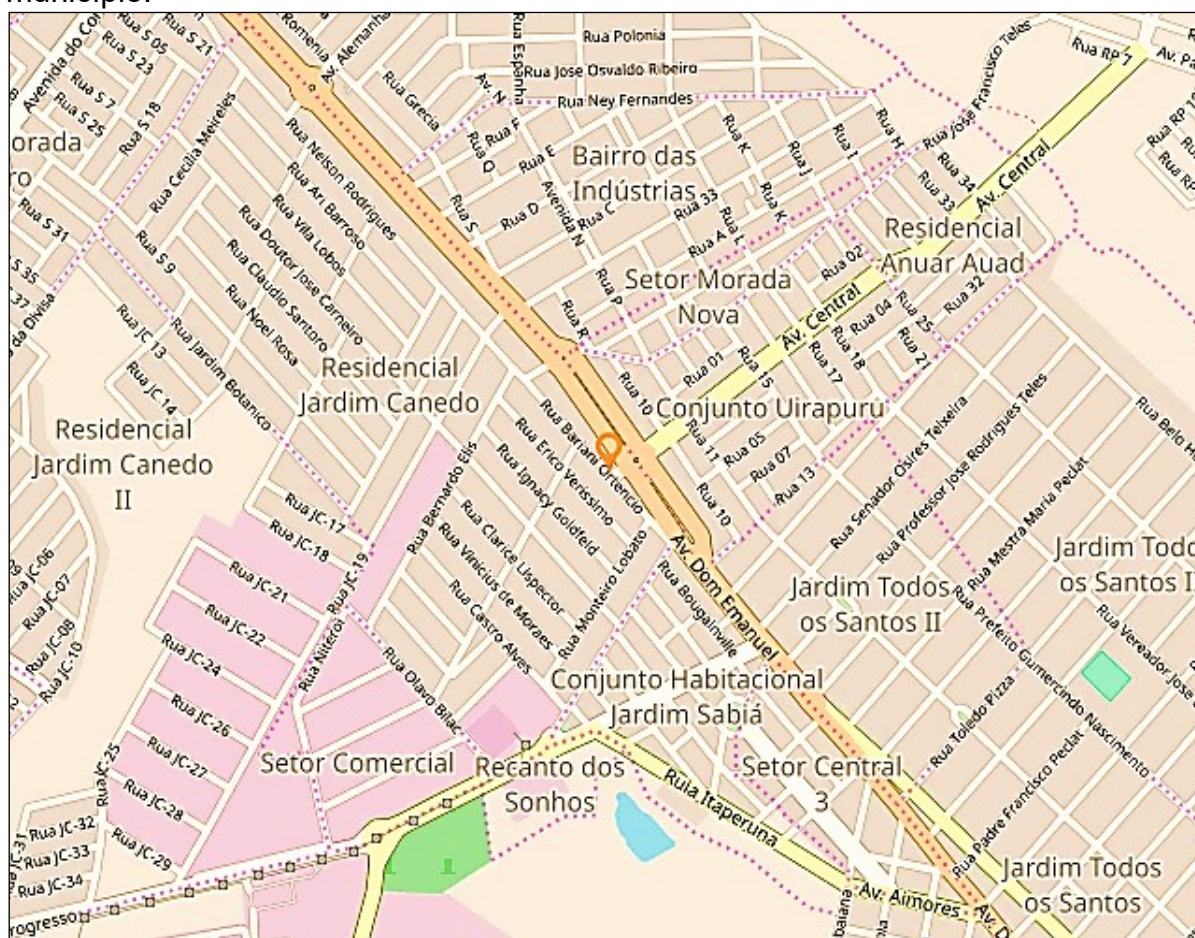


Fonte: Lima (2007).

O município atrai empresas de diferentes portes, atuantes no ramo da agroindústria e do comércio como a Art Play fábrica de produtos aquáticos, a Callabria Alimentos, a Duparma e Ariane Produtos Alimentícios oferecem mix de temperos, MEC MONT/INSTRUMMEC Instrumentação Industrial, Jaepel, Active, Rio Granito, Foliar, Reciclo, Ferroart, Duparma, Suplefarma, Nativa e vários outros (CODEGO, 2018).

Na década de 1960, com a instalação do transporte coletivo ligando Senador Canedo à Goiânia, a Av. Dom Emanuel, principal via de acesso, substituiu a Rua da Estação. Esse fato ocorreu quando a empresa de Transporte Coletivo Jussara, anterior a estatal Transurb, utilizava a avenida para entrar em Senador Canedo. Pontos comerciais como o Banco Itaú, banca de revistas, cartório de registro de imóveis, dentre outros, começaram a se instalar na Av. Dom Emanuel (Figura 13), consolidando o centro tradicional em torno da igreja Matriz (LIMA, 2010).

Figura 13: Senador Canedo (GO) - Av. Dom Emanuel, principal via de acesso do município.



Fonte: Google Maps (marc.2018).

Após 1989, com a expansão urbana e das atividades de comércio e serviços, as leis do município delimitaram o centro comercial de Canedo, o qual posteriormente passou por processo de expansão. A presença das atividades de comércio e serviços foi responsável pela geração de fluxos de outras cidades como Caldazinha e Bela Vista de Goiás, criando em Canedo certa centralidade. (LIMA, 2010).

No comércio varejista composto de lojas e redes, destacam empresas como Irmãos Soares, Ricardo Eletro, Casas Bahia, Zema, Americanas, Eletrosom, Redes Smart, Ômega Colchões, Drogarias, Lojas de Informática, Comercial Tocantins. Parte desse comércio proporciona a manutenção do dinheiro na própria cidade.

Quanto ao sistema educacional, o censo escolar de 2018 informa que Senador Canedo conta com 81 escolas privadas, públicas estaduais ou municipais, de ensino infantil, fundamental, médio e EJA (EDU, 2018), dentre elas Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira, Colégio Floresta e Escola Alexandre Pereira Lima no bairro Jardim Todos Santos, Colégio Estadual Porfírio de Sousa França, Escola Olhos de Águia e Centro Educacional Coração de Jesus na região Jardim das Oliveiras, Escola São Francisco de Assis na região Central.

As instituições de ensino superior (IES) que se destacam no município são Faculdade Senador Canedo, Faculdade Evangélica, Faculdade Campos Elíseos, Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Faculdade e Pós-Graduação (IPOG), ITEG, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Santo Amaro (UNISA), Faculdade Padrão, Universidade Norte Paraná (UNOPAR), e o Instituto Federal de Goiás (IFG) (Figura 14), (www.senadorcanedo.go.gov.br, 2019).

Figura 14: Senador Canedo (GO) - Instituto Federal de Goiás, Campus Senador Canedo.



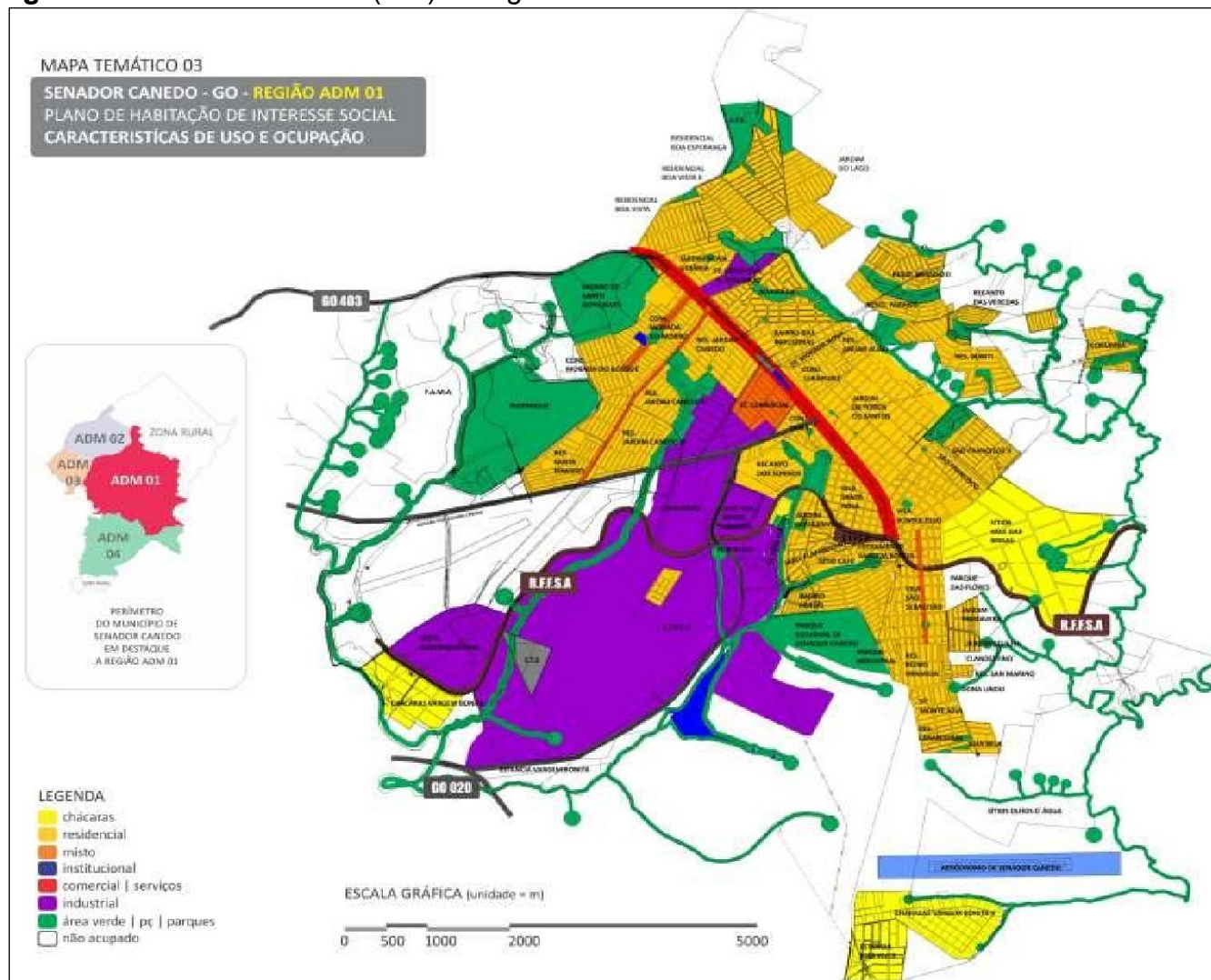
Fonte: www.diariodegoias.com.br (mar.2017).

Desta forma, tornam-se perceptíveis as melhorias no planejamento urbano da cidade, na intenção de integração das regiões com maior mobilidade socioespacial entre Goiânia e Senador Canedo, tanto na parte central como nas Regiões da Vila Galvão e do Jardim das Oliveiras, por motivos de trabalho, comércio, educação e/ou lazer. A instalação do terminal de transportes coletivo, do Senador Center e da Praça Criativa na Região Central, trouxe significativas valorizações imobiliárias (LIMA, 2010).

É relevante citar que Senador Canedo é dividida em quatro regiões administrativas, cada uma com suas especificidades históricas e processos espaciais ocorrendo em tempos diferentes, de acordo com o Plano Diretor Democrático de Senador Canedo (PDD/2007).

A Região Central – Área Administrativa I, originou em 1950, é a maior área administrativa do município. Compreende toda região do distrito sede do município, onde possui a maior concentração de loteamentos implantados e a implantar, isto é, a malha urbana está marcada por uma considerável quantidade de lotes vazios ao longo dos eixos viários de circulação, e onde encontram-se as duas operadoras de telefonia fixa, sendo que uma atende especialmente a parte comercial da área central e a outra estende um pouco mais suas redes no sentido centro-periferia mas não chegando aos limites das mesmas. Dividida em quatro microrregiões e 33 bairros (Figura 15), é o núcleo urbano mais antigo e sede do município. Na região Central, a Avenida Dom Emanuel é a principal via de acesso na cidade e tem forte traço comercial, e a Rua Vereador José Eduardo é comercial e parcialmente residencial (PLHIS, 2013).

Figura 15: Senador Canedo (GO) – Região Central – Área Administrativa I.



Fonte: PLHIS (2013).

É a região mais segregada quanto à Capital, pois formou-se desligada da malha urbana metropolitana e desprovida de infraestrutura, mais povoada e dependente de serviços de transporte coletivo. Na última década, em decorrência de uma série de medidas tomadas pelo poder público e iniciativa privada, conseguiu sanar tais deficiências (LIMA, 2015).

É intenso o uso de solo não residencial, especialmente na Av. Dom Emanuel (Figura 16), que se manifesta através de um grande número de vitrines, painéis de propaganda, luminosos coloridos e passarelas que associam cada indivíduo ao trabalho, ao lazer, às compras, aos serviços médico, imobiliário ou judiciário.

Figura 16: Senador Canedo (GO) - Área comercial da Av. Dom Emanuel.



Fonte: DIB FILHO (2018).

Há Domicílios de Iona (Morada do Bosque, Jardim Canedo III, Boa Vista II e Monte Cristo); pau-a-pique (VI, São Sebastião, Jardim Canedo, Anuar Auad, Jardim Flamboyant); e adobe (Vila São Sebastião, Monte Azul). A habitação também está em área de deslizamento e erosão (Anuar Auad, Bairro Alvorada, Bougainville), e ainda moradias em casas às margens de córregos (Anuar Auad e Bairro Alvorada). A existência de coabitação na maioria dos bairros se dá por situação econômica e migração de pessoas de outros estados, gerando situação de irregularidade fundiária na maioria desses bairros (PLHIS, 2013).

É fácil reconhecer onde a concentração e especialização da oferta adquirem características únicas no âmbito do espaço urbano, muito embora a diluição que se processa na faixa central crie dificuldades na definição da amplitude espacial.

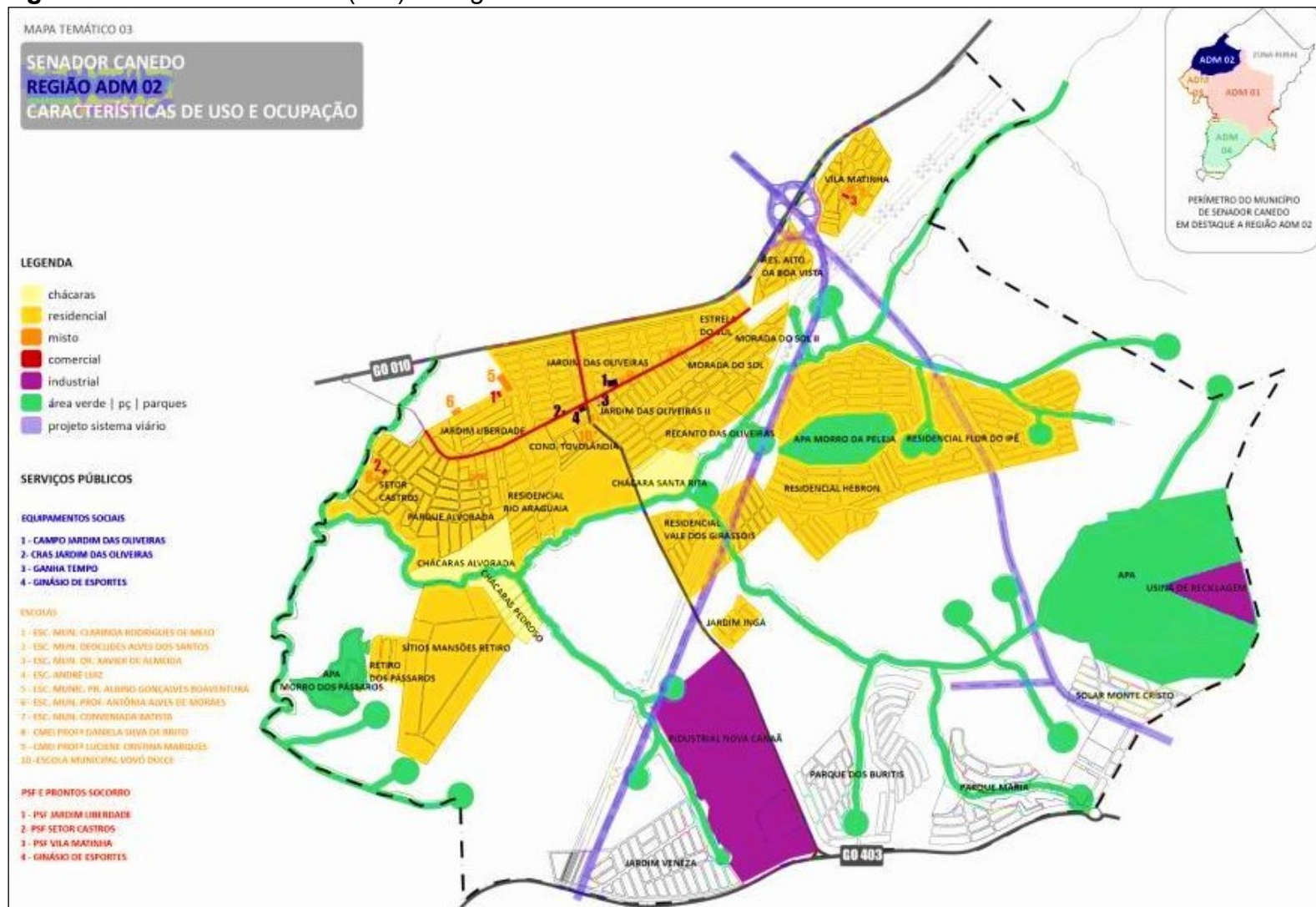
A individualidade que assume é também amplamente justificada pelas fortes relações que se estabelecem tanto como aglomerado urbano, como com a sua área de influência e que afetam de modo determinante os estabelecimentos, de tal modo que, regra geral, a uma maior intensidade de trocas e solicitações que corresponde uma oferta mais diversificada e especializada (FERNANDES & MARTINS, 1988, p.33).

As Regiões do Jardim das Oliveiras e da Vila Galvão, Áreas Administrativas II e III respectivamente, foram ocupadas efetivamente no final da década de 1980 e início do Séc. XX, principalmente pelos agentes sociais de baixa renda, sendo que são as duas regiões que apresentam íntima ligação com a expansão demográfica de Goiânia. Por um processo histórico, ambas são influenciadas diretamente pela segregação socioespacial de Goiânia. Esse fato ordena a pensar que a estruturação intraurbana da região leste de Goiânia implicou na estruturação oeste de Senador Canedo onde situam as duas áreas administrativas. Por isso, a compreensão intraurbana de Senador Canedo não se restringe a essa cidade, mas também se estende à Goiânia ou vice-versa, constituem tanto como localidade de Senador Canedo quanto da área da capital metropolitana, ao mesmo tempo (VISCONDE, 2007).

A Região Jardim das Oliveiras, criada em 1987, é dividida em três microrregiões com 16 bairros (Figura 17), e sua localização é menos privilegiada que a Região Vila Galvão. É a segunda maior área administrativa do município, e uma das mais favorecidas, ou menos afetada, em termos de localização e infraestrutura, maioria da população com renda inferior a 3 SM. Não tem rede de esgoto, mas tem uma infraestrutura de qualidade com 90% de abastecimento de água, 90% de asfalto e 95% de rede elétrica e presença de uma operadora concessionária de telefonia fixa. É uma região que apresenta uma população de perfil mais carente, vários bairros derivaram de ocupações. As características de ocupação do solo predominam-se em residencial, possuindo duas áreas industriais (PLHIS, 2013).

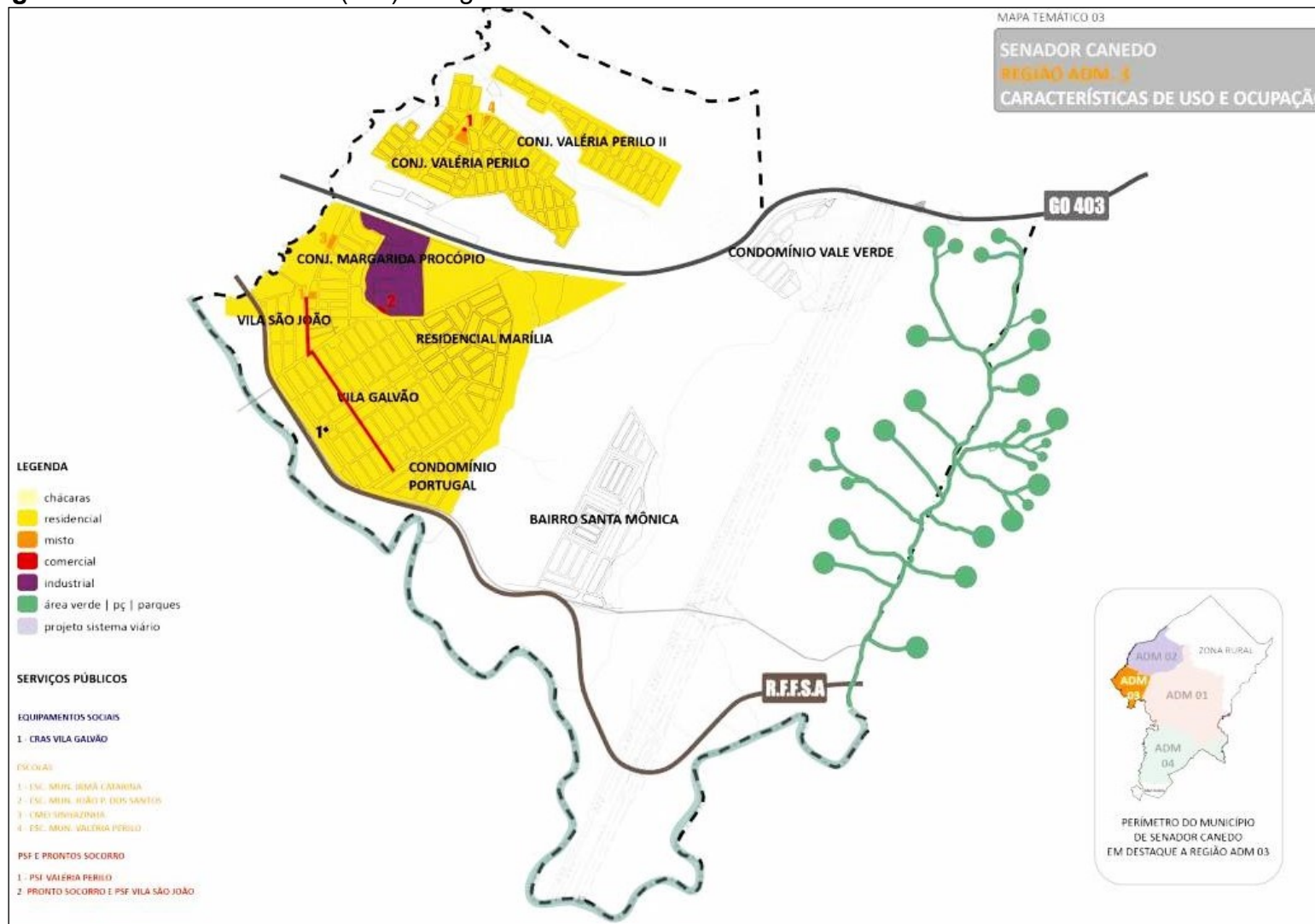
A Região Vila Galvão surgiu no final da década de 1980 e teve seu adensamento urbano intensificado no Séc. XX, é dividida em duas microrregiões e 6 bairros (Figura 18).

Figura 17: Senador Canedo (GO) – Região do Jardim das Oliveiras – Área Administrativa II.



Fonte: PLHIS (2013).

Figura 18: Senador Canedo (GO) - Região da Vila Galvão – Área Administrativa III.



Fonte: PLHIS (2013).

É a menor área administrativa do município, a maioria da população com renda inferior a 3 SM. Próxima a Colônia Santa Marta, a região foi alvo de discriminação por muitos anos, posto que abrigava alto índice de população com hanseníase. Conta com uma área industrial. Não tem rede de esgoto, mas tem uma infraestrutura de qualidade e presença de uma concessionária de telefonia fixa. Existência de coabitação, por situação econômica, e migração de pessoas de outros estados (PLHIS, 2013).

Localizada no limite da fronteira com Goiânia, a Região Vila Galvão é atendida por três linhas de ônibus, distante 5 km do Terminal do Novo Mundo, com rápido acesso ao Hospital das Clínicas e ao centro de Goiânia (LIMA, 2015). As regiões Galvão e Oliveiras tem alto padrão de integração socioespacial.

Outro ponto importante em relação ao favorecimento da Região Vila Galvão e que coloca a Região do Jardim das Oliveiras em posição intermediária na escala de segregação é a maneira pelo qual se efetuou o assentamento. Uma característica de hierarquização é a área de conurbação da Região Vila Galvão, pois se encontra separada pelo Rio Meia Ponte e os muros dos condomínios fechados, distante 8 km de grandes equipamentos urbanos e do centro de Goiânia, diminuindo o tempo de acesso aos equipamentos e da centralidade de Goiânia (LIMA, 2015).

A Região da Vargem Bonita – Área administrativa IV, denominada também de Estância Vargem Bonita e Condomínio Alto da Boa Vista, é dividida em duas microrregiões, possui ocupações mais recentes (exceção da Vargem Bonita I) e é formada por condomínio de chácaras e sítios de recreio, constituindo uma ocupação diferenciada tanto do ponto de vista do uso solo, como da ligação funcional, e em termos do nível econômico dos atores que compõem esta região (PLHIS, 2013).

A influência de Goiânia está diretamente relacionada com o desenvolvimento das quatro regiões de Senador Canedo, entretanto, a localização, mobilidade e circulação encontra-se segregada socioespacialmente, decorrente da ação do Estado.

Analisando o desenvolvimento intraurbano de Senador Canedo, em termos de local e distância, a integração sócioespacial na Região Central é elevada, na Região do Jardim das Oliveiras é intermediário, e menor na Região da Vila Galvão, influenciando no tipo de construção das moradias (LIMA, 2013).

As áreas públicas, da Cidade, são mínimas, dificultando a implementação da

política habitacional de interesse social, sendo necessário utilizar dos instrumentos das ZEIS para promover a ocupação dos vazios urbanos com a criação do Banco de Lotes e produzir terras urbanizadas, como estabelecido na Lei Municipal N. 1.377/08, em 10% da área dos novos loteamentos para a produção de habitação de interesse social, exceto destinados à habitação de natureza social. Como a lei não foi devidamente efetivada, “a prefeitura não tem controle sobre as áreas previstas para habitação de interesse social, nem o estoque do banco foi identificado” (PLHIS, 2013, p.95).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Senador Canedo, através da Gerência de Ordenamento e Parcelamento, são 3.574 lotes irregulares, 6.200 clandestinos e 7.531 a serem aprovados. São 48.273 lotes irregulares, clandestinos e em aprovação, totalizando 65.578 lotes registrados ou não, a titulação individual do imóvel (PLHIS, 2013).

2.2 Senador Canedo e suas Delimitações Geográficas

Desde a constituição de Senador Canedo em 1953, verifica-se que a produção espacial possui subordinação política, econômica e social. Após a emancipação do município novas dinâmicas se estruturaram atraindo indústrias, serviços e pessoas, adquirindo certo poder centralizador, porém mantendo características de dependência em relação à Goiânia, haja vista que a metrópole mantém a centralidade na RMG (LIMA, 2015).

As discussões sobre os elementos históricos do parcelamento, do uso do solo e da expansão urbana de Goiânia, precedem de forma considerável a formação do município de Senador Canedo. Além da contribuição dos fatores produtores da expansão do espaço urbano, o processo de adensamento da população em seu espaço teve um papel importante, pois Goiânia, em seu plano original, previa uma população de 50 mil habitantes, em 1933, mas já em 1960 contava com 151.013 e chegando em 1979 a 363.056 e em 1996 a 998.520 habitantes (PDIG-1992/IBGE). (VISCONDE, 2007)

É relevante considerar que o crescimento transforma a cidade de diversas formas: setores urbanos se especializam; as vias de comunicação se tornam mais racionais; criam-se novos órgãos administrativos; implantam-se indústrias nas

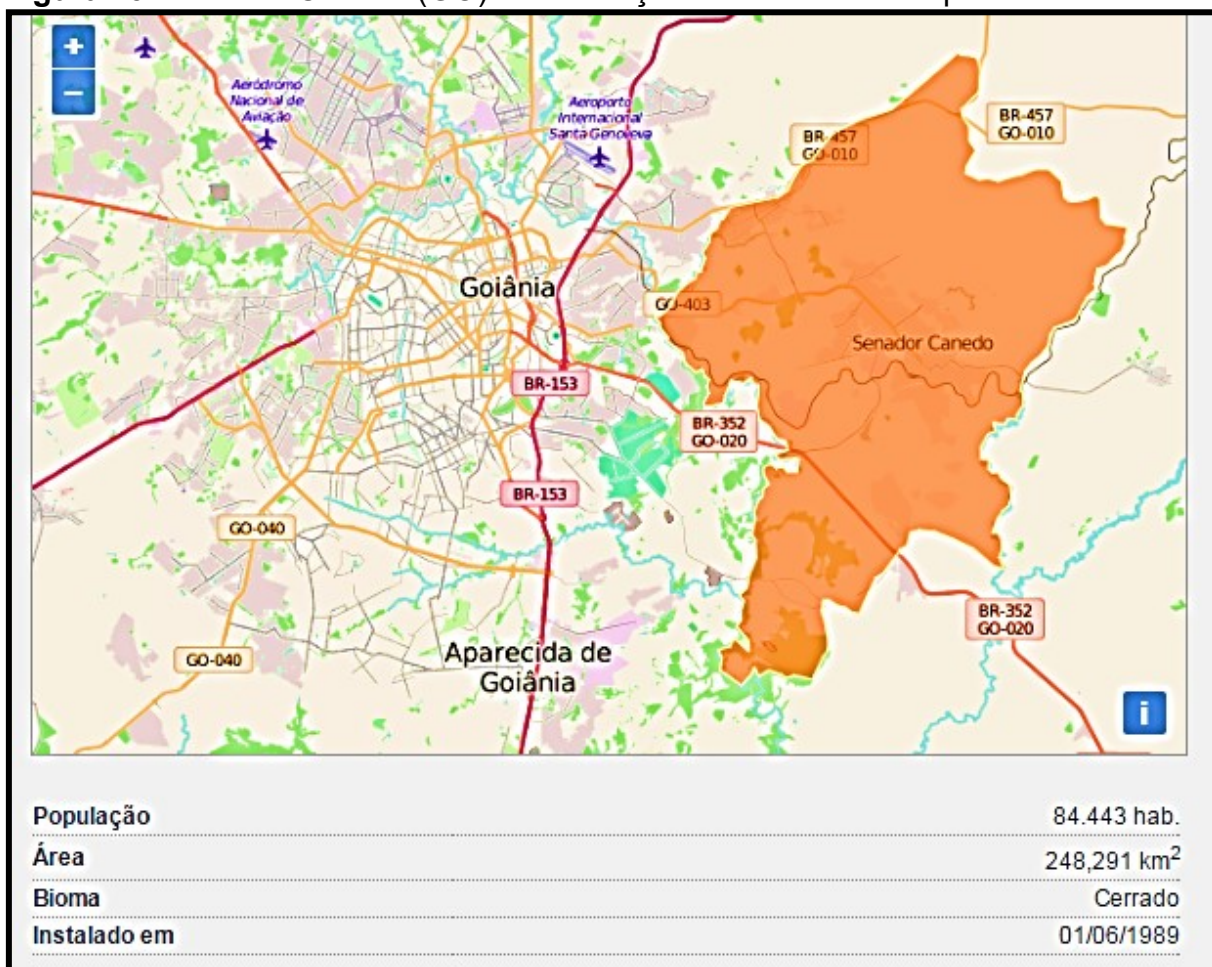
periferias; com oferta limitada de habitação próximas aos centros as classes médias e operárias caminham para residirem em periferias, invasões ou áreas de risco.

Com o crescimento do vilarejo começaram a chegar os imigrantes, que sentiram a necessidade de uma atividade que gerasse lucro, adotando por anos a agropecuária como fonte de renda do povoado. Em meados da década de 1990, a instabilidade financeira de Senador Canedo se deu por longos anos devido falência da cooperativa de carne, que gerava empregos e lucratividade. Com novas alternativas, como o polo petroquímico via Petrobrás/transpetro iniciou-se uma nova fase na economia do município.

Os dados referentes ao município de Senador Canedo estavam intrínsecos aos da capital de Goiás. A divisão desses dados acontece em 1970, eram escritos por pessoas que mantinham um vínculo com o município, numa linguagem coloquial que abordava mais a questão política e que não prestava nenhuma informação sobre a organização socioespacial. Em alguns casos, as publicações tinham o objetivo precípuo de informar o crescimento econômico do município face ao Estado de Goiás e que não desvelava o período de quase quatro décadas em que Senador Canedo fora aprisionado e suprimido pelos gestores do governo estadual e da metrópole de Goiânia e que havia transformado aquele em uma franja urbana da capital. As fontes bibliográficas começaram a ser publicadas na década de 1990 e se referiam a tecer comentários que contemplavam os aspectos socioespaciais.

O município no seu quesito de espacialidade tem sido analisado sem considerar aspectos legais da cidade, e em sua maioria, se refere a sua posição geográfica que estabelece o mapeamento urbano e a sua proximidade com Goiânia (Figura 19), que alimenta a sua condição de cidade dormitório quando se analisa o número de trabalhadores Canedenses que trabalham durante o dia na capital do Estado e só retornam, à noite, para o município. Por outro lado, ainda que pequeno ao comparar com Goiânia e pertencente à região metropolitana da capital, tem uma organização própria e uma dinâmica específica.

Figura 19: Senador Canedo (GO) - Localização e limite do município.



Fonte: IBGE (2010).

Em 03/09/2018, uma reportagem de jornal da Região Metropolitana de Goiânia, destacou o crescimento de Senador Canedo nos últimos dois anos, mais de 9,2 mil novos habitantes.

A proximidade da capital também influencia na atratividade da cidade, mas como lembra o superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Goiás, Edson Roberto Vieira, não dá para classificar Senador Canedo apenas como uma cidade dormitório, assim como ocorre em municípios do Entorno do Distrito Federal. Ele frisa que, assim como Aparecida de Goiânia, que está entre as 25 cidades do País que não são capitais e que possuem mais de 500 mil habitantes, a cidade possui uma dinâmica própria, com capacidade de absorção e aspectos que fazem dela atrativa por si só (O POPULAR, 2018).

É importante ressaltar que a região composta pela Vila Galvão e Jardim das Oliveiras em Senador Canedo, em função de sua proximidade com a capital do Estado, faz com que essas duas manchas urbanas sejam percebidas à primeira vista como uma extensão de Goiânia por resguardar as influências da metrópole,

especificamente quando se trata das redes telefônicas. Nesse caso, a operadora autorizada de telefonia não atende estas duas manchas urbanas, tanto pela distância em que encontram as suas redes localizadas em Goiânia, quanto às que estão na região central de Senador Canedo, sendo então a distância um empecilho. A outra operadora os atendem a partir de centrais próximas localizadas na capital.

2.3 Redes de Telefonia RMG e Senador Canedo

No que se refere ao setor de comunicações da nova capital, é importante mencionar a nota do Jornal Correio Oficial do dia 14 de outubro de 1942 que traduz o anseio pela inauguração da rede telefônica, como mais um grande passo de progresso da jovem capital. Tudo leva a crer que logo será marcado oficialmente o dia do ato inaugural destes benefícios cujos serviços mais importantes da instalação se acham quase terminados.

Essa expectativa passa a ser realidade quando o ato da inauguração da rede telefônica de Goiânia, no dia 7 de novembro de 1942, contou com a presença do Governo de S. Excia o Sr. Interventor Pedro Ludovico, possibilitando ver toda a aparelhagem daquele maquinário moderníssimo e ouvir do engenheiro da Sociedade Ericsson do Brasil Ltda., Dr. Nils Bengt Ludvig Loostrom, as explicações em torno do seu funcionamento. De fato, aquela sociedade, cumprindo as estipulações contratuais, fez, ao Governo do Estado, a entrega da rede telefônica em perfeito funcionamento. Nomeado para assumir a sua gerência, o Sr. Altair de Moraes Jardim, conhecedor do assunto, já vem organizando cuidadosamente a parte que se acha sob suas responsabilidades (CORREIO OFICIAL, 1942).

Historicamente, o registro que se tem mais importante se refere a cidade de Campinas, “hoje bairro que integra a grande Goiânia”, sendo que entre os grandes melhoramentos introduzidos nessa região inclui a chegada dos padres redentoristas, que na época eram professor, médico, construtor, engenheiro, juiz e advogado, e a instalação do primeiro telefone do Estado, entre Campinas e Trindade, em 1924, a cem réis a telefonada (SANTOS, 1976).

A tabela a seguir (Tabela 5) mostra a situação da telefonia no estado de Goiás, em relação aos municípios que disponibilizavam do referido serviço, até o ano de 1942, de acordo com dados operadora local:

Tabela 5: Situação da Telefonia do Estado de Goiás entre 1942-1947.

Ano	Cidades	Centro	Número de Aparelhos				Pessoal Empregado			
			Total	SE	SRP	SP	Total	Masculino	Feminino	Número de Assinantes
1942	05	08	661	51	92	518	21	15	06	605
1944	05	07	642	11	92	539	33	21	12	623
1947	03	05	621	07	80	534	20	14	06	610

SE = Serviço da própria empresa

SRP = Serviço de repartição pública

SP = Serviço particular

Fonte: Telegoiás (1999).

Atualmente o Brasil e o Estado de Goiás tem tido um índice de crescimento de usuários de aparelhos celulares bastante significativo e isso pode ser observado na perspectiva de que a população tem transformado esse dispositivo em um elemento de trabalho. A estatística é de 85,8% dos goianos com idade acima de 10 anos que portam aparelhos celulares, correspondendo a um total de 4,8 milhões de usuários goianos. Desse total, 86,2% são homens e 85,4% mulheres. Esses dados têm como base o ano de 2014, que comparado ao ano de 2005, foi observado um aumento de 95% (O POPULAR, 2016).

Como resultado, o setor de telefonia, considerado um dos mais chamativos e lucrativos para o investimento privado, em nível internacional, enfrenta alguns dos maiores desafios de sua história. Isso foi observado desde 1996 quando foi publicado o Documento de Encaminhamento da Lei Geral das Telecomunicações (ANATEL, 1996).

A nova onda de expansão econômica, que se formou a partir da chamada terceira revolução industrial, traz esse setor como sendo um dos mais promissores. Existem muitos investidores interessados em expandir essa atividade no mundo, e como não poderia deixar de ser, o próprio Brasil. O problema, que não é só do Brasil, é encontrar uma fórmula para a Anatel que, ao mesmo tempo em que promova fortemente os investimentos privados, reforce o papel regulador do Estado e reserve ao setor público a atuação em segmentos estratégicos do ponto de vista social ou do interesse nacional (POSSEBON, 2017).

O documento evidencia uma preocupação em inserir o Brasil de forma efetiva no grupo das nações que devem conduzir, no mundo, o processo de integração da

sociedade através dos meios de comunicação, como exigência da nova “era da informação”

A Revolução Técnico-Científica Informacional também intensificou sobremaneira a expansão das redes, incluindo a própria rede de telefonia e de transportes. A formação das redes digitais e os avanços nas redes de comunicação tornaram-se grandes marcos para esse período. Assim, em tempo real, comunicados e transações financeiras ocorrem e notícias importantes são divulgadas, até reuniões de negócios não mais necessitam da presença física de todos os seus participantes, o que exemplifica o grau de avanço técnico das redes.

A importância das redes geográficas deu-se também para o avanço do sistema capitalista financeiro, que, para muitos, ganhou o status de capitalismo informacional. A expansão das empresas multinacionais encontra-se bastante facilitada, incluindo a formação das *holdings*, que são agrupamentos entre empresas interligadas em redes internacionais.

As redes possuem papel ativo na configuração do espaço geográfico, e isso se estabelece de forma mais nítida na constituição das hierarquias no cerne das próprias redes. Um exemplo é a rede urbana, que se define de local ao global nos mais diversos níveis, desde as cidades globais mais avançadas até os centros regionais dos países periféricos. Assim, o que se percebe nas diferentes redes geográficas é a constituição de “nós” formados por tamanhos diferentes, ou seja, alguns com mais fluxos dos que os outros.

As redes geográficas são, afinal, um importante elo entre as diferentes partes do espaço geográfico que integram o sistema mundial em tempos de globalização. Assim, elas permitem e condicionam o transporte e difusão de inúmeros instrumentos técnicos, além de mercadorias, informações e conhecimentos, estando diretamente associadas à maioria dos elementos que compõem a vida cotidiana das sociedades.

Senador Canedo dependeu muito da capital do Estado para o seu desenvolvimento, como foi anteriormente abordado. Historicamente, a rede técnica de telefonia foi a última a ser implantada no município, no ano de 1965, embora tivesse a alimentação do sistema totalmente dependente e vinculada a Goiânia. O subprefeito Sr. João Soares da Silva foi o responsável pela instalação da primeira linha telefônica do município, e anteriormente, em 1966, havia instalado a rede de

esgoto. A rede ferroviária havia chegado em 1952, a malha rodoviária constituída pelas primeiras vias de acesso foi Estrada Sete Grotas, que ligava o então distrito a GO-010; Estrada da Mata do Algodão, que resultou mais tarde na SEN-01 e a estrada GO-536 que ligava o distrito a GO-020 (LIMA, 2010).

Na sequência, em 1978, foi dada a licença para a instalação da primeira central telefônica em Senador Canedo localizada na região central. A partir dessa data foram surgindo outras companhias que ali se instalaram e permanecem até hoje explorando determinadas áreas que constituem o objeto de desejo para a sua necessidade de lucro, tanto na telefonia fixa quanto na móvel.

A cidade de Senador Canedo carece de um acervo e dados provenientes de seu plano diretor, Lei N. 1.317/07, de 28 de dezembro de 2007, e suas cartas derivadas de forma a facilitar os acessos. Essa lei dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor Democrático/2007 do município de Senador Canedo e dava outras providências - via Prefeitura Municipal de Senador Canedo.

O Plano Diretor permite visualizar uma perspectiva de proporcionar políticas que levam em conta a oferta de estruturas básicas, como água, luz, telefonia, coleta de lixo, pavimentação, regularização fundiária; equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e cultura, segurança, bem como a preservação do meio ambiente.

Embora isso esteja previsto, não há bibliografia que trate do assunto e não foi encontrada nenhuma citação ou obrigação para com as redes e serviços telefônicos na esfera municipal. A consequência dessa inexistência documental vem a ser uma conclusão já redundante que é o fato de que a cidade, no aspecto da telefonia, foi alijada de todo o planejamento tornando uma dicotomia em relação aos outros elementos de infraestruturas que foram sempre considerados. A telefonia é então, de domínio amplo do interesse das operadoras sendo que a legislação que se refere ao assunto é a Lei Geral de Telecomunicações N. 4972, de 16 de julho de 1997, mas que não tem conotação municipal.

Como já citado, em 03/09/2018, na reportagem do jornal O POPULAR da Região Metropolitana de Goiânia, também fez uma importante colocação sobre o plano diretor em promover uma diversificação do perfil e oferecer maiores oportunidades de emprego à população que hoje encontra-se desempregada. Não enfatiza, em nenhum momento, a expansão e melhoria das redes de telefonia, muito menos melhoria nos meios de comunicação local.

As diretrizes do novo Plano Diretor de Goiânia, diante das projeções de aumento populacional que deve se prolongar pelas próximas décadas, propõem medidas para corresponder às necessidades geradas por esse contexto. Segundo o secretário municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Henrique Alves Pereira, uma delas diz respeito à questão do emprego e renda, que é uma preocupação automática que surge diante da chegada de novos moradores. A capital, conta ele, sempre foi uma cidade cuja atividade econômica sempre esteve muito centrada no comércio e no setor de serviços. (O POPULAR, 2018).

Diferente do Plano Diretor, o Plano de Governo da atual administração pública de Senador Canedo - Gestão 2017/2020, tem como proposta implantar o acesso gratuito à internet, começando por logradouros públicos de maior frequência e todas as unidades da Prefeitura, dentro de uma Política de Inclusão Digital que favorece a informação do cidadão e o crescimento de sua consciência e participação democrática (PLANO, 2017). Não necessariamente haverá êxito nesta pretensão, se assim pode ser considerado. Nos próximos capítulos, os resultados do estudo comprova essa situação, ou seja, a proposta não se concretizou.

2.4 Inclusão Social e Inclusão Digital: O Projeto CEU

A inclusão social, seja em qualquer nível da existência humana, não pode ficar somente no discurso de palanques e de reuniões com conotação eleitoreiras. Tampouco pode ficar somente restrito ao conteúdo jurídico de leis bem escritas e posteriormente engavetadas. A inclusão é hoje uma necessidade da sociedade para inclusive torná-la melhor e mais humanizada.

Numa ótica positiva, Inclusão Social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas - no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos - oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens (MOREIRA, 2006, p.1).

Segundo o autor, a inclusão social envolve o estabelecimento de condições para que todos possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

A Inclusão Digital tem como objetivo o uso livre da tecnologia da informação, a fim de promover a ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local (MARTINI, 2005).

Os autores que estudam a inclusão digital relacionam o assunto imediatamente ao problema da exclusão digital, mostrando que o foco é o cidadão digital e tecnologicamente excluído ou infoexcluído, mas que precisa ter a chance de ser incluído na sociedade da informação (BAPTISTA, 2006).

Do ponto de vista governamental, políticas tem sido desenvolvidas na perspectiva de promover a inclusão social e digital, seja em qualquer aspecto ou setor da sociedade. Nessa linha, uma delas refere-se à implantação do projeto social CEU's - Centro de Artes e Esportes Unificados, localizado na Avenida Senador Canedo, Região Jardim das Oliveiras.

No portal do Ministério da Cultura encontra-se o objetivo do projeto CEU no sentido de integrar em único espaço programas que contemplem diversas áreas, culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. O número de unidades entre os que estão em construção e os já construídos chega a 333 em todo o País, distribuídos nas 5 (cinco) regiões, tendo um centro em Senador Canedo, na área administrativa II, Jardim das Oliveiras.

Nessa mesma perspectiva, os projetos sociais buscam promover o acesso das camadas sociais menos favorecidas às Tecnologia da informação e comunicação - TICs, e possuem enfoques técnicos, sendo efetivados através de cursos de informática que abordam conteúdos básicos de digitação e navegação na internet. No entanto, tais cursos possuem relevância, pois contribuem para que as pessoas desenvolvam as suas competências informacionais (PASSOS e ABREU, 2011). Nesse sentido, a inclusão digital é vista como um meio que torna possível a inclusão social dos indivíduos, considerando que estes venham a obter melhorias econômicas, e também participem ativamente da comunidade, governo e sociedade (ALONSO et al, 2010). Entretanto, os autores afirmam ainda que "o acesso à informação é uma importante oportunidade de aprendizado, poder e interação, mas

pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando esse acesso não se dá de forma uniforme” (ALONSO et al, 2010, p.157).

É importante ressaltar que na região central do município existem dois pontos com estrutura para atendimento à formação em informática, mas não estão em funcionamento e nem mesmo se encontram em condições de uso, e o lugar está abandonado em consequência das máquinas serem obsoletas, como também ocorre no CEU, uma utopia Neoliberal, que não atende as perspectivas de gerar a inclusão digital/social por falta de acesso às linhas telefônicas.

Inclusão em redes com infraestruturas diferentes cria inclusão assimétrica, onde quem tem acesso a velocidade maiores possui maior poder, poder das redes, poder de criar redes daqueles que são mais velozes, que possuem mais capital ou mais poder político, criando assim cidadãos conectados de categorias distintas no uso da rede (SILVEIRA, 2011).

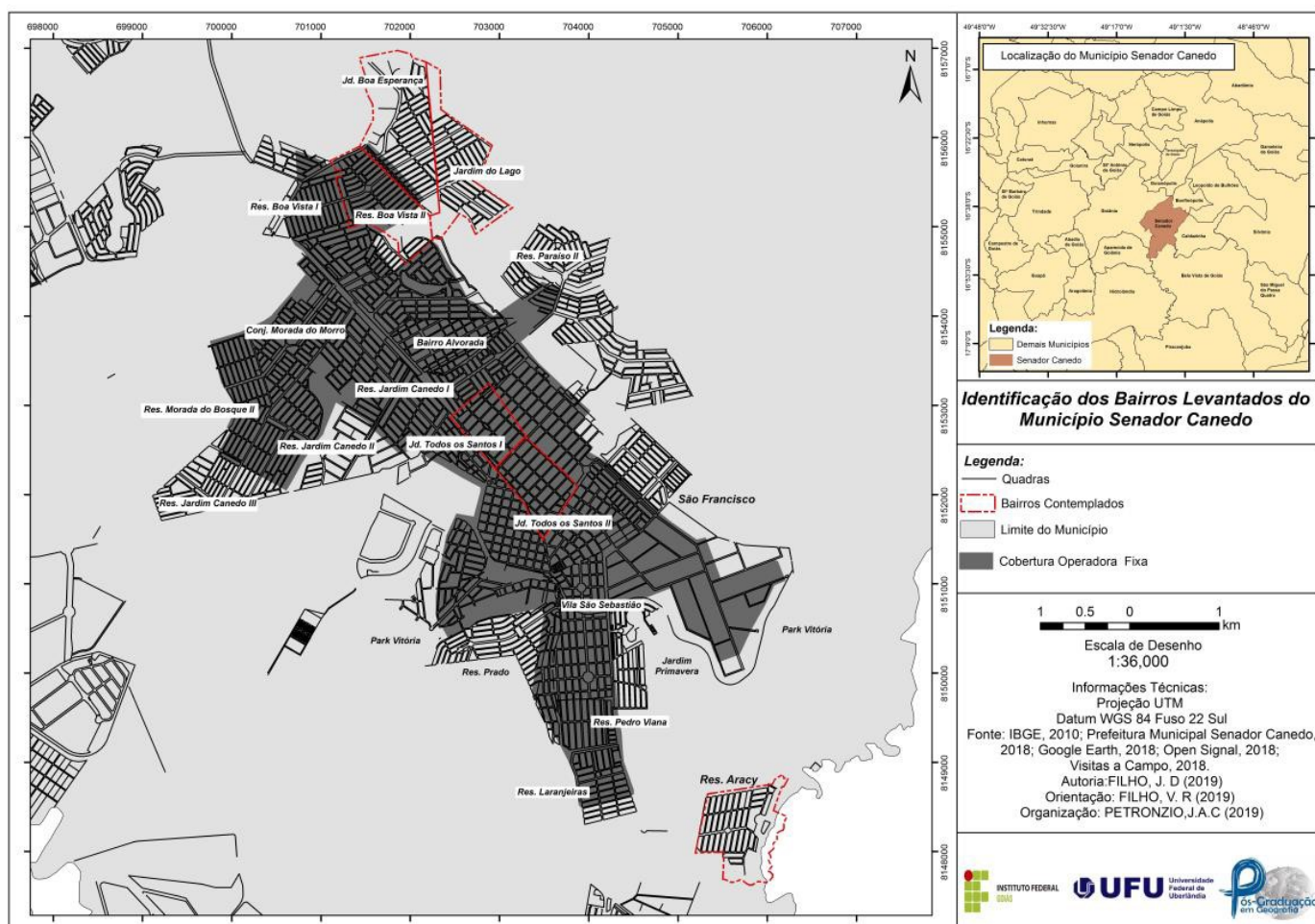
Nesse sentido, a qualidade de acesso diferencia as pessoas e gera exclusão, que só não é pior que a falta do acesso que pode ser representada pela própria exclusão, pelas redes e das redes.

O próximo capítulo discorre sobre o levantamento de dados e informações coletadas com a realização das atividades de campo envolvendo a rede de telefonia fixa.

3 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DE SENADOR CANEDO E AS REDES TELEFÔNICAS

Este capítulo discorre sobre o levantamento de dados e informações coletadas com a realização das atividades de campo envolvendo a rede de telefonia fixa como importante instrumento de comunicação para a população de três áreas de estudo: uma central contendo estrutura comercial, de serviços e gestão; uma área afastada com melhor estrutura e conteúdo social; e outra mais afastada, com baixo conteúdo social (Figura 20). O estudo de três áreas distintas se justifica pela má distribuição, que gera desigualdade de sinal desta infraestrutura na cidade.

Figura 20: Senador Canedo (GO) - Localização das Áreas de Estudo (2018).



O capítulo abordará o cotidiano e as dinâmicas socioespaciais nas áreas de estudo, as redes telefônicas existentes e a forma como elas se estabelecem nos espaços de interesse das empresas, as infraestruturas técnicas instaladas dos loteamentos, tais como ruas, postes da rede elétrica e a própria ocupação imobiliária, e ainda como as redes telefônicas analisam estas infraestruturas para sua consolidação e até onde elas se faz presentes. Na sequência de importância, tanto quanto a própria instalação e a disponibilidade das redes de telefonia na cidade, serão abordados o papel do poder público municipal e federal nos diversos aspectos de atuação junto às empresas, quanto a fiscalização da oferta e qualidade dos serviços; as regras para autorização de instalação e operação das infraestruturas e as contrapartidas para a cidade; e a expectativa de atendimento para as pessoas nas diferentes áreas de sobrevivência na cidade.

3.1 Características Socioeconômicas das Áreas de Estudo

Como descrito anteriormente, a escolha por Senador Canedo foi definida por ter sua origem relacionada à Goiânia, que se tornou local de destino para metade das pessoas que participaram do fluxo migratório, seguida por Aparecida, cuja participação nesse processo foi de 33%, ou seja, do total de pessoas que se deslocaram em direção à Região Metropolitana, inclusive no seu interior, Goiânia recebeu 50% delas, ao passo que Aparecida de Goiânia seguiu com aquele índice. Na sequência observa-se Trindade e Senador Canedo, com participação de 6,1% e 5,2%, respectivamente, municípios estes que possuem algum nível de conurbação com o pólo. O município de Aparecida o que mais recebeu pessoas de municípios da própria RMG, representando 60,5% e Senador Canedo (10,2%), o que sugere que, ou as pessoas estão saindo de Goiânia em direção à periferia em que o custo de vida torna-se mais baixo, ou elas estão saindo dos municípios periféricos distantes de Goiânia e região metropolitana, como forma de facilitar sua mobilidade seja para trabalho ou para estudo (LIMA, 2009).

Os levantamentos necessários para essa pesquisa referem-se à região central, gênese da cidade, através do bairro Jardim Todos os Santos como primeira grande área a ser estudada, e posteriormente os setores em regiões opostas à área administrativa I que contempla os bairros denominados respectivamente de Aracy na

extremidade Sul, e na extremidade Norte situa-se Boa Vista II, Boa Esperança e Jardim do Lago. Há de se destacar que, geograficamente, a primeira é mais distante da Área central, enquanto que a segunda está mais próxima da mesma. A relevância do centro também pode ser considerada na perspectiva de que foi nessa área que se construiu a primeira estação telefônica da cidade de Senador Canedo, conforme já abordado anteriormente. Além disso, a região central representa a ocupação mais antiga e consolidada da cidade amparado em sua natureza funcional, residencial, comercial e ocupada por uma população multifacetada, servida por linhas de ônibus que atende a mobilidade para todos os outros bairros deste e de outros municípios.

Apesar disso, verifica-se a carência da população de baixa renda ao acesso dos meios informacionais via telefonia fixa, sendo motivo de escolha dessas áreas e que obedece a critérios preestabelecidos que contemplassem os objetivos da pesquisa. Assim, surgiu a necessidade de comparação da região central com os bairros mais carentes fazendo o paralelo da região central beneficiada com a sua hinterlândia que tem características diferentes denotando a complexidade urbana.

Outro requisito importante levado em consideração na escolha das áreas de estudo foi a cronologia dos surgimentos das mesmas com base no tempo em que foram construídas e ocupadas. A análise socioeconômica dessas áreas inclui questões como o porte da habitação e o teor social, importantes para se considerar em que nível se deu a exclusão social das camadas mais pobres da população. Sobre esse aspectos de acordo com Ribeiro Filho (1997, p.37):

A natureza funcional, o conteúdo social e a natureza habitacional são características igualmente importantes para a análise socioeconômica e da segregação social, refletindo a complexa estrutura social em classes, típica do capitalismo e que certamente interferem nos fluxos migratórios intra-urbanos. Isto demonstra, de um lado, as desigualdades sociais expressas no nível de acesso aos recursos econômicos e, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade.

Ainda no perfil socioeconômico, faz-se necessário regulamentar as ZEIS instituídas por decreto dentro da política urbana estabelecida pelo Plano Diretor para o crescimento da cidade:

I. Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1) são moradias localizadas em área de risco por contaminação do lençol freático ou do solo, proximidade com duto de distribuição de combustível ou de rede de alta tensão risco de deslizamento e inundação e terão prioridade no organograma de ação do Programa;

II. Zona Especial de Interesse Social II (ZEIS II) moradias em área ou loteamento irregular e assentamento em Zona de Preservação Permanente e chácaras e sítios parcelada em unidades com área inferior à exigida pelo INCRA para o imóvel rural, os quais serão chamados pelo Poder Executivo para a regularização;

III. Zona Especial de Interesse Social III (ZEIS III), glebas sujeitas à incidência de política Habitacional para construção de moradias (LEI N. 1.379/08).

A referida lei institui a nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Senador Canedo, disposta na Lei N. 1.317/07 sobre a aprovação do Plano Diretor do município de Senador Canedo, e o seu Art. 27 define as zonas, com critérios e parâmetros urbanísticos específicos para uso e ocupação do solo, de acordo com a característica e potencialidade local.

I. Zona de Uso Residencial-I (ZR-1), caracterizada como predomínio de uso para habitação de tipologia para baixa densidade.

II. Zona de Uso Residencial-2(ZR-2), caracterizada como aquela com predomínio de uso habitacional de média densidade.

III. Zona de Uso Misto 1 (ZUM 1), caracterizada como aquela que admite diversidade de usos inclusive numa mesma unidade de lote ou edificação, de tipologia para baixa densidade.

IV. Zona de Uso Misto 2 (ZUM 2), caracterizada como aquela com predomínio de usos inclusive numa mesma unidade de lote ou edificação, de tipologia para média densidade.

[...] (LEI N. 1.379/08).

A lei estabelece as formas de uso e ocupação, intervenções no solo a serem incentivadas; instrumentos da política urbana previstos e programas e projetos prioritários.

Vale destacar que é preciso estabelecer uma política de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade e seus benefícios para a população com renda até 3 (três) SM e residente no município há mais de 5 (cinco) anos.

Seguindo a mesma sistemática, os levantamentos necessários para a complementação dessa pesquisa incluem as informações que perpassam pelos aspectos populacionais, habitacionais e socioeconômicos (Quadro 2).

Quadro 2: Senador Canedo (GO) - Áreas do levantamento (2018).

BAIRROS CRITÉRIOS	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II Jardim do Lago Boa Esperança	Aracy Amaral
Localização	centro da área ADM 01	setor norte da área ADM 01	setor sul da área ADM 01
Período de Ocupação	1980	2009	2012
Natureza Funcional	Comercial Residencial	Residencial Pouco comercial	Residencial
Conteúdo Social Provável⁴	B/C	C/D	E
Natureza Habitacional	ZUM2 (Av. Dom Emanuel)	-	-
	ZR2 (R. Ver. José Eduardo)	ZR1	ZR1
	-	ZEISIII (parcial)	ZEISIII

Fonte: Ribeiro Filho (1997). Adaptado por Dib Filho (2018).

Em relação à desigualdade socioespacial, considerando a localização das três áreas de estudo, o bairro Jardim Todos os Santos na região central, região do bairro Boa Vista II ao norte e bairro Aracy ao sul, há diferentes visões sobre o tema, que variam de autor para autor.

Nessa linha de raciocínio, cabe aqui ressaltar Amaral (2000, p.8) ao afirmar que “O grau de atratividade das cidades quanto ao fluxo de investimentos externos é outro fator que vem orientando a lógica da produção do ambiente construído urbano”.

Na competição intercidades, os governos locais, em parceria com o setor imobiliário/financeiro, passam a priorizar políticas de renovação urbana visando ao crescimento econômico, em detrimento das políticas de bem-estar social. Um novo modelo de diferenciação sócio-espacial nas grandes cidades, marcado pela segregação excludente ou mesmo pelos enclaves é o resultado dessa nova racionalidade subjacente aos grandes empreendimentos urbanos/imobiliários (AMARAL, 2000, p.8).

É interessante observar que este modelo de segregação espacial não tende a excluir completamente os trabalhadores manuais ou de serviços de baixa qualificação do núcleo urbano. Na realidade, está implícita a abordagem de uma questão essencial ligada ao aprofundamento da crise econômica na sociedade

⁴ A estratificação social foi definida através da pesquisa de campo das áreas de estudo e sua análise considerou as seguintes características socioeconômicas: renda e infra-estrutura. A referida estratificação foi subdividida na seguinte tipologia: B=classe média consolidada; C=classe média baixa; D=classe baixa; E=classe muito baixa.

brasileira via uma expansão urbana da pobreza nas cidades. Isso compromete sobremaneira a arrecadação fiscal por parte dos governos estaduais, em decorrência do crescimento vertiginoso da economia informal e simultaneamente, compromete a estruturação socioespacial das grandes cidades brasileiras, criando um destaque espacial entre centro e periferia.

Essa consequência observada acima também provoca um comprometimento das metrópoles, porque faz com que a mesma atue como uma verdadeira onda que sufoca a população mais carente, que não consegue se manter nos bairros mais centralizadas e é arremetida para as áreas periféricas, provocando dois elementos a serem analisados. O primeiro é a desigualdade social acentuando a segregação social, e da mesma forma, as grandes metrópoles absorvem cidades menores e geram bairros. Isso acaba se constituindo numa relação direta entre as cidades do seu entorno com a grande metrópole, estruturando dessa forma a rede urbana. Arrais (2013, p.196) salienta que:

A cidade não é dotada de autonomia, de autogestão. As cidades são produtos sociais de seus atores sociais, dessa forma a rede urbana, na verdade é uma rede social, assim como uma área de influência de uma metrópole é igualmente uma área de influência social. Da mesma maneira, Goiânia não “gere” a região. A gestão do território se dá por meio de alguns poucos “atores” que munidos das condições favoráveis cedidas pela metrópole, por exemplo, tomam decisões e ações que repercutem no âmbito regional. Por isso, a ação territorial deve ser analisada à luz dos mecanismos políticos e jurídicos.

A cidade de Senador Canedo tem necessidade de incremento de moradias em função da coabitação forçada, dos moradores de baixa renda com dificuldade de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Por último, envolve as moradias em imóveis e locais com fins não residenciais. “O déficit por incremento de estoque contempla os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que a famílias com renda até 3 salários mínimos pagam 30% ou mais da sua renda para o locador” (PLHIS, 2013, p.54).

Por domicílios improvisados entende-se todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares inadequados para habitação que servem como moradia alternativa, inclusive os moradores de rua (IBGE, 2010).

Até 2007, coabitação é entendida pela convivência de duas ou mais famílias na mesma residência. A partir de então, com a reformulação da metodologia de

análise do IBGE, coabitação refere-se ao domicílio onde duas ou mais famílias conviventes afirmam desejar construir domicílio exclusivo, considerando assim como déficit habitacional. As famílias secundárias conviventes que não desejam morar em um domicílio exclusivo não configura déficit. O principal motivo levantado pelo PNAD/2007 pela coabitação foi em decorrência de questões financeiras.

Outro componente do déficit por incremento de estoque é o ônus excessivo com aluguel urbano, que corresponde ao número de famílias urbanas com renda familiar de até 3 SM que moram em casas ou apartamentos e que despendem 30% ou mais da renda familiar com aluguel. Compõe ainda esse déficit, o adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados, entendidos por inquilinos que não podem ampliar o imóvel nem vendê-lo para comprar um maior, caracterizando a necessidade de um novo imóvel para essa família.

Há outro déficit interessante a ser abordado que passa pela questão social, administrativa e urbana das grandes metrópoles, que é o déficit ligado à capacidade de tomada de decisões das grandes empresas localizadas nas mesmas: déficit de autonomia e do próprio interesse das empresas em investir em determinados locais. “Os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual” (SANTOS, 2014, p.112).

Como exemplo, podemos afirmar que Goiânia é uma metrópole que abarca grandes empresas do ramo de telefonia e outros setores, mas que, em determinadas circunstâncias se torna uma metrópole com a gestão do território no âmbito empresarial em nível secundário. Isso porque, as companhias de telefonia aqui estabelecidas fazem parte de um complexo de empresas cuja administração é centralizada em matrizes sediadas em grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, esse papel secundário faz da RMG uma filial administrativa com limitado poder de decisão ficando à mercê das matrizes das outras grandes cidades. Por consequência, Senador Canedo passaria a ter um papel terciário por estar atrelada às decisões tomadas e emanadas de Goiânia, que por sua vez aguarda as decisões da matriz.

No mundo do trabalho, as cidades do entorno da RMG, inclusive Senador Canedo, foram perdendo espaço de gestão e postos de trabalho em virtude de suas proximidades. Não é sempre que há posto de trabalho fixo em Senador Canedo para

atender as demandas dali gerido por pessoas da própria cidade em virtude de que é muito fácil, no caso de telefonia, o deslocamento do pessoal do posto de Goiânia para realizar os serviços demandados pelo município.

Isso reforça o que já havia dito Santos (2008) sobre o advento da globalização e meio técnico científico e informacional, o que se observa atualmente é o deslocamento das funções produtivo-administrativas, porém há manutenção da centralidade gerencial nos grandes centros (ARAÚJO, 2013).

A segregação socioespacial das elites de Goiânia teve como orientação geográfica o crescimento em direção às porções Sul e Sudoeste da cidade. Visconde (2002) atesta que a porção leste da cidade foi destinada às classes populares e sua consequente ocupação urbana se deu a partir de movimentos organizados em prol da moradia.

No processo da segregação socioespacial grupos tendem a criar seus próprios espaços de vivência no espaço urbano, separando as classes sociais em diferentes lugares, marcados por acessos distintos de direitos e oportunidades. Para Cavalcanti (2017) a sociedade é construída baseada em classes específicas, selecionando as áreas que lhes interessam. Seguindo a mesma linha de pensamento, Villaça (2001, p.142) afirma que “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole”. O autor denomina esse processo como regiões gerais ou conjunto de bairros, com tendência a aglomeração de classes sociais num determinado ponto da cidade, ou seja, classes de menor poder aquisitivo tendem a morar em bairros populares e as classes dominantes em bairros ou condomínios mais nobres da cidade.

3.2 Critérios de Seleção das Áreas de Estudo

Nas três áreas de estudo serão trabalhadas características de infraestrutura, serviços públicos, moradia, edificação e presença das redes telefônicas, resultantes dos levantamentos de campo e de informações provenientes da prefeitura.

É relevante estabelecer aqui uma análise sistemática para que se entenda a complexidade e diversidade que o espaço urbano apresenta já que as áreas de estudo apresentam características diferentes. Os critérios descritos nas tabelas 6, 7,

8, 9 e Quadros 3 e 4, referem-se aos principais aspectos das áreas de pesquisa, indicando suas particularidades discriminadas na Lei N. 2.176/18, de Senador Canedo, que aprova a planta genérica de valores dos terrenos e tabela de preços de construção para efeito de cálculo de valor venal para o exercício de 2019.

Tabela 6: Senador Canedo (GO) - Situação de loteamento das áreas de estudo (2018).

SITUAÇÃO DOS LOTES	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Área loteada	89%	47%	35%	32%	38%
Área livre (vazio)	11%	53%	65%	68%	62%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo (2018).

Conforme mostram os dados da Tabela 6, referente à situação de loteamento das áreas estudadas, os bairros Jardim Todos os Santos I-II e Boa Vista II apresentam índices de ocupação mais significativos, respectivamente com 89% e 47% de área loteada. Em contrapartida, os bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy Amaral têm taxas de ocupação entre 32% e 38%, haja vista que são bairros mais periféricos e recentes.

Quadro 3: Senador Canedo (GO) - Tipologia de ocupação das áreas de estudo (2018).

CONSTRUÇÃO	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Residencial	outras	outras	outras	outras	outras
Comercial	Dom Emanuel	Antonio F. Lima	Antonio F. Lima	Antonio F. Lima	Não tem

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo e levantamento de campo (2018).

Ao considerar o Quadro 3, a situação de ocupação recente e por conseguinte menor proporção de área ocupada, sobretudo no bairro Aracy Amaral, é reforçada, pois em tal bairro não há rua com comércio e serviços relevantes. Já nos bairros Boa Vista, Jardim do Lago e Boa Esperança a avenida Antonio F. Lima, que corta estes bairros, é onde há concentração de atividades de comércio e serviços, sendo que tais atividades estão sobretudo, no bairro Boa vista II com maior índice de ocupação. No Jardim Todos santos, Avenida Dom Emanuel é principal via e concentração comercial.

Quadro 4: Senador Canedo (GO) - Situação de serviços públicos das áreas de estudo (2018).

SERVIÇOS PÚBLICOS	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Coleta de lixo	sim	sim	sim	sim	não
Transporte coletivo	sim	sim	não	sim	não
Iluminação pública	sim	sim	sim	sim	sim
Telefonia fixa	sim	parcial	não	não	não

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo e levantamento de campo (2018).

Ao considerar a situação dos serviços públicos, observa-se no Quadro 4 que o bairro Aracy Amaral apresenta as condições infraestruturais mais precárias, com apenas as redes de iluminação pública. Jardim do Lago é o segundo bairro mais carente em termos de infraestrutura, nele existe somente a iluminação pública e a coleta de lixo. Considerando a rede de telefonia fixa, somente o bairro Jardim Todos os Santos I-II apresenta a rede de forma integral e com duas operadoras. No bairro Boa Vista II esta infraestrutura é parcial e com apenas uma operadora. Já nos demais bairros este serviço é inexistente.

Tabela 7: Senador Canedo (GO) - Renda familiar por área de estudo (2018).

FAIXA DE RENDA	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Sem renda	02%	01%	02%	01%	04%
Até ½ SM	21%	30%	49%	45%	52%
½-1 SM	55%	38%	32%	32%	28%
1-2 SM	16%	27%	16%	21%	15%
2-3 SM	06%	03%	01%	01%	01%
Mais de 3 SM	02%	01%	00%	00%	00%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo (2018).

Conforme dados obtidos a partir do CADÚNICO, ou seja, das pessoas em situação de vulnerabilidade social, com baixa renda que se inscreveram na assistência social com a vista a atendimentos em serviços, como o bolsa família, vale gás, entre outros, observa-se na Tabela 7 que as menores rendas, até ½ SM ocorrem nos Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy Amaral. Dentre o universo de inscritos, as maiores rendas acima de ½ até 3 salários mínimos, são

respectivamente o Jardim Todos os Santos e o Boa Vista II.

Tabela 8: Senador Canedo (GO) - Situação de edificação das áreas de estudo (2018).

MATERIAL PAREDE	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Taipa	00%	00%	00%	00%	01%
Tijolo Com Revestimento	91%	82%	63%	62%	56%
Tijolo Sem Revestimento	09%	18%	37%	38%	43%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo (2018).

A situação socioeconômica descrita pode ser observada a partir da condição das residências, neste sentido a partir das informações da Tabela 8, referente ao material utilizado nas paredes das residências, verifica-se que o maior percentual de casas sem revestimento ocorre nos bairros com menores rendas, quais sejam: Jardim do Lago, Boa Esperança e, sobretudo no Aracy Amaral. Em contrapartida, o bairro Jardim Todos os Santos I-II tem a maioria de suas casas com revestimento.

Tabela 9: Senador Canedo (GO) - Situação de valor venal das áreas de estudo (2018).

VALOR VENAL (em Reais)	Jardim Todos os Santos I-II	Boa Vista II	Jardim do Lago	Boa Esperança	Aracy Amaral
Máximo	1.275.000	224.000	199.000	144.000	121.000
Mínimo	73.000	26.000	23.000	16.000	15.000

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo (2018).

Diante desta conjuntura, conforme os dados da Tabela 9, referentes ao valor venal das construções ou suas frações, observa-se que o bairro Jardim Todos os Santos I-II é aquele mais valorizado, sobretudo em sua rua comercial com valores variando de R\$1.275.000 a R\$73.000 (o SM do ano era de R\$ 954,00). Já os bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e, sobretudo o Aracy Amaral apresentam os menores valores variando de R\$121.000 a R\$15.000, cujas relações chegam a ser 10 (dez) vezes inferiores àqueles maiores valores do bairro mais valorizado.

Portanto, de forma geral e a partir dos dados considerados, observa-se que o bairro Jardim Todos os Santos I-II é aquele com melhores condições

socioeconômicas. Ademais, tal situação é convergente com o atendimento das redes de telefonia fixa. Deste modo, verifica-se a tendência de que as redes de telefonia seja implementada nos locais com melhores condições econômicas.

3.2.1 Aspectos Urbanos da Região Central - Bairro Jardim Todos os Santos I-II

A origem de Senador Canedo, em 1950, está relacionada com a migração de pessoas de Goiânia, sobretudo aquelas de rendas mais baixas. Os preços mais baratos dos lotes atraíram moradores que se aglomeraram na área, que hoje corresponde à região central da cidade, a partir da qual consolidou-se a expansão urbana, se tornando um distrito da RMG, naquela ocasião formado por quatro principais bairros, Vargem Bonita, Vila São Sebastião, Vila Santa Rosa e Bonsucesso.

Novos loteamentos com pouca estrutura foram criados com a chegada de outros indivíduos, num processo lento que ocorreu até a década de 80 se comparado a outras áreas da região, sendo formado o bairro Jardim Todos os Santos com uma população de baixa renda, e as chácaras Vale das Brisas para as camadas que tivessem condições de adquirir essas terras.

Com a emancipação de Senador Canedo a partir da década de 1990, sua centralidade localizada na Avenida Dom Emanuel, se deu com o investimento do Estado ao financiar três conjuntos habitacionais, Conjuntos Uirapuru para indivíduos com condição mínima para investir em imóveis, e Morada do Morro para aqueles sem condição mínima de pagar pelo imóvel. Para o poder público estadual configurou o distrito como cidade dormitório, já que a política pública metropolitana manteve os serviços em Goiânia.

Segundo Corrêa (1995) o centro concentra no seu delineamento atividades especializadas, públicas e privadas, que modelam os espaços de acordo com seu interesse. Com o consequente aumento da população urbana, a configuração socioespacial da cidade é totalmente modificada, de modo a atender novas dinâmicas.

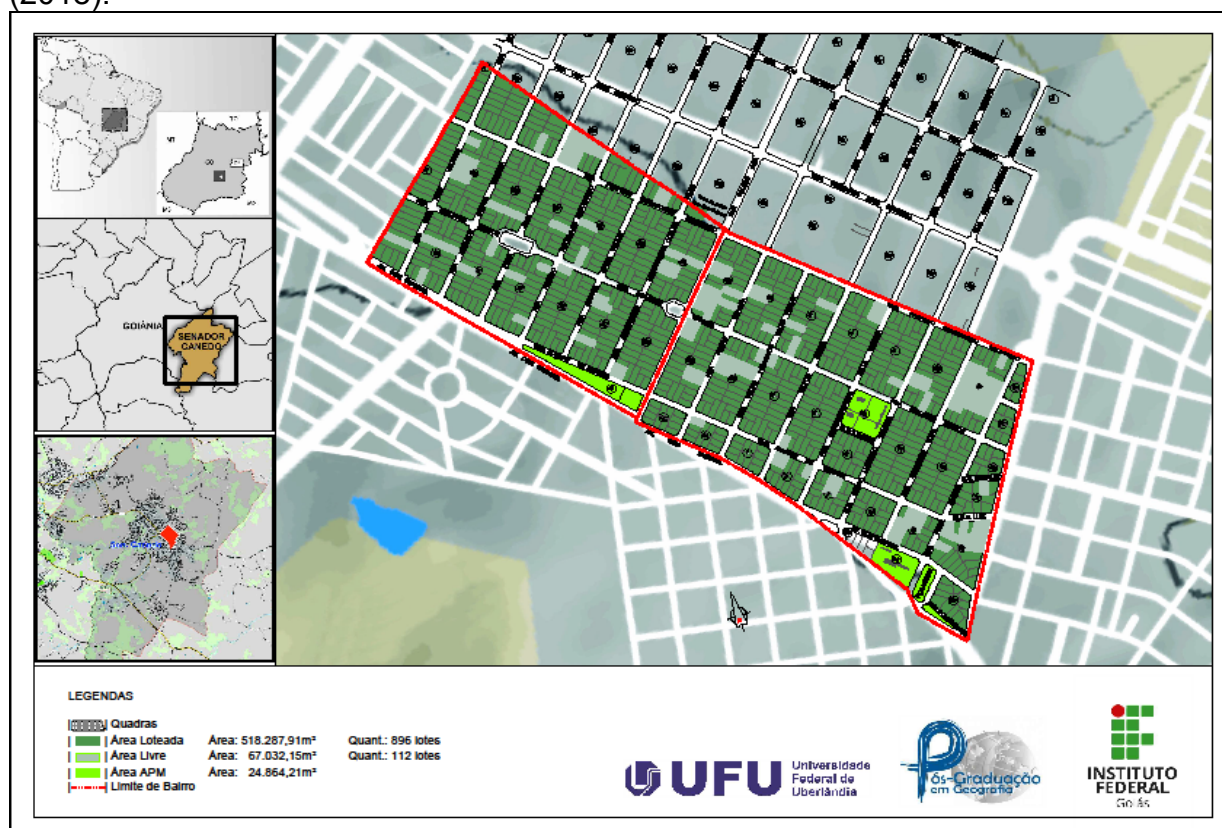
Desde 1990, a expansão do centro do município se deu com os programas habitacionais dos Governos federal e estadual e prefeitura, que junto a Caixa Econômica Federal (CEF), liberou o financiamento do Conjunto Habitacional Jardim

Sabiá, com implantação do *Shopping Senador Center*, de responsabilidade da construtora IKHASA S/A, dividindo em 300 (trezentas) parcelas a serem pagas em até 25 (vinte e cinco) anos.

Na início da década de 2000, com o índice baixo de urbanização da Região Central, observou-se um considerável número de lotes vazios, evidenciando o Shopping, o terminal de transporte coletivo e a Praça Criativa, formado por uma população que construiu seus imóveis por conta própria, sistema de autoconstrução por dispor de recursos suficientes para tal feito, contribuindo de maneira significativa na expansão da malha urbana.

A paisagem urbana da região Central (Figuras 21 e 22) configura um *mix* nos níveis de estrutura das construções e poucas áreas vazias para especulação imobiliária, e uma forte presença comercial ao longo da Av. Dom Emanuel e a sua bifurcação com Ademar de Barros.

Figura 21: Senador Canedo (GO) - Planta do bairro Jardim Todos os Santos I e II (2018).



O alto custo de aquisição de moradia em Goiânia fez aumentar o interesse imobiliário e a consequente expansão urbana, com aprovação de mais de 18

(dezoito) loteamentos durante a década de 2000, com pelo menos 5 (cinco) loteamentos sem registros. Portanto, há em cada região um processo corrente de expansão horizontal que tem interferência direta na mobilidade socioespacial (Figura 22).

Figura 22: Senador Canedo (GO) - Área urbana da região Central (Bairro Jardim Todos os Santos).



Fonte: DIB FILHO (2018).

Ao analisar as figuras acima, nas fotos A e B, no bairro Jardim Todos os Santos é possível notar o perfil das residências com características de construção segundo padrões técnicos diferentes das moradias autoconstruídas, características dos bairros periféricos de baixa renda como o Aracy Amaral. Observa-se a presença das redes de energia elétrica, iluminação pública, bem como asfaltamento e rede de telefonia fixa.

A Região Central é a maior área administrativa do município. Compreende toda região do distrito sede do município, onde possui a maior concentração de loteamentos implantados e a implantar.

De uma maneira geral pode ser entendida da seguinte forma:

Para lá de uma utilização do solo não residencial particularmente intensa, que se manifesta nomeadamente através de um grande número de montras, painéis de propaganda, do colorido de reclamos luminosos, cada indivíduo, na sua forma particular de ver a área central, associa-lhe o trabalho, o lazer, as compras, a visita ao médico ou a consulta ao jurista. É assim, fácil reconhecer onde a concentração e especialização da oferta adquirem características únicas no âmbito do espaço urbano (FERNANDES & MARTINS, 1988, p.33).

A individualidade que assume é também amplamente justificada pelas fortes relações que se estabelecem tanto como aglomerado urbano, quanto com a sua área de influência e que afeta de modo determinante os estabelecimentos, de tal modo que, há uma maior intensidade de trocas e solicitações que corresponde uma oferta mais diversificada e especializada.

É uma análise bem pertinente e que confere ainda o poder que a região exerce sobre os demais setores e no seu entorno - é como se fosse um sistema em que o núcleo (no caso o centro) monopoliza todas as atividades e o seu domínio manipulando os outros setores com seus raios de atração comercial, político, social, econômico e de entretenimentos mantendo uma célula dinâmica e interligada.

Com característica de atender as demandas das demais regiões a Área Administrativa I concentra o maior número de equipamentos e serviços públicos. Nos últimos 10 (dez) anos este quadro começou, mesmo que lentamente, a mudar, levando mais infraestrutura, equipamentos urbanos para as outras regiões, no sentido de descentralizar o serviço, fazer a oferta chegar até o cidadão, e garantir os direitos assegurados pela legislação, principalmente nas áreas de educação, segurança, saúde e assistência social, podendo incluir a ampliação parcial das redes de telefonia fixa.

A falta de planejamento e visão estratégica do crescimento da cidade, assim como a descentralização dos serviços se fazem presentes. Se observarmos a distribuição dos equipamentos de saúde, educação e órgãos públicos, perceberemos que se concentra no eixo principal da região, nas proximidades da Av. Dom Emanuel. Ao centralizar os serviços, grande parcela da população precisa se deslocar por grande distância para usufruir do benefício.

Com base nos dados do PLHIS (2013), a Região Central é composta por 33 bairros, maior parte da população possui renda inferior a 3 SM, a maioria dos

serviços de infraestrutura está presente. Quanto a infraestrutura urbana básica, não há esgoto sanitário porém há fossa negra; 95% da região é atendida com abastecimento de água, contudo, mas mesmo tendo a rede construída, frequentemente falta água, chegando a ficar dias inteiros sem fornecimento. A coleta de lixo é terceirizada e passa, de forma geral, regularmente; é necessário aumentar e descentralizar as unidades de ensino; conta com número considerável de estabelecimentos de saúde, mas o atendimento precisa ser melhorado e chegar em bairros mais distantes como o Aracy; falta espaços de cultura e lazer para as famílias, em especial para os jovens; precisa ampliar a frota do transporte coletivo e diminuir o tempo de espera; apresenta alto índice de violência e criminalidade, precisa aumentar o efetivo em segurança pública e ter ação estratégica no combate ao crime; tem iluminação pública, mas demora na troca de lâmpadas queimadas, gerando mais insegurança para a população. No quesito telefonia, as duas operadoras que exploram o mercado local, precisam investir em manutenção e melhorar a qualidade da internet, mas uma delas, que tem a concessão e consequentemente a obrigação de oferecer serviços a toda população, inclusive com a instalação de orelhão em quantidade favorável à população.

Os itinerários das linhas de ônibus atendem a região central onde estão os bairros Jardim Todos os Santos I e II, entretanto, ampliar a frota para diminuir o tempo de espera é necessário para acompanhar a expansão da cidade.

A partir da chegada de novos agentes sociais ainda mais abastados, novas paisagens e novos fixos surgiram, alterando significativamente o fluxo existente. Isso implica dizer que grandes mudanças foram implantadas, favorecendo o deslocamento dos usuários nos diversos pontos da cidade, como o Terminal de Transportes Coletivos Oswaldo Agostinho Cardoso, em Senador Canedo. Aprovado pela Lei N. 1.244/07, com a criação do terminal de integração de transporte coletivo de Senador Canedo, alterou a dinâmica intraurbana da cidade e marcou significativamente os fluxos urbanos, promovendo melhorias no planejamento da cidade, visando à integração das regiões, o que gerou maior valorização econômica das moradias ao longo dos eixos rodoviários de transporte em decorrência da melhoria do acesso (LIMA, 2010). O peso socioeconômico que uma linha de transporte urbano tem no contexto intraurbano significa ganhos em termos sociais aos diversos moradores dessas áreas que surgiram segregadas dado o limitado

grau de acessibilidade intraurbana (LIMA, 2010).

Reinterando que o bairro Jardim Todos os Santos surgiu na década de 1980, destinados à classe social de baixa renda de Goiânia e as chácaras Vale das Brisas, com finalidade de sítios de recreio à classe social que tivesse condições de adquirir essas terras.

Jardim Todos os Santos constitui o maior bairro de Senador Canedo, compreende grande parte da região Central, resultado do loteamento feito pelo Padre Francisco Sales Peclat, considerado como o 'pai dos pobres' por facilitar a aquisição de lotes na cidade já que os vendia em longas prestações, sem reajustes e em período de forte inflação (LIMA, 2010). A religiosidade e as decorrentes manifestações culturais foram determinantes na fixação do centro comercial em torno da igreja, que antes era nas imediações da estação ferroviária.

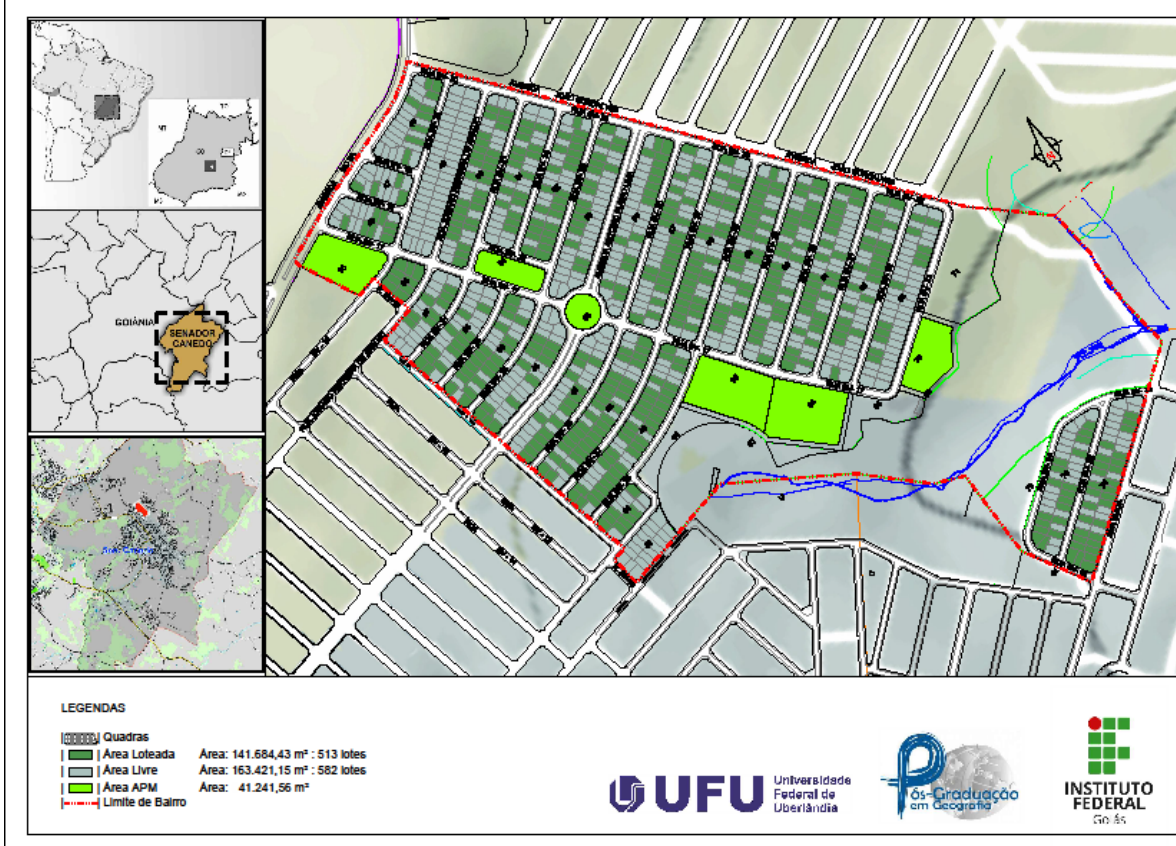
Devido a localização e o processo de emancipação de Senador Canedo, a situação fundiária ficou ainda mais difícil. A área onde está instalado o município, parte pertencia a Bela Vista de Goiás e parte a Goiânia, assim, existe um desencontro de registro e documentações cartoriais. A cidade apresenta bairros onde os moradores construíram casas em loteamento irregular, mesmo tendo condições de ter acesso a uma residência regularizada, mas também famílias que por limitações financeiras tiveram que optar pelo irregular ou clandestino.

3.2.2 Aspectos Urbanos do Setor Norte da Região Central – Bairros Boa Vista II, Jardim do Lago e Boa Esperança

Em 2009, o crescimento da malha urbana da região central se deu com a inauguração de novos loteamentos, como a região do bairro Boa Vista, e por conseguinte os outros dois bairros, Boa Esperança e Jardim do Lago, que são a continuação deste. É um bairro com aproximadamente 10 (dez) anos de ocupação e habitação, seu parcelamento originou-se da iniciativa privada, sendo que os lotes na época eram vendidos a baixo custo. Atualmente, é dividido em Boa Vista I e Boa Vista II, o primeiro é mais próximo à Av. Dom Emanuel que corta toda a área administrativa I. Não tem rede de esgoto e as edificações são adequadas à questão sanitária com fossas negras. Contém edificações comercial e residencial, é mais evoluído no primeiro quesito se comparado ao Boa Vista II, que possui menor

ocupação comercial e edificações (Figura 23), e possui um número considerável destas em condições precárias sob o ponto de vista construtivo, parte de seus lotes encontra-se em perfil ingrime, são pavimentados, recebem serviços de coleta de lixo, sem rede esgoto, e mesmo com rede de água disponível, é frequente a falta de água nessa área.

Figura 23: Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Boa Vista II (2018).



A ocupação se deu em função da população de baixa renda com atividades econômicas fora da região, já que muitos trabalham em Goiânia. Com a intervenção do poder público houve incentivo da instalação de empresas como indústrias e comércios na região com o intuito de geração de empregos. Mesmo na estruturação da centralidade dessa região, permanece o peso da região do grande centro e suas redes de crescimento.

É a região em que os bairros possuem vários estabelecimentos comerciais de pequeno porte, destinado a atender as demandas de primeira necessidade, como supermercados, açougues, padarias, etc., porém não há grandes lojas de impacto metropolitano como existe na região central da cidade. O desenvolvimento comercial

e econômico dessa região é mais lento e inferior à região do Jardim de Todos os Santos, mas superior a região do bairro Aracy. O transporte coletivo parte do terminal Central Canedo, com inúmeras paradas, os itinerários das linhas de ônibus tem limitações, atendendo o bairro vizinho Boa Vista I e parte do Boa Vista II, parte do Boa Esperança correndo Rua BE-07 na divisa com o Jardim do Lago, sendo que a população residente deste precisa percorrer todo o bairro para ter acesso aos pontos disponíveis na região. Se faz necessária a ampliação de frota e os pontos de parada para atender parte do bairro fora do itinerário. Não contempla a presença de creche/escolas e posto do programa saúde da família (PSF).

Quanto a questão de infraestrutura de telefonia, a região tem atendimento de uma operadora em boa parte do Boa Vista II, mas não recebem o atendimento das redes da outra empresa de telefonia fixa que finaliza no limite do Boa Vista I. Assim como da rede de esgoto, os outros dois Bairros estão desprovidos das redes das duas operadoras e o orelhão mais próximo está, a 480 metros, no Boa Vista II.

Na questão de segurança, observa-se nestes bairros, semelhante as demais partes da cidade e mesmo em todo o país, pessoas que não demonstram confiança e liberdade quando há aproximação, com casas e comércios com grades sendo estas fechadas durante o dia, resultado do medo e da insegurança, não poderia ser diferente, já que a violência e o medo são fatos comuns e corriqueiros nas conversas cotidianas e nos noticiários em geral.

As moradias do Jardim do Lago estão sendo construídas em área já regularizada pela prefeitura (Figura 24) e dotada de infraestrutura, a exemplo de energia elétrica, asfalto (Figura 25), água tratada e escola. O orelhão mais próximo ao bairro fica a 1,5 km (um quilômetro e meio) e o ponto mais distante está a 2,8 km (dois quilômetros e oitocentos metros).

Conforme retrata as Figuras 24 e 25, Jardim do Lago é um bairro periférico, cuja ocupação mais recente apresenta várias áreas desocupadas, bem como residências sem acabamento. Nestes locais, apesar da presença de asfalto, nota-se a ausência de condições de mobilidade e acessibilidade urbana como a presença de calçadas. Não contempla a presença de creche/escolas e unidade do programa saúde da família (PSF), e sem rede de esgoto. Além disso, apesar da presença da infraestrutura das redes de energia elétrica, não há rede de telefonia fixa

Figura 24: Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Jardim do Lago (2018).

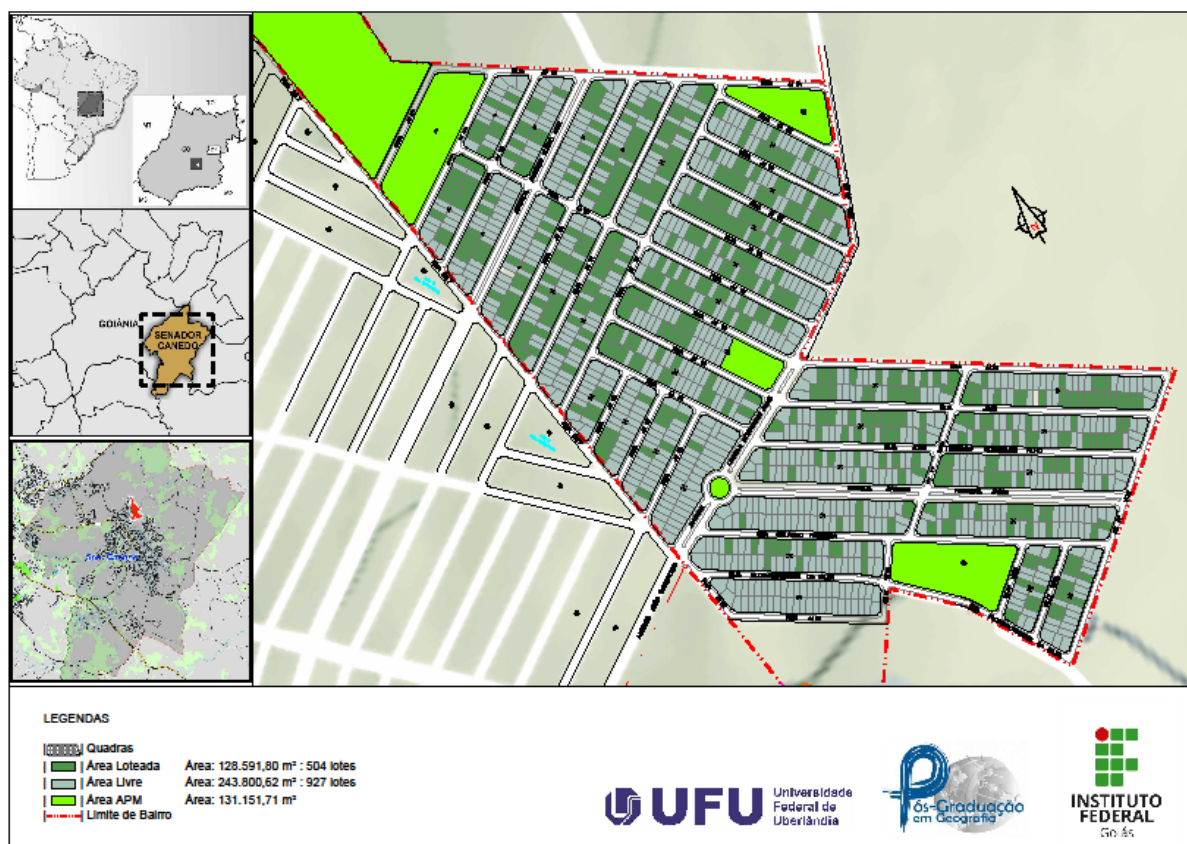


Figura 25: Senador Canedo (GO) - Casas no Bairro Jardim do Lago (2018).

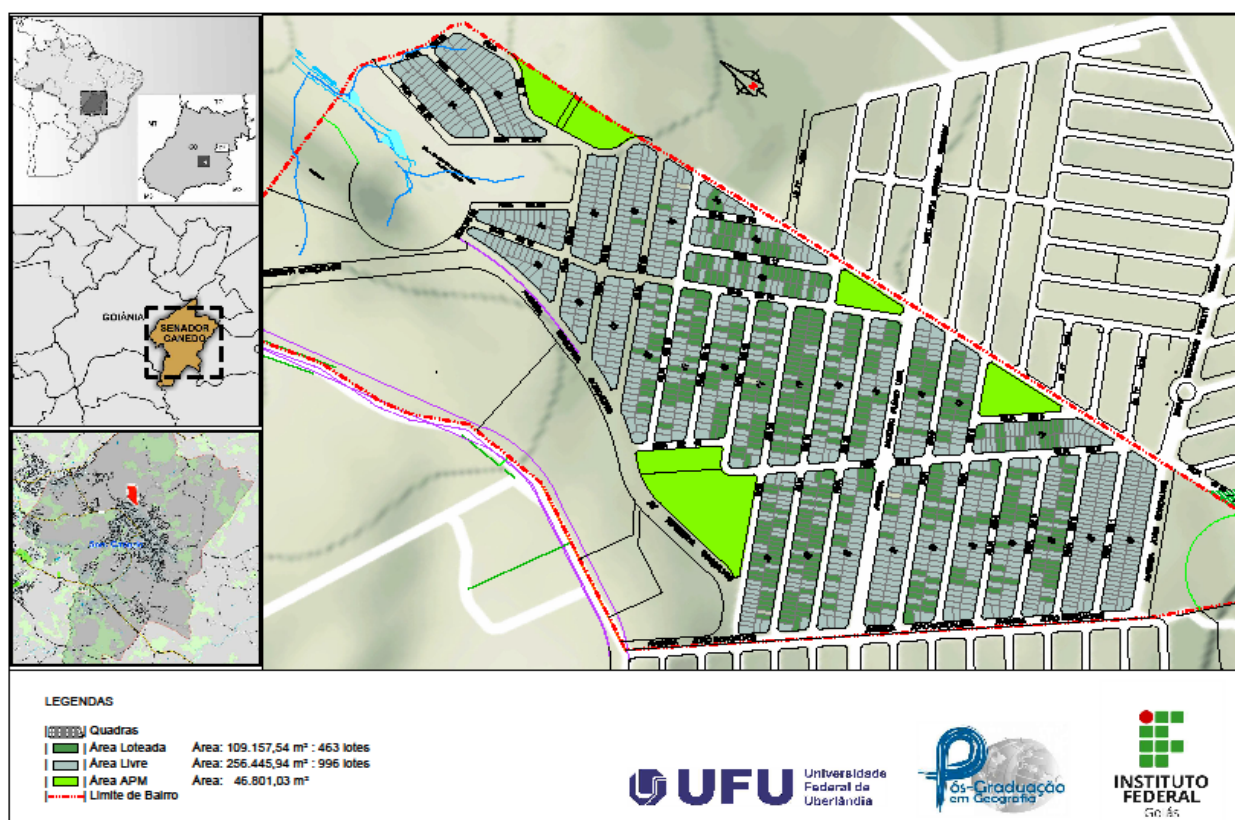


Fonte: DIB FILHO (2018).

No bairro Jardim do lago, de frente a rua JJ-19 e Floriano Gomes da Silva, existe área verde com projeto para implantação de parque, o que inicialmente proporcionou venda e especulação nas proximidades do mesmo quando da comercialização dos lotes, levando a um padrão melhor de construção das moradias que ali surgiram, e consequentemente melhor condição de renda daqueles que ali se instalaram. O fato é que o parque não se concretizou, o que provocou um esfriamento por parte daqueles que poderiam ali se instalar ou mesmo nas questões de especulação imobiliária, fato este que ali estão vários lotes vazios, e ali a operadora de telefonia também não se interessou, fato é que não se instalou.

No bairro Boa Esperança, apresenta moradias de construção simples, em área regularizada pela prefeitura (Figura 26), com infraestrutura precária e algumas ruas ainda não asfaltadas (Figura 27), tem energia elétrica e água tratada. Não conta com rede esgoto e posto de saúde da família (PSF) e também não existe creche/escolas, e o orelhão mais próximo ao bairro fica a 1 km (um quilômetro), e o ponto mais distante fica a 2,1 km (dois quilômetros e cem metros).

Figura 26: Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Boa Esperança (2018).



A Figura 27 retrata as condições de setores do bairro Boa Esperança, como pode-se observar, tal bairro encontra-se no limite da área de ocupação urbana, sendo que algumas de suas ruas a infraestrutura urbana básica, como o asfaltamento e, por conseguinte a acessibilidade urbana é ausente. Tal como em outros bairros analisados, apesar da presença da rede de energia elétrica não existe a rede de telefonia fixa.

Figura 27: Senador Canedo (GO) - Casas no Bairro Boa Esperança (2018).



Fonte: DIB FILHO (2018).

Em 2015, o asfaltamento dos loteamentos Jardim do Lago e Boa Esperança ficou acordado com a prefeitura junto a duas empresas que deveriam realizar as obras necessárias à implantação da pavimentação asfáltica, em 150 dias. As duas empresas foram autuadas pelo Ministério Público (MP), que atuou fortemente em apoio ao cidadão, e fez a função que se espera do estado, assumindo o compromisso de fazer uma doação considerável para cada bairro, informando ao Conselho da Comunidade de Senador Canedo, a título de compensação pelos danos extrapatrimoniais, que será destinada à implementação da coleta seletiva pela Recicla Canedo, à revitalização da praça central, onde a Igreja Matriz de Caldazinha se situa, e ao Programa Jovem Sustentável Aprendiz. Hoje se encontram quase 100% asfaltados e com melhor manutenção por parte do poder público (MPGO,

2015).

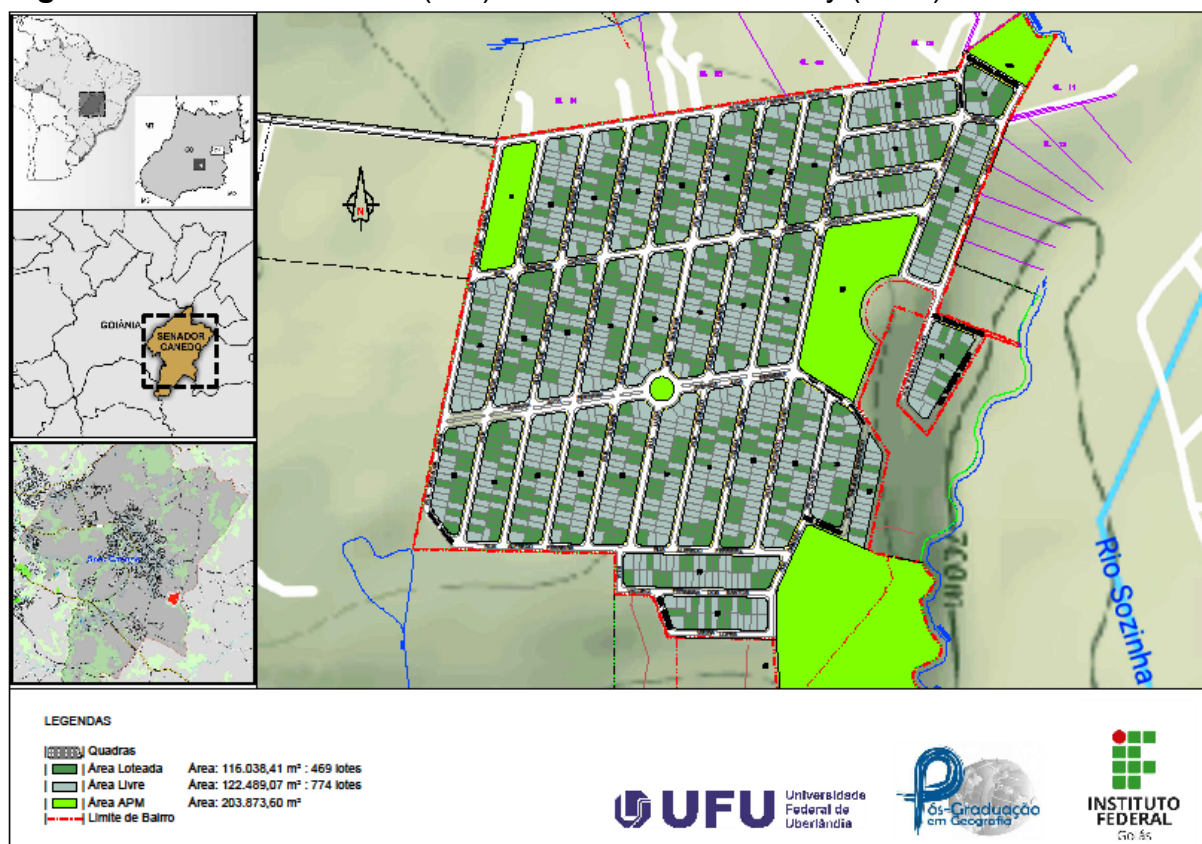
Os bairros analisados estão no limite da área urbana de Senador Canedo. Considerando a densidade da ocupação, esta mostra-se maior na parte mais central dos bairros, sendo que entre os bairros, o Boa Vista tem maior índice de ocupação, sobretudo à avenida Antônio F. Lima, que no contexto da área de estudo se destaca pela concentração de atividades de comércio e serviços.

3.2.3 Aspectos Urbanos do Setor Sul da Região Central – Bairro Aracy Amaral

O bairro Aracy tem aproximadamente 6 (seis) anos de comercialização e ocupação e é mais isolado das áreas escolhidas para o estudo dessa tese, não apresenta no momento condições de incentivo de ocupação, posto que está em área segregada/isolada do tecido urbano constituído e ocupado, com terrenos em perfil de declividade/ inclinação acentuada, tendo como acesso uma única via, a rua Tiradentes. Além disso, embora esteja dentro da mancha urbana da região central do município de Senador Canedo, se encontra no limite da cidade fazendo divisa com a área rural do município vizinho de Caldazinha (Figura 28), ele foi concebido já dentro dos requisitos definidos pelo Plano Diretor para um bairro enquadrado como ZEIS - Zona III, isto é, contendo alto número de lotes com metragem reduzida de 250 m² na expectativa de conseguir um número maior de lotes no bairro (Figuras 28), o que acarreta um lucro maior na comercialização dos mesmos por parte das incorporadoras, aplicados preferencialmente para fins residenciais mas com alguns aplicados ou adaptados para uso comercial e de serviços.

Ainda sem infraestrutura básica adequada como rede de esgoto, rede fluvial, elétrica e iluminação pública, coleta de lixo, o bairro também não possui escolas, nem posto de saúde do PSF, posto policial, rede de telefonia fixa. As ruas são asfaltadas, com casas autoconstruídas (Figura 29), sendo que muitas não possuem revestimento ou mesmo piso cimentado.

Figura 28: Senador Canedo (GO) - Planta do Bairro Aracy (2018).

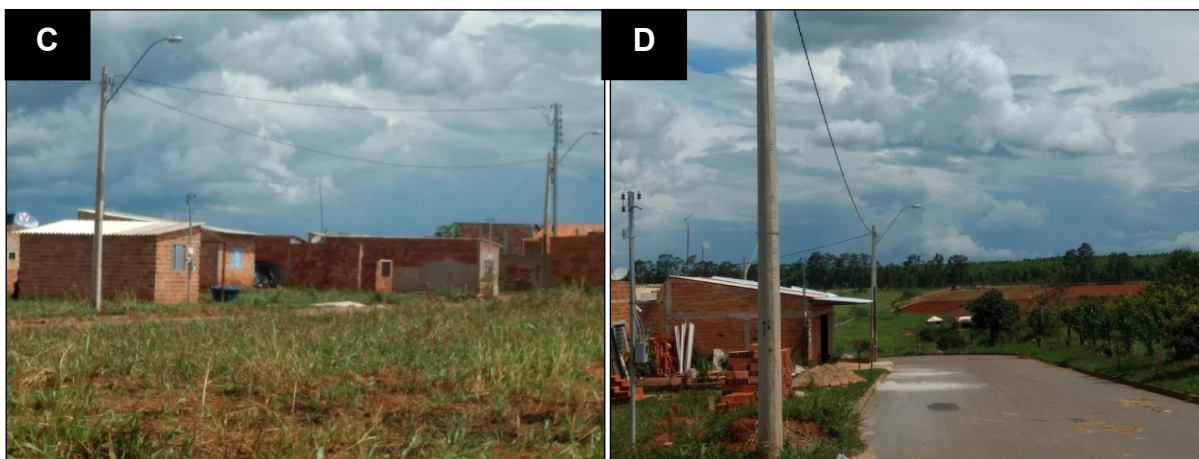


As fotos A, B, C e D, mostram as condições do Aracy Amaral, sendo que as fotos A e B ilustram a prática da autoconstrução, e nas fotos C e D é possível verificar a presença de asfaltamento, porém com a ausência de calçadas, bem como a presença da rede de energia elétrica, mas sem rede de telefonia fixa.

Figura 29: Senador Canedo (GO) - Casas autoconstruídas no Bairro Aracy (2018).



Fontes: www.g1.globo.com/goias (2018).



Fontes: DIB FILHO (2018).

Não conta com posto saúde da família (PSF), e o orelhão mais próximo ao bairro fica a 1,4 km (um quilômetro e quatrocentos metros), e o ponto mais distante está a 2,6 km (dois quilômetros e seiscentos metros).

Segundo informações (G1, 2016), um grupo de pessoas da comunidade se uniu para auxiliar na construção comunitária e melhorias das casas do bairro, fruto de autoconstrução nos dois últimos anos, ou seja, desde a sua criação. Como já mencionado, é destituído ainda de rede de esgoto, coleta de lixo, telefonia e transporte coletivo, ficando totalmente fora do itinerário das linhas de ônibus, a cerca de 2,5 quilômetros do ponto mais próximo, portanto, carente de transporte público, ou seja, não acompanhou o crescimento do município. Até 2017, haviam postes no bairro, porém não existiam as ligações elétricas de iluminação pública, e com a reclamação da população a prefeitura garantiu a visita de uma equipe técnica para avaliar a situação e enfim levar a iluminação, e ainda disponibilizar coleta do lixo três vezes por semana, na tentativa de regularizar os serviços públicos no bairro.

As reclamações se estendem também na falta de segurança por parte do poder público, resultado da cobiça dos incorporadores não só desse bairro, se vê grades fechando os comércios para dificultar os roubos e casas fechadas, de difícil acesso às pessoas devido a violência no local.

Como resposta a polícia militar prometeu enviar mais policiais para tranquilizar a população. Para ter acesso ao PSF deve se dirigir ao mais próximo na Vila São Sebastião. A prefeitura só construirá um PSF quando houver número maior de habitantes do bairro, atualmente insuficiente para tal feito.

Figura 30: Senador Canedo (GO) - Casas e comércio com grades de proteção (2018).



Fonte: DIB FILHO (2019).

Na Figura 30 pode-se observar a utilização das grades de proteção nas residências e comércio, o que demonstra a preocupação da população local com a violência, neste caso, nomeadamente o risco de roubo.

3.3 Plano Diretor Democrático do Município de Senador Canedo

A Lei N. 1.317/2007, Plano Diretor Democrático de Senador Canedo, considera em seus artigos que possam enquadrar, de alguma maneira, as operadoras de telefonia, destacam a seguir:

O Art. 5º, que tem como princípios, no item I a função social da cidade que corresponde ao direito à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao trabalho à cultura e lazer para as gerações atuais e futuras, leva a refletir que, mesmo de maneira indireta a telefonia se enquadraria à mesma, seja nos termos de infraestrutura ou como serviço público. No item V do mesmo artigo, que trata do direito à cidade sustentável visando a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, mais uma vez poderia considerar a condição das operadoras de telefonia através de suas redes como elemento que, na possibilidade de acesso à mesma, poderia contribuir para que haja qualidade de vida. O que está posto é que o termo telefonia/telecomunicações ou afins, não está literalmente escrito no mesmo.

O item I, do Art. 14, trata dos critérios para instalação de infraestrutura em geral, mas não há especificação em telefonia, neste sentido pode-se concluir que não existem critérios para atendimento e cobertura das mesmas, seja em partes ou

para a cidade como um todo.

O item V, do Art. 17, sobre as diretrizes gerais para o Desenvolvimento Econômico e Social, onde requalifica o espaço urbano para implantação de atividades de comércio e serviço regionalizado, há margem para cobrar “serviços regionalizados” atendendo toda mancha urbana, entretanto não faz menção à atividade de telefonia.

O item IV, do Art. 24, sobre facilidade de instalação de infraestrutura para futura expansão urbana, também não trata diretamente do atendimento em telecomunicação, mesmo que para o futuro.

No Art. 29, que estabelece que o Poder Executivo, por meio de seus órgãos e com a colaboração do setor privado, desenvolverá e aplicará programas diversos, mas não há nenhuma citação de programa sobre telecomunicação/telefonia, mas poderiam criar ferramentas para que a colaboração venha a ocorrer, ao menos nos itens III, VI, IX, XI e XII que tratam respectivamente de programas em Áreas Especiais de Patrimônio Ambiental e Cultural, Sistema de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais, Biblioteca Pública e Popular e Brinquedoteca, Museu de Senador Canedo e Terceira idade. Semelhante a este, o Art. 30, também não se aplica.

No Art. 35, que trata dos objetivos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, especialmente no item II que descreve a condição de promover infraestrutura, equipamentos urbanos e moradia em áreas de interesse social, não traz obrigações ou propostas para serviços e redes de telefonia, fato este constatado nas áreas de estudo desta tese, bairros Boa esperança, Jardim do Lago, Aracy.

A Lei N. 1.379, de 19/12/2008, Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Senador Canedo (<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro1191144/lei%20complementar%20n%C2%BA%201.379,%20de%2019-12-2008.pdf>), cita que o uso do solo de natureza especial, telefonia é tratada como serviço especializado (Art. 16), e ficam sujeitos a critérios próprios e trata apenas no §1º que “somente poderão ser instalados e/ou entrar em operação, após expedição das respectivas licenças pelos órgãos próprios das posturas municipais”, licença ambiental, e nos Art. 17 e 18 tratam apenas de pagamentos referentes à implantação de seus pontos de infraestruturas físicas, como dutos, postes, armários, antenas (torres, telefones públicos, espaços aéreo), ou seja, não estabelece critérios

e contrapartidas do projeto e abrangência dos serviços e infraestruturas para atender a cidade e a sociedade de forma a atender o interesse social total.

No §1º do Cap.II da Lei Constituinte da Política Urbana, a partir do Art. 182 refere-se ao Plano Diretor para cidades acima de 20.000 (vinte mil) habitantes.

A Lei Federal N. 10.257, de 10/07/2001, Estatuto da Cidade (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm), regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal (CF), que trata do Plano Diretor, no seu Art. 1º, uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo.

A Lei Federal N. 6.766/1979, Lei de Parcelamento do Solo Urbano (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm), não coloca telefonia como serviço essencial, condição diferente para as questões de água, luz, pavimentação, drenagem e esgoto. De forma semelhante, a legislação municipal levantada também não a coloca como essencial, o que desobriga as operadoras, e até mesmo as incorporadoras, a realizarem os serviços de rede de telefonia fixa. O Plano Diretor que contempla o parcelamento também não estabelece obrigações.

Como comparativo ao levantado em Canedo, através de verificação da legislação da cidade de Trindade, que também faz parte da região metropolitana de Goiânia e que possui número de assinantes de telefonia fixa semelhante ao de Senador Canedo, está a lei orgânica de Trindade, que também não estabelece exigências às instalações de telefonia nas ruas ou áreas públicas ou mesmo em terrenos, fato este que coloca as duas cidades em condições semelhantes neste quesito.

O item 3, do Art. 105 cita “criação de áreas de especial interesse [...] e de utilização pública, mas não está explícito o assunto de infraestrutura de telefonia.

O Art. 106 cita plano diretor em todos os loteamentos, áreas de domínio público, mas que também não trata da telefonia e sua infraestrutura.

Na lei de zoneamento de Trindade, no item V do Art. 5º, uso do solo especial não trata de telecomunicação, semelhante ao que ocorre em Senador Canedo.

Ao considerar cidades com condições demográficas, socioeconômicas e com proximidade à capital Goiânia semelhantes, assim como Senador Canedo, Trindade também não tem nada específico, no Plano Diretor ou na Lei de Parcelamento e com relação ao Uso de Solo, sobre telefonia e sua infraestrutura em Senador Canedo. Além do levantamento realizado na legislação das duas cidades, foram

feitos contatos com profissionais das áreas técnicas das mesmas que tratam das análises e aprovações dos projetos das operadoras de telefonia e foi confirmado que não há termos legais ou exigências para com as operadoras de telefonia ou para as incorporadoras. O que existe é a câmara técnica, que trata das solicitações das operadoras na questão de uso de solo especial e trata o processo de implantação das redes de forma simplificada, que emite as autorizações sem contrapartida com as mesmas, o que conclui não existir nenhum tipo de obrigações para às operadoras de telefonia e para as incorporadoras.

Subentende-se que as legislações das cidades de Senador Canedo e Trindade não faz nenhuma exigência em relação a infraestrutura da telefonia, e muito menos proporciona ou considera como direito das pessoas terem acesso à rede, afetando imensamente aquelas pessoas na periferia ou com menor poder aquisitivo.

O uso do solo urbano é a base fundamental para a delimitação das áreas em uma pesquisa. O levantamento físico e funcional dos pavimentos térreos de todas as edificações de cada quarteirão das áreas de pesquisa foi possível pelo favorecimento da Secretaria de Planejamento, Financeiro e Assistência Social da prefeitura local, com a realização de visitas técnica do pesquisador em campo para reconhecimento de cada área, definida pelo Plano Diretor de Senador Canedo.

Utilizou-se um mapa da Cidade de Senador Canedo, na escala de 1:20.000, no qual constam todos os logradouros públicos. Assim definidas, foi possível realizar os levantamentos necessários do uso do solo, os lotes do bairro com suas respectivas edificações e ocupação funcional, se residência, comércio, área verde, lote vazio e suas características. Os indicadores econômicos implicam em classe social, renda familiar, condições de moradia e vivência. Este levantamento possibilita a verificação da existência das redes fixas de telefonia e o que está sob sua égide, e a importante realização do mapeamento da distribuição delas, através da infraestrutura de cabos de alimentação que possibilitam o atendimento aos endereços daqueles que estão no foco das operadoras.

3.4 Legislação Federal Associadas às Redes Telefônicas: Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e Lei Geral das Antenas (LGA)

Para uma análise mais crítica da questão da telefonia na cidade de Senador Canedo, é preciso que se faça uma apropriação das leis da telefonia. Isso esclarece o mecanismo de concessão (aplica a operadora de telefonia fixa A) do serviço bem como informa as possibilidades que o usuário dispõe dentro do referido serviço.

De acordo com a Lei N. 9.472, de 16/07/1997, a LGT (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm) pode ser visto claramente no Art. 79, Das Obrigações de Universalização e de Continuidade, que “A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público”.

§ 1º Obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica, bem como as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

§ 2º Obrigações de continuidade são as que objetivam possibilitar aos usuários dos serviços sua fruição de forma ininterrupta, sem paralisações injustificadas, devendo os serviços estar à disposição dos usuários, em condições adequadas de uso.

O inciso 1º do Art. 79 é precisamente claro na questão de quem deve ter acesso e para quem deve ser esse acesso. Entretanto, na prática, o que se observa não é isso, ao contrário, observa-se um Estado, responsável por criar as leis e fiscalizar, extremamente preocupado com as questões políticas sem nenhuma vista para a questão social, principalmente nesse setor, onde a omissão parece ser camuflada transferindo a culpa para o próprio usuário no sentido de que ele não é beneficiado porque ele não tem dinheiro e por isso mesmo não pode pagar por serviços de tão grande importância. Desta maneira, a condição de inclusão e acesso ao mundo globalizado, que se traduz no acesso aos serviços das redes das empresas, devem cumprir as leis, de telefonia se faz necessária ao cidadão e obrigatória por lei, como visto acima.

A Lei N. 9.998, de 17 de agosto de 2000 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

LEIS/L9998.htm) estabelece a dimensão e os critérios de quem efetivamente deve levar os serviços de telefonia a todos os cidadãos, e quem pode escolher levar estes serviços. O mais importante desse aspecto é que não importa de quem seja a responsabilidade, mas uma vez definida a estruturação e a oferta desses serviços, os mesmos devem ser incontestavelmente, de qualidade.

A referida Lei esclarece a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na banda larga, e o financiamento da implantação de serviços do setor, especialmente para a população mais carente, que não seriam normalmente prestados pelas companhias privadas em razão de custos e do baixo retorno. O primeiro passo para ser concretizado dependeu da atualização da LGT. Pela lei, o Ministério das Comunicações é encarregado de formular as políticas para orientar as aplicações do fundo. Como a LGT de 1997, na época de sua aprovação tinha como escopo precípuo, via FUST, a telefonia fixa que passava a ser um serviço considerado essencial e que tinha que ser explorado em regime público por meio de concessão e deveria ser totalmente massificado. A evolução da demanda, dos usuários e da cesta de serviços pressionam por mudanças naquilo que a sociedade considera serviço essencial (IPEA, 2010, p.58).

O escopo de serviços passível de uso dos recursos do Fust poderia ir além da telefonia fixa, programas, projetos e atividades descritos no decreto que regulamentou o fundo. Poderiam ser criadas opções para que seja possível subsidiar serviços para a população de baixa renda ou isolada, algo não permitido na LGT (IPEA, 2010, p.71).

A mudança das regras do FUST, segundo a mesma fonte supracitada, é de autoria do então Senador Aloizio Mercadante. Sua proposta aprovada em 2007, estabelece vantagens com os objetivos de oferecer conexão em banda larga a todas as escolas públicas até 2013 e de universalizar o acesso à internet para pessoas de baixa renda. O grande problema é que sua aprovação está centrada na grande quantidade de projetos que estão em andamento simultâneo, em torno de 27, oriundos de proponentes, na sua maioria de deputados, ansiosos por diversificar o destino final do dinheiro do FUST, seja na questão de subsídio para programas na área de saúde do SUS, compondo os denominados “Telessaúde” dentro do ramo da Telemedicina. Isso acarreta uma nova apreciação por parte dos senadores. Embora os projetos em tramitação tenham amplitude e aplicabilidade diferenciada, há que se considerar uma proposta interessante estabelecida para a atualização da LGT.

Trata-se da PEC 479/10, importante pelo fato de impor como direito fundamental do cidadão brasileiro, o acesso à banda larga. Fato esse, que já é corriqueiro em países tais como a Suíça, Espanha, Finlândia, Cingapura, França e Japão.

De outra forma, na legislação estabelecida pela LGT, encontra-se a telefonia fixa que funciona em regime de concessão. Em 1998, a Telebrás foi levada a leilão para ser privatizada e toda empresa que tenha vencido o referido leilão, passa a gozar do privilégio de explorar o serviço até o ano de 2015. Não é nenhum segredo ou notícia que deva ser guardada no âmbito governamental de que a empresa que tenha sido contemplada, após vencer o leilão, tenha feito o compromisso de fazer com qualidade e de forma universalizada todo o serviço.

Em 2008, a LGT dividiu o país em áreas. Isso tinha um objetivo importante que era a permissão concedida para que houvesse a fusão da Oi com Brasil Telecom. Nesse período, criou-se também as empresas-espelho com o objetivo de conquistar o usuário mediante um leque de ofertas além de imprimir ao mercado uma nova dinâmica para os serviços do setor. Haveria autorizações para permitir a exploração da telefonia fixa, de forma privativa.

As empresas-espelhos foram surpreendidas pelo alto custo de construção das novas redes de telefonia fixa, motivo que as levou a não se instalarem, com exceção da GVT, que está operando desde 2000, com serviços ofertados apenas em alguns estados da União e que foi adquirida pela empresa Telefônica Vivo no ano de 2014 e teve seu nome eliminado do mercado.

O resumo e a consequência de tudo isso foi o favorecimento para que um monopólio fosse gestado pelas concessionárias que possuíam as redes. Em outras palavras, a Telefônica com foco em São Paulo e os demais estados sendo servidos pela Oi. Apesar de poder operar na área de concessão uma da outra, como empresas-espelho, por meio do regime privado, Telefônica e Oi não chegam a aproveitar totalmente essa possibilidade. De acordo com o IPEA (2010, p.26) “uma possível explicação para isso é o expressivo investimento necessário à implantação de infraestrutura, como postes, cabos e direitos de passagem, em outras áreas de outorga”.

Saindo da questão da telefonia fixa e considerando a tecnologia diferenciada que fora introduzida no Brasil no ano de 1991, com o nome de telefonia móvel, amparada pela Resolução 477/01, após processo também de privatização e

vinculada à existência de uma radiofrequência, cuja oferta é feita pela Anatel no regime de licitação com prazo de 15 anos para a sua exploração. O grande gargalo dessa modalidade de telefonia é a total ausência do interesse de torná-la universal, embora sejam vinculadas também a um programa de qualidade do seu serviço. Dentre outras tantas, existem quatro grandes operadoras autorizadas e que dominam esse mercado, as duas já citadas e ainda a CLARO e a TIM, todas prestam seus serviços em todo o território nacional.

Assim, mais da metade dos municípios brasileiros são atendidos por mais de uma empresa, sendo que, 81% da população está em cidades em que há quatro ou cinco prestadoras do serviço de telefonia móvel disponíveis (IPEA, 2010).

Por outro lado, o acesso à internet no Brasil é definido pela LGT como “atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações”.

O consumidor assina contrato com o provedor, a quem cabe designar um endereço numérico (IP, *Internet Protocol*) e providenciar o acesso do cliente à rede mundial, por meio da tecnologia disponível (acesso discado, DSL, radiofrequência, cabo, celular etc.). Já o transporte dos dados solicitados ou enviados pelo consumidor deve ser feito pelas empresas de telefonia fixa e móvel, que usam suas infraestruturas de rede.

Sendo Senador Canedo, com potencial de amostragem significativo, em virtude da sua abrangência espacial, como também em análise pelas classes sociais dentro da área em estudo, já que a mesma demonstra abrangência dentro da pirâmide social.

No Brasil existem Leis Federais e Municipais que dispõem sobre a instalação de infraestrutura. A Lei Federal N. 13.116, de 20/04/2015, Lei Geral das Antenas – LGA (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13116.htm) “estabelece normas gerais aplicáveis ao processo de licenciamento, instalação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, a fim de tornar o processo de licenciamento e instalação de infraestrutura compatível com o desenvolvimento socioeconômico do País” (Art. 1º) (ANATEL, 2015).

As principais orientações contidas na LGA são:

- Requerimentos de licenciamento encaminhados à um único órgão municipal;
- Licenciamento somente da infraestrutura de suporte;
- Telecomunicações é competência Federal;
- Processo de licenciamento simplificado (inclusive o ambiental);
- Licenciamento Ambiental somente nos casos disciplinados pelo CONAMA.

O prazo máximo é de 60 (sessenta) dias, independente da necessidade de manifestação de outros órgãos municipais. As licenças são emitidas com validade mínima de 10 (dez) anos. É de competência federal o controle de radiação não ionizante, o compartilhamento. Só há dispensa de licenciamento para atualização tecnológica, como atualização para 4G e estruturas de pequeno porte, como instalação de mini-estações.

Determina que em uma cidade moderna e dinâmica, a eficiência na implantação de redes de compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações tem o propósito de torná-la compatível com o desenvolvimento socioeconômico do País (BRASIL, 2015).

Art. 2º. O disposto nesta Lei (13.116/2015) tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros: [...] III. à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados (BRASIL, 2015).

As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão disponibilizar informações técnicas e georreferenciadas da infraestrutura, de acordo com os parâmetros estabelecidos em regulamentação específica, prevendo o procedimento para acesso às informações pelos entes federados interessados e as condições em que os dados serão disponibilizados a terceiros (Art. 26).

Desde 1998, o país universalizou telefonia; hoje, o desafio é acompanhar avanços tecnológicos e ampliar o acesso à internet no Brasil. Carlos Baigorri, superintendente-executivo da Anatel, defende que o governo federal deveria fazer investimentos nas regiões mais pobres ou isoladas do país (HIRATA, 2018).

A legislação brasileira obriga que as empresas concessionárias garantam o funcionamento de linhas fixas nas regiões em que atuam, dificultando que deixem de

funcionar no curto prazo sem uma mudança na lei. O diretor do SindiTeleBrasil, Francisco Carlos defende que as regulções obrigem as empresas a investirem neste serviço, e que seus associados possam migrar da concessão para autorização de prestação de serviço.

As concessionárias compraram as antigas empresas e herdaram a maior parte dos assinantes de telefonia que operam nas redes fixas que existiam antes de 1998, quando ocorreu a privatização do setor de telecomunicações. Além disso, elas têm a obrigação de garantir a continuidade do serviço em todo o Brasil e manter o funcionamento dos orelhões, com tarifas e serviços regulados pela Anatel.

As autorizadas são empresas que começaram a atuar depois da privatização e receberam autorização do governo para operar em determinadas regiões do Brasil, com preços independentes de autorização da Anatel.

Algumas concessionárias também atuam como autorizadas, o que explica como a Telefônica-VIVO e Oi oferecem os dois serviços, sem a obrigação de levar o serviço para todo o Brasil ou manter os orelhões, sendo dividido por regiões. Como Concessionária, a Oi atuava originalmente no Nordeste, Norte e parte do Centro-Oeste brasileiro, já a Telefônica prestava serviços em São Paulo. Atualmente, em razão de fusões e aquisições de outras empresas autorizadas de rede fixa, ambas atuam em outros Estados Brasileiros, disputando mercado, mas não necessariamente em todas as cidades, ou nas cidades como um todo.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados encontrados a partir da análise dos levantamentos realizados e das respostas dos entrevistados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são sistematizadas as entrevistas, apresentadas as análises e interpretações dos resultados das informações levantadas. Portanto, são expostas as apreciações realizadas sobre as características de moradia, da construção e da presença das redes telefônicas abordando a forma como se dá a oferta das redes e serviços de telefonia fixa às pessoas nas áreas de estudo. Deste modo, são destacadas as diferenças entre as áreas de estudo, bem como as formas de acesso encontradas pela parcela da população que se encontra em condições socioeconômicas desfavoráveis.

4.1 Investigação Qualitativa

De modo geral, ao abordar a segregação socioespacial da população de baixa renda da cidade de Senador Canedo em relação à telefonia, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o acesso da população aos serviços de telefonia, ao identificar a distribuição das redes e serviços de telefonia fixa no espaço urbano, e também ao avaliar o cumprimento ou não da legislação referente aos serviços de telefonia pelo poder público, identificar os processos de exclusão ao acesso à informação. Portanto, para alcançar tal objetivo foram realizadas entrevistas direcionadas aos agentes que aqui são identificados como: moradores, funcionários e ex-funcionários da prefeitura, do sindicato e de operadoras. Por exigência dos entrevistados, seja por motivos profissionais e/ou pessoais, os nomes foram identificados por letras, cumprindo a preservação da identidade e evitando problemas profissionais e pessoais.

Por meio de tais instrumentos buscou-se levantar informações que respondessem os questionamentos; De que forma a legislação interfere na oferta dos serviços de telefonia fixa? Qual a diferença da distribuição das redes de telefonia fixa nas áreas analisadas? Quem está excluído do acesso às redes e serviços de telefonia fixa e em que áreas essas pessoas moram?

As questões sugerem se os serviços de telefonia são ofertados ou não a todos os segmentos da população de Senador Canedo independente da condição

financeira, isto é, se tais serviços estão disponíveis somente a um segmento específico da sociedade detentora de maior poder aquisitivo, configurando exclusão social; e se a população de baixa renda tem acesso aos serviços das operadoras se o poder público municipal se torna inoperante pela ausência de leis ou pela omissão.

Neste estudo se destaca a investigação qualitativa com detalhamento da descrição, indução, teoria fundamentada e percepções pessoais (BOGDAN, 1994), o caráter qualitativo enfatiza os significados, a situação e os pontos de vista dos sujeitos envolvidos. O objeto é essencialmente qualitativo quando a pesquisa qualitativa parte do pressuposto que existe uma relação entre o mundo real e o sujeito, com um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

A abordagem qualitativa de um estudo apresenta características particulares como a busca de novas respostas no desenvolvimento da pesquisa; a interpretação do contexto; a retratação da realidade; a coleta de dados em diferentes contextos; a representação de diferentes pontos de vista de uma situação social; e a utilização de linguagem mais acessível (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Paulilo (1999, p.135) corrobora com o autor ao afirmar que:

A pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

A ênfase está na interpretação das informações dos entrevistados, como descrito no decorrer deste capítulo, sendo assim o estudo ganha novo significado, validando a pesquisa e ganhando também a confiabilidade do pesquisador e leitor (RICHARDSON, 1999).

Para o autor, o investigador qualitativo deve preocupar-se com a validade das informações coletadas, considerando a autenticidade do entrevistado e o mínimo de interferência na mediação das perguntas por parte do pesquisador visando a confiabilidade das respostas. Na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial.

Como estratégia de pesquisa, um estudo de caso deve ser importante, eficaz, original e revelador. O trabalho de campo aproxima pesquisador à realidade referente ao tema pesquisado, possibilitando a interação social entre sujeitos e

realidade investigada (MINAYO, 2009).

É relevante destacar as características inerentes à abordagem qualitativa de estudo de caso:

a) visar a descoberta, a busca por novas respostas pelo pesquisador; b) enfatizar a interpretação do contexto considerando em que ele se situa; c) buscar retratar a realidade de forma completa e profunda, enfatizando a complexidade das situações e evidenciando a inter-relação; d) usar uma variedade de fontes de informações, coletando dados em diferentes momentos e situações; e) revelar experiências e permitir generalizações naturalísticas, aplicando as generalizações a sua situação; f) representar os diferentes e até conflitantes pontos de vista de uma situação social; g) utilizar uma linguagem e uma forma mais acessível (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

As falas dos entrevistados estão detalhadas, analisadas e interpretadas a seguir, relacionando-as ao referencial teórico desta tese, bem como estabelecendo uma interação entre sujeitos, pesquisador e a realidade investigada.

4.2 Entrevistas

Para Minayo (2001) a entrevista é a estratégia mais usada na realização do trabalho de campo. O pesquisador deve observar e estar atento para as situações que se apresentam durante as entrevistas e que podem influenciar nas informações prestadas. A qualidade da pesquisa deve primar pela validade das informações e pela observância da interação estabelecida entre pesquisador e entrevistado.

Recentemente, relatos orais vêm sendo revalorizados como técnica de coleta de dados. A entrevista como técnica de análise qualitativa se caracteriza por formulação de questões fechadas e abertas, não previamente codificadas, discorrendo livremente sobre as questões formuladas, ou ainda que possam ser formuladas no decorrer da entrevista, caso o pesquisador ache necessário (MOREIRA & LIMA, 2015).

Portanto, o pesquisador deve reconhecer que está recebendo um “retrato” do que o informante tem de seu mundo cabendo a este a tarefa de avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a realidade (HAGUETTE, 2010).

Para Pereira de Queiroz (1988) o relato oral se constitui como a maior fonte

humana de conservação e difusão do saber. O relato oral está na base da obtenção de informações antecedendo outras técnicas de obtenção de informações (MOREIRA & LIMA, 2015).

As pesquisas de campo foram realizadas no primeiro semestre de 2018 e 2019, no município de Senador Canedo, a partir de entrevista, que em função da complexidade do tema, incluindo as dificuldades de conseguir entrevista e do fornecimento de informações pelo entrevistado, que socilitaram sigilo, em relação à identidade e à atuação profissional, constituiu-se em uma conversa sem formalidades entre entrevistador e entrevistado sob a orientação do pesquisador. As entrevistas foram orientadas pelas seguintes questões:

- 1) Em relação à Goiânia, em qual momento as empresas se interessaram em levar a rede até Senador Canedo?
- 2) Como se estabeleceu, considerando a escolha dos bairros, a instalação das redes na cidade de Senador Canedo?
- 3) Como a empresa vê o acesso das pessoas para a escolha dos locais para implantação das redes?
- 4) Como foi a relação com o poder público municipal para a implantação das redes?

Deste modo, as questões buscaram considerar 3 (três) eixos temáticos: fluxos das informações; recursos necessários para acesso a telefonia fixa; política de inclusão e poder público. Esses temas nortearam as entrevistas, levando os entrevistados a discorrer sobre diversas questões (Quadro 5), como por exemplo, investimentos das empresas em manutenção e melhorias; área de cobertura das operadoras e relação com a classe social; inclusão e a relação com a política pública.

Quadro 5: Perfil dos entrevistados e questões abordadas (2019).

ID entrevistado	Função	Abordagens			
		Implantação	Política Pública	Acesso Social	Operadoras
A	Gerente do CEU	x	x	x	
B	Engenheiro operadora		x		x
C	Servidor público		x	x	x
D	Vendas de operadora	x		x	x
E	Engenheiro de operadora	x	x	x	x
F	Sindicalista Setor		x	x	x
G	Representante dos Moradores		x	x	x

Org: DIB FILHO (2019).

Como critério para seleção dos contatos, a opção por sete entrevistados⁵ se deu pelo envolvimento profissional com a problemática levantada nessa pesquisa.

A data de realização das entrevistas e o perfil/atividade/setor de cada uma das pessoas entrevistadas pode ser apresentada resumidamente da seguinte maneira:

Entrevistado A: Entrevista 1. Gerente do CEU.

Realizada em 11/03/2019.

Entrevistado B: Entrevista 2. Engenheiro.

Realizada em 12/03/2019.

Entrevistado C: Entrevista 3. Servidor público municipal.

Realizada em 14/03/2019.

Entrevistado D: Entrevista 4. Vendas de operadora.

Realizada em 03/04/2019.

Entrevistado E: Entrevista 5. Engenheiro de operadora.

Realizada em 06/04/2019.

Entrevistado F: Entrevista 6. Sindicalista Setor.

Realizada em 09/04/2019.

Entrevistado G: Entrevista 7. Representante dos Moradores de Senador Canedo. Realizada em 10/04/2019.

⁵ Em cumprimento aos princípios de privacidade, da confidencialidade e do anonimato, os nomes dos entrevistados(as) foram omitidos(as).

Com as anotações das respostas das entrevistas, procurou-se fazer o levantamento das informações necessárias e importantes para a compreensão das questões e apresentação dos resultados.

Apesar das diferentes atuações no mercado de trabalho de Senador Canedo, os discursos dos entrevistados demonstram pontos de vista semelhantes e ressaltam a falta de investimento em tecnologia e infraestrutura de rede por parte das operadoras de telefonia fixa, bem como a inoperância da prefeitura. Deste modo, por meio das entrevistas, fica claro que, até então, a falta de investimentos atinge principalmente as áreas periféricas da cidade, e a partir desta constatação, a seguir são apresentados argumentos acerca de tal situação a partir dos temas.

4.3 Os Critérios de Escolha das Áreas para Implantação das Redes de Telefonia Fixa

A abordagem sobre os investimentos das empresas em manutenção, implantação, intervenção, ampliação e/ou melhorias das redes de telefonia fixa, tem como tema fluxos das informações.

Considerando as contribuições de autores como Castells (1999), que relaciona a tecnologia de informação e de comunicação ao espaço de fluxos, onde tem-se uma nova forma de interação do cidadão com o espaço urbano; Santos (2004) que ressalta o mundo globalizado, representando as redes digitais como um avanço informacional nas redes de comunicação; e Camacho (2013) que destaca o papel da internet como meio de comunicação que pode agregar positivamente na vida do indivíduo, destaca-se a relevância dos serviços das redes de telefonia enquanto meios para o avanço da comunicação na esfera terrestre, que atualmente, a era da informação, é essencial na vida particular, no meio social e de trabalho, mas não está ao alcance de todos.

Diferente da implantação da rede de energia, que é obrigatória na aprovação de novos loteamentos, o poder público não obriga a implantação de nenhum serviço de telefonia, considerando a complexidade de implantação do sistema telefônico tanto pelos trâmites legais quanto da infraestrutura necessária. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva econômica, as operadoras selecionam a implantação em áreas favorecidas, o que sugere a reflexão sobre a interrelação entre as empresas

de telecomunicações e a exclusão social. Tal situação converge com a afirmação do Presidente da Anatel Leonardo Euler de Moraes, ao argumentar que “ou conexão de ponta para poucos ou serviço meia-boca para todos” [...] “Esses atores que levam internet para áreas remotas, assim como provedores pequenos, têm dificuldades com planos que não são atrelados a algum tipo de limitação” (GOMES, 2018).

O Entrevistado B afirma *as redes estão sem ampliação a quase sete anos, sendo que a mais recente foi por volta de 2012, em que a prioridade para investimentos foi a capital Goiânia, e que as outras cidades seguem uma na sequência de interesse de acordo com a população e os atrativos de retorno financeiro que elas podem proporcionar. Há também a facilidade técnica de se ter uma rede passando próxima a elas, e que se faz necessária pois caso isso não ocorra, o atendimento a quaisquer outras cidades pode demorar ou mesmo não ocorrer, isso pode ser percebido na própria região metropolitana em que várias cidades não recebem as redes de uma das operadoras de telefonia fixa já consolidada na capital.*

O entrevistado C afirma que *os serviços de telefonia são ruins, caros e que não estão disponíveis em toda cidade*, o que pode ser reafirmado na descrição de que os atendimentos internos à prefeitura são possibilitados por meio de provedor particular, que mesmo precário e oneroso, se faz necessário pois acabam por suprir a ausência das redes fixas das duas operadoras aqui tratadas, podendo aqui ressaltar que essas redes não cobrem toda a cidade, o poder público não tem legislação que as faça executar e as próprias operadoras não se veem obrigadas a levar essas redes a todos os pontos da cidade. Cabe acrescentar ainda que a legislação não indica as incorporadoras, em seus loteamentos, que disponibilizem áreas e redes de telefonia, para que as operadoras possam interessar em levar seus serviços, assim como é feito para as redes de energia elétrica, água e esgoto.

Na palavras do entrevistado D, *mesmo com a cobrança interna dos setores das empresas de telefonia, não se realiza novos investimentos na cidade de Senador Canedo além das atualmente existentes, e que na maioria dos casos são feitas com foco nas partes da cidade que proporciona o maior retorno financeiro no menor tempo possível*, como é o caso dos bairros do centro como o Jardim de Todos os Santos, ou em locais mais centrais aproveitando vias com características comerciais, e mesmo em setores industriais, lembrando que para isso ocorrer, a

presença de uma rede principal de telefonia na imediações é ponto chave. Mas esse sujeito ressalta que *a prioridade é atender a grande Goiânia, seja com novas tecnologias em redes existentes, seja com novas redes (mas que atualmente não vem ocorrendo com frequência) e até com a implantação de redes de fibra óptica em locais que oferecem payback (retorno do investimento) em prazo estabelecido que normalmente é pequeno o tempo para o retorno, mas que não há perspectiva de se fazer ampliações ou redes de fibra fora de Goiânia ou mesmo Aparecida de Goiânia.* Em suma, cidades pequenas, com características de renda que justificariam a existência de redes metálicas, mesmo que nas proximidades de Goiânia, não receberam esses investimentos de uma outra operadora que com certeza seria mais caro que os atuais praticados, mas que daria um plus na qualidade dos serviços.

Sobre a gestão de negócios, assim como afirmado pelos entrevistados E e F, não está mais na capital Goiânia, nem na região Centro Oeste e muito menos na cidade de Senador Canedo, ficando nas metrópoles Rio e São Paulo, ou mesmo fora do Brasil, assim as decisões locais são muito pequenas ou nula como acontece na grande maioria das vezes.

O Entrevistado E salienta *a falta de interesse das operadoras em ampliar o atendimento e levar o serviço a todos, pois não acompanharam o crescimento da população. Com a terceirização dos serviços de telefonia, as redes estão carentes ou mesmo sem manutenção, onde o interesse maior em se fazer algo se dá na cidade grande, nesse caso Goiânia, e que o aumento e a ocupação dos bairros não garantem aumento das redes de telefonia, o que é agravado pela falta de autonomia que a cidade ou a regional tem, haja vista que as decisões de onde se deve ou precisa investir destas grandes empresas estão fora do lugar em que se vive as necessidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, e até mesmo fora do país. Se investir em Goiânia não se faz com facilidade, imagina em Senador Canedo.* É relevante informar que há dificuldades de obtenção de licenças/aprovações junto às empresas de energia elétrica que compartilham seu posteamento para sustentação dos cabos das redes aéreas de telefonia fixa, e em órgãos/agências ambientais.

O Entrevistado F confirma a informação do Entrevistado B, *há cerca de 10 (dez) anos que não há ampliação de rede na cidade de Senador Canedo, o pouco que se sabe em Goiânia é feito em partes que não atendem o social, e uma das operadoras está investindo um pouco na cidade de Rio Verde.* Acrescenta-se que

não há atendimento nem manutenção adequada, que faz quando der, e que o número de funcionários está cada vez mais reduzido, o que nos faz concluir que com redução dos serviços o número de trabalhadores também acaba por reduzir. Reforça o que já foi dito por outros entrevistados, que o poder de decisão saiu de Goiânia, onde hoje tudo se resolve em São Paulo, Rio ou Brasília, e que a cidade não tem autonomia e não parece estar na lista de prioridades das empresas, nem Goiânia e menos ainda Senador Canedo e região, aqui diminui a cada dia as coisas a se tratar. Critica que a periferia não tem orelhão nem internet, e que a ampliação com fibra óptica só ocorre em partes que apresentam melhor aparência e com melhor renda, ou alguns condomínios fechados não atendidos com rede metálica na grande Goiânia.

O entrevistado G não tem conhecimento em poder pedir alguma coisa para as empresas, e que nunca foi feito pedido aos órgãos públicos para a realização de serviços de redes de telefonia fixa em qualquer ponto da cidade, sendo que a prefeitura nunca informou sobre isso, seja para as operadoras seja para incorporadoras de loteamentos. A cidade não tem redes de telefone fixo em vários bairros, tais como Aracy, Jardim do Lago, Boa Esperança, que tem pessoas muito humildes, até os serviços de celular, quando funcionam, são ruins e também não tem telefone público (orelhão) lembrando que os dois últimos bairros ainda tem ruas sem asfalto. Entretanto, no Jardim Todos os Santos são melhores as condições financeiras e atendimento de duas empresas de telefonia fixa, que são tratadas nesse trabalho como operadoras A e B.

O entrevistado G ressalta ainda que a cidade tem vários bairros com uma única operadora de telefonia, como acontece com o Boa Vista II, mas que não é garantida a ligação quando a população faz o pedido de serviço. Especificamente no Bairro Aracy, observa-se que os moradores são de menor poder aquisitivo, o celular não funciona por falta de sinal, e que por ficar em um “baixadão” o sinal até dos provedores particulares é ruim e que nele se tem o pior lugar para se ter acesso a um telefone ou a serviço de telefonia, situação bem parecida com o Boa Esperança e o Jardim do Lago.

Em perspectiva convergente com a realidade estudada, a UOL (2019) publicou uma matéria intitulada “Internet das Pessoas, como excluídos digitais brasileiros cansaram de esperar e criaram a própria rede”, onde é destacado que:

A grande sacada da rede comunitária é que ela corta caminho (não paga tributos e não tem lucro), por isso, é mais barata do que a rede comercial. A capacidade de conexão geralmente é vendida no atacado por provedores. Já a internet que chega a sua casa é uma operação de varejo, vendida por companhias que comprem link de internet ou são elas mesmas as detentoras do tráfego. Na rede comunitária, a comunidade é quem compra essa capacidade de conexão (UOL, 2019).

Ações assim não configuram uma solução para reduzir a exclusão digital em âmbito nacional, são apenas paliativas. O mais interessante, é que despertou nessa população o poder de resolver pendências a longa distância. Além disso, de repente poderiam também exercer a cidadania pela internet, com garantia de acesso à informação.

Ainda com base na matéria da UOL (2019) é importante ressaltar a crítica de Felipe Roberto de Lima, gerente de regulação da Anatel, que facilita a criação de uma rede comunitária, ao afirmar que “em um cenário em que você pode ser prestador sem o aval do regulador, é mais complicado falar que alguém está atuando irregularmente sem autorização. Hoje, o processo para oferecer serviço de banda larga nesse sentido se resume a uma notificação no site da Anatel, sem custos ou ônus regulatório”. Até 2007 apenas empresas poderiam ser provedores de internet. Nesse ano, a Anatel criou o Serviço Limitado Privado (SLP), uma licença voltada a prefeituras. Em 2011, a agência permitiu que entidades sem fins lucrativos também tirassem o SLP, regulamentando o acesso.

4.4 Os Critérios para Distribuição da Cobertura das Redes de Telefonia Fixa

A abordagem sobre a área de cobertura das operadoras de rede fixa A e B e a relação entre classe social e a distribuição das redes e serviços de telefonia, tem como foco os recursos necessários para acesso a telefonia fixa.

Assim como na escala do estado, no município, o Plano Diretor de Senador Canedo e demais leis orgânicas, não obrigam as incorporadoras a executar as obras de infraestrutura de telefonia necessárias à implantação dos serviços de telefonia. Deste modo, o interesse e o custo ficam nas mãos das operadoras, bem como a forma da implantação da infraestrutura e da operação.

Sobre esta conjuntura, Singer (1978) nos leva a refletir quando afirma que a cidade capitalista não tem lugar para os pobres, isto é, pode-se interpretar que estes

são excluídos do fluxo de riquezas e informação, portanto, privados da infraestrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar.

Baptista (2006) corrobora com o autor ao salientar que, apesar do foco ser o “cidadão” digital e tecnologicamente excluído, é fundamental e necessário que ele tenha a chance de ser incluído na sociedade da informação.

O Professor Arthur Barrionuevo da FGV vai ao encontro dos comentários destes autores ao afirmar que em diversos locais muitas pessoas ficam de fora do acesso à rede devido a renda ser baixa e ter muito imposto sobre a tarifa, tanto para rede fixa quanto para pacotes de serviços como internet e fibra óptica. “Quem hoje já está fora da internet porque é muito pobre é quem mais vai se prejudicar” (HIRATA, 2018).

O Entrevistado E é crítico em relação às operadoras, afirma que *priorizam o atendimento nas capitais e centro das cidades, isto é, quanto menor a cidade pior o atendimento, levando rede onde tem retorno financeiro, salientando que os menos favorecidos ficam sem serviços. Assim sendo, abre mercado para pequenos provedores, ainda que prestem serviços de baixa qualidade.*

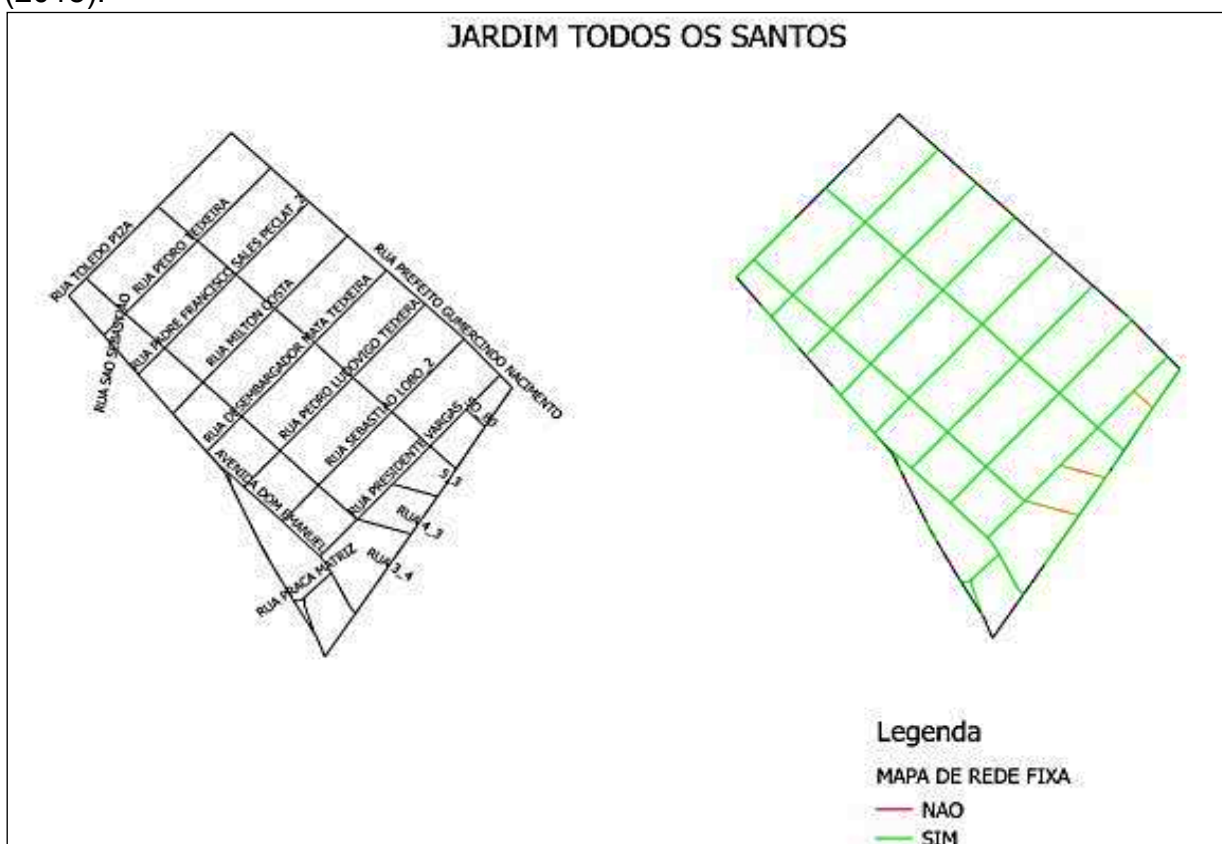
Concordando com o Entrevistado E, o entrevistado G afirma que *tem casos em que o provedor particular vende serviços, mas nem sempre é fácil pagar para ter, seja por que é caro seja por que o pessoal não tem boa condição financeira.* Em sentido semelhante, referente aos provedores particulares, o entrevistado B apresenta a seguinte situação naquele momento, de que *nem as concessionárias nem as autorizadas levam redes até as extremidades, nem para os ricos com aqueles tipo condomínio fechado, e mais ainda para os mais pobres, ficando esses praticamente excluídos digitalmente. Daí surge nesta lacuna os provedores pequenos, que acabam que utilizam a própria parte da rede das grandes empresas para levar seus serviços aos pontos não atendidos ou mesmo os mais remotos da cidade, atendendo via modem, cabo e rádio, mas isso não significa que eles praticam preços acessíveis ou que se interessam em atender os mais pobres, isso já ouvi de um dos donos de um pequeno provedor particular que atua na cidade de Senador Canedo.*

Essa situação é confirmada pelo Entrevistado F, que enfatiza o fato de que *os pequenos provedores acabam por fazer o papel das grandes empresas de telefonia, pois atendem a periferia e também áreas que não possuem redes de*

telefone fixo, prestam serviços precários, oferecendo internet por sinal de rádio, mas não tem preço acessível para os pobres.

A perspectiva do Entrevistado G, vai de encontro com o que descreve o entrevistado B, quando afirma que as operadoras de telefonia fixa atendem focando em especial a parte comercial, destacando os Bairros Jardim Todos os Santos I e II (Figuras 31 e 32) em que as linhas estão identificadas em verde indicam presença de rede fixa) e em particular com a presença das duas operadoras A e B, onde está a população de maior condição financeira. Com 89% da área loteada, 55% da população levantada ganha entre $\frac{1}{2}$ - 1 SM e 8% entre 1 – 2 SM, 91% de residências e comércios com revestimento, e valor venal máximo de R\$ 1.275.000,00 fruto do valor da área comercial ao longo da Av Dom Emanuel e mínimo de R\$ 73.000,00 devido as parcelas residenciais. As duas operadoras estão presentes nessa área, disputando território.

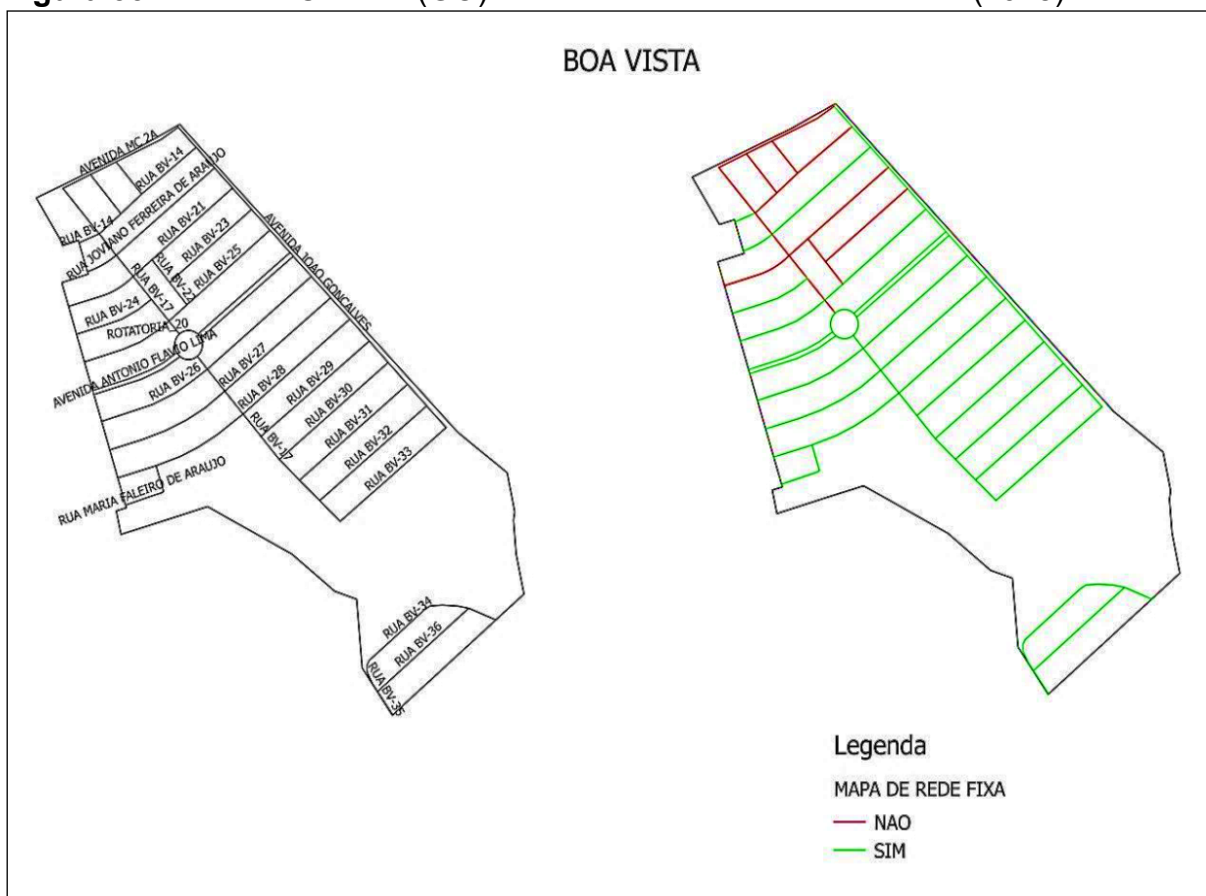
Figura 31: Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Jardim Todos os Santos I (2018).



Org: DIB FILHO (2019).

Considerando que a população do bairro é de baixa renda, 30% ganha até $\frac{1}{2}$ SM, 38% até 1 SM, e a minoria ganha até 2 SM, 27%. Apesar de ter os outros serviços públicos, 82% das edificações com revestimento, valor venal máximo de R\$ 224.000,00, baixo se comparado a R\$ 1.275.000,00 da área central e 53% de lotes vazios, e mesmo com a presença de pontos comerciais principalmente ao longo da Av Antônio F Lima, até o momento, não desperta o interesse de uma operadora em investir neste bairro, e pela outra operadora em melhorias do que já está lá disponível, haja vista o tempo em que se fez a última ação de implantação (cerca de 10 anos) das redes que ali se encontram. Aqui não existe telefone público, mesmo tendo rede de uma das operadoras com esta obrigação social.

Figura 33: Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Boa Vista II (2018).

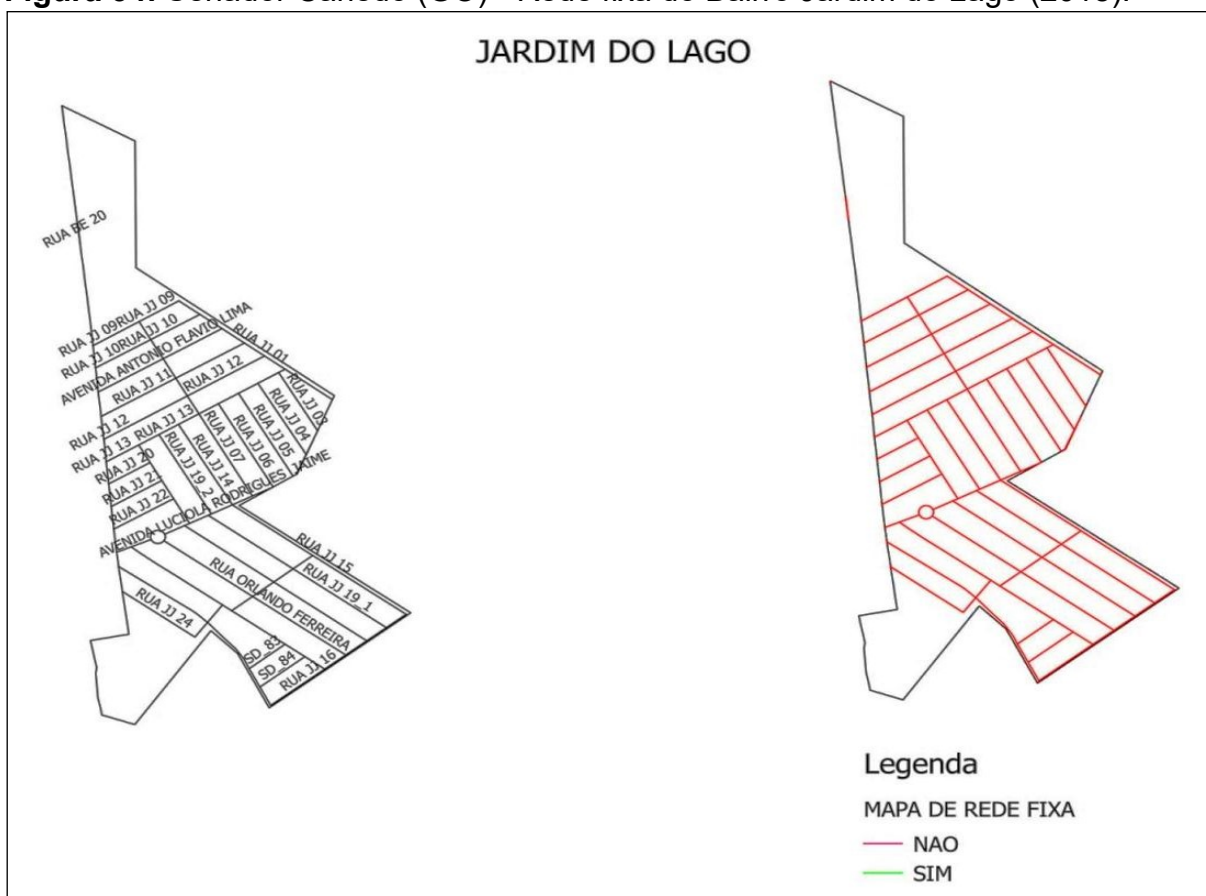


Org: DIB FILHO (2019).

Nas Figuras 34, 35 e 36, fica evidente que nos Bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy Amaral não há rede de telefonia, onde as linhas em vermelho identificam a ausência de redes de telefonia fixa. É significativo o número de lotes vazios, aproximadamente 2/3 dos bairros, e o restante é ocupado, em sua maioria,

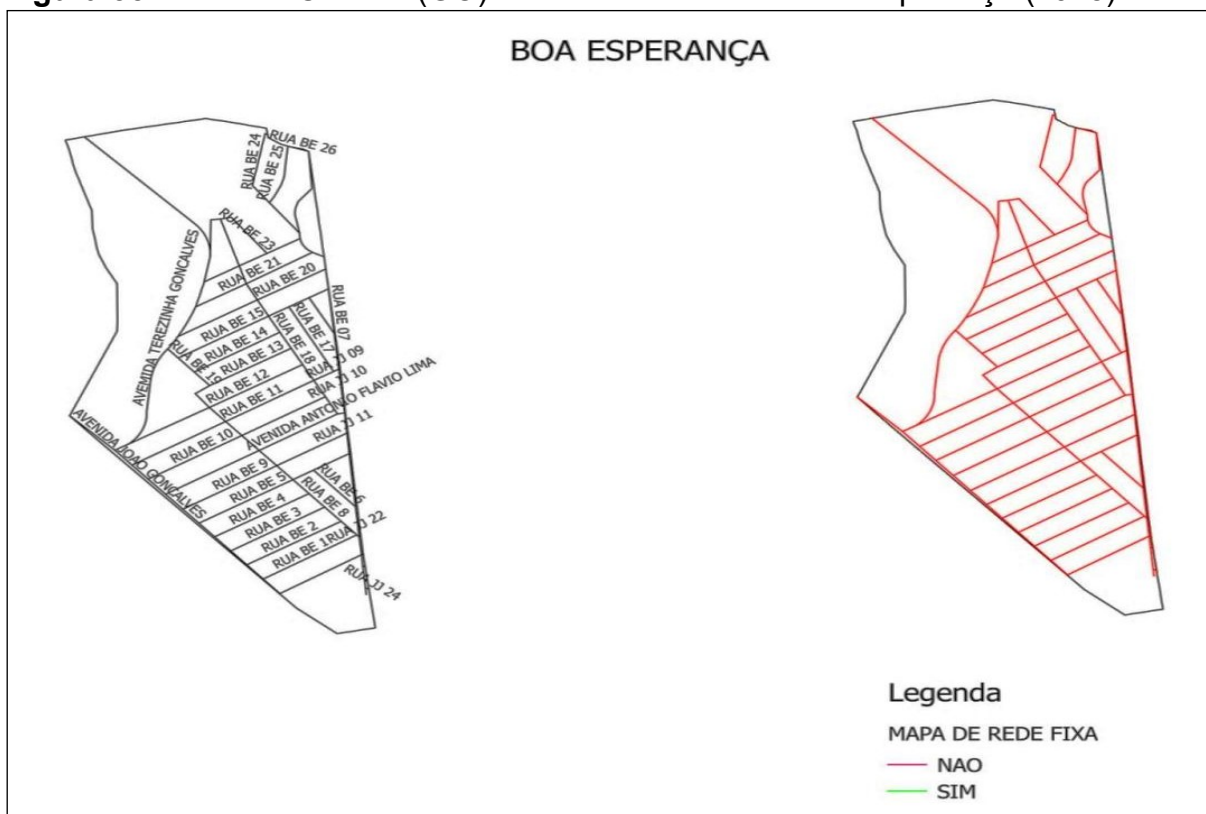
por população de baixa renda, com rendimentos de até entre 1-2 SM pela minoria e de até $\frac{1}{2}$ SM pela maioria da população, aproximadamente 51%, 46% e 56% respectivamente. Reforçando as condições de menor poder aquisitivo quando comparados com os outros bairros, as edificações sem revestimento são, respectivamente, 37%, 38% e 43%, e o valor venal máximo, na mesma ordem, em Reais, é 199.000, 144.000 e 121.000, muito baixo se comparado com a área central, que é de 1.275.000. Nos três bairros não há telefone público. Nesse sentido, leva a concluir que, até então, as operadoras não tem interesse em implantar rede nesses bairros, já que o indicativo para elas é de que retorno financeiro desejado pode não ocorrer, mesmo no longo prazo (em anos), o que caracteriza a exclusão, ressaltando que, em sentido contrário, as operadoras valorizem as áreas com maior renda para investir seu capital em forma de redes, o que está identificado no centro por meio do Jardim de Todos os Santos.

Figura 34: Senador Canedo (GO) - Rede fixa do Bairro Jardim do Lago (2018).



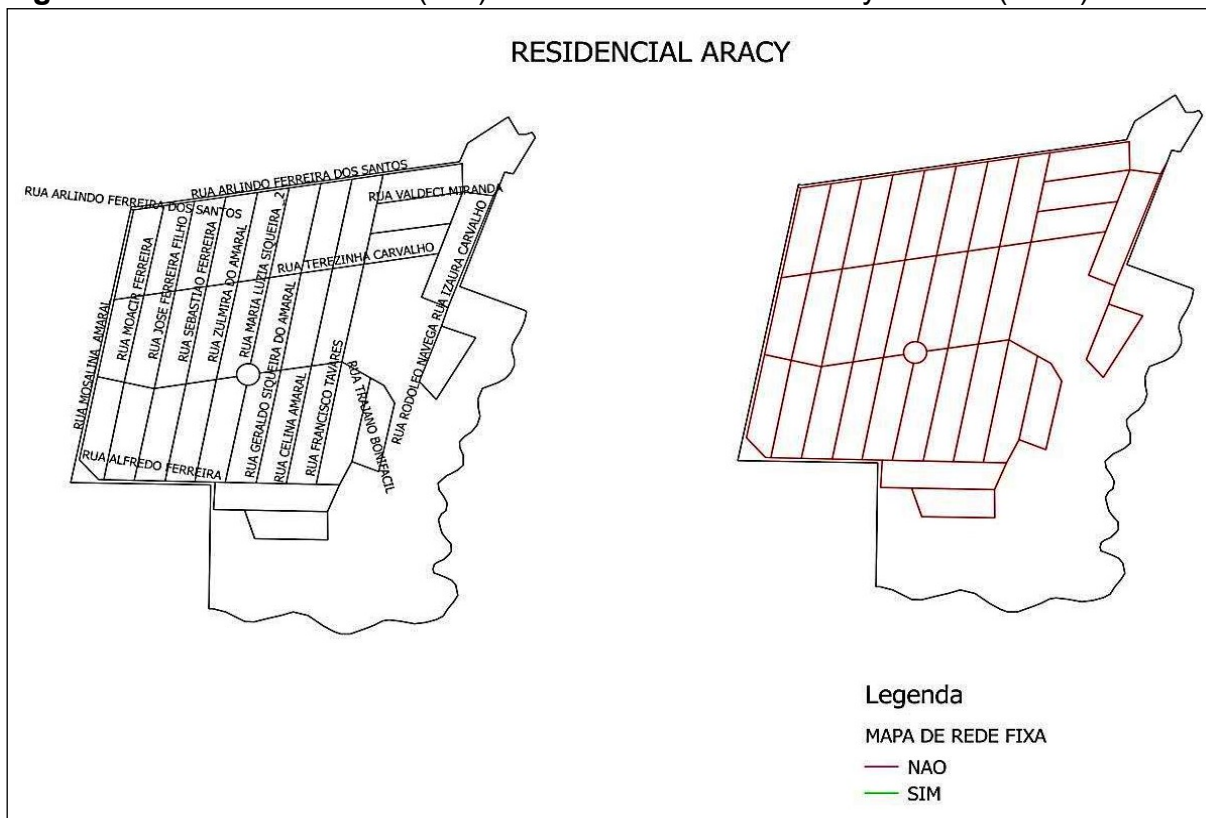
Org: DIB FILHO (2019).

Figura 35: Senador Canedo (GO) - Rede fixa do bairro Boa Esperança (2018).



Org: DIB FILHO (2019).

Figura 36: Senador Canedo (GO) - Rede fixa do bairro Aracy Amaral (2018).



Org: DIB FILHO (2019).

Nesses três bairros, há ausência de redes das duas operadoras de telefonia fixa que exploram este mercado da cidade, o que vem a contribuir em mais um agravante elemento de infraestrutura notoriamente necessário para a inserção das pessoas aos meios de conexão, as redes informacionais e ao mundo globalizado, reforçando os aspectos de segregação dos elementos que ali se encontram, evidenciando o quanto são excluídos. Assim como no Boa Vista II, não se fazem presentes os telefones públicos.

Nas falas dos entrevistados B e G, constatou-se um fato que é relevante citar, que devido as dificuldades de ter e manter um telefone, a população desses bairros usa o *wi-fi* oriundos das redes fixas, das empresas e nos locais onde trabalham ou de pequenos provedores.

A desigualdade social está relacionada com as localizações dos indivíduos na cidade, e o fato das pessoas terem acesso as oportunidades pelas redes sociais, isto é, contatos pessoais mesmo fora da rede de internet, que as pessoas encontrem oportunidades até mesmo estando segregados (MARQUES, 2007). O contatos que as redes telefônicas podem viabilizar através do acesso ao que está disponível no sistema de produção de renda, serviços, conhecimento, lazer, cultura entre outros, pode quebrar as muralhas da segregação e oportunizar a inclusão das pessoas, resultado da oportunidade de fazer parte da rede e do acesso que a telefonia proporciona. Quando o acesso não é ofertado, a exclusão acontece.

4.5 Os Critérios para a (In)Exclusão⁶ nas Redes de Telefonia nas Políticas Públicas

A abordagem sobre a relação entre as políticas públicas e a (in)exclusão das redes de telefonia, considera a legislação municipal referente aos serviços de telefonia fixa e o acesso da população de baixa renda aos serviços das operadoras.

Inserir o cidadão Canedense na sociedade da informação facilitando o acesso à internet em logradouros públicos, bem como oferecer serviço de internet gratuito, são ações propostas no PLHIS de Senador Canedo, mas de acordo com os entrevistados fica claro que, quando esses serviços são oferecidos, não tem

⁶ Adota-se a redação (in)exclusão, haja vista que os processos de inclusão e exclusão se materializam concomitantemente, em outras palavras, ao incluir determinados grupos, outros são excluídos.

qualidade, e que para grande parte da população dos bairros mais afastados da região central da cidade e de baixa renda as redes não estão disponibilizadas.

Nesse sentido, o PLHIS propõe melhorias no serviço de telefonia e sinal da internet o que expõe a má distribuição das redes e serviços que gera desigualdade de infraestrutura na cidade.

Alonso et al (2010) defende as políticas de inclusão digital que promovam o desenvolvimento de competências com acessibilidade às tecnologias de informação independente das condições básicas de existência. Assim, por meio das redes de telefonia, as pessoas de baixa renda podem se incluir nesta sociedade em rede, facilitando sua vida com melhores oportunidades, como nos estudos e serviços. É a segregação socioespacial da população de baixa renda nas áreas sociais periféricas, mas com oportunidades de inclusão por meio dos serviços de telefonia. A existência de seletividade espacial é apontada por Dias (1993) ao relacionar o meio de comunicação que através das novas redes que integram de maneira desigual os territórios.

Ao considerar autores que abordam a inclusão digital, Baptista (2006) relaciona o cidadão infoexcluído, destacando a necessidade de proporcionar a chance de incluí-lo na sociedade da informação, levando a entender que haja investimento por parte da prefeitura em projeto social que atenda à realidade local e promova o alcance à informação digital, e como afirma Alonso et al (2010), também participem ativamente da comunidade, governo e sociedade.

O Entrevistado A deixa claro que a prefeitura implantou o projeto CEU mostrando sua preocupação em promover a inclusão social e digital, mas que não cumpre com a proposta do Plano de Governo 2017/2020, que é a revolução da informática de maneira que atenda às demandas da população. *Mesmo sendo de responsabilidade da prefeitura e da União, quem o conduz é a comunidade, e que o mesmo está localizado em uma área mais onde há violência, usuários de drogas, vandalismo e depredação do mesmo, o que dificulta a inclusão digital, além disso os equipamentos são antigos e o provedor local é particular, com isso disponibiliza serviço precário.* A região da área administrativa 1, onde estão as três áreas de estudo, não foi contemplada com um CEU,.

Tal situação também foi informada pelo Entrevistado C, que além de citar o projeto social CEU, também comenta sobre a existência de um telecentro

abandonado de responsabilidade da prefeitura no bairro Jardim Todos os Santos, com máquinas obsoletas e que não funcionam, e indica que a cidade de Senador Canedo é frágil quanto as questões de segurança quando afirma que a mesma tem alto índice de vandalismo.

Como já mencionado, a legislação municipal não obriga as operadoras e/ou incorporadoras a implementar infraestrutura para oferecer serviços de rede de telefonia, indisponibilizando o funcionamento dos computadores através das conexões às redes, dificultando a inclusão daqueles que não podem se juntar a essas redes por intermédio do acesso aos serviços e as próprias redes fixas das operadoras de telefonia via telecentros ou centros existentes na cidade.

O Entrevistado B afirma que as operadoras não atendem a periferia da cidade, como demonstra o quadro 4, que não há rede fixa como serviço público essencial nos bairros periféricos onde maior parte da população ativa ganha até $\frac{1}{2}$ SM, como são Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy (Tabela 7), *pois priorizam as cidades de maior potencial e regiões de melhor retorno financeiro, atendendo área comercial com melhor renda e grandes clientes*, onde isso também é apresentado nas entrevistas dos elementos D, E e F. Como as operadoras investem em melhoria mas não em ampliação, atualmente o atendimento se concentra na área central, Jardim Todos Santos, com melhores condições de infraestrutura, socioeconômicas e serviços públicos integral, conter vários comercios, alta densidade populacional, por representar setor de maior renda e demanda pelos serviços de telefonia.

De maneira semelhante ao pensamento de Raffestin (1993), no sentido de que o controle do território é dependente do controle das próprias redes, as operadoras se organizam no território para realizar suas atividades de acordo com articulações políticas e sociais que lhes favorecem. Já Castells (2003) destaca que o objetivo principal das empresas, situação que se aplica aos serviços das redes de telefonia, é a lucratividade, por isso reduzem o número de funcionários para ganhar mais e terceirizam o serviço para diminuir despesas.

Marques (2007) destaca que um dos mecanismos da reprodução da pobreza e desigualdade social está relacionada com as localizações dos indivíduos na cidade, isso lhes dá acesso a oportunidades diferentes.

Tais situações podem ser confirmadas por meio das entrevistas e pelas Figuras 31 e 32, que *o maior e melhor atendimento das operadoras de telefonia se*

concentram na área central e de maior renda, ficando as áreas periféricas, Figuras 34 a 36, a cargo de pequenos provedores com prestação de serviço precário via modem, como afirma o Entrevistado B. Portanto, o trabalhador/pessoa que não procurar por melhoria contínua, associada às tecnologias da informática e as redes via serviços de telefonia, estará vulnerável a uma piora na questão salarial ou na ocupação de um posto de trabalho, ampliando os efeitos da exclusão, lado perverso da globalização.

O Entrevistado D afirma que as operadoras não atendem aos pedidos de ampliação de cobertura. Sem rede e equipamentos suficientes, elas priorizam o atendimento nos segmentos com maior presença do comércio, mas como os custos dos serviços são altos e a receita obtida em Senador Canedo é baixa, buscam a área industrial e condomínio fechado e que a periferia não está nos planos das empresas, excluídas dos seus projetos de atendimento.

Para o Entrevistado E, a Prefeitura de Senador Canedo facilita a implantação de serviços de telefonia, o que não é comum em cidades maiores ou mesmo em Goiânia, mas há dificuldades para a implantação/expansão de rede fixa que ocorrem em outros órgãos ou etapas, como por exemplo na aprovação pela empresa de energia elétrica, que permite através de contrato o uso mútuo dos postes destas pela empresa de telefonia, e ainda faz comentário ou mesmo crítica de que é caro manter os serviços de telefonia.

O Entrevistado G afirma que a Prefeitura de Senador Canedo não cobra a realização de serviços de rede de telefonia fixa na cidade, como pode ser visto na falta de redes de telefonia fixa nos Bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy. Destes, Boa Esperança tem, até então, vias urbanas sem asfalto, e incluindo os Bairros Aracy Boa Vista II e Jardim do Lago, todos carecem de escolas públicas e postos do PSF, precariedade ou ausência de linhas de transporte público coletivo, ausência de telefones públicos também conhecidos como orelhão e muito menos as redes de telefonia fixa, sendo que este último está parcialmente presente no bairro Boa Vista II, o que demonstra descaso ou mesmo ausência da prefeitura, considerando que Senador Canedo já tem 30 (trinta) anos de emancipação política com a presença de rede de telefonia fixa na região central por parte da operadora A, essa condição facilitaria a ampliação dessa rede a outros bairros não atendidos. O entrevistado ainda coloca que a prefeitura jamais chamou para dialogar com a

comunidade para que possam solicitar ou propor políticas de inclusão, através de legislação, para com as empresas que exploram o mercado local, seja o de telefonia, seja o de incorporação imobiliária em seus loteamentos ou mesmo nas construções.

As duas operadoras que exploram o mercado local, precisam investir em implantação ou ampliação de redes e manutenção na que existe, e melhorar a qualidade desses serviços inclusive da internet. Ao menos a operadora detentora de concessão, por força de Lei, teria a obrigação de oferecer o serviço público através da oferta de suas redes, inclusive com a instalação do telefone público (orelhão) em quantidade e localização favorável à população, de forma a incluir crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, que podem, a qualquer momento e de maneira imprevisível, se deparar com situações de emergência como incêndio, questões de saúde, e outros riscos. Com ineficiência do planejamento e da visão estratégica do crescimento da cidade, ao centralizar os serviços em torno do centro, grande parcela da população precisa se deslocar grande distância para usufruir do benefício. O poder público deve garantir os direitos assegurados pela legislação federal de que todos e em todos os lugares haja oferta das redes telefonia fixa podendo inclui-la no rol de elementos à cidadania.

Santos (2014) ressalta que é essencial que o poder público torne possível o oferecimento à população todos os serviços de que esta necessita, logo há que redefinir os objetivos da produção e consumo por parte da sociedade e do Estado. Nesse sentido, Jurado da Silva (2015) sugere que o papel da informação e das telecomunicações na organização do território pode ser útil para a compreensão das desigualdades e transformações socioespaciais em que se inserem o mundo e a sociedade.

4.6 Desenvolvimento das Redes de Telefonia Fixa em Senador Canedo

Os levantamentos feitos em campo na cidade de Senador Canedo e os dados da Anatel, permitiram constatar que existem redes fixas de duas operadoras: **A** e **B**. Ambas, e em especial a primeira, foi a empresa que originalmente instalou a estrutura destas redes em Senador Canedo, aproveitando o fato de que seriam uma extensão continuada oriunda da cidade de Goiânia. De acordo com dados da Anatel a licença, pela operadora B, para o início das operações na cidade de Goiânia

ocorreu em 1999 (contrato 007/1999, de 30/09/1999 com vigor em 01/10/1999), sendo que o atendimento à população de Senador Canedo com serviços de telefonia da referida operadora só veio a ocorrer no final de 2011.

Convém salientar que após esses 12 anos a população urbana não foi atendida plenamente, nem foram disponibilizadas linhas e nem cobertura desta rede de telefonia fixa. Conforme salientado ao longo da tese, o foco de atendimento das operadoras para a população encontra-se localizado na região de maior movimento do capital, que no caso específico de Senador Canedo, esta na área central e não nas periferias. A operadora B atendeu a uma parte, que despertou seu interesse no município de Senador Canedo com quatro estações remotas, também conhecidas como armários de atendimento. Especificamente, explorou apenas parte da Área Administrativa 1 e em sua porção mais central, e referente as áreas de estudo deste trabalho, explora o Jardim de Todos os Santos.

No caso da empresa de telefonia fixa A, também verificando dados oriundos da Anatel, a licença demonstra o anos de 1978, antes da emancipação do município, ligado e extremamente dependente da cidade de Goiânia, vinculada ao Estado de Goiás, num período anterior à privatização. A empresa conta até então com 30 (trinta) estações de redes fixas, não se concentrando tão somente na mancha urbana explorada pela empresa concorrente B, mas mesmo assim mantém parte da periferia do município carente da cobertura de suas redes e serviços.

Diferente da outra operadora, a presença desta está nas quatro áreas administrativas da cidade de Senador Canedo, mas não significa que há rede telefônica em todos os lugares da cidade, e referente as áreas de estudo deste trabalho, os bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy estão excluídos das redes desta assim como da operadora B, ficando apenas o Jardim Boa Vista II com atendimento único desta operadora na qual é detentora da concessão da antiga estatal.

É relevante considerar que ao longo desse período em que exploram os serviços, seja concessionária, seja autorizada, tem tido muitos problemas em relação aos preços, natureza e qualidade de seus serviços, o que não é diferente do que acontece em outras localidades, ou operadoras por todo o país e que pode ser constatado em matérias com índices de reclamação dos consumidores, via Anatel ou mesmo pelo Procon e que pode ser percebida nas falas de algumas pessoas

entrevistadas, e também por meio de notícias publicadas pelos meios de comunicação.

Até o oitavo mês do ano de 2018, a Anatel registrou 1.743.600 reclamações de consumidores contra operadoras de telefonia, TV paga e internet banda larga. O segundo serviço mais reclamado foi o da telefonia fixa, que só perde para telefonia móvel, com registro de 57,2 mil queixas no mês. Os principais problemas foram cobrança (42,0%), qualidade e funcionamento (17,9%) e cancelamento do serviço (10,1%). Só no mês de agosto do referido ano recebeu 250 mil, mas se tratando de telefonia fixa, foram 30.300 reclamações da operadora Oi, 17.800 da Vivo e 6.500 da NET (GOMES, 2018).

Tal situação é reforçada em mais uma matéria, onde é destacado que

Bateu recorde em Goiás e no Brasil, em 2018, o número de clientes das operadoras de telefonia fixa e móvel efetivar a troca de empresa mantendo seu número em busca de mais qualidade e economia, e a redução de custos e má qualidade dos serviços prestados são razões de maior motivação para optar pela portabilidade numérica. Em 2018 foram 153,07 mil migrações em Goiás, cresceu quase 30% relação a 2017, o dobro em relação ao Brasil (O POPULAR, 2019).

Outro aspecto que merece destaque é o fato de quando foram instituídas as atividades da telefonia celular e da Internet, essas ganharam a preferência nacional, o que pressionou o governo no sentido de privilegiar os contratos da telefonia fixa.

Em matéria divulgada pelo portal UOL, em 23/02/2016, há uma consideração importante, que visa conceder às empresas uma autorização para prestação dos serviços uma vez que, anteriormente, havia necessidade de uma concessão:

Desde que a telefonia celular e a internet ganharam a preferência nacional, o governo vinha resistindo em acabar com os contratos de concessão que regem a telefonia fixa, considerada serviço público. Essa era acabou[...] em dois meses deve ficar pronta a minuta de um decreto, que na prática, permitirá às teles prestarem todo o tipo de serviço com uma simples autorização (WIZIACK, 23/02/2016).

Entretanto, deve-se destacar que até o final do mês de Setembro de 2019 tal medida ainda não foi efetivada.

As empresas de telefonia fixa assentadas em Senador Canedo, às vezes, coexistem em áreas como o central e nesse caso, o atendimento pode ocorrer por uma ou outra. Utilizando principalmente a rede de postes da concessionária de energia elétrica local (CELG/ENEL), através de locação dos pontos aéreos destes postes e tecnicamente pode ser verificado através de norma sobre uso mútuo de

postes das empresas de eletricidade. Vale considerar conforme já citado anteriormente que a operadora A fixa chegou primeiro no município de Senador Canedo e posteriormente, é que se deu a chegada da operadora B (Figura 37).

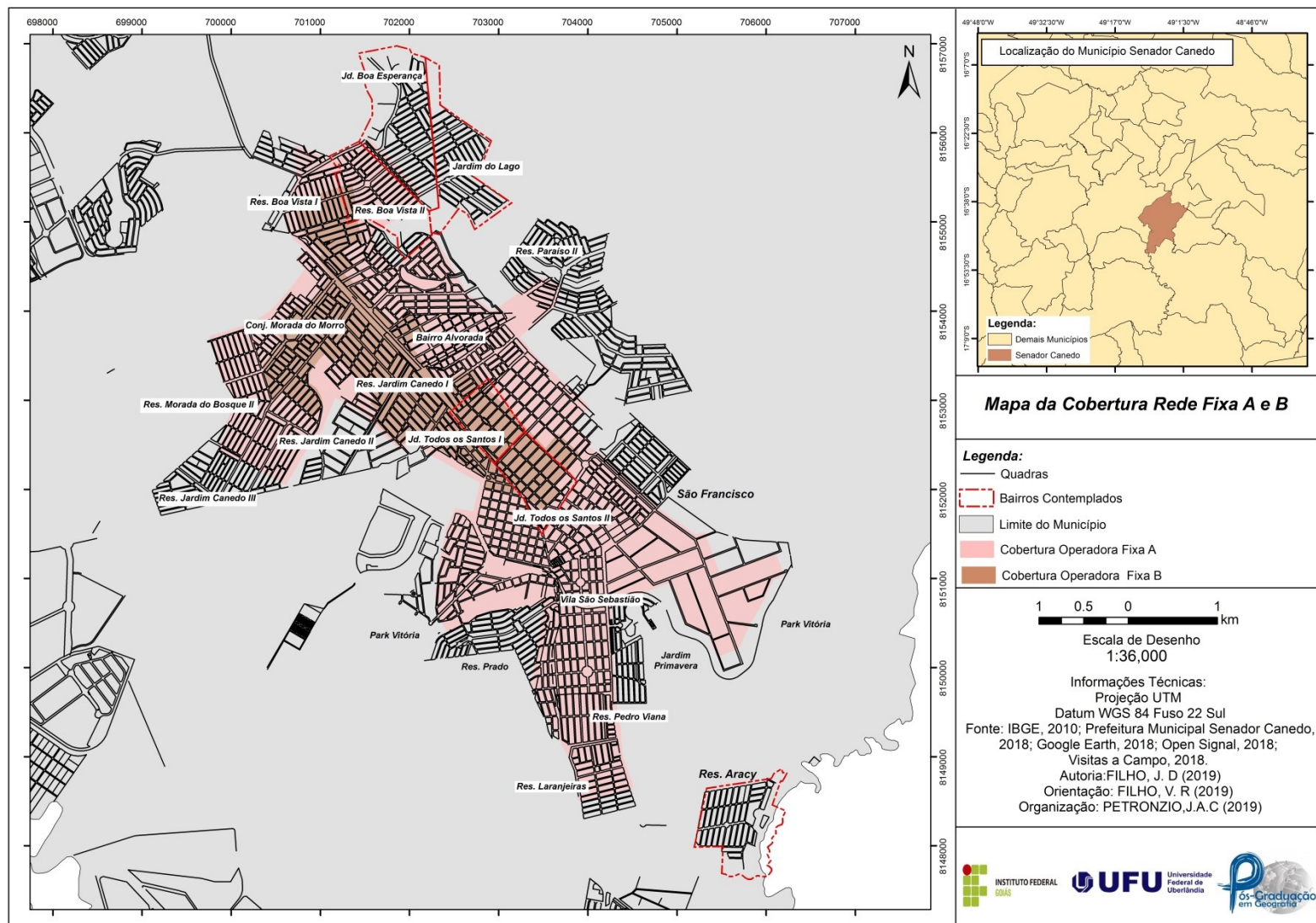
A implantação dos loteamentos tendo como base suas localizações, endereços no espaço urbano, as ruas e avenidas, os lotes e suas distribuições nos bairros, de maneira semelhante ao que o IBGE adota quando da realização do censo, associados ao posteamento da rede de energia elétrica, são as bases para a implantação das redes físicas de telefonia fixa. A implantação da forma aérea tem custo inferior à subterrânea podendo em partes, dar menos manutenção por interferências do solo como umidade, animais peçonhentos e até mesmo facilidade de acesso indesejado de terceiros às linhas dos assinantes, mas por outro lado estão expostas a roubo nos locais ermos, rompimento por poda de árvore ou altura incompatível com veículos, defeitos técnicos que ocorrem em épocas de chuva, por fogo, dentre outros. As empresas de telefonia fixa planejam as distribuições de rede de acordo com seus diversos interesses, visando o atendimento às residências e comércios que proporcionem retorno financeiro/lucro e de preferência no menor tempo.

Mesmo que existam as duas opções de atendimento ofertadas visualmente pelas duas empresas de telefonia fixa, isto não significa necessariamente que o usuário ou o cidadão possa ser efetivado como cliente de uma ou de outra, em virtude de seu perfil socioeconômico ou da disponibilidade da rede naquele ponto. Mais uma vez, isso deixa claro que a exclusão permeia esses meandros da cidade de Senador Canedo.

Ao verificar as estruturas da cidade, percebe-se a condição e presença de perfis de renda diferenciados, o que permite fazer um paralelo entre a diferença da renda e as áreas cobertas pelas operadoras de telefonia fixa e pelas manchas de cobertura das mesmas. Neste sentido, pode-se constatar pela Figura 37, que não há redes de telefonia em outras áreas periféricas além dos bairros estudados nesse trabalho.

Para a concessionária que possui um rede mais abrangente nesta parte da cidade, observa a ausência por exemplo na porção leste em que está o Jardim Paraíso II além de parte do Bairro São Francisco, já na porção oeste está o Jardim Canedo III, além do Residencial Prado.

Figura 37: Senador Canedo (GO) - Cobertura rede fixa A e B (2018).



Se considerar a operadora autorizada, que não tem obrigação legal de atender à todos e em todo lugar, é maior a quantidade de bairros e a extensão da cidade que não tem a presença de sua rede, o que pode ser constatado no próprio Boa Vista II que, até então, não se faz presente o cabeamento/redes desta empresa que chega até Boa Vista I, nas proximidades da rua que os divide.

Em sentido contrário, há presença das duas operadoras com suas redes com fins de atendimento ao longo a Av. Dom Emanuel e quadras do entorno, faz-se necessário ressaltar que esse trecho tem característica altamente comercial, em que estão presentes empresas locais, regionais, nacionais, galerias e órgãos públicos, é a fração da cidade que interessa às duas operadoras, em que observa-se a disputa entre elas pelo território, aqui poderia dizer que é a territorialização da informação através das redes de telefonia, e que pode ser visto de maneira simples ao olharmos para as porções dos postes nessa seção que sustentam as redes de telefonia e comparar com os postes das periferias, no primeiro está sobrecarregado/cheio de cabos e equipamentos, já os da periferia ou a caminha dela, os postes estão mais ociosos ou mesmo não tem esses cabos, o que acontece nos bairros periféricos aqui estudado e comprovados.

E ainda, foi percebido nas entrevistas que até mesmo nos limites internos destas áreas com a presença das redes de telefonia, não se tem a garantia que haverá o atendimento, seja por limitações técnicas da operadora ou financeiras da pessoa, e que os serviços das operadoras não foram percebidos como bons, ou seja, pode verificar que ali também tem serviços e acesso a rede de baixa qualidade. Nesse sentido, a presença de rede não é garantia de tê-las em seu portfolio de utilidades, fato diferente das redes de energia elétrica ou mesmo de água. É a exclusão em áreas de inclusão, diferente da periferia pobre que não tem sequer a rede em sua porta, que é a exclusão em condição absoluta.

4.7 Coberturas das Redes de Telefonia Fixa nas Áreas de Estudo

Para as áreas levantadas, inicialmente na parte central onde se encontra o bairro Jardim Todos os Santos as redes se fazem presentes e com possibilidade de atendimento às pessoas por meio das duas operadoras de telefonia fixa A e B existentes nessa parte do município. Para o Bairro Boa Vista II, na parte atendida, foi

visto o atendimento por uma única empresa, a operadora A, o que demonstra a divergência de interesses das empresas em atender esta fração da região com menor capacidade de retorno financeiro, nomeadamente aquela com característica de renda inferior a área central da cidade. E ao verificar os bairros sem o atendimento das redes de telefonia, o Boa Esperança, o Jardim do Lago e o Aracy, fica constatado que a ocupação social se dá com famílias de baixa renda, ainda menor do que aquela presente na porção do Boa Vista II atendida pela operadora A.

Na perspectiva da cidade, partindo do centro aos bairros periféricos, pode-se constatar um melhor atendimento das operadoras nas áreas centrais, onde o padrão de renda é mais elevado e a ocupação do solo é intensa e mais comercial, permitindo inferir a existência de uma concomitância entre a concentração de renda nas regiões centrais com o maior e melhor atendimento das duas operadoras. O desinteresse em investir nas parcelas mais periféricas pode ser constatado, pela ausência da operadora A que tem obrigação de estar disponível a todos em função de ter a concessão dos serviços e, pela ausência da operadora B, que por ser autorizada, efetivamente leva suas redes para as parcelas da cidade que, conforme seu planejamento de tempo e custo mobilizado, efetivamente dará retorno financeiro. Se a operadora A não atende a parcela mais pobre, quíça a operadora B.

Tal fato confirma que as empresas de telefonia, assim como a maioria de empresas privadas de quaisquer setores, estão interessadas na acumulação do capital, portanto selecionam os locais e quando investir, de modo a assegurar maior e mais rápido retorno financeiro.

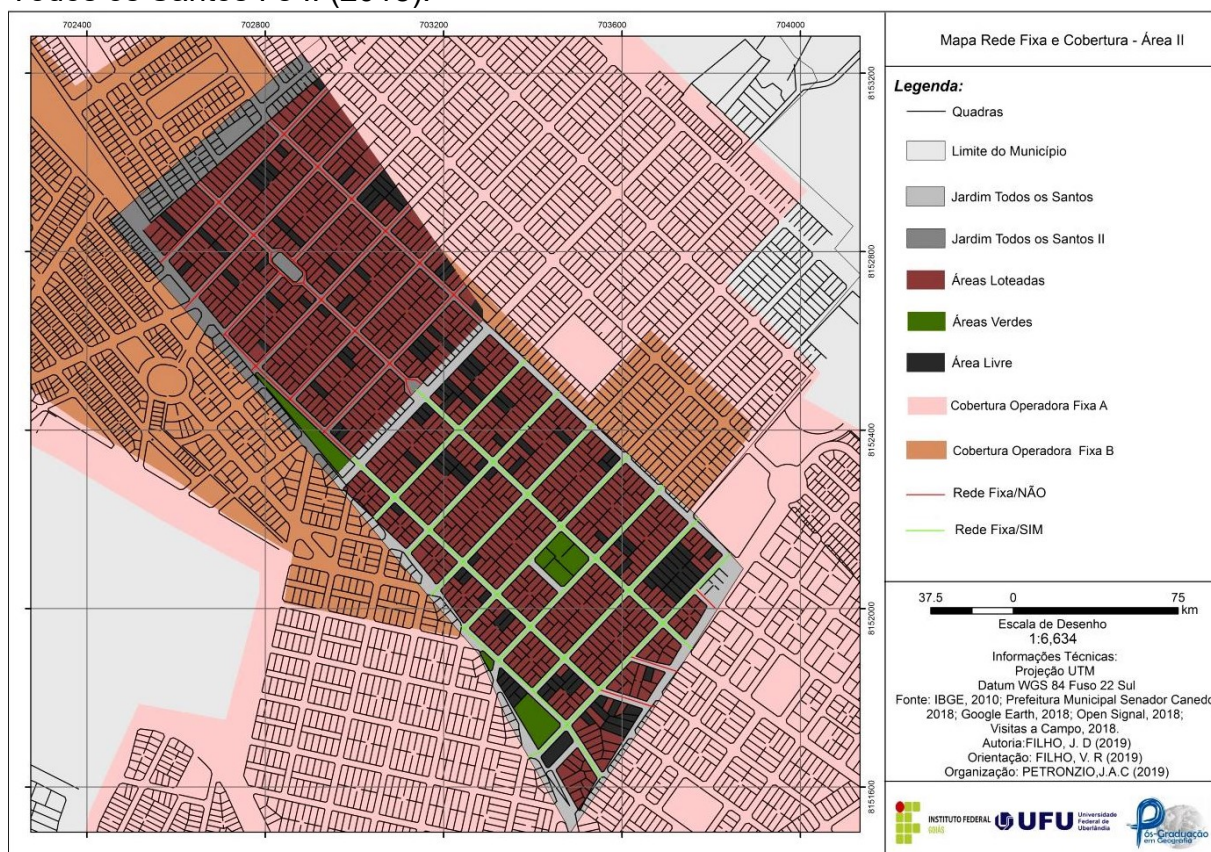
Um exemplo do setor de telefonia foi publicado no Estadão, dia 19/10/2016, no qual o Presidente da Tim, Stefano di Angelis, afirma que “As operadoras não são obrigadas a dar *WhatsApp* de graça”. Segundo ele, as operadoras precisam encontrar equilíbrio e encontrar maneiras de aumentar a rentabilidade do setor [...] dentre as posturas que o executivo ressaltou está a cobrança por todos os serviços de dados oferecidos pelas empresas de telecomunicações, como o *WhatsApp* e o *Facebook*. Assim, contrariando a prática de algumas operadoras, Angelis afirmou que é importante que operadoras cobrem por todos os dados consumidos [...] As operadoras não são obrigadas a dar *WhatsApp* de graça, disse Angelis durante a Futurecom, principal congresso de telecomunicações e TI da América Latina, em São Paulo. E complementa que o comportamento e a receita média do consumidor

mudou muito. Em 2010, cujo SM era R\$510,00, estava em R\$24,00. Agora está em R\$19,00 onde SM era R\$880,00. Mas, nesse tempo, o uso de dados aumentou 5 (cinco) vezes e nós não acompanhamos esse movimento.

Estes detalhes demonstram a ocupação dos extremos da cidade pela sociedade menos favorecida nos aspectos de renda, que também pode ser detectado pela carência de atendimento pelas operadoras de telefonia fixa que aqui é a forma que se apresenta o financeiro/capital. A fim de ilustrar tal situação, apresenta-se uma análise espacial dos bairros e a presença das redes telefonia fixa.

Na figura 38, na marcação do Jardim Todos os Santos, que representa o centro, que é tipicamente comercial ao longo da Av. Dom Emanuel, como mostram as Figuras 13 e 21, pode concluir que, tem alta densidade da ocupação do solo através da quantidade de lotes com construções, muitos com característica comercial, com a presença das redes das duas operadoras, na busca de estabelecerem seus territórios e que mostra a pretensão de obtenção de lucros por meio da presença de suas redes.

Figura 38: Senador Canedo (GO) - Cobertura rede fixa A e B do Bairro Jardim Todos os Santos I e II (2018).



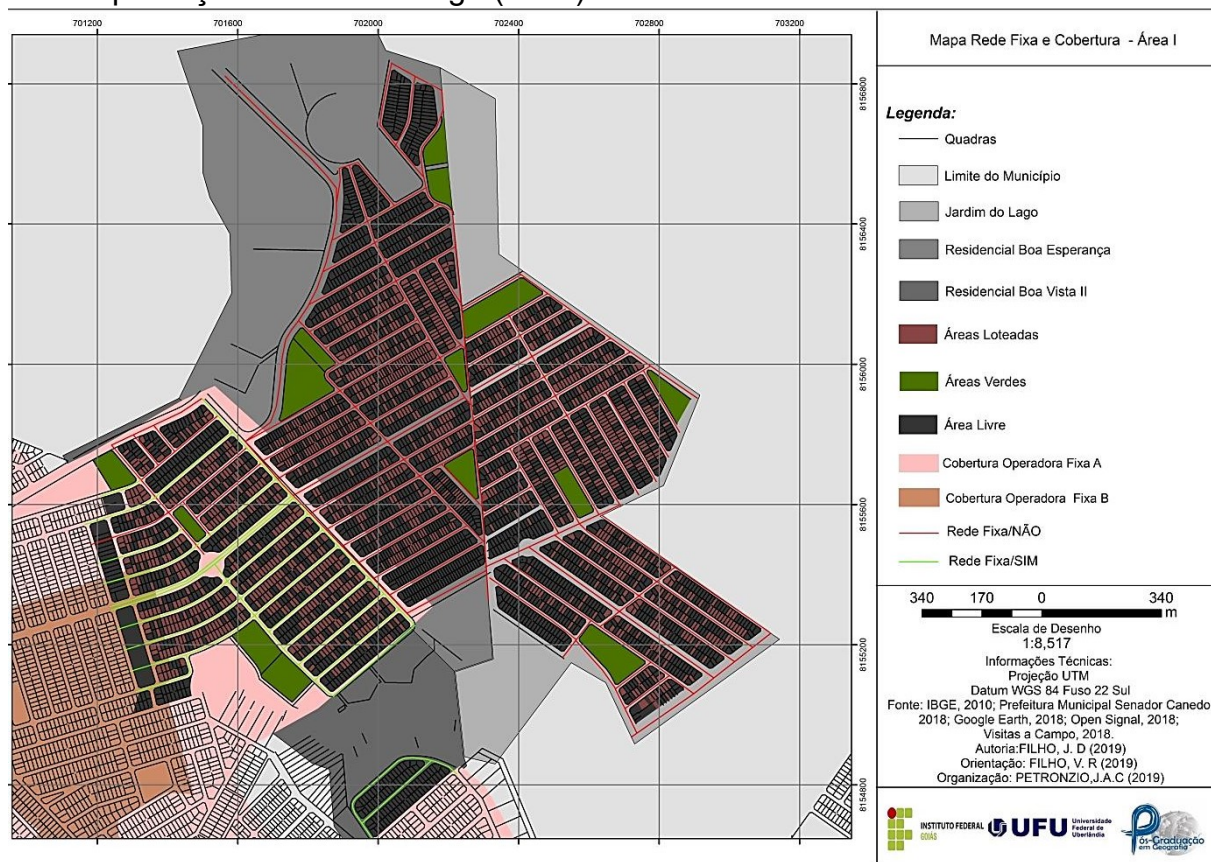
A operadora B não tem continuação de suas redes se analisarmos que a mancha em tom marrom finaliza na parte de baixo do bairro em questão, que coincidentemente se tem o fim da Avenida comercial Dom Emanuel, o que demonstra que esse bairro é alvo de cobiça das duas operadoras mas que abaixo dele, fora da alça comercial em sentido centro periferia, a operadora B não teve até então, o interesse em levar suas redes, em investir.

Nessa área de estudo, e como já descrito ao longo deste trabalho, a operadora A disponibiliza, ainda que em desuso, vários telefones públicos (orelhão), fato que pode ser ligado a quantidade de pessoas que passam por ali, seja pela característica comercial ou pela presença dos órgãos públicos, seja por ser linha principal do eixo de transporte público que liga à cidade a Goiânia e a outros bairros de Senador Canedo, isso acaba possibilitando o acesso temporário, para aqueles que ali se encontram de passagem a negócios a trabalho e para os mais diversos fins, sendo ou não moradores de Senador Canedo, e que não possuem meios de acesso aos serviços das redes de telefonia.

Na figura 39, observa-se uma ocupação do solo com vários lotes vazios, mas com quantidade considerável de construções, o Boa vista II apresenta maior ocupação de lotes com construção em relação aos outros dois, sendo que as diferenças são pequenas no que diz respeito a quantidades de edificações.

Com o tempo que se passou desde a criação do loteamento até o momento atual, houve adensamento, construções residenciais e comerciais, movimento e aumento de famílias e de pessoas, mesmo com a consolidação desses bairros em estudo, as redes da operadora B, que é identificada pelo fundo em cor marrom, não se faz presente, ela não tem continuação/finaliza no Bairro Boa Vista I, no limite da parte de baixo dos bairros em questão, que coincidentemente se tem a parte mais relevante do comércio ao longo da Av. Antônio Flávio Lima, e que corta todos estes bairros, Figuras 33 a 35. Apenas a operadora A, fundo em tom rosa claro, disponibilizou suas redes para aqueles que estão no Boa vista II, o que faz com que os outros dois bairros se mantenham carentes dessas redes mesmo estando no limiar das redes e com a continuidade a Avenida Antônio Flávio Lima, via comercial que corta todos estes três bairros.

Figura 39: Senador Canedo (GO)-Cobertura rede fixa A e B dos Bairros Boa Vista II, Boa Esperança e Jardim do Lago (2018).

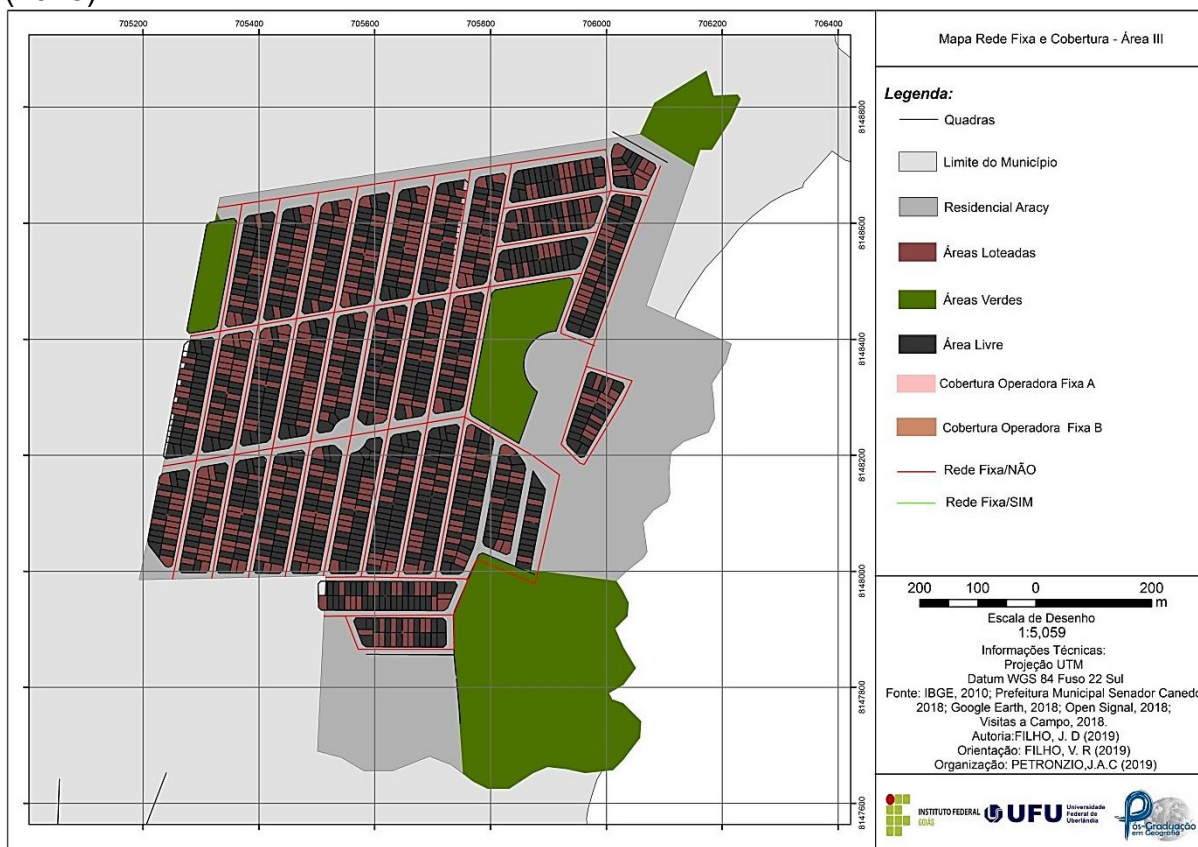


Mesmo que a quantidade de pessoas, de ocupação por construções não seja coma a região central, existem pessoas, candidatas a cidadãos que querem e precisam fazer parte e usar dessas redes que podem oferecer diversas oportunidades, aqui pode dizer que elas estão tão próximas, mas tão distantes de serem incluídas na lista de interesse das empresas, da esfera pública, e até mesmo da sociedade, o que não significa que os excluídos não querem se inserir, incluir, globalizar, fazer parte da sociedade, mesmo que seja a sociedade em rede viabilizada por intermédio das redes de telefonia.

Nas Figuras 40 e 36, pode constatar que o Aracy trata-se de um bairro segregado, no limiar da área urbana e do próprio município de Senador Canedo, isolado e sem vizinhança urbana em raio de, no mínimo, 1,5 km do loteamento mais próximo. Com tempo de implantação imobiliária de mais de 5 (cinco) anos, possui ocupação do solo com misto de lotes vazios e contruídos, não diferente aos bairros Boa Esperança e Jardim do Lago, inclusive no que diz respeito a ausência das redes das operadoras de telefonia A e B, mas com um ponto a mais em desfavor, que é o

de não ter rede de telefonia nas suas proximidades, ou seja, no limiar de outros bairros, fato esse improvável de acontecer por agora, haja vista que não há outros bairros na imediata vizinhança. Pode-se dizer que 'estão tão longe e tão longe' das redes de telefonia, mesmo parecendo ser uma frase sarcástica, a mesma não é, tem seriedade pois expressa em palavras o que está posto para aqueles que escolheram, por livre opção ou por ser o que poderiam adquirir no momento, e ali viver ou estar, na expectativa de fazer parte do espaço urbano com as mesmas oportunidades de outros que encontram-se em locais contemplados, quem sabe, pela simples presença das redes de telefonia fixa.

Figura 40: Senador Canedo (GO)- (Sem) Cobertura rede fixa A e B do Bairro Aracy (2018).



Apesar de ter passado vários anos, com ocupação espacial e crescimento preceptível, com significativo número de famílias e de pessoas, percebe-se que a baixa condição de renda e consequentemente a baixa capacidade de consumo, constatado ao longo do trabalho, inclusive visualmente nas visitas em loco, até o momento, não foram suficientes para despertar o interesse daqueles que tomam

decisões pelo capital via operadoras de telefonia fixa em investir ali. Se para a Operadora A, que pode ser interpretada como a menos distante do bairro e com obrigações sociais, não teve interesse em fazer rede ao longo desse período de consolidação do bairro, fato explícito pela ausência delas, o que dizer para a Operadora B que finalizou sua implantação de redes nos limites do bairro jardim Todos Santos, que está muito distante do Aracy, bem mais de que a Operadora A. Uma razão técnica a mais somada ao (des)interesse em inviabilizar a oferta de redes em razão do que poderão obter em questão de lucro ou prejuízo.

Outro ponto excludente, que em situações como a desse bairro poderia ser uma forma de acesso das pessoas que ali estão, é a ausência de telefone público no mesmo e, como já tratado no capítulo anterior, está a 1,4 Km do ponto mais próximo e a 2,6 Km daqueles que se encontram nas extremidades do loteamento. Somado a ausência das redes e telefones públicos nesse bairro, estão a falta de posto de saúde, posto policial, praças públicas em condições de uso, creche, escolas dentro de suas delimitações, mas mesmo que tenha tudo isso nas proximidades, a condição de renda dos que ali vivem faz com que o acesso ocorra de maneira precária e penosa, diferente do que um cidadão teria de direito. Isso poderia ser modificado caso houvesse uma ação por parte do poder público, na implantação de engrenagens que abarquem essas lacunas ou, mesmo de maneira utópica de pensar deste pesquisador, pela sensibilidade social das empresas que se instalam para explorar o mercado, seja de telefonia, de incorporação imobiliária/loteamentos ou outros segmentos.

Por fim, as considerações a seguir mostram os resultados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese, durante seu período de elaboração, permitiu constatar o quão instigante, envolvente e abrangente é o tema do acesso das pessoas aos serviços de telefonia em Senador Canedo. Os questionamentos permitiram confirmar a complexidade do tema, tanto no que tange aos atrativos econômicos da área central como no desinteresse do capital pelas áreas periféricas pobres dessa cidade. A análise das temáticas abordadas neste estudo é composta por: acesso às tecnologias de informação e comunicação no contexto da sociedade em rede; diferenciação socioespacial; e seletividade das empresas de telefonia fixa para o provimento de infraestrutura. Estas análises foram desenvolvidas via revisão de literatura, apreciação de dados coletados por meio de fontes secundárias e entrevistas, permitindo chegar a algumas conclusões que serão aqui expostas.

Primeiramente, cabe destacar que, na atualidade, caracterizada pela difusão da globalização, graças ao desenvolvimento e avanços das tecnologias de informação e comunicação, para o desenvolvimento de muitas atividades, a sociedade recorre a recursos tecnológicos, que, portanto são cada vez mais importantes para a inclusão social. Entretanto, as redes técnicas não cobrem o território de maneira uniforme, ao contrário, são notáveis as diferenças, por exemplo, ao comparar as áreas centrais que possuem redes de telefonia fixa com disputa de mercado entre as operadoras que lá exploram e as áreas periféricas pobres carentes dessas redes.

Portanto, ao avaliar o recorte espacial deste estudo, na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) nomeadamente o município de Senador Canedo, observa-se a desigualdade no acesso das pessoas aos serviços de telefonia tanto na escala regional como no espaço intraurbano dos municípios da RMG.

Ao considerar a rede urbana na RMG, observa-se que no município de Senador Canedo, que se destaca pelos índices de crescimento, pela continuidade dos serviços técnicos como o de telefonia em relação à capital, assim como estabelece uma relação de dependência entre os municípios da RMG na geração de emprego, oferecendo e também recebendo trabalhadores que moram especialmente em Goiânia e Aparecida de Goiânia, fatores que geram lucros e que fizeram que

duas operadoras se interessassem em viabilizar, a partir da capital, a expansão das suas redes de telefonia para partes da cidade. Esse processo ocorreu quando a área estratégica entendeu como viável o retorno financeiro almejado.

Deste modo, houve expansão das redes da operadora autorizada, chamada de operadora B, que se instalou em Goiânia nos anos de 1999 e atendeu parcialmente Senador Canedo apenas em 2011 em áreas que consideraram mais assertivas quanto ao retorno financeiro na porção mais central, e sem nenhuma expansão até meados do ano de 2019. Antes desse período já existia infraestrutura de rede da concessionária, chamada de operadora A, na qual é obrigada a atender a toda cidade com obrigações sociais conforme estabelece a lei geral de telecomunicações - LGT⁷, sendo que a cobertura desta é maior que a da outra, mas não tem cobertura total na cidade. Há de considerar que se esta não atende, quiçá a outra que pode escolher onde e quem atender.

A presença da telefonia fixa em Senador Canedo é incipiente na periferia, assim como não tem ocorrido ampliação do serviço e/ou de melhorias. Quando ocorre o provimento da rede de infraestrutura, são eleitas as áreas onde ela já existe ou o retorno financeiro será garantido e que seja em tempo curto, como pode constatar na área central, no Bairro Jardim Todos os Santos, com predomínio do uso comercial e disputado por ambas operadoras, mais antigo que as demais áreas. Na periferia de baixo status social representada pelos Bairros Boa Esperança e Jardim do Lago, com características residenciais, ocorre o desinteresse de ambas operadoras, fato que ficou evidenciado pela ausência das redes. Semelhante a essas duas áreas está o Bairro Aracy, que tem características de estar segregado e ter população de mais baixa renda dentre as áreas estudadas. No Bairro Boa Vista II mais antigo que estes três últimos e, mesmo tendo característica residencial, há um pequeno número de comércio que acabaram por despertar o interesse de uma das operadoras em levar a infraestrutura de cabos para proporcionar o atendimento, cabe salientar que é uma extremidade de rede o que pode resultar em qualidade inferior dos serviços e menor disponibilidade de acesso às pessoas. Mesmo nos

⁷ A Lei Geral de Telecomunicações (LGT) de 1997 foi alterada em três de outubro de 2019 a partir da PLC 79/2016, que passa a valer em todo o território nacional. As operadoras que atuavam como concessionárias, que têm função social, podem migrar para o modelo de autorizadas que não têm essa função. A ANATEL fará a regulamentação, de definir como serão feitos os investimentos, isso levará meses ou anos.

locais em que as operadoras estão o serviço oferecido é caro e não apresenta qualidade satisfatória, conforme os entrevistados “serviços como a internet são caros e ruins”.

Há priorização da região, que alfre maior lucro para as operadoras, e que tem maior valor venal, ocupação do solo e renda acima de meio salário mínimo, o que pode ser constatado na parte central da cidade junto ao bairro Jardim Todos os Santos. O Boa Vista II, com o segundo maior valor venal, ocupação do solo e renda dentro das áreas de estudo, mas abaixo do bairro anterior, possui presença de uma única operadora.

Atualmente Senador Canedo se destaca, na RMG, pela presença de duas operadoras fixas citadas, haja vista que outras cidades não possuem tais condições de redes de telefonia fixa, com exceção de Goiânia e Aparecida de Goiânia que têm população superior a Senador Canedo e de Trindade que é uma cidade turística.

O fato das operadoras não levar serviço até as periferias, onde não há ponto de presença de equipamentos de telefonia que permitem estender as redes nos locais de baixo conteúdo social decorre, dentre outros fatores, do fato do poder público ser omissor, ainda que seja facilitador para com as autorizações de implantação das redes, haja vista que não há legislação que exija das empresas o atendimento de todos e em toda cidade. Esse importante instrumento para o ordenamento do espaço do município, com destaque para a área urbana, o Plano Diretor e as leis derivadas não obriga a implantação de nenhum serviço de telefonia, seja na criação de novos loteamentos ou nos existentes. Desta maneira, as incorporadoras também estão desobrigadas a disponibilizar nas parcelas do solo urbano ou mesmo executar parcial ou totalmente as obras de infraestrutura de cabeamento e áreas de telefonia necessárias, ficando assim as áreas de interesse e o custo de implantação das redes nas mãos das próprias operadoras que, de forma seletiva e excludente, investem em onde haja o retorno financeiro.

O poder público deveria estabelecer contrapartidas aos incorporadores do solo urbano, que contemplem espaço físico para que as operadoras possam disponibilizar infraestruturas para instalação de equipamentos, ou até mesmo que façam a implantação de cabeamento e tubulações necessárias para a distribuição dessa infraestrutura de forma a chegar em todos lotes tal como ocorre com as redes elétricas ou de água e esgoto. Além disso, deveria estabelecer critérios, a fim de que

as operadoras possam, como contrapartida das autorizações e licenças para instalação e operação, levar efetivamente suas redes e serviços a todos os pontos do município com qualidade e com práticas de mercado onde os preços do acesso sejam relativos à realidade financeira da cidade. Como Singer (1978) afirma e nos leva a refletir, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres.

O intenso crescimento da cidade observado nos últimos anos, por meio de diversos lançamentos de loteamentos, condicionaram a um aumento das periferias, o que desencadeia em um crescimento da demanda de infraestruturas necessárias ao atendimento à população, tais como as redes de abastecimento de água, de energia elétrica, coleta de esgotos etc. Neste contexto, destaca-se que a telefonia fixa também deveria ser incluída no rol dos serviços essenciais, o que, no entanto, não ocorre. Do mesmo modo é comum a ausência daqueles serviços do saneamento básico. Afinal, o crescimento urbano nem sempre se compatibiliza com o interesse público, especialmente considerando as pessoas das periferias com a atuação das empresas privadas de telefonia, que não se interessam em investir em toda cidade. Fica a critério das empresas a análise de onde, quando, como e para quem investir, e se há interesse em atender, ficando assim o atendimento, predominantemente, naquelas parcelas do território e para aqueles detentores de melhor status de renda.

Outra questão que merece consideração é a necessidade das operadoras em levar suas redes e serviços a centros educacionais e de formação, cultura e lazer, como CEU, praças, escolas e universidades públicas. Proporcionando possibilidades de formação continuada para que todos possam ter acesso às redes de telefonia e utilizar seus recursos cibernéticos, e ainda possibilite implantar políticas de fornecimento e manutenção de equipamentos de informática, somados ao acesso ao serviço internet proveniente das operadoras de telefonia.

No caso das ZEIS, o objetivo da Lei refere-se à garantia de zoneamento que assegure à população de baixa renda o acesso e direito à infraestrutura urbana, com obras públicas, como escola, posto de saúde, policiamento, transporte, saneamento básico com água e esgoto, rede elétrica. Contudo, a lei não obriga execução de obras de infraestrutura de telefonia necessárias.

Conclui-se que a prefeitura é um agente ausente e não se opõe à implantação de serviços de telefonia fixa, visto que não cobra além de taxas pela realização

desses serviços na cidade. Neste sentido, ao observar a legislação de Senador Canedo, não há dispositivos que exigem condições de abrangência, forma e/ou conteúdo para com as instalações de telefonia ou contrapartida para a exploração do mercado.

No que tange às operadoras de telefonia fixa A e B, essas contribuem parcialmente com a população de Senador Canedo, quanto ao papel da informação, confirmado nos levantamentos realizados nos Bairros Jardim do Lago, Boa Esperança e Aracy, nos quais está presente uma população de baixa renda e constituídos com mais de 60% de lotes vazios, e que está clara a ausência, tanto das redes de telefonia fixa quanto a outros serviços públicos. A partir desses dados, sugere-se que as operadoras deixam lugar para pequenos provedores detentores de pouco recurso financeiro e humano. Identifica-se aí a segregação socioespacial, na busca de criar seus próprios espaços de vivência e por se tratar de um processo que fragmenta as classes sociais nesses lugares distintos da cidade, cuja população é predominantemente de baixa renda e que se encontra marcada pela insegurança e susceptíveis a violência física e moral, por moradias precárias, pela falta de infraestrutura e acesso aos serviços básicos assim como ao lazer.

Nas respostas dos entrevistados, constatou-se que essa população excluída não reivindica por melhorias de serviços de telefonia, fato esse gerador de oportunidades para os provedores particulares de internet, que prestam serviços parciais, de baixa qualidade, oferecendo internet por sinal de rádio, porém com custo elevado ou mesmo inacessível a esses moradores da periferia. Partes desses bairros periféricos são parcialmente atendidos por esses provedores que acabam por tentar fazer, nas parcelas urbanas abandonadas pelas grandes empresas de telefonia, o papel das operadoras. Esse fato não tira a responsabilidade do poder público e das empresas de oportunizarem o direito ao cidadão da periferia infoexcluído de ser atendido e fazer parte da sociedade em rede e do mundo globalizado via telefonia fixa.

É inegável o papel da informação, das redes de telefonia fixa nas transformações socioespaciais na sociedade. Surge aí a importância do 'cidadão' morador da periferia, carente de atendimento por parte das operadoras e vítima do descaso do poder público, em pedir para ser lembrado e atendido em suas demandas sociais e por atendimento e inclusão aos serviços de telefonia fixa.

Enquanto isso não acontece, essa população poderia partir para a criação de ferramentas comunitárias, como a implantação de um provedor local com custos acessíveis, mas que para isso ocorra faz-se necessária a participação de entidades de classe, do poder público, e até mesmo as próprias operadoras, por exemplo, através de suas expertises de como montar uma rede, dentre outras possibilidades que podem emergir, a partir das iniciativas da sociedade organizada.

O acesso das pessoas às redes e serviços de telefonia fixa poderia ser ofertada por meio dos pequenos provedores particulares, que normalmente utilizam o acesso da rede das próprias operadoras de telefonia, possibilitando o atendimento aos excluídos dessas empresas, assim como pelos serviços de celulares. Quando tem modem e wifi liberado se faz necessário ter um aparelho eletrônico para fazer uso com smartphones, tablets, notebooks, dentre outros, o que significa que há um custo para ter esses tipos de acessos. Outro ponto importante sobre as pessoas que estão na periferia e que têm baixo poder aquisitivo é a possibilidade de acesso quando estão no trabalho nas casas de amigos ou familiares que tem telefone em casa, ou quando vão as porções da cidade atendidas pelas operadoras.

Portanto, a partir deste estudo a crítica mais intensa refere-se à forma desigual de reprodução do espaço urbano, em que são priorizados os serviços públicos e de redes de telefonia nas áreas centrais como no Bairro Jardim Todos os Santos, acentuando as diferenças entre a área central e as áreas periféricas. Neste contexto, o que se vê é o interesse das empresas em investir onde se tem lucro e a omissão do poder público para com grande parte da população, excluída socialmente, de renda e do acesso aos serviços e as redes de telefonia fixa que não chegam aos bairros periféricos estudados, Jardim Iago, Boa Esperança e Aracy, sendo esse o que mais sente a exclusão. Ficando o Bairro Boa Vista II, que está mais próximo da parte central, com atenção de uma só operadora. Criando assim uma situação de resistência e sobrevivência para pessoas excluídas do acesso às redes que buscam formas de se incluírem através dos serviços fora das suas áreas por provedores particulares ou por meio serviço móvel celular.

Como proposta para futuros estudos a serem desenvolvidos, destaca-se a importância de se compreender o impacto da ausência das leis ou omissão do município, quando este não oportuniza a toda sociedade o acesso às redes de telefonia e à totalidade de seus serviços, deixando para as operadoras de telefonia,

a função, da oferta dos serviços, o que configura exclusão das informações do mundo globalizado. Destaca-se ainda a relevância de estudos que relacionem rede de telefonia fixa e móvel, considerando as vantagens de cada uma no alcance das pessoas de baixa renda.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; SANTANA, G. P. Inclusão Digital e Inclusão Social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbaroi**, N. 32, Santa Cruz do Sul, Jan./Jul. 2010.

AMARAL, E. F. de L. **Mobilidade Sócio-Espacial na Região Metropolitana de Goiânia**: O caso de Senador Canedo. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2000.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Documento de Encaminhamento da Lei Geral das Telecomunicações**. Brasília, Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=331&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/leis/exposicao_motivos_lgt.pdf>. Acesso em: Jun. 2017.

_____. _____. **Internet Fixa Cresce 6% em Doze Meses**. 01/11/2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/internet-fixa-cresce-6-em-doze-meses-aponta-anatel>>. Acesso em: Dez. 2017.

_____. _____. **Economia**. 24/11/2017. Disponível em: <iG@<http://economia.ig.com.br/2017-11-24/anatel-telefone.html>>. Acesso em: Dez. 2017.

_____. _____. **Lei N. 13.116, de 20 de Abril de 2015**. Normas Gerais para Licenciamento, Instalação e Compartilhamento de Redes de Telecomunicações. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13116.htm>. Acesso em: Set. 2018.

ARAÚJO, L. de C. Goiânia e a Rede Urbana Regional: algumas considerações sobre centralidade e gestão do território. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, V. 5, N. 15, p.87-106, dez. 2013.

ARRAIS, T. A. **A Produção do Território Goiano**: economia urbanização e metropolização. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.

BAPTISTA, S. G. A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação – reflexões. **Inclusão Social**, Brasília, V. 1, N. 2, p.23-30, Abr./Set. 2006.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. **Lei Federal N. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: Set. 2018.

_____. **Lei Federal N. 4.972, de 16 de Julho de 1997.** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: Set. 2018.

_____. **Lei Federal N. 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: Set. 2018.

_____. **Lei Federal N. 11.977, de 7 de Julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: Set. 2019.

_____. **Lei N. 1.317, de 28 de Dezembro de 2007.** Dispõe sobre Aprovação do Plano Diretor Democrático do município de Senador Canedo. Disponível em: <https://static.sistemafieg.org.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg//editor/Image///concur/PLANO_DIRETOR_DEMOCRATICO__SENADOR_CANEDO.pdf>. Acesso em: Set. 2016.

_____. **Lei N. 1.379, de 19 de Dezembro de 2008.** Institui a nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Senador Canedo. Disponível em: <<https://www.senadorcanedo.go.gov.br/legislacao-atos-normativos/leis/>>. Acesso em: Set. 2018.

_____. **Lei N. 2.176, de 26 de Dezembro de 2018.** Aprova a Planta Genérica de Valores dos Terrenos e Tabela de Preços de Construção para Efeito de Cálculo de Valor Venal para o Exercício de 2019. Prefeitura de Senador Canedo, 2018.

_____. **Lei N. 9.472, de 16 de Julho de 1997.** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: Set. 2018.

_____. **Lei N. 9.998, de 17 de agosto de 2000.** Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9998.htm>. Acesso em: Set. 2018.

_____. Plano de Governo. **Senador Canedo.** Disponível em: <<http://www.senadorcanedo.go.gov.br/prefeitura/plano-de-governo/>>. Acesso em: Dez. 2017.

CAMACHO, José Fernando. Os significados da internet e das redes sociais para a juventude. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 1.

_____. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Redes de Indignação e Esperança:** Movimentos Sociais na Era da Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVALCANTI, L. S. Segregação Sócioespacial no Ensino de Geografia: um conceito em foco. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.140-159.

CODEGO. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás. **Senador Canedo-DASC**. Disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/projetos/distritos_industriais/?titulo=Senador_Canedo_-_DASC>. Acesso em: Setembro de 2018.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. **Série Princípios**. São Paulo, Ática, 3. ed., N. 174, 1995. p.1-16.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana: Uma Nota Sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, Ano IV, N. 6, jan./jun. 1999.

_____. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

CORREIO OFICIAL. **Jornal**. 14 de outubro de 1942.

DIAS, L. C. **Redes de Informação, Grandes Organizações e Ritmos de Modernização**. Anais. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 1993. p.48-50.

_____. **Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro:** Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.141-164.

EDU. **Censo Escolar:** Senador Canedo. 2018. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/busca/109-goias/1556-senador-canedo>>. Acesso em: Outubro de 2019.

ESTADÃO. **As operadoras não são obrigadas a dar WhatsApp de graça**. 19/10/2016. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,as-operadoras-nao-sao-obrigadas-a-dar-whatsapp-de-graca-diz-presidente-da-tim,10000083093>>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

EXAME. As 50 cidades pequenas mais desenvolvidas do Brasil. **Revista Exame**, Ed. 1100, 22/10/2015.

FERNANDES, J. A.; MARTINS, L. P.A área central dos aglomerados urbanos do

noroeste de Portugal. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**. Série I. Vol. IV. Porto. 1988. pp.33-52.

_____. **Uma Leitura Geográfica da Formação da Cidade de São Paulo na Obra de Adoniran Barbosa**. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia na PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2005.

G1. **Moradores do setor Aracy Amaral cobram serviços básicos em Senador Canedo**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/videos/v/moradores-do-setor-aracy-amaral-cobram-servicos-basicos-em-senador-canedo/4462686/>>. Acesso em: Março de 2019.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, H. S. **A encruzilhada do 5G brasuca**. 30/11/2018. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/a-encruzilhada-do-5g-brasuca/index.htm#a-revolucao>>. Acesso em: Junho de 2019.

_____. **Anatel recebe 250 mil reclamações contra operadoras**: Tim lidera no celular. 03/10/2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/10/03/anatel-recebe-250-mil-reclamacoes-contra-operadoras-tim-lidera-no-celular.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: Maio de 2019.

_____. **Internet das Pessoas**: Como excluídos digitais brasileiros cansaram de esperar e criaram a própria rede. 14/08/2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/uma-internet-para-chamar-de-nossa/#burocracia-e-medo-faziam-caminho-ser-longo-e-tenso>>. Acesso em: Agosto de 2019.

HAGUETTE, M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12, ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p.57-100.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, N. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HIRATA, T. **Brasil sofre para expandir internet, 20 anos após privatizar Telebras**. UOL, 29/07/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/brasil-sofre-para-expandir-internet-20-anos-apos-privatizar-telebras.shtml>>. Acesso em: Maio de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Gestão do Território**. 2014. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtml>. Acesso em: Agosto de 2017.

_____. **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Pnad**.

2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe rendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: Março de 2017.

_____. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018.** 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: Novembro de 2018.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN). **Trata-se da Análise das Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Goiânia pelo IDHM – 2000 e 2010.** Novembro, 2011.

_____. **Painéis Municipais:** Senador Canedo. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios e Oportunidades do Setor de Telecomunicações no Brasil.** Comunicados do IPEA, N. 57, 27 e Maio de 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5267/1/Comunicados_n57_Desafios_oportunidades.pdf>. Acesso em: Maio de 2018.

_____. Região Metropolitana de Goiânia. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil:** análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2). Rio de Janeiro, 2015.

ISTOÉ. **Estudo do Ipea propõe mudar prioridade para expansão da banda larga da internet.** 06/06/2017. Disponível em: <<http://istoe.com.br/estudo-do-ipea-propoe-mudar-prioridade-para-expansao-da-banda-larga-da-internet/>>. Acesso em: Jun. 2018.

JURADO DA SILVA, P.F. **Cidades Pequenas e Indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Geografia das Telecomunicações no Brasil.** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

_____. **Nas ondas da informação:** interfaces entre o pensamento geográfico e a geografia econômica para o estudo das telecomunicações no Brasil. Presidente Prudente: [s.n.], 2014.

_____. **Evolução das telecomunicações e integração territorial do Brasil.** Ensayo. Centro de Estudios Demográficos. **Universidad de La Habana.** Año X, N. 19, pp.104-112, enero-junio de 2014.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1980.

LIMA, J. J. F.; MOYSÉS, A. (Org.). **Como andam Belém e Goiânia.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

LIMA, L. O. **Reestruturação intra-urbana em Senador Canedo:** a implantação do

shopping Senador Center e os impactos socioespaciais ocorridos na Av. Dom Emanuel. 2007. Monografia – Unidade Universitária de Ciências Econômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2007.

_____. **Rearranjos nos Espaços da Metrópole Goiana:** As metamorfoses recentes no espaço urbano de Senador Canedo. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

_____. Escala intraurbana e produção do espaço em Senador Canedo (GO). **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, V. 9, N. 3, p.128-143, dez/2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

_____. **O Impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014.

MARKETING MHeumann. **Anatel divulga números da Telefonia Fixa, veja como o serviço inicia 2019.** 30/01/2019. Disponível em: <<https://mhemann.com.br/2019/01/anatel-divulga-numeros-da-telefonixa-veja-como-o-servico-inicia-2019/>>. Acesso em: Junho de 2019.

MARQUES, E. C. L. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo.** Tese de livre docência. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. **Revista Inclusão Social.** Brasília: IBICT, V. 1, N. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em: Maio de 2018.

MELLO, L. F. de. Riscos e amenidades na Metrópole Contemporânea. **Caderno de Geografia**, v. 20, N. 33, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, L. R. **Retrospectiva Histórica de Senador Canedo:** das origens à emancipação política. Senador Canedo, 2000.

MOREIRA, É. V.; LIMA, M. do S. B. **A pesquisa qualitativa em Geografia.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, V. 2, N. 37, p.27-55, ago./dez. 2015.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Revista Inclusão Social**. Brasília: IBICT, V. 1, N. 2, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em: Maio de 2018.

MPGO. **Acordo garante asfaltamento dos loteamentos Jardim do Lago e Boa Esperança em Senador Canedo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/acordo-garante-asfaltamento-dos-loteamentos-jardim-do-lago-e-bo-esperanca-em-senador-canedo#.XJSHMyhKjIV>>. Acesso em: Março de 2019.

NOGUEIRA, P. R. **Nós estamos construindo cidades para investir, não para viver**. UOL, 10/06/2015. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br>>. Acesso em: Outubro de 2017.

O POPULAR. Levantamento feito pelo IBGE com dados do PNAD. **Jornal**. 06/04/2016. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/economia/mais-de-85-dos-goianos-usam-celular-mostra-ibge-edicao>>. Acesso em: Jun. 2017.

_____. Goiás bate recorde de público. **Jornal**. 28/02/2018. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/esporte/goi%C3%A1s-bate-recorde-de-p%C3%BAblico-1.1470815>>. Acesso em: Maio de 2019.

_____. Senador Canedo está entre os cinco em que população mais cresce em Goiás. **Jornal**. 31/08/2018. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/senador-canedo-est%C3%A1-entre-os-cinco-em-que-popula%C3%A7%C3%A3o-mais-cresce-em-go%C3%A1s-1.1607889>>. Acesso em: Novembro de 2018.

_____. Crescimento de Senador Canedo nos últimos dois anos. **Jornal**. 03/09/2018. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/senador-canedo-est%C3%A1-entre-os-cinco-em-que-popula%C3%A7%C3%A3o-mais-cresce-em->>. Acesso em: Agosto de 2017.

O'NEILL, M. M. **Rede Urbana**. Redes Geográficas – IBGE, 2007.

PAMPANELLI, G. A. A Evolução do Telefone e uma Nova Forma de Sociabilidade: O Flash Mob. *Revista Razón Y Palabra*, N. 41, Out./Nov. 2004. Disponível em: <www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/gazevedo.html>. Acesso em: Março de 2017.

PASSOS, J. C.; ABREU, M. A. A. **A Inclusão Digital como Mecanismo de Inclusão Social: um olhar sobre os resultados de alguns Projetos Sociais**. XXXV ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, V. 2, N. 2, p.135-148, jul/dez.1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf>>. Acesso em: Abril de 2018.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Relatos Oraís**: Do Indizível ao Dizível. In: von Simon, O. M. (org.). *Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice,

1988.

PLHIS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Senador Canedo, 2013.

POSSEBON, S. **MCTIC abre consulta para novas políticas de telecomunicações**. TELCOMP.18/10/2017. Disponível em: <<http://www.telcomp.org.br/home/mctic-abre-consulta-para-novas-politicas-de-telecomunicacoes/>>. Acesso em: Jan. 2018.

RANDOLPH, R. Paraíso ou Pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. IPPUR – Universidade Federal do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, Ano 1, N. 2, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO FILHO, V. **Mobilidade Social em Manaus**: Uma análise introdutória. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. _____. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2008b.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: O caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Maria Laura Silveira (Col.). Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: USP, 2014.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. _____. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. A. N. dos. Trindade de Goiás. **Uma cidade Santuário: Conjunturas de um fenômeno religioso no Centro Oeste.** 1976.

SILVA JUNIOR, R. F. **Geografia de Redes e da logística no Transporte Rodoviário de Cargas: fluxos e mobilidade geográfica da capital.** (Tese de Mestrado). Presidente Prudente, 2004.

SILVEIRA, S. A. da. **Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias.** In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (Orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp.49-59.

SINGER, P.O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p.21-36.

SOUZA, F. de. **Planejamento Urbano.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Campus Goiânia, Goiânia. 2015.

SOUZA, L. **Cidades Informacionais: As Cidades na Era da Informação.** Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/LeandroSouza.pdf>. Acesso em: Maio de 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VISCONDE, M. S. X. **Um lugar na metrópole: o bairro Jardim das Oliveiras no município de Senador Canedo (GO).** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

_____. **A cidade e seus Lugares - Jardim das Oliveiras: um espaço segregado da Metrópole.** Goiânia: E.V., 2007.

WARTH, A. **Ministério das Comunicações lança programa para banda larga.** 09/05/2016. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,ministerio-das-comunicacoes-lanca-programa-para-banda-larga,10000050021>>. Acesso em: Agosto de 2018.

WIZIACK, J. **Governo federal pretende acabar com concessão de telefonia fixa.** UOL, 23/02/2016. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1742156-governo-federal-pretende-acabar-com-concessao-de-tele-fixa.shtml?mobile>>. Acesso em: Maio de 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Transcrição do Conteúdo das Entrevistas Concedidas

Entrevistado A:

Entrevista 1, realizada em 11/03/2019, às 14h. Gerente do CEU.

A escolha do local do CEU em Senador Canedo foi resultado de pesquisa do Governo Federal por intermédio do setor de segurança pública, identificando que a região do Jardim das Oliveiras se enquadraria por ser mais vulnerável em nível de violência e uso de drogas. Por ser uma região com estes aspectos, as instalações eram acometidas por vandalismo por parte dos usuários de droga e assim as depredações proporcionavam dificuldades imensas para o seu funcionamento. No quesito digital, a unidade conta com computadores para o pessoal que trabalha e que disputam a carente rede de internet oferecida e com o orçamento quase sempre contado da prefeitura com doze outros computadores do setor de formação em informática, sendo que todos tem tempo de uso de aproximadamente quatro anos com configurações defasadas, servidos por uma rede de internet do provedor local declaradamente precária, o que dificulta a formação e a inclusão digital por computadores aos que ali procuram. Quando associado a condição de que, para se proporcionar a inclusão digital é necessária atender três itens, um deles é a existência de equipamentos de informática às quais contemplam máquinas e sistemas operacionais, outro se faz através da presença da internet que se disponibiliza através da efetiva conexão à rede e que precisa do atendimento com linhas telefônicas das operadoras de telefonia, e pôr fim a formação educacional. Para o centro em questão e conforme descrito pelo então gestor da unidade, os dois primeiros quesitos não atendiam as premissas, o que se agrava com os atos de vandalismo, nem sempre praticados por moradores da referida região.

Entrevistado B:

Entrevista 2, realizada em 12/03/2019. Engenheiro de operadora.

Atuou nas grandes e tradicionais empresas de telefonia no estado de Goiás desde 2000, sendo que uma delas atende prioritariamente os clientes em potencial, ganhando valores maiores de dinheiro com menos pessoal, priorizando serviços de dados e a outra foi a pioneira no estado e tinha visão social para atender a população em geral mas que mudou após a própria concorrência aumentar e a capacidade financeira delas ficarem limitadas em função delas atenderem partes do país e não só o estado ou parte dele como seria o caso da região metropolitana. Os serviços que elas ofereciam, foi ampliado, onde passaram a trabalhar com voz dados e imagem, com custos cada vez maiores e ganhos menores, isso acabou por provocar uma redução de número de funcionários sobrecarregando esses trabalhadores que tem de conhecer não só voz e dados, internet e TV por assinatura, além de caminhar em breve e ao longo do tempo para migrará para serviços utilizando redes de fibra óptica, o que atualmente já se pratica praticamente em partes da capital e um pouco em Aparecida de Goiânia, preferencialmente nas

regiões de melhor retorno financeiro, desse jeito cidades como senador canedo, trindade ou mesmo outras até maiores que elas não terão por agora serviços por fibra. As grandes cidades tem maior atenção e as pequenas são deixadas de lado especialmente as mais distantes da capital e com pequena população e que tendem a oferecer menos capacidade de retorno financeiro que acaba sendo o que as empresas em geral priorizam no negócio.

Quando se fala que o número de funcionários vem reduzindo, é referente tanto na fixa quanto na móvel, e tem terceirizado quase todo o serviço, e os pontos de encontro ou apoio dos trabalhadores que fazem a região metropolitana acaba por ficar em sua maioria na capital, deixando as cidades do entorno praticamente dependente das ações que partem dos centros de operações de Goiânia.

As empresas não investem em ampliação, mas sim em melhorias. Além de privilegiar Goiânia, em suas áreas com maior densidade populacional, em setores comerciais e industriais, porções com maior renda, se tem na sequência priorizar o atendimento das cidades em potencial; no caso de uma das operadoras, que tem menor cobertura no Estado mas que pode escolher onde explorar, entram cidades como em Aparecida de Goiânia, Anápolis que são tidas como grandes, e ainda tem algumas com status de pequenas e próximas à capital que são, Trindade e Senador Canedo e ainda por essa operadora, como a cidade de Rio Verde e alguma outras no interior que possam fazer parte da lista de interesse deles, já a outra operadora atende todas as cidades citadas, e tem presença em todas as cidades do estado, algumas na região metropolitana como por exemplo Catalão, Jataí, Mineiros, Itaprapuã, Iporá etc.

A última intervenção que tenho conhecimento até o momento, em Senador Canedo, ocorreu no início de 2012, a operadora mais antiga na cidade tem rede em boa parte da cidade mas nos últimos anos não vem fazendo serviços o que acabou por deixar muitos locais sem atendimento especialmente os novos bairros, e a operadora mais nova a atuar lá implantou rede praticamente na porção mais centralizada, especialmente nas proximidades da principal avenida e que corta a cidade que é a Dom Emanuel, mas ainda sim não cobriu áreas diferentes das que já eram atendidas pela outra operadora, e em especial aos bairros mencionados, Aracy, Jardim do Lago e Boa Esperança, nenhuma levou rede para atender estes três bairros. No Boa Vista II tem presença de uma delas que é a mais antiga, e no centro as duas estão lá tentando pegar os melhores consumidores. Até 2013 investiram em algumas melhorias, sem ampliação, ocupando a rede existente, mas não há atendimento fácil na periferia, seja por presença de rede física seja por questões de análise financeira, estar dentro de uma área com rede não significa que terá atendimento ou que terá serviços com qualidade, o filé sempre fica em primeiro lugar na capital principalmente nas partes mais refinadas, até mesmo com mais imponência arquitetônica estrutural, mais dinheiro ou que tem maior renda, e o que vem para as suas periferias é o que sobra e o que vai para as cidades pequenas é o que sobra da sobra, algo meio que assim falando de um jeito meio simplificado. Quando é atendida pelas grandes operadoras, chegam até a área comercial ou com melhor renda, que se resume em pontos de retorno financeiro que ocorre em região com maior número de pessoas e maior demanda, com perfil de renda associada a gastos com serviços de telefonia, especialmente internet. Nem as concessionárias nem as autorizadas levam redes até as extremidades da cidade, tanto nas dos ricos como aquelas com condomínio fechado, e mais ainda nas dos mais pobres, ficando estes praticamente excluídos. Daí surge nesta lacuna os provedores pequenos, que acabam que utilizam a própria parte da rede das grandes empresas para levar seus

serviços aos pontos não atendidos ou mesmo os mais remotos da cidade, atendendo via modem, cabo e rádio, mas isso não significa que eles praticam preços acessíveis ou que se interessam em atender os mais pobres, isso já ouvi de um dos donos de um pequeno provedor particular que atua na cidade de senador canedo. No estado de Goiás, que tem cerca de 480 empresas pequenas de provedoras, com 1 (um) funcionário, que é o próprio dono e chega a 100 (cem) funcionários, mas têm 20 (vinte) funcionários em média. São 3 (três) empresas 'provedores' atendendo em Canedo.

Nas periferias, bairros Jardim do Lago e Aracy, além da ausência de rede fixa, praticamente não tem sinal de celular e quando tem é instável e ruim. Para ter acesso, muitas vezes tem que fazer contato dos serviços das empresas no centro. Na periferia de Canedo, o serviço de telefonia fixa é ruim e a de celular também é ruim e de internet quando tem é péssimo.

Mesmo com a grande quantidade de celulares, percebe-se um aumento recente no número de linhas fixas, para suprir os próprios celulares com serviço de wi-fi provenientes dos serviços da rede fixa, que acaba sendo livre para várias pessoas e por poder até ficar mais em conta que os serviços de celular.

Entrevistado C:

Entrevista 3, realizada em 14/03/2019. Servidor público municipal de Senador Canedo.

Desde 2011, o CEU foi implantado após pesquisa pelo governo, feita através de segurança pública, por considerar a área como mais vulnerável, violenta e pelo uso de drogas. A prefeitura é responsável, mas quem conduz é a comunidade local, a estrutura física e o departamento pessoal é de responsabilidade da União.

Tinha 3 (três) aparelhos desktop, obsoletos, serviço de telefonia não era usado, pois usavam serviço de um provedor particular, mesmo porque lá não tinha linha de telefone.

Havia muitos problemas no local, os usuários de drogas acabaram depredando as instalações, o que dificultou o funcionamento.

O município de Senador Canedo no Estado de Goiás, por meio de parceria com o Governo Federal, foi contemplado com uma unidade. Sua gestão é compartilhada via um Grupo Gestor, que é responsável pelo Plano Gestor, composto por membros entre prefeituras e a comunidade. Faz parte do projeto do CEU a existência de biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiusos. Dependendo do tamanho do centro, pode contar ainda com uma quadra de eventos, playground e pista de caminhada.

A cidade de Canedo não é digital, os serviços de telefonia em geral são ruins e caros, a internet é muito ruim, não tem vídeo-monitoramento. Apesar disso, possui um telecentro onde funciona a Secretaria de Cidadania, com 12 (doze) máquinas com mais de 4 (quatro) anos, já obsoletas, uma biblioteca, 3 (três) atendimentos pelo CRAS, oferece aulas de teatro, dança, música, e cursos de informática.

A empresa TURBINET presta serviços para a prefeitura e para o telecentro, mas a TECOAIT ganhou a última licitação e deve ocorrer a troca.

A internet que atende a prefeitura de Canedo e seus órgãos é disponibilizada através deste provedor particular, via rádio, não possui wi-fi público, mas uma operadora poderá disponibilizar o atendimento, mas até então isto não ocorreu.

Tem um telecentro na biblioteca do bairro Jardim Todos os Santos, com 16 (dezesesseis) computadores, atualmente se encontra abandonado.

O CEU surge como mais um mecanismo de inclusão social e até como uma opção de se agregar à inclusão digital, onde uma das missões é contemplar serviços e formação utilizando computadores e a própria internet proveniente das empresas de telefonia. Consequentemente, isso permitiria o acesso à internet via infraestrutura das operadoras de telefonia, mas no caso daqui de Senador Canedo, o centro sequer tem alimentação de linha telefônica, e consequentemente não pode acessar as redes de voz e internet para efetivamente proporcionar serviços que possibilitem a inclusão digital ou social.

A unidade do CEU fica localizada na Rua Pirarucu esquina com Avenida Senador Canedo, região Jardim das Oliveiras. Foi construído ao lado da Praça Criativa, conhecida como Praça do CEU, é um espaço destinado a participação social das comunidades locais. O projeto de implantação iniciou em 2011 e foi entregue à comunidade em 2016, sendo um único lugar contemplando atividade de cultura, esporte, lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho com possibilidade de parceria com instituições dos sistemas Sesc Senai, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital. É um CEU modelo de 3000 metros quadrados.

Para as empresas de telefonia implantarem suas redes na cidade, elas precisam apresentar o pagamento das taxas, apresentam os projetos e internamente eles são enviados para as câmaras técnicas para serem analisadas, que são destinadas ao setor técnico de acordo com a região administrativa da cidade, normalmente se faz uma análise do local onde será instalada com vistoria de campo e praticamente é aprovado. Não há nenhuma especificidade na legislação municipal sobre o tema, seja com as operadoras seja com os incorporadores de loteamentos novos ou mesmo os antigos já executados, não tem contrapartidas, ou atendimentos mínimos, ou pontos ou equipamentos e serviços disponibilizados em troca de licenças ou autorizações, assim como obrigações dos construtores/incorporadores em seus loteamentos, construções para disponibilizar redes, áreas, presença, acessos equipamentos ou algo que relaciona com as redes e atendimentos de telefone, fixo ou móvel.

Entrevistado D:

Entrevista 4, realizada em 03/04/2019. Vendas de operadora de telefonia.

Faz anos que tem cobranças pela área de vendas para ampliar em Senador Canedo as áreas de cobertura da empresa nos segmentos / setores industriais, mas os gestores na matriz não atendem.

A área comercial de lá é atendida, mas tem baixa receita. A intenção é que as vendas em novas áreas com alta receita que possam ser atendidas pelas indústrias. Mas a operadora não faz rede só em área industrial, tem que atender também pessoas físicas pela densidade das regiões, o que não acontece em Canedo, os recursos que a operadora tem são de segmentos específicos de pessoa física ou empresas, e para novas áreas tem que ser incluídos segmentos com residências que tem receita e que daria retorno financeiro em curto prazo. Isso não ocorre em Senador Canedo. Sendo assim, não se faz ampliação e nem novos armários por lá.

Nenhuma das duas cidades, Goiânia e Canedo, além de Trindade e outras, tem atendimento na cidade toda. Ampliação de novas áreas não está no escopo atual, o que se faz é tentar dividir as redes já existentes como novas tecnologias, mas mesmo assim não se tem redes suficientes para atender todas as pessoas que se encontram dentro da área de cobertura, a porção mais central tem maior

quantidade de pessoas a serem atendidas e também onde tem a maior disponibilidade de rede, e acaba que estes locais saturam o atendimento dos equipamentos, e a periferia acaba por ter uma grande procura sem atendimento, mas a empresa vê esse pessoal como no limite da receita, e também como sendo de alto risco financeiro (mal pagador por ter histórico de dívidas, CPF negativado, devolução de cheques, nome no SERASA e dívidas em outras operadoras, em outros lugares ou na própria empresa), que podemos chamar de “análise de crédito”, o que faz com que isso dificulte o investimento das operadoras nestes setores periféricos com menor renda per capita.

Hoje também tem feito redes com cabos de fibra óptica com aplicação para aliviar as redes existentes, e só faz em Goiânia e até Aparecida de Goiânia, não tem perspectiva de fazer no restante das cidades, e faz de preferência em áreas já saturadas e com perfil comercial, áreas com maior renda que empresa considera como classe A e B, e com densidade de pessoas, que proporcionará retorno financeiro do investimento feito em tempo reduzido, o que não acontece, por exemplo, com condomínios fechados ou em Canedo.

O perfil de venda de Canedo até Trindade não encaixa nas políticas de venda desse mercado, e não se tem perspectiva de levar novas redes nem de aliviar as que existem, seja com redes que permitem um serviço de internet de mais qualidade e nem com equipamentos que poderiam ao menos ser de melhor qualidade (alta velocidade), lembrando que os custos dos serviços são altos e isto se torna mais relevante em cidades consideradas pequenas pela empresa como Senador Canedo.

Com os preços praticados, a cidade de Canedo que não tem espaço para serviços mais caros, o que torna o mercado limitado e a uma rede mais simples, e com dificuldade de maiores investimentos nela.

Na visão do mercado empresarial para atender empresas e indústrias, Canedo não atende às expectativas, ficando com retorno de investimento abaixo do desejado, se tornando mais um elemento de dificuldade para explorar mais oportunidades na cidade.

A periferia mais carente e a própria cidade ficou prejudicada em relação ao foco das empresas de Telecom, daí os possíveis investimentos, que não são ilimitados, ficam direcionados a outras cidades ou como sempre à própria capital, ou à cidades sem atendimento com potencial de retorno financeiro desejado pela empresa em investir.

O pessoal que trabalha na cidade de Goiânia (operadora) solicita ampliações, novas áreas de cobertura, mas quem define o que e onde será feito algo é a matriz da empresa, isto é, o alto escalão, dentro ou fora do país, ou seja, o poder de decisão local é mínimo ou nulo, e a cada dia que passa vai diminuindo mais.

Entrevistado E:

Entrevista 5, realizada em 06/04/2019. Engenheiro de operadora de telefonia.

Para negócios dentro da licitação autorizada para determinada região e cidades, para escolher onde quer se instalar, tinha obrigação inicialmente de atender só as capitais, mas não tinha obrigação de atender toda a cidade. No centro por facilidades técnicas de entrar com outras operadoras (voz, dados, etc.), fixos e móvel.

Sempre terá alguém ou algum lugar sem os serviços, especialmente os menos favorecidos.

Antes da privatização, ter uma linha telefônica custava caro e tinha até fila de

espera. Hoje até pode ser mais barato, mas mantê-la é muito caro para muitos é difícil ainda.

Delimitações era área urbana e rural antigamente, tinha interesse de políticos que fazia ter atendimento nos meios eleitorais.

Nenhuma das operadoras quer fazer redes nos lugares pobres, daí surge a oportunidade aos pequenos provedores para levar dados.

As redes não sofreram ampliações relevantes nos últimos 10 anos, o que mostra que não teve acompanhamento do “boom” imobiliário pelas operadoras.

A rede fixa tem problemas com parceiros / licenças com prefeitura, ambiental, CELG, e demora a fazer a implantação e expansão.

O celular é mais rápido de fazer isso, só que o custo é alto para os usuários ter e manter e também não oportuniza acesso barato e fácil de ferramentas, tipo Netflix.

Várias cidades não tem serviço de dados (só 2G), tem pontos na rodovia que não tem sinal. As empresas levam serviços e redes onde querem e onde terá retorno rápido.

Dependendo da cidade, as empresas podem se interessar em levar serviços e rede para os instruídos que tem recurso financeiro, tipo Brasília, mas na periferia mais simples não se tem interesse, pois quanto menor a cidade menos atendimento terá.

A expansão começou em Goiânia, Aparecida, Anápolis e depois de atendê-los nas áreas de interesse financeiro, partiu-se para o interior da capital, daí a cidade de Canedo foi escolhida pelo potencial de empresas turística, serviços, pequenas indústrias, população/densidade, uma região comercial e central atrativa e que tem na vizinhança um potencial aquisitivo de gastos (classes B, C) ou consumo dos serviços de Banda Larga, e que gastaria pouco recurso para levar serviços e rede até lá.

Em Canedo a Prefeitura foi facilitadora, pois só tinha que pagar a licença pra instalação, sem cobrar nenhuma contrapartida ou levar rede a determinados lugares.

Para o celular vê-se expansão de cobertura, se delimita as posições de onde quer atender, a ideia é atender o máximo de lugares, mas não quer dizer que atenderá a todos, pois a cidade expande e não necessariamente as operadoras irão ampliar ou expandir suas redes. A tecnologia evolui para melhorar a qualidade de sinal para todos, mas vai perdendo em distância de atendimento, onde o custo para acompanhar a atualização tecnológica dificulta a manutenção e melhoria dos serviços.

Se não estiver enganado, o celular tem regras do governo para atendimento e cobertura, como número de habitantes e percentual de cobertura. Acima de 100.000 habitantes, com cobertura mínima de 90%, mas até o último senso a população de Canedo era inferior e não enquadraria nisso.

Os analistas de mercado ficam fora (Rio, São Paulo), não veem a realidade local e não tem foco em investir na região centro-oeste, imagina numa cidade pequena como Canedo, se não investem nem na capital em suas periferias e quando fazem só fazem melhorias em equipamentos.

As redes estão largadas sem manutenção preventivas, limitando a própria expansão da rede. O foco é terceirizar tudo ou o máximo possível. Não se faz muita coisa nas localidades e nem na regional.

Entrevistado F:

Entrevista 6, realizada em 09/04/2019. Sindicalista do setor.

Caiu muito o número de trabalhadores, inclusive de campo, em pouco tempo o número de instaladores de uma das empreiteiras caiu de 3000 para 1500 instaladores, e só vem caindo, onde tem muitas cidades do estado que não tem ninguém para atender. Em Goiânia ficam os funcionários que atendem as cidades da RMG.

As operadoras pagam uma taxa para instalar e prestar o serviço de telefonia, mas não tem nenhuma exigência para atender a parte social.

A Vivo está fazendo algumas ampliações em Goiânia e Rio Verde.

A Oi não faz mais nada nas cidades do estado de Goiás.

As operadoras não fazem investimentos no entorno, faz alguns investimentos na capital. Em Canedo teve alguma ampliação até 2010/2011. Hoje até manutenção fica pra quando der, devido redução de empregados e do próprio atendimento dos clientes, o que faz piorar a qualidade dos serviços para o cliente.

A opção que vem tendo nas periferias e nas áreas que não tem novas redes, é o de pequenos provedores, que acabou até fazendo o papel das grandes empresas, mas que nem sempre tem sede nas cidades que atendem e nem sempre tem preço acessível aos mais pobres. Acabam atendendo as regiões com pessoal que tem mais renda. O pobre acaba por ficar excluído.

Tem cidades no interior que, além de não ter funcionários, não tem orelhão, ampliação de redes e serviços de internet, algumas cidades ou locais ainda são atendidos por meio de sinal de rádio.

A Oi acabou por não fazer mais nada de redes e serviços, o pouco que faz é em Goiânia.

A Vivo não atende todas as cidades, e as que ela atende já faz alguns anos que não recebem ampliações, só em Goiânia que tem um pouco de ampliação com fibra ótica em alguns lugares com melhor aparência e que se enquadram como setores de melhor renda, alguns condomínios fechados que não tinham rede.

Pelo caminho das coisas, as regiões mais pobres e distantes das redes continuam e devem continuar sem atenção por muito tempo.

O poder de decisão saiu daqui, hoje tudo se resolve em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. A cidade não tem autonomia e não parece estar na lista de prioridades das empresas, nem Goiânia, e menos ainda Senador Canedo. Aqui diminui a cada dia as coisas a se tratar.

Entrevistado G:

Entrevista 7, realizada em 10/04/2019. Representante dos Moradores de Senador Canedo.

Nunca foi feito pedido junto aos órgãos públicos para realização de serviços de rede de telefonia nos bairros, não só nas três áreas questionadas, mas em todos os bairros da cidade. A prefeitura nunca nos informou sobre isso. Não sabemos se pode pedir alguma coisa para as empresas.

Não tem rede de telefone fixo nem orelhão nos bairros Boa Esperança, Jardim do Lago e Aracy. Até os celulares são muito ruins, isso quando funciona. Pessoal desses bairros são muito humildes. Boa Esperança e Jardim do Lago tem ruas sem asfalto até hoje.

O pessoal do bairro Jardim Todos os Santos tem boa condição financeira, e tem atendimento das empresas de telefonia fixa.

O bairro Boa Vista II tem atendimento de uma empresa de telefonia, mas não é garantida a ligação dos telefones quando faz o pedido para ligar a casa da pessoa.

Em vários bairros da cidade ou não tem rede de telefone ou tem uma única empresa pra atender, mas o serviço é ruim, não tem garantia que vai ligar o telefone. A internet é péssima e fica muito caro para pagar pelos serviços deles.

O pessoal dos bairros mais simples são humildes, nem sempre conseguem pagar para ter telefone sem internet, e com internet fica mais difícil, muitas pessoas na cidade ganha um salário mínimo ou menos, e tem muita gente que faz bicos para pagar as contas de água, luz, comida, aluguel ou a parcela dos lotes ou das casas que moram. O telefone, quando tem, é se sobrar dinheiro depois que paga outras prioridades, mas mesmo assim fica pesado para o bolsos das pessoas. A cidade não oferece salários ou renda grande para manter tudo isso e mais outras coisas, como remédio, ônibus, roupas, supermercado, parcelas de carros ou motos quando tem, dentre outras coisas.

Nos bairros que não tem telefone, pra fazer ligação, ou vai no orelhão em outro bairro, ou no serviço, ou na casa de parentes, ou amigos que tem telefone. Para ter acesso à internet às vezes usa no celular quando está no serviço e que lá tem modem ou wi-fi. Quem tem celular usa quando tem crédito, mas para ter crédito o mês todo fica muito caro, então é comum usar internet da telefonia fixa pelo modem ou wi-fi das empresas, das casas dos patrões, aqui em Senador Canedo ou até em Goiânia ou Aparecida de Goiânia para quem trabalha ou passa por elas, acabam usando os serviços dos outros.

Onde tem rede fica mais fácil, mas também depende se o pessoal consegue pagar e manter para ter o telefone. Em alguns casos tem os provedores particulares que vendem serviço de internet, mas nem sempre é fácil pagar para ter, mesmo porque não é barato, e o pessoal não tem boa condição financeira. Além disso, tem muito problema para funcionar. No bairro Aracy, além do pessoal ser muito humilde, o celular nem funciona por falta de sinal, tem muita dificuldade de fazer com provedores porque fica num baixadão e o sinal deles é muito ruim. Lá é o pior lugar para se ter acesso a um telefone ou serviço de telefonia, parece com o Boa Esperança e o Jardim do Lago.